

VII Congresso nacional da psicologia

**Psicologia e compromisso com
a promoção de direitos:
um projeto ético-político para a
profissão**

Diálogo com a sociedade e com o Estado. Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia. Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional. Diálogo com a sociedade e com o Estado. Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia. Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional. Diálogo com a sociedade e com o Estado.

Congresso Regional Caderno de teses 2010

Apresentação

Segue o caderno de teses para os Congressos Regionais do VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP). A organização do caderno foi feita a partir dos EIXOS que compõem o tema deliberado para o VII CNP:

- I – Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos de Psicologia;
- II – Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional;
- III – Diálogo com a sociedade e com o Estado.

Em cada eixo foram criados temas que agrupam várias teses. Cabe ressaltar que as teses recebidas dos pré-congressos foram agrupadas nos eixos conforme os seguintes critérios: Eixo I – teses cujas diretrizes e encaminhamentos se referiam a propostas relativas a gestões da autarquia, sejam essas propostas relativas a procedimentos de articulação das ações dos Conselhos com a categoria ou procedimentos para a gestão administrativa do sistema; Eixo II - teses cujas diretrizes e encaminhamentos se referiam à qualidade técnica e ética da atuação profissional, em várias instâncias ou contextos. Nesse eixo, foram sistematizadas as teses que apontavam para a continuidade de construção de referências para as diferentes áreas de atuação, novas e tradicionais; para a formação; também as que se referiam a estratégias para a superação de dificuldades vivenciadas pela categoria no enfrentamento das desigualdades brasileiras; Eixo III – teses cujas diretrizes e encaminhamentos se referiam à articulação do Sistema Conselhos para o diálogo e gestão de ações com a própria categoria, com estudantes e com atores externos, englobando instâncias governamentais e de controle social; movimentos sociais, entidades do terceiro setor e outras.

As teses foram sistematizadas, o que significa que uma tese pode ser resultado da junção de várias. Os critérios para o agrupamento procuraram garantir que as diretrizes e encaminhamentos das várias teses estivessem contemplados. Muitas teses não serão encontradas na sua forma original, entretanto, seu conteúdo está garantido no produto da sistematização.

O caderno contém 188 teses produzidas a partir de 1592 aprovadas nos 155 pré-congressos realizados nos 17 Conselhos Regionais.

O caderno contém também o Regulamento do VII CNP e, para conhecimento prévio, contém proposta de Regimento Interno da etapa nacional do VII CNP, a ser aprovado apenas no início do VII Congresso Nacional.

Há ainda a folha de resultados, para que os delegados e grupos de trabalho possam fazer suas anotações.

A síntese das deliberações relativas às teses do Congresso Regional da Psicologia (COREP) deverá ser enviada à Comissão Organizadora Nacional via e-teses - Sistema de Cadastramento de Teses, até o dia 4 de maio. Deverá ser enviado pelo correio, até a mesma data, todo o material de registro dos congressos, a saber: ata, lista de presença, regulamento e regimento interno do COREP e relação de delegados e suplentes eleitos para o CNP.

A comissão organizadora ressalta aos responsáveis pelos Congressos Regionais sobre a importância de estarem atentos para a seguinte questão:

Para a instalação do COREP é exigida a presença de 50% mais um dos delegados eleitos nos respectivos pré-congressos, conforme disposto no Art. 16 do Regulamento do VII CNP.

Ressalta-se ainda que o regulamento prevê, em seu Art. 10:

Art. 10 - As teses, para serem consideradas aprovadas nos Congressos Regionais, obedecerão ao critério de 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos dos delegados presentes no ato da votação, nos Congressos Regionais.

A proposta de regimento interno para o Congresso Regional é de responsabilidade do CRP e é entregue separada deste caderno.

Sobre a apreciação de teses nos COREPS

PAPEL DOS DELEGADOS:

As teses contidas no caderno de sistematização poderão sofrer as seguintes intervenções:

- 1) APROVADA SEM ALTERAÇÃO, mantendo na íntegra as diretrizes e os encaminhamentos;
- 2) APROVADA COM ALTERAÇÃO, entretanto, não pode haver alteração de mérito da tese. Somente serão admitidas alterações para a melhoria da redação, organização e compreensão do texto:
 1. Pode haver supressão de parte ou todo o conteúdo de uma ou mais diretriz(es)/encaminhamento(s);
 2. Pode haver junção de uma ou mais diretriz(es)/encaminhamento(s);
 3. Pode haver mudança de diretriz para encaminhamento e vice-versa;
 4. Pode haver a transferência de uma ou mais diretriz/encaminhamento para outra tese já existente no caderno, quando pertinente com o tema.
- 3) REJEITADA EM TODO DO SEU CONTEÚDO.

No momento do registro, na Folha de Resultados, devem ser respeitadas as classificações acima.

Lembramos que não será permitida a criação de novas teses.

A Comissão Organizadora Nacional lembra que as teses que obtiverem entre 25% e 50% dos votos dos delegados presentes no COREP serão encaminhadas ao VII CNP como menção.

A COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL e os colaboradores na sistematização desejam a todos bom trabalho!

Clara Goldman Ribemboim (CFP)
Anice Holanda Nunes Maia (CFP)
Marcus Adams de Azevedo Pinheiro (CRP-02)
Rogério de Oliveira Silva (CRP-04)
Marilene Proença Rebello de Souza (CRP-06)
Ivarlete Guimarães de França (CRP-07)
Dorotéa Albuquerque de Cristo (CRP-10)
Adriana de Alencar Gomes Pinheiro (CRP-11)
Marisa Helena Alves Batista (CRP-14)

Colaboraram:

Ana Maria Pereira Lopes (CFP)
Andréa dos Santos Nascimento (CFP)
Cynthia Rejanne Correia Araújo Ciarallo (CFP)
Maria da Graça Marchina Gonçalves (CFP)
Rodrigo Dubtchek Figueiredo (CRP-04)

Organização do Caderno

Sumário

Apresentação.....	2
Regulamento do VII CNP.....	6
Proposta de Regimento Interno do VII Congresso Nacional da Psicologia.....	10
Teses.....	13

I. Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Congressos Nacionais da Psicologia.....	14
Eleições do Sistema Conselhos.....	18
Ética Profissional.....	21
Gestão do sistema.....	27
Inscrição e registro.....	41
Organização da APAF.....	43
Política financeira.....	45
Regionalização.....	49
Responsável técnico.....	59
Revisão da Lei 4.119/62.....	61
Revisão da Lei 5.766/71.....	63

II. Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Acupuntura.....	66
Álcool e outras drogas.....	68
Atenção básica.....	71
Atenção psicológica às pessoas com deficiência.....	74
Avaliação psicológica.....	76
Condições de trabalho.....	84
CREPOP.....	95
Criança e adolescente.....	106
Democratização da comunicação.....	109
Direitos humanos.....	111
Diversidade sexual.....	116
Educação.....	120
Emergências e desastres.....	133
Formação (graduação).....	138
Memórias da Psicologia.....	146
Psicologia do envelhecimento.....	149
Psicologia do esporte.....	152
Psicologia do trânsito.....	155
Psicologia e gênero.....	158
Psicologia e povos indígenas.....	161
Psicologia e questão racial.....	164
Psicologia e tecnologias da informação.....	167
Psicologia hospitalar.....	169
Psicologia jurídica.....	172
Psicologia organizacional e do trabalho.....	178
Psicoterapia.....	186
Qualificação dos psicólogos.....	190
Residências multiprofissionais.....	204
Saúde.....	206
Saúde da família.....	211
Saúde do trabalhador.....	214
Saúde mental.....	218
Saúde suplementar.....	222
Segurança pública.....	224
Sistema prisional.....	228
Sistema Único de Assistência Social.....	235
Sistema Único de Saúde – SUS.....	240
Título de especialista.....	244
Violência.....	250

III. Diálogo com a sociedade e com o Estado

Diálogo com a categoria.....	254
Diálogo com a religião.....	262

Diálogo com conselhos e entidades de classe de outras áreas.....	265
Diálogo com estudantes de Psicologia	273
Diálogo com movimentos sociais.....	278
Diálogo com os diversos âmbitos institucionais, com os gestores públicos, poderes executivo e legislativo	289
Diálogo com outras entidades de Psicologia.....	342
Diálogos com a sociedade para afirmação e divulgação da prática profissional	365
Diálogos interinstitucionais em defesa da criança e do adolescente.....	379
Diálogos interinstitucionais em defesa do idoso.....	385
Diálogos para fortalecimento do Sistema Conselhos nos espaços de controle social.....	387
Resultado Final da Apreciação das Teses	409

Regulamento do VII CNP

Capítulo I Dos Objetivos

Art. 1º - São objetivos do VII Congresso Nacional da Psicologia - VII CNP:

- a) Promover a organização e a mobilização dos psicólogos do país possibilitando a definição da contribuição do Sistema Conselhos para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão;
- b) Definir políticas nacionais referentes ao tema do VII CNP a ser implementadas e / ou reguladas pelos Conselhos de Psicologia, na gestão 2010 - 2013.
- c) Garantir o espaço de articulação para composição, inscrição e apresentação de chapas que concorrerão ao mandato do Conselho Federal de Psicologia, na gestão 2010 - 2013;

Capítulo II Do Tema

Art. 2º - É tema do VII CNP: PSICOLOGIA E COMPROMISSO COM A PROMOÇÃO DE DIREITOS: UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PARA A PROFISSÃO.

Eixos:

1. Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
2. Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional;
3. Diálogo com a sociedade e com o Estado

Capítulo III Da Organização

Art. 3º - A organização do VII CNP será de responsabilidade da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças - APAF.

§ 1º - A Comissão Organizadora Nacional – COMORG, nomeada na APAF, acompanhará a preparação e realização do VII CNP e resolverá questões não previstas neste Regulamento.

§ 2º - Caberá à COMORG aprovar o regulamento dos Congressos Regionais da Psicologia - COREPs, acompanhar, orientar e homologar a realização desses congressos promovidos pelos Conselhos Regionais de Psicologia – CRPs, sistematizar teses por afinidade temática, preservando o mérito das propostas, visando otimizar quantitativos, e construir o caderno de teses.

Capítulo IV Da Realização

Art. 4º - A realização dos Congressos Regionais e Nacional seguirá as seguintes fases, conforme calendário do VII CNP aprovado pela APAF:

1ª Fase:

- a) Realização obrigatória dos eventos preparatórios de agosto/2009 até março/2010, mobilizando amplamente os psicólogos por meio de discussões de base, encontros temáticos, mesas redondas, debates e outros, com o objetivo de favorecer a organização dos psicólogos, para o levantamento de questões e elaboração de propostas de teses a ser apreciadas e votadas nos Pré-Congressos. Nos eventos preparatórios não se elegem delegados.
- b) Realização de um pré-congresso, até 21 de março de 2010, por áreas geográficas definidas no regulamento do Congresso Regional, garantindo ampla participação dos psicólogos, para:
 - Aprovação das teses locais sobre o temário previsto para o VII CNP, atendendo ao critério de obtenção de pelo menos 40% (quarenta por cento) dos votos dos psicólogos presentes no pré-congresso respectivo. Só serão consideradas as teses locais discutidas e votadas nos Pré-Congressos;
 - Eleição de delegados para o Congresso Regional;
 - Deliberações sobre outras proposições de âmbito regional, a ser encaminhadas para os Congressos Regionais.
- c) Encaminhamento para a COMORG das teses aprovadas nos Pré-Congressos, pelos Conselhos Regionais, via internet, até 24 de março de 2010.

2ª Fase:

- a) Sistematização das teses aprovadas nos Pré-Congressos de todos os Conselhos Regionais pela COMORG e encaminhamento do caderno de teses até 9 de abril de 2010 às comissões organizadoras regionais para apreciação nos Congressos Regionais.

3ª Fase:

- a) Realização de Congressos Regionais até 2 de maio de 2010, para:

- Aprovação de teses a ser encaminhadas para o VII CNP;
 - Eleição de delegados e suplentes para o VII CNP;
 - Deliberações finais sobre proposições de âmbito regional;
 - Inscrição de chapas para as eleições dos Conselhos Regionais
- b) Encaminhamento das teses aprovadas nos Congressos Regionais, via internet, até 4 de maio de 2010.
- c) Encaminhamento da ata, lista de presença, regulamento e regimento interno do COREP e relação de delegados e suplentes, para a COMORG, até 4 de maio de 2010.

4ª Fase:

- a) Sistematização das teses aprovadas nos COREPs pela COMORG e encaminhamento aos delegados do VII CNP até 14 de maio de 2010;
- b) Recebimento de recursos, impugnações de delegados e definição de convidados até 14 de maio de 2010, pela COMORG, que deve responder aos recursos até 24 de maio de 2010.

5ª Fase:

- a) Realização do VII CNP de 3 a 6 de junho de 2010.
- b) O relatório do Congresso deverá ser encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia - CFP para divulgação aos psicólogos, depois de sistematizado e aprovado pela mesa diretora.

Art. 5º - Poderão ser delegados nos COREPs e CNP apenas os psicólogos regularmente inscritos nos CRPs (tanto inscrição principal quanto secundária) e adimplentes¹.

¹ Também serão considerados psicólogos adimplentes aqueles que estejam em dia com o pagamento da anuidade de anos anteriores à realização do CNP, mesmo que na forma de parcelamento, até a data do COREP.

Capítulo V Dos Pré-Congressos

Art. 6º - Os Pré-Congressos serão realizados por áreas geográficas definidas nos regulamentos dos COREPs.

§ 1º - As áreas geográficas serão estabelecidas respeitando-se as especificidades regionais com vistas à maior mobilização da base de psicólogos, explicitados os critérios nos regulamentos dos COREPs.

Art. 7º - Cada Pré-Congresso deverá eleger delegados para o COREP.

Art. 8º - O número total de delegados necessário para compor o quórum mínimo que dá direito ao COREP de enviar o número máximo de delegados ao CNP será composto por representação proporcional dos diferentes Pré-Congressos.

§ 1º - A proporcionalidade referida no caput desse artigo será calculada considerando o número de psicólogos inscritos ativos e domiciliados na área geográfica de cada Pré-Congresso.

§ 2º - O número total de delegados para este cálculo (quórum do COREP), poderá ser ampliado a critério do CRP, como forma de garantir o quórum mínimo estipulado para o CNP.

§ 3º - Os Pré-Congressos deverão ter o quórum mínimo de duas vezes o número de delegados a que têm direito. Todos estes cálculos deverão constar dos regulamentos regionais.

§ 4º - Não sendo atingido o quórum mínimo, o número de delegados para o COREP deverá ser calculado considerando a proporção de 1 (um) para cada dois psicólogos presentes no momento da eleição dos delegados.

§ 5º - Acrescenta-se 1 (um) delegado, até o máximo de 5 (cinco), a cada 20% (vinte por cento) que exceda o quórum mínimo de psicólogos presentes ao Pré-Congresso.

§ 6º - Cada psicólogo poderá participar de pré congressos de sua escolha, com direito a voz e voto, podendo ser eleito delegado em apenas um deles.

Capítulo VI Dos Congressos Regionais

Art. 9º - Os COREPs serão compostos por delegados eleitos nos Pré-Congressos, realizados conforme definido em Regulamento do Congresso Regional, o qual não poderá contrapor-se ao presente regulamento.

§ 1º - A participação de observadores e convidados nos COREPs deverá estar especificada no regulamento dos Congressos Regionais, observadas as disposições regulamentais do CNP.

§ 2º - Para ser eleito delegado para o COREP, o candidato deverá ter participado do Pré-Congresso que o elegeu.

§ 3º - A candidatura dos delegados ao VII CNP deverá ser apresentada individualmente ou por chapa. Quando individualmente, a delegação eleita será composta pelos delegados que obtiverem o maior número de votos. Quando por chapa, será composta por delegados indicados pelas diferentes chapas, obedecendo à proporcionalidade de votos obtidos por cada uma delas. Essa definição deverá ser deliberada no início do COREP, quando da apreciação do Regimento Interno.

Art. 10 - As teses, para ser consideradas aprovadas nos COREPs, obedecerão ao critério de 50% +1 (cinquenta por cento mais um) dos votos dos delegados presentes no ato da votação.

Parágrafo único – Uma tese, para fazer parte do caderno de teses consolidado a ser apreciado e votado no CNP, deverá ter sido aprovada em pelo menos cinco COREPs.

Art. 11 - As teses que obtiverem entre 25% (vinte e cinco por cento) e 50% (cinquenta por cento) dos votos dos delegados presentes nos COREPs serão encaminhadas ao VII CNP como menção.

Parágrafo único – Se uma mesma tese for encaminhada como menção por 8 (oito) ou mais COREPs, ela passará a fazer parte do documento consolidado a ser apreciado e votado no CNP.

Art. 12 - A tabela prevista no artigo 14 indica o número máximo de delegados ao VII CNP por Conselho Regional. Para garantir esta delegação, o quórum mínimo para os COREPs é de oito vezes esse número.

§ 1º - Para verificação do quórum mínimo, deve-se considerar o número de votantes no momento da eleição dos delegados para o VII CNP.

§ 2º - Não sendo atingido o quórum mínimo, o número de delegados para o VII CNP deverá ser calculado considerando a proporção de 1 (um) para cada 8 (oito) delegados votantes no momento da eleição.

Capítulo VII Do Congresso Nacional

Art. 13 - O VII CNP é composto pelos delegados eleitos nos COREPs.

§ 1º - Será permitida a participação de psicólogos observadores, com direito a voz nos grupos, mas sem direito a voto, desde que devidamente credenciados pelo seu respectivo CRP na Secretaria do VII CNP, até 10% do total do número de delegados eleitos pelo respectivo Congresso Regional.

§ 2º - Poderão participar como observadores, convidados, segundo critérios estabelecidos pela APAF.

§ 3º - Poderão participar até 17 (dezesete) estudantes de Psicologia, enquanto representação da Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia – CONEP, sendo 1 (um) por cada região onde haja Conselho Regional de Psicologia, que tenha participado do COREP. Os estudantes terão direito a voz apenas nos grupos, sem direito a voto.

Art. 14. Por região, entendida como área de jurisdição de cada Conselho Regional, serão eleitos 8 (oito) delegados (pelo critério de base fixa) e mais 1 (um) para cada 2.000 (dois mil) ou fração acima de 1.000 (mil) inscritos e ativos no Conselho Regional (atendendo ao critério da proporcionalidade), e suplentes, na proporção de 30% (trinta por cento) do número de delegados eleitos.

CRP	I	II	III	Total
CRP-01	8.370	8	4	12
CRP-02	6.259	8	3	11
CRP-03	5.326	8	3	11
CRP-04	21.936	8	11	19
CRP-05	27.298	8	14	22
CRP-06	63.240	8	32	40
CRP-07	13.374	8	7	15
CRP-08	9.876	8	5	13
CRP-09	5.507	8	3	11
CRP-10	2.958	8	1	9
CRP-11	4.529	8	2	10
CRP-12	6.768	8	3	11
CRP-13	2.909	8	1	9
CRP-14	3.631	8	2	10
CRP-15	2.157	8	1	9
CRP-16	2.451	8	1	9
CRP-17	1.426	8	1	9
TOTAL GERAL				230

Legenda:

I- Base de cada CRP (número de psicólogos ativos constantes no orçamento para o ano de 2010)

II – Base fixa de delegados

III – Proporcional: 1 (um) para cada 2.000 (dois mil) ou fração acima de 1.000 (mil) inscritos no CRP.

§ 1º - Acrescenta-se 1 (um) delegado, até o máximo de 4 (quatro), a cada 25% (vinte e cinco por cento) que exceda o quórum mínimo existente no momento da eleição.

§ 2º - Na delegação do CRP da 1ª Região, devido à vasta abrangência geográfica de sua jurisdição (quatro estados da região norte AC, AM, RO e RR e do Distrito Federal), serão acrescentados dois delegados aos números previstos na tabela acima. O CRP- 01 se compromete, por outro lado, a atribuir uma vaga para cada uma das 4 (quatro) seções de base estadual de sua jurisdição, no VII CNP.

Art. 15 - Todos os delegados deverão ser oficialmente inscritos e cadastrados na secretaria executiva do VII CNP, quando receberão crachá específico e cartão de votação.

Capítulo VIII Disposições Transitórias

Art. 16 - Os Congressos Regionais e Nacional só poderão deliberar com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados inscritos.

Art. 17 - Os casos omissos deste regulamento, que digam respeito à preparação do VII CNP, serão solucionados pela COMORG.

Proposta de Regimento Interno do VII Congresso Nacional da Psicologia

Capítulo I Do Cronograma

Art. 1º O cronograma dos trabalhos está planejado da seguinte forma:

DIAS				
HORÁRIO	03/06/2010	04/06/2010	05/06/2010	06/06/2010
Manhã	10h às 19h Credenciamento	8h – Trabalho em grupo	8h - Plenária	8h - Plenária
				12h - Encerramento - Apresentação das chapas
	12h30 - Almoço	12h30 - Almoço	12h30 - Almoço	12h30 - Almoço
Tarde	14h - Abertura	14h – Trabalho em grupo	14h - Plenária	
	15h30 – Instalação da Plenária e aprovação do Regimento			
	17h – Instalação dos grupos			
Noite	21h – Confraternização no hotel	20h30 - Jantar	19h – Jantar	
		21h - Sistematização e trabalho de digitação e impressão	20h - Plenária	

Capítulo II Dos Trabalhos

Art. 2º O Congresso será composto pelas seguintes instâncias:

- I. Mesa Diretora
- II. Grupos de Trabalho
- III. Plenária

Art. 3º - A mesa diretora será composta por um presidente, dois secretários, dois relatores e três suplentes.

Parágrafo Único – A mesa diretora é única e eleita pela Plenária na sessão de instalação.

Art. 4º - Os delegados deverão ser credenciados antes do início dos trabalhos dos grupos, durante o prazo estabelecido para isto (dia 03/06 das 10 às 19h).

§1º - Os delegados que não se credenciarem e/ou não comparecerem deverão ser substituídos por suplentes.

§2º - Os suplentes poderão assumir como delegados a qualquer tempo, sendo credenciados no momento em que se configurar a ausência ou desligamento do delegado.

Art. 5º - Serão constituídos 10 (dez) grupos de trabalho que discutirão prioritariamente um conjunto de teses pré-determinado e, havendo tempo hábil, os outros temas.

§ 1º - Os delegados de cada Congresso Regional serão distribuídos proporcionalmente entre os diversos Grupos de Trabalho.

§ 2º - Caberá aos Grupos de Trabalho propor, por meio de deliberação, modificações, emendas e propostas de rejeição às teses sistematizadas, para serem votadas em Plenária.

§ 3º - Os Grupos de Trabalho terão um coordenador e dois relatores, eleitos pelo grupo.

§ 4º - O coordenador dirigirá a reunião e assinará, com os relatores, o relatório do Grupo, encaminhando-o à Mesa Diretora.

§ 5º - Os coordenadores e os relatores dos Grupos de Trabalho que discutiram o mesmo conjunto de teses se reunirão, ao término dos trabalhos, para sistematização e, em seguida, se reunirão com a Mesa Diretora para elaboração do relatório geral a ser apresentado em Plenária.

§ 6º - As teses serão consideradas aprovadas nos Grupos de Trabalhos, para discussão e apreciação na Plenária, quando obtiverem a maioria simples (50%+1) dos votos. As teses que obtiverem entre 50% e 30% dos votos serão encaminhados à Plenária como propostas minoritárias.

§ 7º - O relatório será feito destacando as propostas aprovadas na íntegra, as propostas com alteração e as rejeitadas .

Art. 6º - A Plenária é órgão máximo e soberano do Congresso e será composta pelos delegados credenciados, tendo competência de discutir, alterar, aprovar e rejeitar, em parte ou na totalidade, as conclusões dos Grupos de Trabalho, observando-se o temário, o Regimento Interno e o Regulamento do VII CNP.

Capítulo III Das Discussões e Votações

Art. 7º - Quando uma proposição estiver em debate no plenário, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na Mesa Diretora, respeitada a ordem cronológica da inscrição.

Art. 8º - A discussão de cada matéria merecerá 3 (três) intervenções com o tempo de 3 (três) minutos improrrogáveis para cada orador. A Mesa consultará o plenário para dar seqüência a novas intervenções.

Art. 9º - As votações dos temas na Plenária terão o seguinte procedimento:

- a) fase de proposta, com 2 (dois) minutos improrrogáveis para cada orador, se necessário;
- b) fase de defesa de proposta, com tempo de 2 (dois) minutos, com até uma defesa contra e uma a favor; podendo a mesa abrir mais uma defesa contra e outra a favor. Se não houver defesa contra, não haverá a favor;
- c) a votação será feita por meio do levantamento dos cartões de votação;
- d) toda deliberação será por maioria simples dos votos dos delegados presentes e só poderá haver deliberação com a presença de mais de 50% dos delegados inscritos.

Art. 10- As questões de ordem terão prioridade sobre qualquer assunto, sendo apreciadas pela Mesa Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 11 - Em regime de votação, não serão aceitas questões de ordem ou de esclarecimento. Só será considerado iniciado o regime de votação após a formulação, pela Mesa, da proposta a ser votada e não havendo objeção da Plenária à formulação em pauta.

Art. 12 - A ordem de inscrição será rigorosamente obedecida, não sendo permitido a nenhum orador ceder sua vez a outro.

Art. 13 - Será descontado do tempo do orador o tempo do aparte concedido.

Art. 14 - As sessões deliberativas serão instaladas assim que verificada a existência do quorum mínimo exigido no regulamento.

Art. 15 - As moções serão submetidas à aprovação do Plenário após o término dos trabalhos relativos às teses.

§1º - As moções deverão ser encaminhadas à mesa até as 18 horas do dia 05 de junho de 2010;

§2º - As moções encaminhadas à mesa diretora deverão ser subscritas por, no mínimo, 30 delegados.

Capítulo IV
Disposições Transitórias

Art. 16 - Os casos omissos deste Regimento, que dizem respeito à realização do Congresso, serão solucionados pela Mesa Diretora, ouvida a Plenária.

VII Congresso nacional da psicologia

Psicologia e compromisso com
a promoção de direitos:
um projeto ético-político para a
profissão

Teses

Eixo I: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Tema: Congressos Nacionais da Psicologia

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
01				
02				

Nº Tese:	0001
Tema da Tese:	CONGRESSOS NACIONAIS DA PSICOLOGIA - Organização do CNP
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:09:23

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Dar visibilidade as ações do Sistema Conselhos no sentido de efetivação das diretrizes, através dos sites dos CRPs e CFP;
2. Avaliar a participação dos psicólogos nos eventos preparatórios;
3. Utilizar palavra correlata, que contemple o atual sentido das teses a serem aprovadas no cnp;
4. Simplificar o formulário de elaboração de teses;
5. Alterar o nome de Congresso para Conferência Nacional da Psicologia, divulgando para a categoria;
6. A Gestão que assumir o CRP em cada Estado e o CFP deverão elaborar um relatório objetivo que sinalize as ações realizadas e as não realizadas com as suas respectivas justificativas e prioridades em relação às teses aprovadas;
7. Estabelecer prioridades no conjunto de deliberações do CNP;
8. Que o CNP ocorra em um ano antes ou um após as eleições do Sistema Conselhos de Psicologia (podendo ser alterado para ser realizado de quatro em quatro anos). E que o mesmo seja organizado por um conjunto maior de Entidades da Psicologia eleitas em Assembléias dos Psicólogos nos diversos regionais - com a participação de uma comissão do Sistema Conselhos eleita na APAF.
9. As resoluções que possam interferir de modo radical nos processos e praticas de trabalho da categoria devem obrigatoriamente ser respaldadas pelo CNP;
10. Faz-se necessário pensar em uma metodologia na qual as questões regionais possam ser melhor trabalhadas antes de serem remetidas para a Comissão Organizadora do CNP;
11. Manutenção e ampliação dos espaços de aglutinação e debates dentro do Sistema Conselhos, acerca das diretrizes ético-políticas definidas nos Congressos Nacionais da Psicologia;
12. Criar critérios que consideram o elemento anterioridade por exemplo para implementação de ações pelo sistema como um todo;
13. Apresentar relatório de atividades (teses) efetuadas antes das atividades de um novo CNP;

Encaminhamentos:

- a. O Sistema Conselhos, durante a gestão, apresentar no site as diretrizes que foram efetivadas, e ainda, as ações a efetivação das demais diretrizes.
- b. Que os conselhos regionais e/ou conselho federal avalie os eventos preparatórios, não só pela sua finalidade, mas pela sua eficácia e eficiência real para os pré-congressos a partir da participação da categoria;
- c. Substituir, no viii cnp, a palavra "teses" por "diretrizes";
- d. Bastaria colocar o problema e o encaminhamento, o Encaminhamento englobaria "o que fazer" e "como fazer", assim seriam dois campos e não três.
- e. Disponibilizar informação sobre o assunto nos sites dos CRP's e das sub-sedes;
- f. Os CRPs deverão elaborar um relatório que sinalize as ações realizadas e as não realizadas com as suas respectivas justificativas e ordem de prioridades em relação as teses aprovadas, divulgando o mesmo e divulgar no site do CRP e CFP;
- g. O CNP definir e aprovar prioridades de ações a serem desenvolvidas e executadas pelo Sistema Conselhos para o triênio;

- h. Edição e publicação de resolução que regulamente esta proposta via CFP;
- i. Que os delegados eleitos para o COREP recebam antecipadamente as teses construídas, permitindo uma apropriação das mesmas para o futuro debate e sistematização, agilizando o processo;
- j. Boletins eletrônicos com chamadas para a categoria acompanhar as teses aprovadas nas diversas etapas;
- k. Articulação com a ABEP, para promover junto ao IES a divulgação, organização de debates com professores, supervisores, coordenadores e estudantes de Psicologia;
- l. Distribuição ampliada do caderno de teses do CNP` s para categoria;
- m. As teses deveriam ser sistematizadas em cada CRP. Cada CRP deveria votar as teses aprovadas em sua jurisdição no COREP. As teses aprovadas nos COREP deveriam ser enviadas a Comissão Organizadora Nacional, momento no qual as teses seriam sistematizadas para o CNP;
- n. Realizar eventos presenciais com a participação de psicólogos e da sociedade em geral para informação das deliberações e encaminhamento de forma coletiva e participativa das decisões;
- o. Que os Conselhos mantenham em funcionamento as instâncias denominadas "Comissões" e "Grupos de Trabalho" e definam seu papel na realização das diretrizes políticas;
- p. Ações Políticas no sentido de fazer vigorar as teses(discussão, implementação, pesquisas, em ordem cronológica a sua votação no CNP;
- q. Criação de instrumento que seja capaz de dar visibilidade ao modo como as gestões dos conselhos regionais e federal executam as deliberações dos congressos nacionais da Psicologia. Criação de indicadores de visibilidade do cumprimento/ execução das teses aprovadas no cnp à categoria;
- r. Realizar e publicar o Planejamento Estratégico no início de cada gestão tendo como base a cartilha do CNP;
- s. Realização de congressos regionais de Psicologia anuais, com a participação de estudantes, ABEP, universidades e demais entidades, que possam atingir não só as capitais, mais os diversos municípios, através de pré-congressos;
- t. Elaborar um sistema de regras para a divulgação e realização destas consultas a categoria bem como uma posterior divulgação dos resultados desta construção coletiva. Que o CEP aprove as resoluções que vão interferir de modo radical nos processos e praticas de trabalho da categoria;

Nº Tese:	0002
Tema da Tese:	CONGRESSOS NACIONAIS DA PSICOLOGIA - Participação dos estudantes no CNP
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:41:08

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Definir cotas representativas de estudantes no CNP, com direito a fala e voto.
É fundamental a participação do estudante como futuro profissional, com voz e voto, haja vista que a promoção dessa participação é essencial para a formação acadêmica e a produção de espírito de engajamento político dos profissionais psicólogos. Mudança no regulamento dos coreps e cnps: garantia de 2 assentos com voz e voto para as representações estudantis formalizados e assentos (calculados proporcionalmente ao número de psicólogos) para os alunos de um modo geral;
2. Em todas as etapas do CNP deve haver representação de estudantes com direito a voto;
3. Para o Congresso Nacional de Psicologia, que sejam consideradas as participações nas etapas congressuais (eventos preparatórios, pré-congressos, congresso regional) e a qualificação dos participantes/estudantes nestes processos, independente de indicação de qualquer entidade.

Encaminhamentos:

- a. Incluir estudantes na Comissão Organizadora do COREP, para que eles participem desde o início do processo, desde a realização dos Eventos Preparatórios, assim, o engajamento do estudante seria mais efetivo. Incluir no Regimento o direito a voto e fala para o estudante de Psicologia.
- b. Convidar as diretorias das IES a liberarem acadêmicos para participarem dos eventos do COREP e CNP e que o CFP e os regionais estimulem a organização de coletivos/comissões/GTs de alunos dentro das entidades para pensarem ações/estratégias a fim de garantir a efetiva participação, com voz e voto dos alunos de Psicologia nos coreps e cnps;
- c. Definir um representante dos estudantes nas etapas regionais e nacional, com direito a voto;
- d. Que o CFP acolha as indicações de participação estudantil em relação aos grupos constituídos nas etapas congressuais, seguindo a linha de indicação através dos presentes nos pré-congressos para os congressos regionais, e dos presentes nos congressos regionais para o Congresso Nacional de Psicologia, independente de indicação de qualquer entidade.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Tema: Eleições do Sistema Conselhos

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
03				

Nº Tese:	0003
Tema da Tese:	ELEIÇÕES DO SISTEMA CONSELHOS
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:18:36

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Eleger representantes regionais para compor a representação federal
2. Formulação de novas regras, via resoluções, que atenda aos seguintes pontos:
 - Estar devidamente inscrito e ativo em algum CRP;
 - Estar em dia (pagamento de anuidade) com o CRP;
 - Limitando-se a dois mandatos consecutivos na mesma instância e podendo ser eleito novamente e em seguida em outra instância;
 - Poder se eleger na mesma instância após ficar um mandato sem ocupar vaga de conselheiro na instância que foi jubilado (ficou por dois mandatos consecutivos).
 - Limitando-se o número de vezes em que um psicólogo possa se eleger como conselheiro a quatro (04) vezes.
3. Garantir participação de todos os Regionais na composição das chapas que venham concorrer ao CFP.
4. Eleger membros que contemplem as diversas áreas da Psicologia.
5. O Sistema Conselhos deve desvincular as datas limites de apresentação de chapas e as datas de realização dos COREPs e CNP.
6. Pactuar no campo político que será obrigatória a realização de consulta nas seções e que os plenários dos Conselhos Regionais devem ratificar o resultado da consulta, a exemplo do que já acontece no caso da consulta nacional para o CFP;
7. Revogar o parágrafo único do Art. 1º, da Resolução 003/10;
8. Defesa da autonomia e do reconhecimento e valorização da participação dos profissionais na escolha dos gestores da seção como uma forma de exercício da cidadania;
9. Ampliar os espaços de participação política dos psicólogos de todos os Estados de forma igualitária em todas as ações do Sistema Conselhos.
10. Garantir a representatividade de psicólogos na estrutura gestora dos CRP's

Encaminhamentos:

- a. Eleições diretas para representantes estaduais que farão composição no conselho federal.
- b. Acatar no próximo mandato do CFP a essa definição do VII CNP e editar uma nova resolução alterando as regras atuais para a eleição de novos conselheiros no Sistema Conselhos.
- c. Aplicar os princípios estabelecidos na lei 5.766
- d. CFP colocar no regimento que a chapa candidata ao plenário deverá ter pelo menos um membro que represente uma área/especialidade da Psicologia.
- e. Que a data limite para apresentação das chapas que concorrerão à gestão dos CRs e CFP seja respectivamente de até um mês antes da realização dos eventos COREP e do CNP.
- f. Convocar plebiscito com os psicólogos inscritos em todas as seções do CFP, a fim de deliberar sobre a revogação ou a permanência do Art.1º, parágrafo único;
- g. Que a APAF pactue, enquanto uma decisão política de reconhecimento do direito a escolha e da importância da escolha democrática, que será obrigatória a realização de consulta nas seções e que os plenários dos Conselhos Regionais devem ratificar o resultado da consulta, lutando para instituir eleição direta para todos os níveis de gestão dos conselhos de Psicologia;
- h. Instituir em todas as instâncias decisórias do Sistema Conselhos mecanismos de participação democrática dos psicólogos, para que se possa garantir a participação política dos psicólogos de todos os Estados de forma igualitária em todas as ações do Sistema Conselhos.
- i. Que os Sistemas Conselhos promova alteração da legislação eleitoral, de forma a permitir que os psicólogos também possam votar pelo correio.

j. Incluir no Regimento Interno dos CRP'S artigo que assegure nas eleições dos conselhos, a presença de psicólogos oriundos dos núcleos (municípios fora da sede)

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Tema: Ética Profissional

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
04				
05				
06				

Nº Tese:	0004
Tema da Tese:	ÉTICA PROFISSIONAL - Alteração do CPD
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:39:28

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Faz-se necessário alterar o Código de Processo Disciplinar do Sistema Conselhos de Psicologia.
2. Avaliar a busca de construção de uma instância de conciliação/mediação de conflitos, anterior à instauração de processo ético disciplinar envolvendo o psicólogo, visando a adequar a legislação do Sistema Conselhos às diretrizes progressistas da área da Justiça brasileira.
3. Necessário construir alternativas à lógica adversarial, a qual produz "lugares" absolutos de culpados e vítimas, o que empobrece o debate e a reflexão frente a situações de representações contra psicólogos nas Comissões de Ética do Sistema Conselhos.
4. Garantir as condições adequadas para o exercício profissional.
5. Tornar a supervisão profissional prevista nas Políticas Públicas.

Encaminhamentos:

- a. Deve-se incluir uma ata que reflita o teor da discussão havida durante a Reunião Plenária de Julgamento Ético.
- b. Discussão ampliada no Sistema Conselhos para a construção de instância de conciliação /mediação, considerando a legislação pertinente.
- c. Discussão ampliada dom Sistema Conselhos, na instância Federal e nos Regionais, para construção de minuta de alteração do CPD.
- d. Alteração do Código de Processamento Disciplinar, com a criação de um espaço possível de mediação antes de se decidir pela abertura ou não de Processo Ético contra profissionais psicólogos.
- e. - Criar resolução obrigando os serviços públicos que desenvolvem trabalhos de Psicologia a se cadastrarem junto aos Conselhos Regionais
- f. Que o Sistema Conselhos aumente a fiscalização e cobrança nos serviços públicos, nas instituições privadas e nas clínicas escolas para o atendimento do sigilo e da privacidade nos atendimentos.
- g. Estabelecer resoluções que ampliem as supervisões em âmbito das Políticas Públicas.

Nº Tese:	0005
Tema da Tese:	ÉTICA PROFISSIONAL - Orientação e fiscalização
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:05:58

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que a fiscalização seja permanente e não só emergencial e mediante denúncia, tendo a perspectiva de lutas para que os usuários tenham acesso a serviços de Psicologia que respeitem a liberdade, a dignidade, a privacidade, ou seja, que os serviços e os psicólogos não violem os direitos dos usuários.
2. Que o Sistema Conselhos promova uma qualificação sistemática e continuada dos conselheiros das comissões permanentes regionais
3. Rever a política de orientação fiscal existente no Sistemas Conselhos;
4. Ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização já existentes (ex. SATEPSI);
5. Gerar novas estratégias de orientação e fiscalização para o uso de instrumentos de avaliação psicológica;
- 6 .Que o CFP se posicione quanto às novas técnicas / abordagens que o psicólogo já está utilizando e crie resoluções que regulamente a questão;
7. Incrementar o número de Técnicos nas Comissões de Fiscalização para apurar denúncias realizadas e instaurar fiscalização periódica de instituições com atuação profissional;
8. Divulgar as infrações mais comuns o que já se caracteriza como uma orientação;
9. Fiscalizar a existência de profissionais psicólogos nos postos e UBS's, denunciando sua falta, em detrimento da sua saúde da população;
10. Possibilitar a participação in loco de técnicos/as integrantes da COF, CREPOP e outros (não apenas conselheiros) nas reuniões nacionais do Sistema Conselhos de Psicologia. Isso garantirá a efetiva discussão dos temas e os/as atores envolvidos diretamente na ação;
11. Promover seminários junto à categoria que orientem quanto à legislação vigente do Sistema Conselhos versus atuação profissional (fórum de ética, oficina de elaboração de documentos);
12. Campanha sobre o papel do psicólogo junto aos diferentes campos de atuação, fazer material promocional sobre a atuação do psicólogo e seu campo de atuação profissional;
13. Esclarecer e divulgar junto à categoria e sociedade as principais atribuições do Sistema Conselhos;
14. Criar comissões permanentes para fiscalizações periódicas dos postos de trabalho, considerando as especificidades de cada campo;
15. Elaboração de um meio de avaliação de competência profissional;
16. O Sistema Conselhos de Psicologia deveria atuar, nesta situação, procurando qualificar o trabalho do(a) psicólogo(a), divulgando a Resolução CFP nº 007/03 e estimulando sua discussão pela categoria. Esta deve ser esclarecida quanto a suas determinações técnicas na elaboração dos documentos e, principalmente, quanto ao fato de que estas são fundamentais para o trabalho do(a) psicólogo(a), mas o uso ético dos instrumentos de trabalho é algo que transcende e vai além de seu conhecimento técnico. Nesse sentido, mais do que fiscalizar e punir - embora isto não deva ser descurado, quando necessário - deve-se dar às ações das COEs o sentido de orientação, o que tenderia a diminuir não a apresentação de denúncias, as quais que não se pode deixar de receber, mas a punição final dos profissionais por simplesmente desconhecer ou não seguir a Resolução em suas orientações técnicas e por não atentarem para a dimensão ética de seu trabalho nesta área;
17. Garantir que todas as resoluções do CFP em vigor sejam acessadas pelos psicólogos inscritos no CRP, independente da região em que residam e de seu acesso aos meios eletrônicos de comunicação;
18. Produzir um material de qualidade, programando sua duração e praticidade, de forma a não investir recursos em materiais que perdem sua validade a curto prazo;
19. Que os Conselhos Regionais desenvolvam, como prática regular, o levantamento dos

problemas e dúvidas encontradas no exercício profissional para indicar ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) suas soluções;

20. Tendo em vista as evidências científicas da eficácia do EMDR e a importância da escuta psicológica para a utilização do mesmo o sistema conselho promoveria um debate democrático com a participação de especialistas em EMDR e áreas afins para levantar as evidências científicas nacionais e internacionais da eficácia e importância da escuta psicológica para o EMDR;

21. Com base nas discussões ético acadêmicas tomar uma posição unificada e divulgar a comunidade.

22. Definir os paradigmas epistemológicos da ciência psicológica demarcando os axiomas que orientem a regulamentação das técnicas de intervenção da Psicologia

Encaminhamentos:

a. Contratação, via concurso, de psicólogos com função de fiscalização do exercício profissional;

b. Fazer fiscalização permanente dos serviços de saúde, educação, fóruns/Tribunais de Justiça para averiguar se há garantia da prestação de serviços com qualidade para os usuários;

c. Criar ou aprimorar os protocolos de fiscalização adequados aos aspectos específicos/peculiares da Psicologia;

d. Promover a cada início de gestão uma qualificação para os conselheiros das comissões permanentes;

e. Que as reuniões de COE e COF sejam realizadas na mesma data garantindo uma reunião conjunta;

f. Que estas reuniões aconteçam semestralmente aos moldes das reuniões de presidentes e tesoureiros;

g. Buscar, através de parcerias entre as IES, Editoras e os Sistemas Conselhos, o fortalecimento de um discurso homogêneo para o uso responsável dos instrumentos de avaliação psicológica;

h. Realização de encontros e eventos regulares com a categoria, para estudo e capacitação na área de Avaliação Psicológica;

i. Que o CFP institua grupos de trabalho, que estudem estas técnicas/abordagens e avaliem a cientificidade e eficácia das mesmas. Assim, será possível a regulamentação das mesmas, seja para autorizar ou proibir;

j. Incrementar o número de Técnicos nas Comissões de Fiscalização para apurar denúncias realizadas e instaurar fiscalização periódica de instituições com atuação profissional;

l. Divulgar amplamente as ações de orientação e averiguação de possíveis infrações éticas já desenvolvidas;

m. Construir novas estratégias de comunicação visando a ampliação do princípio da transparência da gestão do Sistema Conselhos;

n. Aumentar o contingente de técnicos de orientação e fiscalização nos Conselho e/ou Escritórios Setoriais de Psicologia, que em diálogo com a comunidade, possa fiscalizar o investimento feito pelos municípios quanto à existência de psicólogas nas UBS's e postos de saúde;

o. Levar este tema para discussão na APAF, liberar recursos para viabilização da ação;

p. Utilizar mídia impressa, eletrônica e televisiva na divulgação dessas ações;

q. Desenvolver junto às IES oficinas e seminários temáticos visando uma parceria entre o Sistema Conselhos e a formação técnica e política do profissional de Psicologia;

r. Fiscalizar os espaços de trabalho de psicólogos em cidades interioranas a fim de garantir ao psicólogo melhores condições de trabalho e garantir os direitos dos usuários dos serviços públicos no que diz respeito ao que define o Código de Ética do Psicólogo (sem necessidade de denúncias prévias por parte da população);

s. Preparar material para divulgação quanto às especificidades (descrição de cargos) de cada área para orientar contratantes;

t. Que o CFP fiscalize o cumprimento da legislação, ou seja, efetivação do psicólogo. Que o CRP ocupe seu espaço no Controle Social;

- u. Eleição de comissão que possa elaborar este meio de avaliação;
- v. As COEs dos CRPs deverão fazer pesquisas quantitativas e qualitativas para o levantamento e esclarecimento dos temas que, ao lado deste acima apontado, mais suscitam a apresentação de denúncias éticas.
- x. As COEs devem trabalhar na divulgação e orientação/discussão da Resolução CFP nº 007/03, e outras, ligadas aos temas levantados nas pesquisas acima, através de encontros, simpósios, fóruns e outros eventos; a troca de experiências entre as COEs seria importante;
- z. Atuar junto às Agências de Formação chamando a atenção para e estimulando o estudo destas resoluções, por sua relação com a condução ética do trabalho do(a) psicólogo(a), em disciplinas como Ética Profissional.
- aa. Que o Sistema Conselhos periodicamente se ocupe de promover oficinas/seminários/encontros, visando atualizar os psicólogos sobre as mudanças na legislação que orienta a categoria;
- ab. A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) fazer reuniões de acolhimento itinerante;
- ac. Elaborar material de apoio com orientações gerais a ser distribuído aos psicólogos recém-formados;
- ad. Fazer campanhas de esclarecimento nas mídias locais sobre o papel do psicólogo e a importância da regulação do conselho de Psicologia;
- ae. Elaborar plano de ação da COF em toda a jurisdição do CRP;
- af. Concomitantemente o CFP, CRP e MEC analisaram processos de instituição de cursos e instalação de subsedes;
- ag. As Comissões de Orientação e Ética (COEs) e Comissões de Orientação e Fiscalização (COFs) devem oferecer às plenárias dos CRPs levantamento dos problemas e dúvidas frequentes que surgem nestas comissões, que deverão ser tomadas como referência para construção de resoluções ou iniciativas de capacitação e debates;
- ah. Com base nas discussões ético acadêmicas tomar uma posição unificada e divulgar a comunidade.
- ai. Instaurar a Comissão Consultiva de Avaliação e Fiscalização das Práticas Profissionais;
- aj. Organizar um documento que defina as premissas epistemológicas da Ciência Psicológica.

Nº Tese:	0006
Tema da Tese:	ÉTICA PROFISSIONAL - Revisão do Código de Ética
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:21:32

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que possa ser revista a edição do código de ética atual para um melhor inclusão da temática mididentidade de gênero.
2. Para melhorar o conhecimento que o profissional tem de seu código. Para ser coerente com conceito de ética e deontologia.
3. Co-responsabilizar a instituição empregadora ao cumprimento do Código de Ética, definindo suas atribuições, principalmente com relação a instalação e materiais adequados a prática da Psicologia.

Encaminhamentos:

- a. Alteração do código de ética e de resoluções
- b. Que o CFP renomeie o Código de Ética Profissional do Psicólogo para Código Deontológico do Psicólogo.
- c. Criar Instrução Normativa que regulamente no código de ética os artigos mais diretamente relacionados com a co-responsabilização dos gestores/empregadores para o exercício técnico e ético da profissão.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Tema: Gestão do sistema

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
07				
08				
09				
10				
11				
12				

Nº Tese:	0007
Tema da Tese:	GESTÃO DO SISTEMA - Criação de ouvidoria
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 09:28:39

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Criação de uma Ouvidoria, para controle interno, administrativo, financeiro e político.
2. Propiciar espaço de divulgação das ações de modo acessível e de maior visibilidade, sem privilegiar somente algumas
3. Criar um sistema informatizado de ouvidoria centralizado no CFP com a participação dos Conselhos Regionais para classificar as reivindicações e encaminhar soluções.
4. Criar sistema informatizado via web no site do Conselho Federal de Psicologia com integração com os diversos CRP's catalogando as demandas.
5. Implantar os serviços de Ouvidoria nos Conselhos de Psicologia, para que eles se engajem de forma mais plena na "luta pela efetiva promoção dos direitos, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária" e possam exercer "trabalho qualificado nos âmbitos da ética, técnica e política".
 - "- O trabalho deste ouvidor será realizado por um profissional (ou uma equipe ou comissão permanente) da instituição, qualificado para tal ofício;
 - Segundo Alberto Centurião , a ouvidoria é "Um centro de excelência dentro da Organização, levando a todos os setores as sugestões e necessidades dos clientes para a melhoria dos sistemas e processos, produtos e serviços".
 - Como nos coloca Ricardo Lacerda , "A ouvidoria pública no Brasil, por ter se iniciado em Curitiba, em 1986, ainda é assunto para alguns iniciados".
 - O presidente da Associação Brasileira de Ouvidores, professor João Elias de Oliveira, afirma que "Hoje em dia surge em cena um cidadão muito mais exigente, com vocação participativa, buscando uma melhor qualidade de vida, cioso de seus direitos e com uma crescente consciência do seu papel no jogo do poder".
 - Em resumo, ao ouvidor cabe investigar os casos mal resolvidos, buscando soluções e não culpados e, principalmente, procurando sugestões que venham melhorar o desempenho da instituição. "

Encaminhamentos:

- a. Que a atribuição da Comissão de Auditoria e Controle Interno seja ampliada para além da fiscalização do orçamento, incluindo o controle interno administrativo e político.
- b. Promoção sistemática de um debate sobre a manutenção das relações democráticas do Sistema Conselhos.
- c. Elaboração de estratégias que atinjam todos os profissionais a partir de questionamentos e opinamentos através de espaços de discussão os quais sejam franqueadas à escuta pelos coordenadores/dirigentes dos eventos às opiniões dos profissionais que dela participam.
- d. Criar um sistema via web que integre e os Conselhos Regionais para recebimento das mensagens e respostas dos encaminhamentos desencadeados pelos respectivos órgãos.
- e. Desenvolver o Sistema de Ouvidoria e Socializar as demandas com as áreas específicas.
- f. Instituir e manter o serviço de ouvidoria junto aos CRPs e ao CFP.

Nº Tese:	0008
Tema da Tese:	GESTÃO DO SISTEMA - Gestão Administrativa
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:44:20

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Instituir com base em resoluções a gestão por projetos em todo o Sistema e aprimorar a gestão por projetos para participação maior.
2. Proporcionar espaço, discussão, reflexão e compartilhamento de práticas, a partir de eventos culturais.
3. Democratizar o ato avaliativo relativo ao sistema Conselho; publicizar os resultados
4. Ampliação da comunicação e divulgação de conhecimentos com o intuito de trocar experiências, teses, permitindo desta forma haver debates e trocas de opiniões dos membros do fórum oficial de Psicologia interligado com os sites do CRP e CFP.
5. Criar uma assessoria que faça um acompanhamento mais efetivo dessas leis.
6. Criar mecanismos de avaliação das ações das gestões dos Conselhos e atualização do perfil da categoria.
7. Instaurar uma política de recursos humanos para os profissionais, aproximando de maneira mais assertiva na construção de um diálogo com os profissionais;
8. Garantir recursos para a participação dos psicólogos nos eventos do Conselho.
9. Utilização das regras da ABNT para construção de documentos que consiste mais especificamente de escrever por extenso o que significa as siglas utilizadas.
10. Facilitar e incentivar a participação ativa da categoria nesse momento de decisões importantes que é a Assembléia Ordinária;
11. Divulgar amplamente informações sobre o Sistema Conselhos, seus objetivos, funções, funcionamento e obrigações.
12. ações afim de divulgar as ações do setorial para além das Administradoras , eventos, encontros, conferências e demais movimentações;
13. Intensificar aproximação através da formação;
14. Preparo dos articuladores e capacitação dos mesmos e colaboradores para serem informantes e multiplicadores das ações do CRP-MG e setoriais.
15. Organizar pesquisas que busquem compreender qual a imagem dos Conselhos Regionais frente aos psicólogos e promover ações com base nos resultados encontrados e mapear a expansão da territorialidade da profissão.
16. O mapeamento dos locais de trabalho dos psicólogos irá viabilizar e aprimorar uma série de ações técnicas e políticas do Sistema Conselhos, como: orientações, fiscalizações, realização de fóruns, debates com o público-alvo relacionado ao tema.
17. Filiação dos CR's as instâncias da fundação nacional da qualidade possibilitando mudança de paradigma nas gestões, implantar isso 9001.
18. Elaborar uma resolução e implementa-la, definindo periodicidades para lançamento de editais (semestral).
19. Estabelecer porcentagens específicas para participação e/ou envio de projetos para pessoas físicas e jurídicas.
20. Estabelecer critérios públicos de avaliação e julgamento de projetos que contemplem os princípios de ética, beneficência e justiça (relevância social).
21. Discutir com os empregadores dos psicólogos conselheiros estratégias de liberação para que os mesmos possam exercer as atividades referentes ao cargo
22. Reconhecer e financiar de modo igualitário a representação dos conselheiros efetivos e

suplentes e suas participações nas reuniões plenárias.

23. Dar visibilidade para diversidade de funções que o profissional da Psicologia pode desenvolver nas variadas frentes de trabalho.

24. Criar resolução que garanta um número específico de profissionais por população atendida;

Encaminhamentos:

a. O processo de gestão por projetos seja implementado pelo Sistema Conselhos através de editais públicos.

b. Estimular a criação desses espaços nos Conselhos tendo facilidades que promovam as discussões a respeito das práticas, Propor que os encontros sejam regulares devidamente divulgados pelos informativos on-line e de outras formas.

c. Instituir uma atividade de avaliação anual do Sistema Conselhos e gestões, incorporada às programações do dia dos psicólogos, coordenada pelos psicólogos conselheiros e articuladores representantes das sub-regiões. Para isso, criar um instrumento próprio, com categorias a serem avaliadas; Divulgar os resultados ainda no ano letivo da avaliação nos sites dos CR's e do CFP.

d. Promover divulgação do fórum no congresso de Psicologia e ter também um link permanente no site do crp.

e. Os CRPS devem desenvolver ações e parceria junto às instituições formadoras incentivando a participação de estudantes, professores e profissionais da área, e essa aproximação poderá ser feita através do fórum sugerido.

f. Esta assessoria passaria a acompanhar o trâmite das leis, não só via internet, mas também via presencial no Congresso Nacional.

g. Realizar pesquisas de repercussão das gestões e trabalhos realizados e de atualização do perfil da categoria. Nas pesquisas, avaliar as formas de acesso e conhecimento pelos psicólogos das decisões e referências aprovadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) que regulamentam a profissão; Buscar nas pesquisas sugestão dos psicólogos de formas de ampliar o conhecimento sobre as resoluções e dar encaminhamentos às formas mais significativas apontadas.

h. Pesquisa com os profissionais de outras demandas para além da fiscalização e orientação, mesmo que a lei de criação do Sistema Conselhos precise de uma mudança para se adaptar a essa demanda.

i. Que o conselho mantenha o apoio logístico e financeiro para as ações regionais.

j. Manter a Plenária itinerante.

k. Diálogo entre as instâncias necessárias para reformulação e elaboração de documentos.

l. Pesquisa junto a categoria e mapear o psicólogo que está atuando;

m. Contratar empresa especializada.

n. Realizar palestras sobre o Sistema Conselhos nas universidades e em locais de atuação do psicólogo, especialmente nas práticas públicas.

o. mobilizar articuladores e conselheiros à realização, divulgação e criação de projetos que visem uma maior aproximação entre CRP-MG e setoriais e profissionais;

p. Promover, em cada Estado, a implementação de pesquisas - que organizará um quadro comparativo nacional - acerca da representação construída pelo psicólogo referente aos Conselhos de Psicologia, tendo como base a autonomia de cada regional e a proposta de organização de ações com base nos dados encontrados.

q. Com base na experiência acumulada do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) em georreferenciamento, realizar mapeamento dos locais de trabalho dos psicólogos, respeitando-se os princípios metodológicos inerentes a um processo como este.

r. Chamada pública.

s. Capacitação de gestores funcionários e conselheiros nas tecnologias; Implantação gradual no Sistema Conselhos, tendo o CRP como modelo de implantação piloto.

t. Implementar resolução; Divulgação de prazos e critérios no site do Conselho.

u. gestão junto aos órgãos públicos/ privados

- v. Solicitar ao CRPMG criar Resolução que diz respeito à liberação dos psicólogos junto a suas instituições de trabalho para organização da categoria.
- w. Editar resolução garantindo que tanto os conselheiros efetivos quanto suplentes possam ser financiados para participarem das reuniões plenárias de modo igualitário.
- x. Campanhas de divulgação da profissão nas variadas mídias bem como eventos interdisciplinares.
- y. Criação de grupo de estudos para elaboração de resoluções junto aos Ministérios da Saúde, Desenvolvimento, Educação, Trabalho;

Nº Tese:	0009
Tema da Tese:	GESTÃO DO SISTEMA - Gestão da comunicação
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:58:07

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover o desenvolvimento de ações de comunicação de maneira ágil e dinâmica.
2. Proporcionar que todos os CRP's possuam jornal impresso para que seja mais um canal de comunicação com o psicólogo, principalmente das áreas interioranas,
3. Ampliação das formas de publicidade para as documentações legais dos Conselhos Federal e Regionais.
4. Criar meios de publicização das relações institucionais, de modo a que os psicólogos possam participar nos debates, em suas localidades
5. Fortalecer os canais de comunicação entre conselho e profissionais/academicos de Psicologia
6. Criar espaços para matérias com referências técnicas e de orientação
7. Criar fórum de discussão virtual na pagina do Conselho Regional de Psicologia.
8. Aumentar a divulgação das atividades e presença do conselho como representante da classe, visando promover a maior participação dos profissionais nas atividades do mesmo;
9. Aproximação e integração entre as comissões para promoção das atividades desenvolvidas e promoção das praticas profissionais em Psicologia;
10. Eventos freqüentes que discutam as notícias e avanços legais, burocráticos, políticos entre outros que digam respeito à área de atuação do profissional psicólogo.
11. Garantir maior transparência com relação à arrecadação e ações do Sistema Conselhos
12. Garantir a divulgação, digitalização e distribuição das produções áudio-visuais para todos os CRPs e seções através do Sistema Conselhos, bem como divulgar a possibilidade de novas produções.
13. Maior utilização dos recursos tecnológicos pelos Conselhos Regionais
14. Buscar aproximação com a categoria de forma a dar visibilidade as ações executadas através de pesquisas.
15. Propagar a BVSPSI
16. Fazer uso das redes sociais (na internet) como forma de entrar em contato com o universo psi a custo baixo, com grande abrangência e presteza.
17. Divulgação especial na revista do CRP sobre as comissões temáticas, seus objetivos, suas possibilidades e trabalhos realizados e principalmente, depoimentos de quem participa para incentivar novos colaboradores;
18. Discussão conjunta do plenário para busca de estratégias que facilitem a aproximação dos psicólogos inscritos nos CRPs, realidade das seções e representações setoriais, estratégias tentadas, resultados etc.

Encaminhamentos:

- a. Criar ações de esclarecimento à população em geral a respeito do papel do psicólogo. Para tanto, utilizar a mídia, seminários, feiras, convenções, congressos.
- b. O CFP crie condições financeiras até 3000 psicólogos (conta) para que os CR`s que comprovadamente não tenha condição de ter o jornal impresso possam ter o seu modo de comunicação alem da ferramenta da internet.
- c. Mínimo dois jornais semestrais.
- d. Emprego de várias estratégias (internet, correio, etc.) de divulgação das documentações legais dos Conselhos Federal e Regionais de forma a se garantir o princípio da publicidade.

- e. As comissões tem autonomia para acompanhar as ações políticas e institucionais, criando mecanismos de publicização.
- f. Fortalecer os canais de comunicação entre conselho e profissionais/academicos de Psicologia, divulgando informações sobre políticas do conselho, através de site, jornal, material gráfico, bem como tecnologias em geral.
- g. Melhorar meios de comunicação c/ psicólogos - atualização de endereços e correspondências, divulgação na mídia, eventos, mostras da categoria. Dispor de mais recursos para comunicação entre psicólogos e dos CRPs c/ categoria.
- h. Criação de fóruns virtuais nos sites das regionais havendo possibilidades de expandir esse procedimento às subsedes.
- i. Criar uma comissão específica para realizar as divulgações a respeito da área tanto para psicólogos quanto para a comunidade geral;
- j. Eleger, por parte da plenária, um conselheiro responsável pela comunicação que qualifique as ações da ASCOM.
- k. Maior participação das comissões em reuniões realizadas pelos Conselhos Regionais para que a troca de informação seja mais precisa.
- l. Atuação da ASCOM do conselho de forma regionalizada, não priorizando apenas os veículos de comunicação das capitais.
- m. divulgar no site www.pol.org.br os nomes dos profissionais regularmente inscritos no Sistema Conselhos
- n. divulgar detalhadamente os gastos do Sistema Conselhos
- o. inserir material de divulgação sobre a construção das teses dos CNPs, inclusive inserindo links no site para os cadernos de teses, por região
- p. Realização de vídeo-conferência para a transmissão de reuniões ampliadas, reuniões de GTs e seminários.
- q. Ampliar número de reuniões telefônicas para viabilizar melhor comunicação entre comissões e GTs.
- r. Regularizar a periodicidade do Jornal do Psicólogo
- s. Padronizar as formas de divulgação.
- t. Por meio de contatos com MS e Prefeituras no sentido de viabilizar a implementação da estação da BVSPSI.
- u. Inscrever-se (Sistema Conselhos) prioritariamente em redes como Orkut, Facebook, twitter, blogs, inclusive os de divulgação científica
- v. Elaboração e distribuição de folders/cartazes explicando as diversas áreas atuantes do profissional psicólogo;
- w. Distribuição do material informativo nas instituições;
- x. Integração da ação com as comissões temáticas específicas dos CRPs para abordar o assunto nos eventos programados;
- y. Incluir no Jornal do CRP espaços para matérias sobre referencias técnicas, orientação, questões éticas, divulgação dos processos éticos julgados.
- z. Retornar com a lista dos concursos abertos para inscrição nos boletins eletrônicos.
- aa. Mesclar o conteúdo do Boletim impresso com notas e esclarecimentos sobre resoluções referente ao exercício profissional.

Nº Tese:	0010
Tema da Tese:	GESTÃO DO SISTEMA - Gestão de funcionários
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 09:35:32

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Acolher os servidores que estão adoecidos
2. Estreitar a relação dos/as conselheiros/as com os/as funcionários/as
3. Criar políticas de qualidade de vida e saúde do/a trabalhador/a
4. Utilizar "o uso da escuta psicológica, para saber o que os/as funcionários/as pensam e sentem".
5. Contactar em universidades e faculdades públicas e privadas mecanismo de pós-graduação que atenda as necessidades do Sistema Conselhos em relação a especialização de seus assessores;
6. Monitorar e avaliar a produção de cada um dos que participarem dessa dinâmica, a fim de avaliar o quanto essa política foi efetiva em termos de resultados.
7. Garantir que seus trabalhadores homossexuais tenham os mesmos direitos trabalhistas (incluindo os que são extensivos à sua família) que já são garantidos aos trabalhadores heterossexuais.
8. Disponibilizar o Sistema Conselhos como campo de prática para estudantes de Psicologia dos últimos períodos.

Encaminhamentos:

- a. Atendimento psicoterápico dentro da unidade, com psicólogo exclusivo para atender cada servidor inclusive sua família se precisar.
- b. Implantar Recursos Humanos dentro dos Conselhos
- c. Aprimorar as políticas de saúde do/a trabalhador/a nos conselhos
- d. Utilizar um método de proporcionalidade que tenha em vista a relação conselheiros/psicólogos(as) e funcionários/psicólogos(as).
- e. Discussão de modalidades de ensino presencial, semi-presencial e à distância credenciados pelo MEC, a exemplo dos cursos promovidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (AVEA: Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem)
- f. Levantar quais os documentos (contratos/estatutos) não citam essa igualdade de direitos e fazer alterações de forma que fique explícita a inclusão dos dependentes do trabalhador homossexual, nos moldes dos concedidos aos trabalhadores heterossexuais, o mais breve possível;
- g. Comunicar a todos os trabalhadores que essa alteração foi feita e fazer a adesão dos dependentes apontados pelos trabalhadores homossexuais;
- h. Comunicar essa possibilidade aos novos trabalhadores do Sistema Conselhos;
- i. Comunicar, enviando os impressos das alterações à toda instância que administra "recursos humanos" no Sistema Conselhos, para garantir a circulação da alteração e a possibilidade de cobrança da nova medida
- j. Articulação com o SINPSI e SINSEXPRO (Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Colegiados do Estado de São Paulo).
- k. Que o CFP em consonância com os CRP's desenvolva projeto de estágio, para estudantes dos últimos períodos de Psicologia;
- l. Elaborar projeto de estágio conforme Lei 11.788, de 29/09/2008,
- m. Desenvolver e publicizar o trabalho científico a partir de estágios desenvolvidos no Sistema Conselhos;
- n. Estágios voltados para as Políticas Públicas, através do Centro de Referência Técnica e Psicologia e Política Públicas - CREPOP;

o. Ampliar articulação com as IES e ABEP para discutir e divulgar as ações e o papel do Sistema Conselhos de Psicologia.

Nº Tese:	0011
Tema da Tese:	GESTÃO DO SISTEMA - Gestão para inclusão
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 09:30:03

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Produzir referências técnicas de atuação dos psicólogos em arquivos com extensão .txt e/ou .doc para serem encaminhados via email aos psicólogos com deficiência visual e/ou gravá-los em CDs de áudio e enviados via correios;
2. Buscar estratégias para garantir o acesso às informações e participação a psicólogos, estudantes e/ou usuários de serviços de Psicologia no Sistema Conselhos;
3. Garantia de formas de acesso que respeitem as especificidades de todos os sujeitos, nas sedes e subsedes do Sistema Conselhos de Psicologia, bem como em seus eventos externos;
4. Garantia de formas de comunicação que acolham todas as diferenças em todas as formas de mídia e eventos do conselho

Encaminhamentos:

- a. As informações geradas pelo Sistema Conselhos deverão ser encaminhadas aos psicólogos com deficiência visual via eletrônica (e-mail), por meio de arquivos com extensão .txt e/ou .doc, para serem lidos por programas específicos, ou ainda gravados em CDs de áudio e enviados para os referidos psicólogos;
- b. Ampliar a confecção de material informativo do Sistema Conselhos em Braille;
- c. Garantir a presença de intérprete de Libras em eventos do Sistema Conselhos, informando isto previamente aos interessados.
- d. Garantir que psicólogos ou outros usuários que se valham dos serviços disponibilizados no Sistema Conselhos, com necessidades especiais diversas, sejam atendidos satisfatoriamente;
- e. Criação de formas de acesso facilitado (rampas e elevador, etc) em todas as sedes e subsedes do Sistema Conselhos;
- f. Utilização dos sistemas libras e braille em eventos e meios de comunicação de grande circulação do Sistema Conselhos;
- g. Utilizar como critério para escolha de espaços externos para eventos do Conselho, locais que tenham o acesso facilitado.

Nº Tese:	0012
Tema da Tese:	GESTÃO DO SISTEMA - Gestão política junto à categoria
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:17:19

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover discussões sobre diferentes atuações do Psicólogo (suas práticas e possibilidades).
2. Aproximar jovens profissionais a outros que atuam há mais tempo nesse campo e nas mas diversas áreas e fortalecer o recém-formado como categoria profissional, prevenindo práticas individualistas e potencializando a interdisciplinaridade.
3. Eleição de tema anual para as ações do Sistema Conselhos e balizamento das ações dos colegiados, centros de referencia, comissões, etc.de acordo com esse tema;
Participação de todos os CRP's, comissões, colaboradores, universidades e do CFP no elencamento desses temas;
4. Criar espaço institucionais dentro da autarquia para comunicação entre os membros das comissões.
5. Promover a criação de grupos de trabalho ou estudo através do link com contatos e interesse.
6. Dirimir o desconhecimento da população acerca do papel do psicólogo como profissional e do Sistema Conselhos, Esclarecer que o conselho tem o papel principal de orientação.
7. Mobilizar os psicólogos para efetiva participação no Sistema Conselhos.
8. Estimular a aproximação entre os Psicólogos e o Sistema Conselho e ampliar e generalizar a participação da categoria nas ações dos Conselhos Regionais de Psicologia.
9. Congressos e eventos a serem realizados nos setoriais a partir de consulta democraticamente realizada aos profissionais envolvidos.
10. Garantir um tratamento igualitário a psicólogos e conselheiros para a participação em eventos promovidos pelo Sistema Conselhos.
11. Buscar maior participação e comprometimento com a Psicologia de todos os psicólogos.
12. Estimular a participação de psicólogos como colaboradores nas atividades dos CRPs.
13. Incentivar a participação da categoria nas ações do conselho
14. Favorecer a manutenção de associações e órgãos de mobilização local dos psicólogos.
15. Fomentar as organizações de psicólogos.
16. Estruturar ações que viabilizem a efetivação do papel do Sistema Conselhos no fortalecimento dos psicólogos em associações, grupos, sindicatos a partir da qualificação do exercício profissional.
17. Incentivar a participação dos psicólogos nas ações do conselho visando sua democratização.
18. O Sistema Conselhos deve investigar as causas que colaboram para o afastamento da categoria.
19. Expedir uma resolução do CRP Minas Gerais que trate das atribuições do articulador e colaboradores
20. Propor ações que ajudem a difundir uma nova cultura de pensamento e práxis sobre a profissão de modo que o recém formado possa se posicionar na sociedade de forma mais crítica, política, gestora e mais voltada para o trabalho social/comunitário.
21. Atuar com estratégias para incentivar o contato da categoria e o compromisso dos psicólogos enquanto ser político.
22. Ação do Sistema Conselhos de Psicologia visando à criação de mecanismos de formação de quadros políticos sintonizados com um projeto ético-político calcado no Compromisso Social e no cuidado na gestão pública.
23. Promover atividades culturais, recreativas e educacionais, como forma de aproximar o

psicólogo do CRP, de forma que o psicólogo se sinta pertencente e representado.

24. Realizar a ação da gestão do CFP e CRP's nas consolidações dos Seminários Nacionais dos Anos Temáticos do Sistema Conselhos.

25. Conhecimento das áreas de atuação, discussão e estabelecimento de parâmetros que guiem o profissional em cada área, isso de forma dinâmica e contínua.

26. Desenvolvimento de estratégias interessadas em resgatar, fomentar, impulsionar o profissional a buscar as informações, conhecimentos, eventos e atualizações disponibilizadas.

27. Criar um Sistema Conselho forte, como a Ordem dos Advogados do Brasil, que assuma as funções e atribuições do órgão sindical.

28. Palestras/ eventos para o 1 ano de formado (fazer um cronograma com temas relacionados a atuação e funcionamento do CRP).

Encaminhamentos:

a. Promover encontros com profissionais recém formados a respeito da inserção do profissional no mercado de trabalho.

b. Criar um Comitê, Divulgar nas Instituições de Ensino Superior, Divulgar nas reuniões de entrega de carteiras (CRP) e por informativos on-line, Disponibilizar espaço para existência do Comitê, Elaboração de um estatuto com definição do tempo de formação exigido para participação do Comitê.

c. Discussão nas APAF's, plenárias específicas nos CRP's e grupos de discussão com os participantes acima elencados;

d. Realização de pesquisas, discussão de assuntos e observação de demandas nacionais (na forma, por exemplo, que o CREPOP Nacional opera a discussão em reunião com os CREPOP's Regionais).

e. Realizar reuniões semestrais tanto dentro dos Regionais como também nacionalmente.

f. Construir e publicizar o link de interessados em participar de GT e grupo de estudo das diversas áreas da Psicologia, mantendo um mediador responsável.

g. Palestras em comunidade, especialmente onde existem psicólogos atuando em políticas públicas, Palestras nas faculdades sobre o Sistema Conselhos, pelo menos uma vez por semestre, Divulgação nos meios de comunicação sobre o Sistema Conselhos e da Psicologia como ciência e profissão.

h. Realizar um estudo sobre o assunto e estipular estratégias de ação, Pesquisar os assuntos de maior interesse da categoria, Rever a forma de divulgação dos eventos buscando utilizar outros meios de comunicação, Aproximar-se das instituições formadoras a fim de mobilizar os futuros profissionais.

i. Promover eventos gratuitos como palestras, seminários, fórum, entre outros, com temáticas atuais, visando contribuir com a qualificação do profissional em sua atuação, Promover encontros para estimular a participação da categoria nas ações do Conselho;

j. Realizar uma pesquisa no site dos CRP's visando identificar as principais demandas e interesses da categoria profissional, bem como, possibilitar que os resultados sejam norteadores de ações direcionadas aos psicólogos;

k. Divulgar as ações do Sistema Conselhos de Psicologia, através do site e nas atividades do CRP, Criar um espaço no site do Conselho para publicação de artigos, livros, pesquisas, entre outros trabalhos científicos dos psicólogos.

l. Consultas constantes aos profissionais para a elaboração dos eventos, ou seja, confecção de uma agenda que contemple as demandas da maioria dos psicólogos.

m. Criar uma resolução no âmbito federal que garanta o tratamento igualitário entre conselheiros e psicólogos para participação em eventos que sejam promovidos pelo Sistema Conselhos.

n. Apoiar a formação de Associações de psicólogos;

o. Organizar palestras para fins de conscientização utilizando os próprios profissionais como instrutores pra divulgar os objetivos acerca da profissão, Organizar encontros de profissionais de Psicologia nos órgãos, redes sociais e demais instituições para criar maior debate sobre a profissão;

p. Promover ações junto as IES, obtendo espaço nos congressos e semanas acadêmicas

mantendo o enfoque na profissão.

- q. Criar fórum para debate online delimitando o acesso para profissionais da Psicologia;
- r. Que o CFP e os CRPS estimulem a participação dos psicólogos nas discussões, nos movimentos e nos eventos da área, assim como nas comissões dos conselhos regionais em que assim a categoria possa participar mais ativamente dos acontecimentos relacionados a Psicologia.
- s. Fortalecer as relações entre profissionais da Psicologia através de eventos como rodas de conversas, promovendo a interação social, afetiva, troca de experiências, etc, Possibilitar e divulgar momentos de interação, reunindo os diversos profissionais, Promover eventos de interesse da categoria, eventos de atualização e reciclagem profissional.
- t. Permitir que o trabalho das comissões se voltem para a mobilização e para a qualificação dos profissionais - redimensionando a proximidade do Conselho com os profissionais e, conseqüentemente, promovendo um aperfeiçoamento democrático da participação dos psicólogos, Garantir a participação de um articulador do Sistema Conselhos em cada cidade;
- u. Apoiar eventos dos grupos organizados de profissionais (associações, grupos de estudo e outros).
- v. Todos os grupos de trabalho devem criar interlocução com a categoria realizando pesquisa avaliativa das atividades realizadas.
- w. Campanha de divulgação sobre os trabalhos, Maior participação em outros espaços que os psicólogos se organizam.
- x. Propor eventos locais e nacionais em conjunto com/ou nos meios acadêmicos que promovam o recém-formado enquanto profissional capacitado para se inserir no mercado de trabalho, instituído de uma nova cultura, voltado para os problemas sociais/comunitários gerando discussão ético-política com o poder público.
- y. Realizar eventos periódicos para trabalhar com temas atuais e pertinentes à profissão.
- z. Estratégias mais eficientes de divulgação e sensibilização dos psicólogos para participarem politicamente, seja no Sistema Conselhos, em grupos de controle social e movimentos sociais.
- aa. Criar no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia dispositivos de formação política, visando suprir a necessidade de gestores de novo tipo para a tarefa da gestão político administrativa do Sistema Conselhos;
- ab. Criação de GT, visando construir uma proposta de metodologia para formação de quadros a ser avaliado e aprovado pela APAF.
- ac. Criar espaços de acolhimento e orientação dos PSICÓLOGOS nos CRPs;
- ad. Articulação com as Secretarias de Cultura, Esporte e Lazer para o desenvolvimento de atividades de integração.
- ae. Os resultados das Consolidações dos (Seminários Regionais) anos temáticos do Sistema Conselhos de Psicologia, sejam implementados.
- af. Promover congressos temáticos, prêmios, bolsas de pesquisa, uso da mídia.
- ag. Uma chamada aos profissionais, estabelecendo determinadas obrigatoriedades para a manutenção do registro profissional. Reuniões periódicas, propostas de cursos de atualização / especialização, Congressos, Seminários, etc.
- ah. O CRP deve agendar encontros com turmas de formandos para apresentação do Conselho, seu papel e função em todos os cursos na sua área de abrangência.
- ai. O CRP deve produzir um compêndio com as resoluções que mais interessam ao exercício profissional dos psicólogos a ser entregue junto com a carteira provisória, a exemplo de uma publicação existente e produzida pelo CRP-06.
- aj. O CRP deve garantir seu espaço de representatividade na formação junto as Universidades;
- ak. Melhorar e ampliar suas formas de divulgação de suas ações, conteúdos, documentos, eventos, etc.
- al. Conhecer as áreas de atuação e interesse dos profissionais para direcionar suas ações e comunicação de acordo com os mesmos.
- am. Criar uma secretaria / diretoria / comissão sindical no Sistema Conselhos.

an. Incentivar a mobilização dos CRPs junto aos cursos de Psicologia e criar sistemas de comunicação entre os CAS e os CRPs

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Tema: Inscrição e registro

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
13				

Nº Tese:	0013
Tema da Tese:	INSCRIÇÃO E REGISTRO
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:26:51

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Retomar projeto de construção de Banco de Dados do Sistema Conselhos; Construir princípios e diretrizes para uso de Banco de Dados, nos fóruns de referência da categoria; Inserir conteúdo das discussões deliberativas do Sistema Conselhos, a importância da realização de Banco de dados.
2. Ampliação das formas de entrega da documentação necessária para a inscrição de Pessoa Física e Pessoa Jurídica.
3. Adaptar o tamanho da CIP ao padrão do RG ou Carteira de motorista.
4. Divulgar o cadastro nacional de psicólogos.
5. Normatização para ser habilitado para licenciatura/bacharelado e formação de psicólogo.
6. Zelar pela qualidade do profissional inscrito e apto a atuar como psicólogo, através de uma prova para os alunos recém-formados que queiram exercer a profissão.

Encaminhamentos:

- a. Fazer uma releitura do projeto original com vistas a uma ampla discussão e avaliação da estrutura do mesmo;
- b. Identificar as demandas que impediram até agora a implementação e viabilidade do projeto;
- c. Mobilizar a sensibilizar a categoria para adesão ao Banco de Dados.
- d. O Sistema Conselhos poderá usar, além da estratégia de entrega de documentos na sede, a entrega da CIP por meio do fiscal, em casos específicos, definidos de acordo com a deliberação da gestão.
- e. Mudar o tamanho da Carteira do CRP
- f. Ter por base a data de inscrição em cada CRP e após unificação da numeração, os novos inscritos devem seguir a sequência fornecida pelo CFP, mediante solicitação do CRP. A sequência que dará a identificação do regional será " / " barra número do CRP.
- g. Contratar consultoria de informática
- h. Discutir custos na APAF
- i. Apresentar ao CFP e CRPs a tese dessa necessidade.
- j. Promover semestralmente prova obrigatória para se inscrever como psicólogo, sendo necessário e obtenção de 70% de acertos para a aprovação.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Tema: Organização da APAF

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
14				

Nº Tese:	0014
Tema da Tese:	ORGANIZAÇÃO DA APAF
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:36:33

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Faz-se necessário rever a quantidade de APAF, no intuito de o Sistema Conselhos de Psicologia, efetivamente, ter condições de levar a termo as deliberações dos Congressos Nacionais da Psicologia (CNP);
2. Reorganizar a APAF, para qualificá-la;
3. Divulgar entre os Conselheiros o Regimento Interno da APAF e ampliar o número de representantes dos Conselhos Regionais nas APAFs;
4. Que as deliberações da APAF sejam divulgadas de forma mais ampliada, sistemática e contínua, para a categoria, no que concerne a todas as deliberações, sejam, financeiras ou administrativas. Garantindo a transparência na execução das ações;
5. Que o Sistema Conselhos altere o calendário das reuniões da APAF;
6. Reduzir o tempo de uma APAF para outra;
7. Revisão e debate dos critérios de votação nas APAFs.

Encaminhamentos:

- a. Que o Sistema Conselhos de Psicologia passe a realizar três (03) reuniões APAF por ano, no intuito de se consolidar, de modo efetivo, as deliberações dos CNP;
- b. Realizar discussão e deliberar na APAF novos critérios referentes aos representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) nas APAFs;
- c. Envolver, de forma efetiva, todos os membros do plenário dos Regionais e do Conselho Federal de Psicologia na construção e discussão da pauta da APAF;
- d. Alterar o parágrafo 2º, do Artigo 27, do Capítulo VII, do Título II, do Regimento Interno do Conselho Federal de Psicologia, aprovado pela Resolução CFP Nº 17/2000, que passará a ter a seguinte redação: "CRP com até 3.000 profissionais dois representantes; CRP com 3.001 até 10.000 profissionais três representantes; e CRP com mais de 10.000 profissionais quatro representantes";
- e. Divulgação no site do CRP e do CFP (POL) em seqüência a realização da APAF dos indicativos aprovados;
- f. Boletins eletrônicos chamando a atenção da categoria para consultar no site o que foi deliberado na APAF;
- g. Que as reuniões da APAF ocorram no início dos meses de março e outubro;
- h. Realização de APAF trimestral (maio/sete);
- i. Divulgação e a promoção de fóruns diversos para o debate e discussão dos critérios de votação nas APAFs;
- j. Divulgação sistemática sobre as instâncias deliberativas do Sistema Conselhos;

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Tema: Política financeira

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
15				
16				

Nº Tese:	0015
Tema da Tese:	POLÍTICA FINANCEIRA - Anuidades
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:12:08

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Levantamento da possibilidade de se estender o número de parcelas da anuidade.
2. Estudar a possibilidade do recém formado requerer a redução da anuidade no primeiro ano
3. Viabilizar um maior número de parcelamentos para as anuidades na vigência do ano devido.
4. Ao Sistema Conselhos carece construir alternativas, no sentido de criar condições para que os psicólogos possam pagar as anuidades ao longo do ano, sem que se tornem atrasados ou mesmo inadimplentes.
5. Adequar o valor da anuidade de Pessoa Jurídica ao faturamento ao valor do capital social, etc., de forma que a anuidade seja mais justa e democrática.
6. Que haja um aumento na situação de regularidade técnica dos profissionais, especialmente daqueles que residem nas cidades afastadas das capitais, garantindo a sociedade maior efetivação de serviços psicológicos.
7. Promover debates sobre as dificuldades enfrentadas pelos psicólogos recém formados em sua entrada no mercado de trabalho;
8. Alterar o art.1º da resolução CFP 001/90, de 10 de fevereiro de 1990, que ficará com a seguinte redação:
Art.1º - Dispensar do pagamento da anuidade, taxas e emolumentos, o psicólogo que completar 65 anos de idade, a partir do exercício em que vier a completar tal idade.

Encaminhamentos:

- a. Ampliar número de parcelas de acordo com as possibilidades legais
- b. Consolidação dessa decisão via Resolução específica
- c. Que as anuidades possam ser parceladas durante os doze (12) meses do ano, sem acréscimo no valor.
- d. Que os recém-inscritos, no curso do primeiro ano de formados, sejam isentos da anuidade, como meio de incentivo para uma inserção potente no mundo do trabalho.
- e. Solicitar atualização anual ou bianual da empresa, no que diz respeito à receita, quadro de funcionários,...
- f. Criar categorização para distinguir em que nível a empresa se enquadra.
- g. Estipular percentuais diferentes para pagamento da anuidade de PJ de acordo com a categoria em que a empresa se enquadra.
- h. Fazer campanha de esclarecimento e conscientização junto à categoria fazendo visitas a instituições, utilizando internet, folders explicativos e outros meios de comunicação;
- i. Elaborar manual de esclarecimento do orçamento do no intuito de participar à categoria os gastos e a receita do CRP, visando a compreensão do processo financeiro como um todo e conseqüente comprometimento do profissional com sua classe;
- j. Conceder desconto no pagamento da anuidade em parcela única, diminuindo gradativamente de janeiro a março, de modo a incentivar o pagamento antecipado e garantir receita mais cedo. Ex.: 20% em janeiro, 15% em fevereiro, 10% em março.
- k. Constituir a possibilidade de anuidade diferenciada para os recém formados, reconsiderar recém formados 02 anos após a colação de grau.
- l. Que o Sistema Conselhos elabore uma tabela de anuidades com isenção no primeiro ano de formado, e redução de 50% para o segundo ano de formado.
- m. Que o CFP providencie a alteração.

n. Definição de Indicador Regional (reduzidor ou incrementador), com base no salário mínimo (SM).

Ex 1: PB

Anuidade = $SM \times 0,5 = SM/2$

Ex 2: SP

Anuidade = $SM \times 1,5 = 1,5 SM$

Ex 3: AC

Anuidade = $SM \times (-1) = -1 SM$ (Pagar um salário mínimo para se manter vinculado ao conselho)

De acordo com o Estado do Brasil.

o. Estabelecer uma cobrança de modo mais efetivo, criando uma comissão para análise dos casos e estudando formas de parcelamento de dívidas de forma compatível com cada situação.

Nº Tese:	0016
Tema da Tese:	POLÍTICA FINANCEIRA - Finanças
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:26:55

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que o Conselho Federal de Psicologia reveja o percentual de participação dos CRP's, quanto ao repasse anual que hoje esta em 25% do arrecadado anual;
2. O CFP orientar e elaborar Resolução Federal intitulando a gestão por projetos diminuindo a discricionariedade da alocação de recursos em projetos; normatizar a gestão de projetos;
3. Que o Fundo a ser criado absorva os valores da Conta Divulgação e que receba contribuições proporcionais (via pagamento das anuidades) de todo o Sistema Conselhos, mas que o mesmo não seja mais gerenciado somente pelo CFP, mas que seja executado pelo CFP e gerenciado pela APAF, via nomeação de uma comissão gestora com a composição de todo o sistema. E que os recursos sejam exclusivamente utilizados para ações e intervenções unificadas do Sistema Conselhos definidas em APAF e justificadas pelas diretrizes do CNP;
4. Estabelecer cotas, privilegiando a categoria;
5. A situação desejada é que todos os profissionais, a partir do conhecimento das ações possa obter um julgamento crítico acerca delas;
6. Criação de um portal da transparência do Sistema Conselhos onde todos os componentes do Sistema Conselhos (CRP'S e Conselho Federal) terão que publicar obrigatoriamente todos os detalhes dos seus atos e ordenações da execução orçamentária. Obedecendo-se as regras legais da contabilidade pública e da transparência.
7. Promoção de eventos, veiculação sistemática, através dos meios de comunicação - mídia - de informações claras e consistentes, cuja linguagem seja efetiva para a compreensão das populações, respeitada a diversidade cultural brasileira.

Encaminhamentos:

- a. Que sejam isentos no Triênio os recém criados Conselhos de Psicologia; Que os Conselhos com até 3.000 inscritos repassem 15% do arrecadado; Que os Conselhos acima de 3000 e até 20000 inscritos repassem 20% do arrecadado e os Conselhos acima de 20000 inscritos repassem 25% do arrecadado;
- b. Publicar os recursos disponíveis nos CRs para apoio a projetos; Promover Edital de Chamada Pública.
- c. Edição e publicação de resolução que regule esta proposta via CFP;
- d. Estabelecer cotas, privilegiando a categoria;
- e. Elaborar um link de fácil acesso e pormenorizado que dê transparência às ações do Sistema Conselho;
- f. Após a criação do Portal da Transparência, os atos que não forem publicizados serão passíveis de punição inclusive com a perda de mandato por parte do ordenador de despesas que os autorizou;
- g. Tornar público no site dos CRPs a contabilidade mensal de entrada e gastos com as ações dos conselhos. Solicitar novos canais de financiamento federal;
- h. Que o CFP viabilize recursos oriundos da conta divulgação para a concretização de ações que valorizem o profissional psicólogo. Promoção de eventos e matérias pagas, com linguagem adequada à diversidade cultural da população, objetivando a valorização da imagem do profissional psicólogo.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Tema: Regionalização

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
17				
18				
19				
20				

Nº Tese:	0017
Tema da Tese:	REGIONALIZAÇÃO - Estratégia em relação à Prática Profissional
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:12:33

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Organizar núcleos regionais que deverão atuar como fóruns de discussão sobre os temas relevantes para a prática profissional, efetuando maior participação dos profissionais.
2. Criação efetiva de subdistritos dos conselhos regionais no interior para viabilizar ações de articulação dos profissionais daquela localidade e dos estudantes de Psicologia.
3. Criação de Núcleos de Trabalho e/ou representatividade regionais que possam servir de referência para os psicólogos nas suas regiões/cidades;
4. Realizar debates pré-orçamentários nas diferentes regiões para discutir o valor da anuidade e subsidiar a Assembléia Orçamentária.
5. Implantar núcleos regionais de acordo com a necessidade de cada Estado, avaliando a disposição geográfica e número de profissionais.
6. Promover a interação do CRP com profissionais que atuam e residem no interior.
7. Facilitar e agilizar a tramitação de documentos e informações entre os profissionais e o CRP.
8. Promover eventos para divulgar a profissão e aumentar a interação entre os profissionais e o CRP.
9. Oportunizar espaços entre a categoria de psicólogos da região e o Sistema Conselhos
10. Organizar, capacitar e instrumentalizar as equipes de articuladores, para efetivação das ações.
11. Esclarecer a categoria quanto aos recursos e condições para a prática dos articuladores.
12. Promover eventos para divulgação e discussão das regulamentações originárias das discussões, das demandas dos profissionais.
13. Manter meios de comunicação existentes entre conselhos e profissionais, tanto para esclarecimentos a orientações técnicas.
14. Intensificar fiscalização do conselho.

Encaminhamentos:

- a. Descentralização das reuniões das comissões temáticas utilizando-se de reuniões itinerantes; Utilizar recurso de interação através da internet.
- b. Criação de comissão de interiorização para viabilizar ações no interior. Promoção de palestras e discussões com profissionais da região e de outras localidades viabilizando o intercâmbio de saberes. A participação bimestral do CRP no interior levando palestras e discussões que fomentem a construção da Psicologia como ciência e profissão. A contribuição efetiva do CRP-09 nos eventos promovidos no interior. Melhoramento da comunicação entre interior e CRP com a criação de e-mail ou grupos virtuais para envio de propostas.
- c. Os CRPs devem criar Núcleos de Trabalho e/ou Representatividade nas diferentes regiões do Estado
- d. Os CRPs devem promover debates e oferecer informações sobre os critérios para estabelecimento do valor da anuidade
- e. Realizar o mapeamento dos profissionais no âmbito de atuação profissional, considerando que há profissionais que residem em um Município/Estado e atuam profissionalmente em outro. Ampliar/atualizar o cadastro já existente no CRP, acrescentando o local de trabalho do psicólogo.
- f. Implantar sessões setoriais nas regiões interioranas de acordo com a quantidade de profissionais inscritos.
- g. Eleger Comissões para atuar no interior.

- h. Levantamento do perfil dos profissionais que atuam no interior.
- i. Planejamento de ações sistemáticas voltadas para as realidades de atuação no interior.
- j. Maior investimento na divulgação das ações do CRP.
- k. Aproximação com as instâncias formadoras de forma constante
- l. Eleger um representante da região junto ao CRP 07, bem como a realização de reuniões periódicas do Sistema Conselhos com a região.
- m. Abrir editais periódicos para participação efetiva dos articuladores, que fomente o trabalho democrático.
- n. Divulgar no site a disponibilidade de subsídios.
- o. Contato com entidades e CFP.

Nº Tese:	0018
Tema da Tese:	REGIONALIZAÇÃO - Estratégias para regionalização - Estratégia em relação ao processo democrático do Sistema
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:45:34

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover eventos que envolvam a base da categoria, incentivando a participação através de divulgação mais ampla e eventos mais localizados que sejam geográfica e economicamente viáveis a todos os profissionais;
2. Participação de psicólogos na diretoria dos Regionais de forma descentralizada;
3. Ao elaborar o planejamento anual o Sistema Conselhos deve dar atenção às especificidades locais dirigidas à Psicologia;
4. O CRP-11 terá como objetivo a qualificação e formação política dos seus gestores, colaboradores de forma ampliada com alcance para sua base;
5. Formalizar os articuladores do CRP como "representantes" do Conselho e garantir condições para a realização de suas atividades;
6. Garantir a operacionalização, inclusive com previsão orçamentária, de discussões no interior, através de encontros, eventos, grupos de trabalho de apoio a gestão;
7. Incentivar, promover e apoiar a formação de comissões de psicólogos em cidades com mais de 150 mil habitantes; Criar mecanismos para a construção de uma rede virtual com essas comissões municipais que podem se articular em torno de temas abrangentes que subsidiem as sub-sedes e sedes dos CRPs; Promover encontros bianuais dessas comissões para avaliação das ações e definições de pautas de discussões e de ações;
8. Investir em recursos tecnológicos e criar meios para o acesso nas Subsedes. Por exemplo, vídeo conferências, skype e outros recursos midiáticos;
9. Seguindo a mesma divisão das microregioes realizada no pre congresso planejar ao menos uma reuniao anual em cada regio que seja previamente agendada e avisada. Identificar parcerias nas regioes para realização das reunioes;
10. Promover a integração da categoria. Viabilizar o acesso desses profissionais aos assuntos do CRP 16;
11. Garantir 40% da Plenária com Conselheiros do interior, excluindo a região metropolitana
12. Oportunizar espaços entre a categoria de psicólogos da região e o Sistema Conselhos.
13. Ampliar a divulgação do material produzido. (Psicoterapia, Educação, Trânsito dentre outros);
14. Criação de um gabinete em Arapiraca, com funcionamento quinzenal (no mínimo) e uma equipe responsável ligada ao conselho para dar suporte a categoria do Agreste, Sertão e Baixo São Francisco;
15. Manter e reafirmar o CREPOP; Manter e expandir as rodas de conversa para outras regiões do Estado; Manter canais abertos de contato com os profissionais (e-mails, informativos, etc); Criar núcleos regionais de suporte ao CRP/12.
16. Criar sub-regionais ou refazer o desenho da regionalização, com áreas menores para maior articulação.

Encaminhamentos:

- a. Considerando as dimensões de cada Estado, dividir as regiões de cada CRP em micro-regiões, possibilitando que as discussões cheguem às bases;
- b. Análise e reestruturação dos regimentos internos dos Conselhos Regionais, com a posterior elaboração de Resolução para normatizar os procedimentos da participação dos psicólogos de forma descentralizada; Realizar discussões nos estados de forma ampla e com apropriada antecedência de forma a definir as chapas de modo processual e democrático.
- c. Solicitar dos Conselhos Regionais incluam no Plano de Ações (PA) ações que atendam às

demandas locais que estejam em consonância com as diretrizes do CNP;

d. Desenvolver e executar ações estratégicas (fóruns, debates, articulações com órgãos formadores e outros) sobre macro-temas e micro-temas da democracia, do controle social para o aprimoramento da atuação fora e dentro do Sistema Conselhos e do CRP-11 especificamente;

e. Formalizar, por meio de documento e divulgação on line, o nome dos articuladores; Cada CRP deve avaliar o número de articuladores e o local de acordo com a necessidade e expansão geográfica de sua abrangência;

f. Prever orçamento para as demandas do interior; Presença dos conselheiros nas diferentes regiões, para fomentar a criação de grupos; Realização de eventos com diferentes temáticas no interior do estado, a exemplo do seminário "Outras Palavras".

g. Exigir a criação destes representantes pelos conselhos regionais; Que este representante seja vinculado a eleição da chapa nas regiões; O representante necessita de apoio financeiro e político para exercer sua função; Cargo não remunerado mas necessário apoio para material, divulgação e exercício do trabalho;

h. No Congresso Nacional, definir um Grupo de Trabalho com integrantes dos Conselheiros eleitos no Congresso, para a proposição de Comissões municipais e o planejamento de ações para a criação de tais comissões; Tal GT pode articular a criação dessas Comissões Municipais através de uma Comissão Estadual de trabalho, para se garantir o monitoramento das Comissões Municipais.

i. Comprar equipamentos necessários, divulgar ações, implementar um fórum de discussões das discussões dos GTs no site do Conselho;

j. Realizar reuniões regionais trimestrais em cada região por convocação do CRP 16. Webconferências; Rodas de discussão/roda redonda com temas pertinentes na região. Educação permanente; Antecedência nas comunicações do CRP 16;

l. Seminários, grupos de trabalho no interior (ida CRP), na capital com representante do conselho no (interior) profissionais e acadêmicos;

m. Fazer uma resolução regulamentando a proporcionalidade na eleição da plenária regional;

n. Apesar da questão financeira, para manter representantes no interior - que mesmo sem salário, precisarão de uma ajuda de custo - a interiorização trará muitos benefícios e facilitará a tramitação de muitos processos. Assim, o Sistema Conselhos poderia regulamentar a interiorização e a eleição de representantes em cidades do interior;

o. Eleger um representante da região junto ao CRP 07, bem como a realização de reuniões periódicas do Sistema Conselhos com a região;

p. Que os CRPs realizem reuniões itinerantes das Comissões ampliando a possibilidade de Participação dos Psicólogos (as) (locais de concentração de Psicólogos (as): Secretárias, Hospitais, Universidades dentre outros);

q. Alugar uma sala no município de Arapiraca para funcionamento do gabinete, com equipamentos necessários (material didático, permanente e recursos humanos);

r. Diretoria que contemple membros de diferentes regiões do Estado

s. Delimitar a área de abrangência de cada núcleo; Estabelecer parceria entre o CRP e categoria da região; Busca ativa dos profissionais que atuam na área de abrangência do CRP e não estão cadastrados ou inadimplentes;

t. Atualizar os cadastros dos profissionais que atuam na região; Planejamento de atividades específico por núcleo em consonância com a agenda nacional;

u. Tomar como exemplo a divisão do SUS ou SUAS: macro-regionais, micro-regionais.

Nº Tese:	0019
Tema da Tese:	REGIONALIZAÇÃO - Estrutura de Regionalização - Criação de novos Conselhos
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:12:43

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Rever a possibilidade de novos critérios para formação destes regionais, não somente o número mínimo de profissionais;
2. O CRP-11 terá como objetivo no próximo triênio o desmembramento das seções PI e MA e criação do CRP-20 e fortalecer a iniciativa da sede CE para o desmembramento;
3. Revogar a Resolução 03/10 do CFP garantindo a consulta às seções com o compromisso de respeitar o resultado da consulta; Modificar a atual legislação de modo a garantir a criação de pelo menos um CRP em cada Estado; Garantir junto ao CFP a disponibilização de recursos financeiros para a instalação e funcionamento dos novos Conselhos até que possuam arrecadação suficiente;
4. Criar um Conselho Regional de Psicologia nos Estados da Federação onde ainda não existem, com seções nos municípios de maior densidade demográfica, respeitando as características de cada região;
5. Criar os conselhos regionais de Psicologia a partir das seções AM, AC, RO e RR;
6. As seções do Norte teriam autonomia de conselho com estados próximos (Roráima/ Acre/Amazonas, Rondônia/Mato Grosso), facilitando sua mobilização e ações que favoreçam os Estados e a região, assim como a autonomia administrativa e financeira;
7. Promover o desmembramento, quando possível, com vista à estadualização ou agregar ao Estado geograficamente mais próximo como processo transitório.
A seção de base estadual é limitada não contemplando todas as peculiaridades daquela microrregião;

Encaminhamentos:

- a. Que o CFP promova a criação de Regionais e Subsedes para que o Conselho fique mais perto do profissional;
- b. Estudar as condições ideais para o desmembramento conforme resolução do CFP nº 03/2010; Fazer gestão junto à jurisdição do CRP-11 para a descrição, elaboração e execução política e técnica do projeto de desmembramento das seções PI e MA de forma ampla e participativa;
- c. Propor no VII CNP a criação dos Conselhos em todos os Estados, garantindo que o CFP disponibilize treinamento administrativo e recursos materiais e financeiros para o seu correto funcionamento;
- d. Convocar eleições para as plenárias dos Estados onde não existem Regionais; considerando as dimensões de cada Estado, dividir as regiões de cada CRP em micro-regiões possibilitando que as discussões cheguem às bases.
- e. Criar CRPs em todas os Estados da UF; Criar mecanismos de financiamento do funcionamento dos CRPs com pequeno número de psicólogos registrados pelo conjunto dos CRPs; Promover contínua interação entre os CRPs a serem criados;
- f. Aplicar dispositivos constantes da lei 5.766;
- g. Criação de um GT que possa construir um projeto para viabilizar a redistribuição dos conselhos da Região Norte, favorecendo sua autonomia e participação, considerando suas necessidades específicas;
- h. Criar política de incentivo ao processo de desmembramento e política de agregamento do Estado geograficamente mais próximo. Criar política de incentivo ao processo de desmembramento e política de agregamento do Estado geograficamente mais próximo;

Nº Tese:	0020
Tema da Tese:	REGIONALIZAÇÃO - Estrutura para regionalização - Implementação das Sub-Sedes
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:03:20

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Desenvolvimento de estratégias para permitir a participação mais efetiva dos (as) profissionais;
2. Criar um escritório fixo com estrutura mínima, mantendo um(a) estagiário(a) da COMINTER. Informar aos profissionais da região, onde se localiza a sub-sede mais próxima, que ali se encontra o escritório e quais serviços são desenvolvidos;
3. Delegar à sub-sede mais próxima do local onde os profissionais residem funções relativas aos trâmites legais, burocráticos e profissionais em geral, tais como: requisição e recebimento de carteiras profissionais (provisórias e regulares), requisição de transferência, denúncias de rompimento de ética, reuniões de referência, dentre outras;
4. Organizar e atribuir tarefas aos Pólos dentro das discussões nacionais e regionais;
5. Aumentar as ações de orientação e fiscalização nas cidades representadas pela sub-sede;
6. Realizar plenárias nas sub-sedes;
7. Estabelecer o papel político do representante da sub-sede;
8. O Sistema Conselhos terá objetivo de criar uma Sub-seção Operacional do CRP no município de Imperatriz, assim como garantir o seu funcionamento disponibilizando funcionário e local para viabilizar os processos;
9. Ampliar fiscalizações nas regiões de fronteiras com o estado CE;
10. Criar representações, subsedes, para fortalecer a ciência e a profissão e a interiorização;
11. Propiciar que 40% da composição das chapas que concorrem a eleição dos CRPs sejam ocupadas por psicólogos das regiões das subsedes;
12. Criação de cargo de psicólogo técnico em todas as subsedes, com carga horária adequada para a necessidade da região;
13. O CRP encaminhará 20% das anuidades dos psicólogos inscritos da região correspondente à subsede para que a mesma administre;
14. Avaliar a pertinência da abertura de uma sub-sede em Guarulhos, para atender Guarulhos e a região Alto do Tietê, com a consulta dos profissionais psicólogos inscritos nas regiões;
15. Fortalecer a rede de contato, trocas, participação, informação entre nossa categoria, é necessário e urgente "despessoalizar" a responsabilidade da realização de atividades e eventos do conselho pelos psicólogos individualmente em nossa região. O conselho é responsável pela organização, articulação, convocação de suas atividades;
16. Criação de assembléia que defina as políticas e encaminhamentos que devem ser implantados localmente pelo CRP correspondente;
17. Possibilitar a visitação semestral do CRP às sub-sedes, a fim de que estas sejam assistidas em seus contextos específicos;
18. Possibilitar a participação dos representantes das sub-sedes e outros (não apenas conselheiros) nas reuniões nacionais do Sistema Conselhos de Psicologia. Deste modo, a discussão efetiva dos temas será garantida com a presença daqueles/as diretamente envolvidos nas ações;
19. O CFP e CRP's que possuem seções pensarem em um documento específico (regimento interno) que esclareça mais precisamente sobre o papel, responsabilidades e delimitações de decisões por parte das seções;
20. Ter um psicólogo fiscal na subsede para melhorar a qualidade de trabalho da categoria;
21. Criar subseções regionais no Estado do Espírito Santo;
22. Mudança da atual legislação da organização setorial do CRP-04; Mapeamento dos fluxos dos

psicólogos nas suas regiões para estabelecer as Setoriais; Mapeamento da intervenção dos psicólogos nas diversas áreas de atuação;

23. Realização de uma pesquisa junto à categoria sobre a viabilidade da instalação de Escritórios Regionais às regiões pleiteantes;

24. Participação de membros do grupo gestor das seções no Plenário dos Regionais para o alcance do amadurecimento político e de ampliação da apresentação das demandas locais;

25. O aumento da subsede na região de maior concentração de profissionais de Psicologia;

26. Reposicionamento e remanejamento embasados no georeferenciamento já existente;

27. Criar uma sub-sede do CRP-11 no Cariri;

28. Criação de mais subsedes do CRP. Que o CFP estimule a formação de núcleos ou associações de psicólogos em cidades distantes da sede. Correspondências em tempo hábil;

29. A proposta é que um percentual da anuidade pafa pelo conjunto de psicólogos de cada micro regioao, retorna à estas, para que seja gerida na criação e organização de atividades de atualização profissional;

30. Estimular a criação de grupos de trabalho que contemplem as demandas locais e também dos temas deliberados pelo Conselho Federal (CNP);

31. Criar um fórum permanente de discussão de diferentes temáticas da Psicologia. Criar um grupo gestor no Vale do Taquari;

Encaminhamentos:

a. Criar sub-sedes de representação do CRP-14 nas principais cidades do Estado;

b. Implantar procedimentos para com sistemas de vídeos conferências e eventos on-line;

c. Desenvolver organização orçamentária que viabilize a implantação de sedes em regiões com mais de cem profissionais inscritos, com atuação política reconhecida pelo CRP e que tenha um curso de graduação em Psicologia;

d. Promover a divulgação por meio de boletins eletrônicos e impressos, enviados aos endereços de e-mail e residências de todos os profissionais registrados; bem como disseminar tal conhecimento através de outros meios cabíveis e compatíveis com as realidades do Conselho e dos profissionais;

e. Determinar as funções do escritório em cada sub-sede e não abrir exceções, pois isso impediria o sucesso do serviço;

f; O CRP deve estabelecer um fluxo de demandas de posicionamento da sub-sede às consultas nacionais e regionais, com prazo de resposta para que seu conteúdo colabore com o posicionamento do CRP;

g. O CRP deve estabelecer a participação de, no mínimo, 4 plenárias por ano, por cada representante de sub-sede;

h. O CRP deve criar fóruns de formação continuada dos representantes das sub-sedes, por ocasião de suas idas às plenárias;

i. O CRP deve prever visitas mensais a cada sub-sede dos fiscais da instituição, com agenda previamente divulgada;

j. O CRP deve promover, pelo menos duas vezes por ano, plenárias descentralizadas, ocorridas nas sub-sedes, levando de Salvador o quorum mínimo;

k. Abrir concurso para contratação de psicólogo orientador-fiscal para atuar nas cidades do interior;

l. Reunião em Imperatriz com os psicólogos da região com a participação de representantes do Conselho Regional e da Seção do Maranhão;

m. Modificar o Regimento Interno para garantir, por meio legal, a representação dos psicólogos das subsedes na composição da gestão do CRP;

n. Cada subsede irá elaborar anualmente um planejamento de atividades a ser realizado no ano subsequente com orçamento pautado em 20% da anuidade dos psicólogos inscritos e ativos da região desta. Respondendo pela verba um dos conselheiros que seja da subsede;

- o. Elaborar estudo sobre a viabilidade da abertura de uma sub-sede para atender as regiões de Guarulhos e Alto do Tietê; Proceder consulta pública onde pode ser sediada (cidade).
- p. Instalar uma subsede em Passo Fundo. Cadastrar e-mails dos psicólogos para efetivar um mailing facilitando a comunicação do conselho com a categoria; Criação de um espaço na página virtual onde os psicólogos possam divulgar suas especialidades e áreas de atuação;
- q. Estruturas administrativa e tecnicamente a subsede (equipamentos, funcionários, espaço físico);
- r. Constituir a assembléia com membros dos núcleos gestores dos pólos/seções;
- s. Envolver previamente os representantes das sub-sedes para mobilização dos profissionais nestas visitas;
- t. Que o CFP crie resolução que exija a criação ou nomeação de representante do Regional em cidades que estejam a mais de 300 km da sede. O representante seria um canal direto com o Regional, uma pessoa porta voz, também capaz de realizar fiscalização e orientação.
- u. Criar espaços de trabalho do CRP em cada microrregião que tenha um maior número de profissionais;
- v. Solicitar a ASSEJUR mais informações sobre a legitimidade do documento para resguardar a sede;
CFP elaborar em conjunto com CRP's com seções minuta do documento; Divulgar e esclarecer junto aos gestores da seção o documento finalizado.
- x. Fortalecer a organização dos núcleos já existentes como espaço de referência e integração dos profissionais;
- z. Promover eventos nas diferentes regiões visando discutir as práticas profissionais qualificar a ação dos psicólogos nos diferentes espaços de inserção;
- a.a. Fazer levantamento das demandas locais, com participação dos profissionais da região juntamente com a comissão Gestora e a plenária do CRP, para subsidiar o planejamento estratégico das ações do conselho, execução e calendário.
- a.b. Efetivar ações que busquem a representatividade de psicólogo colaborador /articulador em cidades onde não haja subsedes, delegacias ou escritórios.
- a.c. Criação de subseções regionais do Conselho nas regiões Norte e Sul do Estado do Espírito Santo;
- a.d. Assegurar através de resoluções ou de outro instrumento legal, em nível do Conselho Federal, a diversidade da participação de gestores residentes em locais diferentes da sede, de forma a se alcançar o amadurecimento político e a ampliação da apresentação e do debate das demandas locais;
- ae. Cada subsede deverá apresentar suas cidades polos e o acompanhamento do numero de psicólogos inscritos, por estatísticas;
- af. Decidir ad referendum os casos de urgências encontrados pelas cidades polos (as mais longinquas) e que necessitem de infraestrutura para interiorizacao;
- ag. Designar quais os gestores serão responsáveis e convidar também profissionais em cidades polos como representantes;
- ah. Criação de cargos e serviços a novos contratados para trabalharem nas novas bases em serviços de rotina ex. office - boys;
- ai. Aprovação a contratação de pessoal necessário ao funcionamento;
- aj. Instituir a instruções necessárias ao funcionamento e melhoria na comunicação e repasse;
- al. Decidir sobre aquisição de materiais bens e serviços, telefones, aparato de escritório etc;
- am. Tomar todas as medidas pertinentes ao CRP-11, para que seja criada uma sub-sede na região do cariri;
- an. Criar sub-sedes nas regiões macro do Estado. Exemplo: Corumbá MS, Dourados MS, Três Lagoas MS, Paranaíba MS;
- ao. Apoio financeiro para deslocamento desses núcleos ou associações de psicólogos para participar das atividades do Conselho. Implemento de multimídia para que os psicólogos de regionais distantes possam interagir em tempo real nas atividades da categoria. Maior divulgação de recursos e programas promovidos pelo Conselho.

ap. Criar micro regiões de cada CRP; Instituir que as gestões deverão, estatutariamente, incluir um representante de cada micro região.-Estabelecer a dotação orçamentaria para as atividades de cada micro região.

aq. Abrir uma subsede no Vale do Taquari. Eleição de representantes / gestores;

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Tema: Responsável técnico

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
21				

Nº Tese:	0021
Tema da Tese:	RESPONSÁVEL TÉCNICO
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:10:58

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. O Sistema Conselhos deverá trabalhar no sentido de potencializar a implementação da Resolução 03/2007, com vistas a consolidar as atribuições do Responsável Técnico e Investir na qualificação do mesmo enquanto interlocutor entre o Conselho, as instituições e os profissionais de Psicologia.
2. Trabalhar no sentido de regularizar a implantação do responsável técnico no setor público;
3. Ampliar e fortalecer a vinculação entre o Sistema Conselhos e os responsáveis técnicos visando subsidiá-lo no desempenho de suas funções.

Encaminhamentos:

- a. Apesar da existência desta Resolução, a mesma é pouco aplicada e, quando aplicada, tem se restringido essencialmente à formalidade legal, necessitando de ampliação e investimento com vistas à qualificação e potencialização das funções do Responsável Técnico.
- b. Levantamento das instituições inseridas neste contexto;
- c. comunicação da irregularidade e solicitação da correção;
- d. fiscalização regular, com enfoque de orientação.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Tema: Revisão da Lei 4.119/62

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
22				

Nº Tese:	0022
Tema da Tese:	REVISÃO DA LEI 4.119/62
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 09:36:33

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Atualizar, em discussão junto à categoria de psicólogos/as, a Lei 4.119/62 que regulamenta a profissão no Brasil, a fim de que tenhamos verdadeiro respaldo legal para a nossa atuação profissional em diversas áreas;
2. O Conselho Federal de Psicologia deverá mudar a Lei de forma a garantir que o uso de Métodos e Técnicas psicológicas sejam privativos dos psicólogos, não somente para os objetivos definidos na Lei atual.

Encaminhamentos:

- a. Divulgar o tema junto à categoria;
- b. Buscar apoio para aprovação da Lei;
- c. O Conselho Federal de Psicologia deverá propor discussão com a categoria para a construção deste encaminhamento, atuando na proposição da Lei 4119/62, que cria a Profissão;
- d. Através de fóruns de discussão com a categoria;
- e. Fazendo gestões aos níveis competentes (legislativo).

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos

Tema: Revisão da Lei 5.766/71

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
23				

Nº Tese:	0023
Tema da Tese:	REVISÃO DA LEI 5.766/71
Eixo:	Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:46:18

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Oficializar na forma da lei a prática vigente, ou seja, que seja alterada a Lei 5.766 em seu Artigo 16, Parágrafo Único e no Decreto 79.822 de 17/06/1977, no seu Artigo 9º, inciso 4º, mudando de 1/3 para ¼;
2. Alterar a Lei 5.766 de 20/12/1971, Capítulo II, do Conselho Federal de Psicologia, no seu Artigo 3º, e o Decreto 79.822, de 17/06/1977, Seção II do Conselho Federal, no seu Artigo 5º, que diz que são Nove Conselheiros, propondo que cada Conselho Regional tenha um representante na Plenária do Conselho Federal de Psicologia;
3. Nas deliberações do VII CNP, acrescentar, além da democratização das organizações gestoras, uma maior diversidade na composição dos membros, através de um processo de regionalização

Encaminhamentos:

- a. Encaminhamento da alteração ao Congresso Nacional;
- b. Alterar o regimento (a lei 5766) do crp de maneira a criar subseções nas diversas regiões do estado;

VII Congresso nacional da psicologia

Psicologia e compromisso com
a promoção de direitos:
um projeto ético-político para a
profissão

Teses

**Eixo II: Construção de
referências e estratégias
de qualificação para o
exercício profissional**



Conselho
Federal de
Psicologia
Conselhos
Regionais de
Psicologia

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Acupuntura

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
24				

Nº Tese:	0024
Tema da Tese:	ACUPUNTURA
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:39:53

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. O Sistema Conselhos deve patrocinar o debate qualificado sobre a utilização da MTC - Acupuntura pelo psicólogo acupunturista, fortalecendo a SOBRAPA, seu principal parceiro neste tema e considerar a MTC - Acupuntura uma especialidade da Psicologia.
2. Fortalecimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

Encaminhamentos:

- a. Propor fóruns de discussão permanente sobre MTC - Acupuntura e/ou de Práticas Integrativas e Complementares nos Conselhos Federal e Regionais;
- b. Criar uma resolução onde a MTC - Acupuntura seja considerada uma especialidade da Psicologia;
- c. Qualificar o debate sobre a MTC - Acupuntura, propiciando espaço nas mídias do Sistema Conselhos para entidades como a SOBRAPA trabalhem para o fortalecimento da especialidade.
- d. Em parceria com o Sindicato dos Psicólogos (SINPSI)/ Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) (entidades de defesa dos trabalhadores) fazer gestão junto aos gestores municipais e estaduais para garantia da existência de concursos públicos e ampliação do mercado de trabalho.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Álcool e outras drogas

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
25				

Nº Tese:	0025
Tema da Tese:	ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:30:56

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Problematizar o tema de álcool e outras drogas dentro do Sistema Conselhos com o objetivo de produzir medidas práticas nos diferentes campos do exercício profissional.
2. Seguindo o documento base produzido pelo Grupo de Trabalho Nacional "Cuidado das Pessoas que Fazem Uso de Álcool e Outras Drogas em Interface com a Luta Antimanicomial", propomos como tese a inserção do tema Fenômeno Drogas nos cursos de graduação em Psicologia.
3. Ajudar na divulgação da Estratégia de Redução de Riscos e Danos junto psicólogos que atuam em várias áreas, tais como saúde, assistência social, educação, cultura, recursos humanos etc., contribuindo, assim, para práticas de prevenção, promoção de saúde, tratamento e inserção social que valorizem a cidadania, os direitos humanos e o potencial político dos atores sociais que demandam a atenção do psicólogo;
4. Que o Sistema Conselhos amplie e qualifique a fiscalização sobre as comunidades terapêuticas;
5. É fundamental que se tenha como perspectiva a luta pela atenção à saúde mental na rede Sistema Único de Saúde no modelo substitutivo ao manicômio, buscando assim, a superação de instituições como as "comunidades terapêuticas".
6. Construção de referências para o exercício profissional em comunidades terapêuticas e que tenham como fundamento a garantia de direitos dos internos dessas instituições, a reconstrução de laços afetivos e comunitários e o enfrentamento da realidade da internação involuntária.
7. Observa-se que apesar dos preceitos da Lei 10.216/01 que aponta que a internação deve ser realizada apenas em casos em que os recursos extra-hospitalares já se esgotaram e que discorre sobre os procedimentos necessários para uma internação involuntária, ainda se percebe o não cumprimento desta lei. Uma atenção especial deve ser dada à população que faz uso de álcool e outras drogas, tal como preconiza a Lei 11.343/06. Contudo, nota-se a existência de instituições de internação que não são estruturadas de forma adequada, sem apresentar um projeto terapêutico, um corpo de profissionais mínimo, desrespeitando os direitos humanos dos usuários e as indicações da Vigilância Sanitária. Mais grave é que há profissionais psicólogos que trabalham nestes espaços e muitas vezes realizam uma prática que viola o Código de Ética da Psicologia.
8. Objetivos da fiscalização: Visitar locais onde são oferecidos serviços, quer sejam estes públicos ou particulares, para verificação da qualidade do atendimento, presença do responsável técnico, regularidade da documentação junto ao CRP, impedindo desta forma que leigos como auxiliares ou estagiários preste atendimento a população sem qualquer acompanhamento e orientação de um profissional.
Constatada qualquer irregularidade, o responsável pela Empresa, será primeiramente orientado a providenciar a regularização da pendência.
9. Em não havendo atendimento, a empresa será autuada, e o responsável técnico poderá ser convocado a comparecer na sede do Regional para prestar esclarecimentos.
Para garantir o resultado favorável desses objetivos, importante se faz a colaboração dos psicólogos atuarem com ética na fiscalização de tais instituições.
10. Orientamos a todos que solicitem a identificação do profissional para garantia de serem atendidos pelo Psicólogo.
11. Denuncie quando não for atendido pelo profissional da área. Lembramos que o estagiário de Psicologia não é profissional habilitado assim como o qualquer outro técnico não deve realizar tratamento psicoterápico.
12. Conhecer o impacto de políticas públicas relacionadas ao tema (Políticas de "Redução de Danos", parcerias com Organizações não-governamentais (ONG's), as práticas de atenção dos Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS - AD).

Encaminhamentos:

- a. Que o Sistema Conselhos de Psicologia, realize um seminário nacional para envolver na discussão sobre a Estratégia de Redução de Danos os diversos movimentos sociais atuantes na sociedade brasileira, debatendo temas tais como violência, direitos humanos, ética e assim, ajudando na construção da inserção do psicólogo neste campo como profissional engajado sócio-

politicamente no meio em que atua;

- b. Realizar encontros com profissionais da área; Realizar fiscalizações em comunidades terapêuticas; Gestão junto ao Estado para a implementação de CAPS-AD - Centro de Atenção Psicossocial-Álcool e Drogas;
- c. Debate sobre a estrutura de atendimento das comunidades terapêuticas no modelo atual, tendo como meta o atendimento nos modelos substitutivos norteados pela reforma psiquiátrica;
- d. Ações de promoção e prevenção por parte das comunidades junto a população onde ela atua;
- e. Fazer gestão junto aos órgãos executivos para tratar da questão das comunidades terapêuticas;
- f. Debater a política de redução de danos, visando ampliar a compreensão desta proposta;
- g. Fiscalizar o exercício profissional da Psicologia nos serviços que atendem essa população;
- h. Promover debates com a categoria sobre formas de intervenção e responsabilidade profissional da Psicologia nas diversas áreas de atuação;
- i. Conselho Federal de Psicologia (CFP) deve criar uma resolução, para que toda a instituição de tratamento de dependências química tenha por obrigação o nome de responsável técnico fixado na instituição em local visível, e este seja registrado no CRP como o técnico responsável;
- j. Formalizar uma comissão intersetorial de elaboração da proposta e construção de ementa-base para a disciplina;
- k. Promover eventos que discutam a integração das diversas políticas públicas de Álcool e outras Drogas junto aos profissionais, divulgando experiências bem sucedidas;
- l. Fomentar discussões sobre a temática, por meio da interlocução com os diferentes atores sociais envolvidos com a questão (usuários e ex-usuários, familiares, diferentes profissionais) e do recurso ao cinema como disparador de debates atinentes ao tema;
- m. Que o Sistema Conselhos oriente os psicólogos sobre questões éticas envolvidas no atendimento dos usuários de álcool e outras drogas;
- n. Apoio à livre manifestação da sociedade civil, quanto a descriminalização das drogas;
- o. Fomentar os debates sobre o tema nas sub-sedes de forma a orientar os profissionais psicólogo acerca do problema, discutindo o emprego de estratégias éticas de tratamento;
- p. Ampliar e aperfeiçoar as discussões sobre as estratégias de tratamento empregadas junto à população com questões relacionada ao uso de álcool e drogas;
- q. Manifestar-se junto ao poder público, buscando focar a temática e incentivar a discussão do problema e a criação de novas unidades de CAPS ad;
- r. Que o Sistema Conselhos participe mais ativamente do controle social de comunicação em torno da questão da publicidade de bebidas alcoólicas e tabaco;
- s. Diálogos com o poder judiciário, esclarecendo o papel dos profissionais envolvidos e problematizando a justiça terapêutica;
- t. Que o Sistema Conselhos de Psicologia, articulado com as entidades redutoras de danos, realize fóruns regionais em todo o Brasil divulgando e aprofundando a temática da Estratégia de Redução de Danos junto aos psicólogos, valorizando o aspecto intersetorial, transdisciplinar e ético da proposta;
- u. Encaminhamento da proposta para aprovação dos órgãos competentes;
- v. Buscar parceria com Centros de Pesquisas e ABEP.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Atenção básica

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
26				

Nº Tese:	0026
Tema da Tese:	ATENÇÃO BÁSICA
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:48:18

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Contribuir para a sensibilização dos psicólogos sobre a importância de conhecer os requisitos necessários para atuação profissional na atenção básica, em consonância com os demais níveis de atenção.
2. Definir, regularizar e divulgar os princípios norteadores do trabalho do psicólogo na Atenção Básica em saúde;
3. Articular a discussão sobre Saúde Pública e Coletiva com objetivo de sensibilizar a sociedade da necessidade de ampliar a inserção do psicólogo nas equipes de Atenção Básica em Saúde;
4. Promover eventos para discussão que fortaleçam a reflexão e o conhecimento das estratégias de ação do trabalho do psicólogo nas equipes de Atenção Básica;
5. Monitoramento e capacitação do trabalho do psicólogo na área pública;
6. Ampliar a educação permanente voltada para as práticas da Psicologia na rede de Atenção Básica em Saúde.
7. Apoiar definições técnicas quanto ao papel do psicólogo na UBS;
8. Ampliar a discussão com a categoria para pactuação de processos de enfrentamento a problemática descrita;
9. Cadastrar os profissionais das UBS e garantir seus direitos profissionais.
10. Requerer da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia reformulação do teleagendamento para que o agendamento de consultas para psicólogos possa ser feito obedecendo critérios territoriais que permitam ao usuário conseguir atendimento mais próximo possível de seu domicílio (Distritalizado), pois o tratamento exige retornos periódicos com tempo determinado (6 a 12 meses); 2) Modificar a forma de encaminhamento dos usuários do SUS aos serviços de Psicologia.
- 11 . Acompanhar a discussão da Política Nacional de Atenção Básica e seus desdobramentos para a prática Psi;
12. Realizar acolhimento com uma escuta qualificada das demandas e a partir daí realizar orientações e encaminhamentos eficazes;
- 13 .Participação dos psicólogos e comunidade no apoio e na elaboração de políticas públicas de atuação na saúde básica.
14. Garantir a presença dos profissional psicólogo em cada unidade básica de saúde para contribuir com a equipe multiprofissional na prevenção, promoção e intervenção; e no atendimento aos usuários do SUS.
15. Sensibilizar os psicólogos sobre as práticas integrativas e complementares nas unidades da rede de atenção à saúde, conforme estabelecidas pelo Ministério da Saúde (Portaria 853/2006).

Encaminhamentos:

- a. Realizar novos eventos para debater a prática do psicólogo no NASF e CRAS, aprimorando cada vez mais o debate.
- b. O Sistema Conselho de Psicologia fomentar e difundir junto aos psicólogos, nos diversos espaços de discussão, sobre os desafios da atenção básica e a necessidade do aperfeiçoamento continuado para atuação profissional nessa área.
- c. Que o Sistema Conselhos continue na luta para inserção do psicólogo na equipe de saúde da família, propondo as atribuições do psicólogo nesta área;
- d. Que os CRP's e CFP, articulem-se com as instâncias governamentais de diversas políticas públicas sobre a importância da atuação do psicólogo na Atenção Básica, tendo como meta a Saúde da Família;

- e. Mobilizar a sociedade e as esferas governamentais competentes no sentido de assegurar a presença do psicólogo nos serviços de saúde, através de concurso público;
- f. O CFP deverá fazer gestão junto ao Ministério da Saúde para ampliar a participação do psicólogo na Atenção Básica em Saúde.
- g. Criar cadastro on-line para cadastramento de psicólogos que atuam na UBS;
- h. Publicizar protocolos de orientação aos psicólogos para processo de documentação, laudo, descrição em prontuário, etc...;
- i. Definir, através da câmara temática, diretrizes norteadoras de atuação destes profissionais;
- j. Discutir as condições de trabalho do psicólogo dentro da UBS.
- k. Exigir a adequação do SICAA (SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO DE CONSULTAS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL) e modificação da forma de encaminhamento para o atendimentos dos psicólogos lotados nas unidades básicas de saúde do município de Goiânia com o posicionamento do CRP (e do CFP se for o caso) para garantir o aprimoramento das Políticas de Assistência da Psicologia em Rede de Saúde Pública de Goiânia;
- l. Exigir o cumprimento das diretrizes do SUS em benefício dos usuários da Saúde Pública que necessitam de assistência psicológica.
- m. Criar o Grupo de Trabalho de Políticas da Atenção Básica garantindo a regionalização dos seus representantes
- n. Elaborar documentos de apresentação de proposta às secretarias de saúde pública, sensibilizando sobre a importância do psicólogo atuar nas UBS com foco na importância do apoio, prevenção e apoio.
- o. Articular e mobilizar usuários, familiares, gestores e profissionais da saúde para conjuntamente elaborar documento para o fortalecimento do Programa de Saúde Mental nas UBS.
- p. O Sistema Conselho de Psicologia junto com as demais entidades da Psicologia e outras entidades da sociedade promova amplo debate sobre a necessidade de utilizar práticas integrativas e complementares nos espaços de atenção à saúde, preconizadas pelo Ministério da Saúde (Portaria 853/2006).

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Atenção psicológica às pessoas com deficiência

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
27				

Nº Tese:	0027
Tema da Tese:	ATENÇÃO PSICOLÓGICA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - Atuação do psicólogo em entidades de longa permanência para pessoas portadoras de deficiência e reinserção social
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:16:24

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Sensibilizar os psicólogos para a diferenciação sobre situações em que o usuário do serviço não está recebendo o atendimento necessário para desenvolver sua autonomia e protagonismo social.
2. O sistema Conselhos deverá promover programas e procedimentos de conscientização que mostram como adaptação trará benefícios aos usuários e a sociedade em um todo.

Encaminhamentos:

- a. O Sistema Conselho de Psicologia junto com as demais entidades da Psicologia e as entidades da sociedade deve promover o amplo debate sobre a necessidade de se desenvolver a autonomia e protagonismo social de usuários de serviços de longa permanência.
- b. Ao conselho, as universidades, aos poderes públicos e a mídia para que promovam palestras de conscientização e o aperfeiçoamento de profissionais na inserção.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Avaliação psicológica

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
28				
29				
30				
31				

Nº Tese:	0028
Tema da Tese:	AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - Avaliação psicológica em concurso público
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:28:49

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que o sist. conselhos se posicione com vistas a alteração do Decreto N. 6944 de 21 de agosto de 2009, principalmente no seu art.14 § 1º . que limita o exame psicotecnico somente à detecção de problemas psicologicos.

Encaminhamentos:

a. Que o sist. conselhos acompanhe e artcule junto aos órgãos competentes para reverter este decreto, no que diz respeito ao art. 14 § 1º

Nº Tese:	0029
Tema da Tese:	AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - Avaliação psicológica em diversos contextos
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:24:51

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. A avaliação psicológica deve ser um instrumento eficaz para o fechamento de um psicodiagnóstico, de competência exclusiva do psicólogo.
2. Identificar os instrumentos de avaliação que estão sendo manuseados em RH pelos profissionais psicólogos.
3. Divulgar no âmbito das empresas e dos profissionais da área a importância da utilização de instrumentos que tenham sido avaliados pelo CFP.
4. Estudos voltados para definir, além das qualidades psicométricas, se os testes servem para o propósito que são utilizados.
5. Avaliação psicológica voltada no trânsito engloba outros instrumentos que não apenas os testes.
6. Determinar o limite mínimo de três sessões para que se desenrole a prática de avaliação psicológica ou investigações que resultarão no desenvolvimento de laudos e relatórios psicológicos.
7. No atendimento infantil, determinar a obrigatoriedade de investigação com a criança, com um dos pais ou responsáveis quando necessário, com a escola.
8. Estabelecer estas normas em conjunto com o ministério público para que o mesmo não solicite tais documentos em prazos demasiadamente curtos.
9. Participação em políticas públicas nos diversos órgãos para introdução da perícia psicológica e junta da saúde (participação do CREPOP);
10. Capacitação/formação conforme a legislação em Perícia;
11. Divulgação da atividade pericial de forma a estimular a atuação do psicólogo.
12. Definir parâmetros mínimos para as avaliações psicológicas no contexto judiciário, resguardando o sigilo e a subjetividade;
13. Conscientizar a categoria profissional das características de avaliação psicológicas no contexto forense;
14. Gestão junto ao Poder Judiciário para que seja garantida a aquisição de instrumento de testagem específica para os profissionais que atuam nesse âmbito;
15. Priorizar e zelar pela qualidade científica dos instrumentos técnicos e testes
16. Criar um guia/ protocolo de referencia metodológica que norteie a pratica dos profissionais na área que realizam avaliações de crianças e adolescentes em situação de violência e de seus familiares.
17. Posicionamento sobre a prática de avaliação psicológica no contexto das medidas socioeducativas, na perspectiva de garantia dos direitos humanos.
18. Estabelecer critérios únicos para traçar o perfil psicológico e selecionar o futuro profissional da área de vigilância um acordo com a legislação da Policia Federal para esta atuação.

Encaminhamentos:

- a. Criar subsídios para que os psicopedagogos trabalhem em parceria com o psicólogo na avaliação psicológica.
- b. Que o Sistema Conselhos continue a avaliar os instrumentos de avaliação para este contexto.
- c. Orientar os psicólogos quanto à utilização dos instrumentos que são testes psicológicos e estão com parecer desfavorável.

- d. Denunciar a vulnerabilidade e o risco a que estão sujeitos os profissionais e a sociedade quando instrumentos não adequados a realidade brasileira são utilizados.
- e. Estimular, em parceria com outras entidades (IBAP / SBRO), a realização de estudos sobre o tema;
- f. Que haja um ano temático para discutir a Avaliação Psicológica nos diferentes contextos, inclusive o do trânsito.
- g. Desta forma será estimulada a participação dos psicólogos, com posicionamento fundamentado na ciência, nas atividades relacionadas a área da saúde, das neurociências e também jurídica.
- h. Baixar as resoluções deliberando sobre quantidade de seções, prazo e condições mínimas de atendimento.
- i. Levar tais determinações ao conhecimento dos profissionais de Psicologia, assim como fazê-los conhecer as normas para desenvolvimento dos documentos.
- j. Invalidar todo e qualquer documento que se refira à avaliação infantil e não faça referência à investigação com um dos pais ou pessoa responsável.
- l. Estruturar cursos e treinamentos (capacitar) nas diversas áreas de atuação pericial;
- m. Divulgar, incentivar amplamente a participação dos psicólogos nas perícias.
- n. fazer interlocuções junto às instituições jurídicas com vistas a garantir um contexto adequado para a realização de avaliações psicológicas;
- o. Fazer "lobby" junto ao Governo e demais órgãos para inclusão da perícia psicológica nas políticas públicas (participação do CREPOP);
- p. Apoiar e promover palestras e eventos de atualização permanentes
- q. Discussão com a categoria, pesquisas realizadas pelo CREPOP neste tema.
- r. Mapear os psicólogos que atuam nesta área e criar comissão na área de avaliação psicológica.

Nº Tese:	0030
Tema da Tese:	AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - Qualificação, orientação e atuação ético profissional
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:15:10

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. A conscientização e posicionamento ético do psicólogo frente ao processo avaliativo.
2. O Conselho poderia oferecer subsídios para instrumentalização e conhecimento dos direitos e poder do profissional (poder no sentido de competência e postura profissional).
3. Reavaliar as avaliações psicológicas e que esta Comissão seja permanente dentro do Sistema Conselhos.
4. Criar Comissões de Avaliação Psicológica nos Conselhos Regionais de Psicologia com o objetivo de agilizar e acompanhar o recebimento e fazer solicitações e encaminhamentos quanto a instrumentos que potencialmente podem se configurar como psicológico ou do campo da Psicologia, tendo em vista o caráter privativo do uso de instrumentos psicológicos.
5. Promover as discussões entre os profissionais, fomentar a necessidade de pensar constantemente a formação e a prática profissional, observando interfaces e buscando sempre um olhar crítico.
6. Estabelecer contato e esclarecimentos a respeito com as instituições de ensino de Psicologia - Ex. ABEP
7. Estabelecer através de estudos parâmetros qualificando a avaliação psicológica nos saberes da Psicologia com as suas especificidades.
8. Supressão da expressão "avaliação especializada" do texto da resolução e substituição pelo termo avaliação psicológica ou definição e inclusão no texto da Resolução do que vem a ser "avaliação especializada";
9. Considerar o Parecer Psicológico como resultante de Avaliação Psicológica afim de garantir que ele tenha sustentação científica.
10. Articulação entre Conselhos de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), professores de Psicologia das Instituições de Ensino Superior (IES), psicólogos atuantes em diversos contextos e Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), buscando o aprimoramento técnico da atuação na área e a orientação quanto à utilização de testes enquanto ferramentas complementares no processo de avaliação psicológica.
11. Criar mecanismos que tornem os processos de análise e validação mais ágeis.
12. Discutir questões relacionadas ao significado e entendimento do termo "material original" prevista na Resolução CFP 002/2003, e possibilidade do domínio público dos testes psicológicos.
13. Necessidade de reformulação das diretrizes para a redação de documentos escritos por psicólogos, em diferentes contextos.
14. Montar uma comissão para ouvir os profissionais de Psicologia que trabalham com laudos.
15. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais devem deflagrar uma campanha nacional de qualificação da produção dos documentos psicológicos, no sentido de conscientizar os psicólogos da necessidade dessas normas técnicas e éticas serem cumpridas e praticadas.
16. Divulgar e disseminar, de forma mais efetiva, as resoluções do CFP que normatizam a profissão, chamando o psicólogo ao compromisso de colocá-las em prática em benefício da profissão, do profissional e do usuários dos serviços psicológicos.
17. Fiscalizar melhor a atuação profissional e levantar as necessidades os mesmos para garantir sua capacitação e a discussão de melhoria nos instrumentais utilizados. Levantar as necessidades desses profissionais em suas práticas.
18. Redação de Resolução com Diretrizes mínimas e concretas para avaliação Psicológica de qualidade, que pode ser usada como apoio ao discurso dos Psicólogos ao confrontar demandas distorcidas ou irrealistas.
19. Criar uma legislação d Sistema Conselhos sobre Avaliação Psicológica, no âmbito geral, pautada nos preceitos do código de ética e nas legislações pertinentes a questão (01/02, 02/03,

07/03, 03/07, 01/09, por exemplo) considerando a qualidade das condições de aplicação, inclusive, no que tange a adequação ambiental, ao número de indivíduos por avaliação e ao tempo necessário para conclusão do processo (desde o rapport até o momento de devolução da avaliação).

20. Montar parâmetros necessários para atividades que estão padronizadas pelo Conselho (relatório, laudos, etc.)

21. Dialogar com profissionais que estão em diferentes áreas da Psicologia para construir outros parâmetros que passem a ser nacionais, visando um parâmetro da profissão.

22. Construir um programa para os devidos registros

Encaminhamentos:

a. Organizar eventos relacionados à avaliação ética, etc.

b. Que o Sistema Conselhos institua uma comissão nacional ouvidas as comissões de avaliação psicológica regionais para rever e avaliar a resolução CFP N. 01/2002, encaminhando a mesma para apreciação e aprovação no CNP.

c. Criar uma comissão permanente de avaliação psicológica dentro dos CRPs.

d. O CFP deverá se articular com os Conselhos Regionais de Psicologia no sentido de organizar Comissões Regionais de Avaliação Psicológica ou GTs.

e. Promover debates sobre avaliação, produção de documentos e suas repercussões sociais.

f. Realização de fórum regionais com coordenadores de ensino.

g. Que o Sistema Conselhos promova discussão juntamente com as entidades Associação Brasileira de Ensino em Psicologia - ABEP, Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica - IBAP, Associação Nacional Pesquisa e Ensino em Psicologia ANPEPP para a qualificação da formação do psicólogo na área da avaliação psicológica como processo científico do estudo do comportamento e das características psicológicas nas várias Psicologias.

h. Desenvolver novas pesquisas e estudos formando um banco de dados destas e das já existentes.

i. Conscientizar os profissionais e a população sobre a importância da avaliação psicológica como processo psicodagnóstico e como método de intervenção através da entrevista devolutiva e dos encaminhamentos de cada saber.

j. Que o Sistema Conselhos promova a alteração da Resolução CFP 007/2003.

k. Que o Sistema Conselhos crie um ano temático para discussão articulada com profissionais que fazem avaliação psicológica nos vários contextos.

l. Promover encontros, debates e fóruns com psicólogos, buscando o diálogo com a categoria e enfatizando questões relativas à postura ética e qualidade da atuação na área;

m. Publicar trimestralmente a lista completa dos testes analisados pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) no jornal do Federal e/ou Regionais (testes favoráveis, desfavoráveis, analisados não considerados psicológicos, considerados psicológicos sem análise para validação);

n. Incrementar a orientação e fiscalização da utilização de instrumentos da avaliação psicológica, junto aos profissionais atuantes nas diversas áreas.

o. Promover discussões com entidades da Psicologia sobre o entendimento do termo "material original" prevista na Resolução CFP 002/2003, e possibilidade do domínio público dos testes psicológicos, construindo parâmetros mais claros quanto a estes aspectos.

p. Promover o debate sobre a questão do domínio público, no que se refere aos testes psicológicos.

q. Necessidade de ampla discussão, em contexto nacional, visando a reformulação das diretrizes para elaboração de laudos, pareceres e relatórios psicológicos, contemplando as diferentes áreas de atuação do psicólogo.

r. A partir dessa conversa, criar novas resoluções em cima da realidade dos profissionais que lidam com laudos psicológicos.

- s. Os Conselhos Regionais, respaldados por ampla visibilidade/divulgação dada pelo CFP ao tema, realizarão cursos e oficinas de treinamento e orientação sobre a elaboração de documentos psicológicos escritos no que se refere à importância dessa atividade, cuidados éticos e técnicos em relação ao conteúdo e suas consequências
- t. Promover pesquisas para levantamento de necessidades
- u. Discutir instrumentais utilizados
- v. Elaborar adequação de instrumentais para melhor atuação profissional; e
- w. Discutir melhorias contínuas e a ética na prática profissional.
- x. Construir resolução que defina diretrizes mínimas para a realização de um processo de Avaliação Psicológica, ou seja, deixar claro que a Avaliação Psicológica não se restringe a uma técnica, enfim a Avaliação Psicológica deve se caracterizar por no mínimo "X" técnicas/métodos de investigação levando a qualidade na realização do processo de Avaliação Psicológica.
- y. Verificar com os COFs de todo o país as questões mais freqüentemente abordadas pelo psicólogo e pela população em geral no que tange a avaliação psicológica em seus diferentes aspectos. De acordo com a demanda acima, levantar os pontos da legislação em vigor que embasam a necessidade de uma legislação específica para regulamentar e avaliação psicológica no âmbito geral.
- z. O conselho buscar parcerias com as instituições onde os profissionais atuam para construir e manter programa e gerir as pesquisas ou trabalhos no sentido de divulgar, manter sigilo, etc.

Nº Tese:	0031
Tema da Tese:	AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - SATEPSI e validação de testes psicológicos
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:42:14

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Universalizar , ampliar e participar dos conselhos regionais no SATEPSI.
2. Que o sist .conselhos revise a lista de testes aprovados para avaliação psicologicas.
3. Fortalecer o SATEPSI intensificando pesquisas no âmbito da avaliação psicológica e na regulamentação dos testes.
4. Que o teste Figura de Rey seja aprovado pelo SATEPSI.
5. Revalidação / reavaliação dos instrmentos relacionados a avaliação de TDA/H.
6. Submeter o teste utilizado ao crivo do CFP (Sistema SATEPSI) a fim de buscar sua padronização/validação.
7. Profissionais não habilitados fazendo uso de material específico para Psicólogo.

Encaminhamentos:

- a. Incluir representantes de todos os conselhos regionais na comissão nacional (SATEPSI).
- b. Que o sist. conselhos com apreciação/aprovação do CNP, altere a resolução 02/2003 tendo como requisito para aprovação dos testes que estes sejam de livre acesso/comercialização a categoria.
- c. Utilizar meios de comunicação para fins de esclarecimento.
- d. Realizações de eventos periódicos envolvendo acadêmicos, profissionais e comunidade (eventos distintos).
- e. Que o Sistema Conselhos viabilize uma nova pesquisa de análise do teste Figura de Rey através do satepsi para que seja regulamentado o seu uso.
- f. O Sistema Conselhos deve promover a revalidação / reavaliação dos instrumentos utilizados para diagnóstico e a discussão com os psicólogos.
- g. Estudo minucioso de testes para possível validação.
- h. Realização de campanhas para conscientizar os profissionais da área sobre a exclusividade/uso restrito desse teste pelos/as psicólogos/as.
- i. Fiscalizar, através de comissões, representantes de comercialização de testes psicológicos.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: **Condições de trabalho**

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				

Nº Tese:	0032
Tema da Tese:	CONDIÇÕES DE TRABALHO - Articulação Sistema Conselhos e Sindicato para tratar tabela de honorários
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:41:17

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Dar aplicabilidade a tabela de honorários dos procedimentos psicológicos na clínica a ser utilizada pela rede suplementar de saúde.
2. Promover parcerias com os sindicatos dos psicólogos e a FENAPSI sobre as condições de trabalho do profissional em Psicologia;
3. Realizar e/ou apoiar pesquisas sobre as condições de trabalho e oportunidades de atuação dos psicólogos.

Encaminhamentos:

- a. Que o sistema conselho junto com a FENAPSI faça gestão junto a rede suplementar de saúde pela aplicabilidade da tabela de honorários para os procedimentos dos psicólogos que atuam na clínica;
- b. Que os valores da tabela sejam indexados a UFIR o que permite a atualização permanente da mesma.
- c. Apoiar a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) na atualização anual da tabela de honorários praticados pelos psicólogos, contemplando os novos procedimentos psicológicos que não constam na tabela atual.

Nº Tese:	0033
Tema da Tese:	CONDIÇÕES DE TRABALHO - Assédio moral no trabalho do psicólogo
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:58:16

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova a ampla discussão e debate sobre as relações humanas.

Encaminhamentos:

a. Envolver o Sindicato dos Psicólogos, a ABEP (Associação Brasileira de Ensino em Psicologia), o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), o Ministério do Trabalho e outras entidades tanto da Psicologia quanto externas para construir referências sobre a questão do enfrentamento de situações de assédio moral no trabalho como potencialidade para o adoecimento do trabalhador.

b. Garantir referências relacionadas ao assédio moral para os psicólogos que atuam nas organizações.

Nº Tese:	0034
Tema da Tese:	CONDIÇÕES DE TRABALHO - Construção de protocolo entre o Sistema Conselhos e movimento sindical sobre concursos
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:04:30

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Defender a inserção dos psicólogos nos serviços públicos através de concurso público e elaboração de protocolo com critérios para os editais (inscrição no CRP, descrição da função a ser exercida, bibliografia que apresente conteúdo atualizado, coerente com a função e que as questões/conteúdos da prova estejam de acordo com os avanços da ciência psicológica, entre outros).
2. Atender as demandas sociais com trabalho de qualidade
3. Criar espaço de discussão e deliberação conjunta entre o CRP e o Sindicato dos/as Psicólogos/as no Estado da Bahia - Sinpsi-Ba, no que tange à busca de espaço de Psicologia em vagas de concurso público e ao monitoramento, junto ao Ministério Público, para a chamada destes profissionais.
4. Denúncia de situações concretas (onde esta acontecendo a situação)
Inserção do conselho atuando na mediação da situação - encaminhadora discussão resolução.
5. Articular com o poder público: União, Estado e município e previsão de cargos de psicólogos nas varias áreas políticas, saúde, educação, justiça e bem estar social.
6. Criação de quadros efetivos que possibilitem abertura de concursos públicos, objetivando abertura de vagas nas diversas áreas.
7. Criação de cargos com previsão de atuação específica para esses espaços.
8. Interiorizar os eventos promovidos pelo CRP objetivando ampliar a participação dos profissionais.
9. Inclusão nas Universidades de um serviço de atendimento exclusivo para o aluno de Psicologia, sendo este serviço gratuito ou simbólico. Divulgar os serviços já existentes para os alunos na universidade
10. Estimular a abertura de vagas para contratação do psicólogo nos diferentes espaços
11. Acompanhamento e orientação da realização de concursos em Psicologia.
12. Criar referenciais para que os psicólogos elaboradores de provas possam nortear sua prática.
13. Intervenção do sistema conselho junto aos órgãos públicos para que os profissionais sejam concursados e tenham seus direitos (risco de vida, periculosidade) garantidos.

Encaminhamentos:

- a. Criação do Protocolo comum entre Sistema Conselhos e FENAPSI e sindicatos filiados com critérios para os editais de concurso publico
- b. Articulação com Sindicatos afins visando garantir a efetivação de concursos públicos, número de profissionais, carga horária, salários e planos de carreira no que diz respeito as necessidades profissionais para responder as demandas da sociedade.
- c. Levar para pautas de reuniões dos conselhos e sub/sedes tal temática. Criar plano de ação/agenda de trabalho conjunto (CRP e Sinpsi-Ba) sobre este tema
- d. Diálogo do conselho com empresas promotoras de concursos. Criar centro de divulgação para denúncias de situações problema referente aos concursos.
- e. Os Conselhos Regionais de Psicologia e Conselho Federal de Psicologia deverão estar atentos aos editais de Concursos Públicos e articular estratégias para impugnar o edital.
- f. Criação e avaliação do CRP/CFP de um banco de projetos.
- g. Concurso público com habilitação específica

- h. Ampliar a criação e realização de concursos, valorizando a produção teórico-prática do psicólogo
- i. Exigir a contratação de psicólogos para esses serviços nas universidades.
- j. Maior aproximação dos Conselhos com as instâncias públicas onde são geradas as vagas; Pesquisas para comprovar a necessidade.
- l. Estudo e orientação para concursos, no que tange seus conteúdos que acompanhem a discussão da atuação crítica do psicólogo; Articulação de entidades de atuação das práticas do psicólogo para colaboração.
- m. Criar um GT responsável pela pesquisa e discussão de como são elaboradas as provas dos concursos públicos, para desse modo aproximá-lo da realidade do psicólogo.
- n. Reunião com gestores buscando alternativas, como também concurso público para a área específica.

Nº Tese:	0035
Tema da Tese:	CONDIÇÕES DE TRABALHO - Fortalecimento da Psicologia: um olhar sobre a atuação profissional
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:56:36

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. O Conselho deve criar um canal (ouvidoria) para se ouvir os problemas vividos pelos profissionais e diagnosticar as condições que os profissionais tem sido obrigados a se submeter causando um desgaste profissional ou até adoecimentos.
2. Promover e apoiar a atuação das Entidades trabalhistas da Psicologia nas negociações da atuação profissional dos/as psicólogos/as no que tange a: desmitificar o trabalho do/a Psicólogo/a nas diversas áreas; promover Programas Positivos do trabalho do/a Psicólogo/a na sociedade; enfatizar a relação profissional (nem amigo, nem guru etc., mas cientista do comportamento humano); apoiar o trabalho multidisciplinar, equipe e os resultados positivos junto ao social, organizacional, etc; definir salários-base do/a Psicólogo; incentivar a melhoria continuada da profissão, através de seminários, simpósios, cursos para o/a psicólogo/a e também para a sociedade.
3. Fortalecimento das entidades de Psicologia para que promovam a regulamentação de um piso salarial decente, equiparado ao dos profissionais da saúde;
4. Criação de um piso salarial a nível nacional respeitando as especificidades regionais
5. Criação de grupos de trabalho entre psicólogos nas redes municipais.
6. Instituir um piso mínimo para categoria, considerando o número de horas trabalhadas semanalmente.
7. Articulação de um trabalho em parceria do CFP com a FENAPSI, dos CRP's com os Sindicatos e Associações.
8. Que o CFP / CRPRS trabalhem junto ao sindicatos dos psicólogos para que se estabeleça um teto mínimo para a categoria.

Encaminhamentos:

- a. Promover e participar junto a Fenapsi da criação de piso salarial específico, carga horária máxima de trabalho e outros direitos trabalhistas.
- b. Estabelecer parcerias com Organizações para realizar e/ou apoiar pesquisas sobre as condições de trabalho e oportunidades de atuação dos psicólogos.
- c. Analisar demanda dos/as Psicólogos/as em suas questões trabalhistas.
- d. Comparar salários dos/as Psicólogos/as com áreas afins, bem como a mensalidade do curso de Psicologia (às vezes mais alta que o salário).
- e. Promover, em eventos da sociedade, a participação dos/as psicólogos.
- f. Coletar informações obre dúvidas e curiosidades da comunidade sobre a Psicologia.
- g. Unir FENAPSI e Conselhos de Psicologia para uma discussão ampla da regulamentação do Piso e Jornada do Psicólogo.
- h. Sistematização e fomento de encontros dos psicólogos das redes municipais;
- i. Criação de grupos de trabalho para discussão de condições de trabalho nas redes municipais de saúde, assistência social e educação;
- j. Maior aproximação do CRP com o Sindicato de Psicologia para discussão do piso salarial.
- k. Acompanhamento do CFP do andamento do projeto de lei do piso salarial. Realização de audiência pública junto aos parlamentares sobre o piso salarial.
- l. A partir do momento que chega denúncia no Conselho, o mesmo deveria gerir recursos para intervir e criar políticas de acordo com a precarização do trabalho

- m. Que CRP e CER legalizem um piso salarial
- n. Que o CRP e Sindicato discutam com a categoria um piso salarial
- o. 04 salários mínimos para 30 horas semanais
- p. CRPs e CFP realizem reuniões com os Sindicato

Nº Tese:	0036
Tema da Tese:	CONDIÇÕES DE TRABALHO - Qualificação e valorização profissional
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:46:29

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Ampliar a unidade na diversidade em relação à categoria profissional;
2. Favorecer e fortalecer o exercício da Psicologia como ciência e profissão de forma mais efetiva e cidadã.

Encaminhamentos:

1. Que os CRP's proporcionem sistematicamente encontros favorecendo a participação e a comunicação dos psicólogos nas discussões pertinentes à profissão;
2. Priorizar necessidades e demandas de cada região, após levantamento das mesmas, para devida orientação e atualização de acordo com a legislação, conhecimento técnicos e científicos da profissão;
3. Promover eventos nas diferentes regiões visando discutir as práticas profissionais, normatizar e qualificar a ação dos psicólogo nos diferentes espaços de inserção;
4. Que o Sistema Conselhos em suas representações profissionais e sociais demonstrem a relevância da Psicologia e orientem as instituições públicas, privadas e a sociedade sobre uma qualificada atuação ética do psicólogo;
5. Desenvolver ampla campanha junto à sociedade para divulgar e esclarecer a atuação do psicólogo como agente de transformação social.

Nº Tese:	0037
Tema da Tese:	CONDIÇÕES DE TRABALHO - Regulamentação da supervisão em serviço
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:43:28

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Propor políticas que contemplem a necessidade de garantir aos profissionais da Psicologia condições de realizar o que lhe é esperado no seu pleno exercício profissional;
2. Instituir uma comissão para propor que entre as atividades dos psicólogos nas diversas áreas estejam garantidas a participação em atividades de supervisão psicológica, formação continuada, cursos e rodas de conversa;
3. Que seja regulamentada pelo Sistema Conselhos em 10% de atividades de supervisão e orientação dentro da carga horária de trabalho.
4. Que o sistema Conselhos atue a fim de incentivar a criação de núcleos de apoio psicológico junto aos órgãos competentes.

Encaminhamentos:

- a. Criação de núcleos de apoio psicológico às equipes que trabalham em emergências e desastres.
- b. Publicação da resolução pelo Sistema Conselhos.

Nº Tese:	0038
Tema da Tese:	CONDIÇÕES DE TRABALHO - Relação Sistema Conselhos e movimento sindical de Psicologia
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:26:43

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fortalecimento de ações conjuntas entre o Sistema Conselhos e Sindicatos.
2. Regulamentação perante ao CNP tanto do piso salarial como da carga horária.
3. Esclarecer frente aos gestores o fazer do psicólogo, bem como a necessidade de sua inscrição nas Políticas Públicas. Implementar uma maior aproximação e articulação dos Conselhos junto ao Sindicato dos Psicólogos, para discutir a relação de trabalho entre trabalhadores e gestores a precarização do trabalho do psicólogo, bem como os processos de trabalho.
4. Intervenção do Conselho na questão descrita
5. Levantamento do papel ou do trabalho/salário do psicólogo na atualidade
6. Aproximar a discussão entre as instâncias de Conselho de Psicologia e Sindicato de Psicologia, para discutir sobre as condições de trabalho, piso salarial e carga horária dos/as psicólogos/as.
7. Chamar a categoria para discutir.
8. Buscar a valorização profissional
9. Reuniões e ações conjuntas com sindicatos e FENAPSI.
10. Expansão das discussões e mobilização para a execução de projetos de lei que abarquem estes temas.
11. Que o Sistema de Conselhos promova em conjunto com outras instâncias discussões acerca das condições de trabalho do psicólogo.
12. Garantir apoio do Sistema Conselhos nas lutas de classe por melhores condições de trabalho.

Encaminhamentos:

- a. Promoção de espaços integrados entre sindicatos e conselhos, para amplificar escuta da categoria a questões trabalhistas; fortalecer gestão junto a articuladores locais de sindicatos e conselho.
- b. Criar grupos de estudos dentro do próprio Sistema Conselhos para discussão desta temática;
- c. Propor criação de leis para o Poder Legislativo;
- d. Participar de Assembléias para que possamos discutir o tema;
- e. Fomentar junto ao Sindicato a regulamentação da carga-horária.
- f. Ações de fiscalização por parte dos Conselhos junto aos gestores públicos, garantindo a efetivação das Políticas Públicas e nos programas e políticas que pressupõem o serviço do psicólogo.
- g. Realização de seminários para debater o tema "precarização" e as Políticas Públicas do trabalhador.
- h. O Sistema Conselho aproximar dos sindicatos com o intuito de viabilizar a discussão e encaminhada de proposta em pauta.
- i. Realizar encontros regionais e nacionais CFP, CRPs, Sindicato e categoria
- j. Que o Sistema Conselhos incentive a participação da categoria nesses espaços.
- k. Criar plano de ação/agenda de trabalho conjunto
- l. Intensificar a valorização do psicólogo juntamente com conselhos de Psicologia em suas

questões de remuneração.

m. Integração conselhos e sindicatos para viabilizar melhores salários.

n. Agenda trimestral para discussão e elaboração dos projetos de lei.

o. Referente ao quadro de pessoal, estabelecer parceria com o Sindicato e FENAPSI-Federação Nacional dos Psicólogos afim de adequar carga horária de trabalho, tempo de atendimento, volume de demanda de trabalho.

p. Realizar, em conjunto com outras instâncias, monitoramento, orientações e fiscalizações nos diferentes ambitos de atuação profissional, com vistas a garantir condições adequadas de trabalho.

q. Garantia de representatividade do conselho nos espaços de discussão sobre melhores condições de trabalho.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: CREPOP

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
39				
40				
41				
42				

Nº Tese:	0039
Tema da Tese:	CREPOP - Aperfeiçoamento, Fortalecimento e Ampliação do CREPOP
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:33:53

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Descentralização das ações do CREPOP;
2. Formalizar o CREPOP dentro do organograma/estrutura dos CFP e CRPs para que o seu trabalho saia de uma situação provisória, se consolide e se torne parte integrante na estrutura dos CRPs, com autonomia para gerir seu funcionamento;
3. Consolidar a ação do CREPOP no Sistema Conselhos garantir sua efetivação como estrutura integrante e permanente do Sistema Conselhos de Psicologia.
4. Fortalecimento da rede CREPOP
5. Ampliação das estratégias de atuação da rede CREPOP nas realidades locais dos CRP's
6. Assunção do projeto CREPOP pelos CRP's/CFP
7. Maior agilidade na produção dos documentos de referência
8. Ampliação e fortalecimento das estratégias de desenvolvimento dos projetos locais;
9. Ampliação das equipes CREPOP's locais e maior aproximação dos GTs e Comissões com a temática das políticas públicas;
10. Uso estratégico das informações geradas pelos CREPOP's ;
11. Quadro de pessoal para gerir o trabalho.
12. Reconhecer na ação do CREPOP através do Georeferenciamento e da metodologia de encontros presenciais uma intervenção que dialoga, valoriza e potencializa práticas e experiências que trabalham na via do compromisso social dos DH.
13. Fortalecer o trabalho do CREPOP e ampliar a construção e divulgação de referenciais de atuação aos psicólogos nas políticas públicas.
14. Garantir recursos econômicos no orçamento do Sistema Conselhos para atividades do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).
15. Desenvolvimento de estratégias de qualificação/formação permanente das equipes CREPOP.
16. potencializar o CREPOP e garantir sua efetivação como estrutura integrante e permanente do sistema conselhos de Psicologia.
17. Fortalecer a atuação do psicólogo dentro das Políticas Públicas.
18. Promover reuniões setoriais com os psicólogos que atuam junto às políticas públicas para identificar, discutir e sistematizar as possibilidades e limites existentes nessa prática profissional;
19. Cabe ao Sistema Conselhos garantir que o CREPOP seja assessorado por uma instituição de pesquisa pública, renomada nacionalmente.
20. Ação do Sistema Conselhos de Psicologia, visando tornar o CREPOP dispositivo permanente, com sua estrutura definida legalmente em seu regimento.
21. Direcionar para o Crepop para a realização de dois ciclos de pesquisa por ano. Analisar, problematizar e encaminhar junto a categoria, o estado e a sociedade um tratamento adequado aos dados e da realidade apresentada, tendo em vista a qualificação da produção de referência sobre a prática.
22. O CREPOP precisa criar uma publicação para além das referências técnicas para a prática, que divulgue práticas inovadoras com o devido reconhecimento aos seus autores.
23. Manter e ampliar as atividades do CREPOP;
24. Qualificar a apresentação dos Resultados das Pesquisas (referências) para a Categoria e Gestores Públicos.

25. Avaliação do impacto que o material produzido pelo CREPOP tem causado nos profissionais das políticas sociais, promovendo uma atualização dos métodos de pesquisa.
26. Institucionalizar de forma permanente o CREPOP dentro da estrutura do Sistema Conselhos, a exemplo das Comissões de Ética, Fiscalização e Direitos Humanos.
27. Atribuir maior cientificidade às estratégias teórico-metodológicas desenvolvidas pelo CREPOP.
28. Implementação de mecanismos de avaliação da rede CREPOP em relação aos processos de pesquisa, condições das equipes para desenvolvimento dos projetos, bem como a produção dos documentos de referência.
29. Avaliar as parcerias existentes entre o CREPOP Nacional e outras instituições no processo de sistematização da pesquisa.
30. Desenvolver os instrumentos metodológicos existentes para o desenvolvimento dos ciclos de pesquisa e investigação das práticas exitosas em políticas públicas.
31. Criar mecanismos sistemáticos para divulgação das referências técnicas
32. Desenvolvimento de programa / projeto de qualificação para a prática como componente estruturante e sistemático agregado a dispositivos já existentes no Sistema Conselhos, tais como o CREPOP, títulos de especialista, comissões temáticas, etc.
33. Ampliação da participação dos pesquisadores da rede CREPOP nos processos de sistematização dos dados das pesquisas gerados pelas unidades locais.
34. Manter o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e ampliar seu trabalho e inserção com fonte de referência.
35. Mais agilidade temporal entre o levantamento de dados e a publicação do referenciamento.
36. Maior aproveitamento dos relatórios das unidades locais.

Encaminhamentos:

- a. Ampliação do número de trabalhadores do CREPOP;
- b. Expansão das suas capacidades de ação;
- c. Articulação com as Entidades Formadoras via ABEP (Associação Brasileira de Ensino em Psicologia);
- d. Quadro de pessoal para gerir o trabalho.
- e. Ampliação das equipes CREPOP's locais e das possibilidades de atuação do centro junto ao CRP e cenário político local
- f. Criação de equipes mínimas nas unidades locais (compostas por 2 técnicos/as, 1 funcionário/a administrativo/a e 1 estagiário/a) contemplando a presença de pelo menos um/a psicólogo/a entre os/as técnicos/as
- g. Assunção dos CRPs de parte do financiamento do CREPOP, tornando os centros parte das dinâmicas e políticas locais dos CRPs - contratação de 1 dos/as técnicos/as e participação nos custos de ampliação das equipes
- h. Garantia de formação técnico-política para as equipes CREPOP e conselheiros dos CRP's em relação às temáticas das políticas públicas, qualificando a capacidade técnico-política dos/as mesmos/as de influenciarem nos cenários das políticas públicas locais
- i. Maior aproximação das equipes CREPOP's com GTs e Comissões dos CRP's, e vice-versa, para discussão das temáticas destes grupos à luz das políticas públicas
- j. Ampliação da participação dos/as pesquisadores/as da rede CREPOP nos processos de sistematização dos dados das pesquisas gerados pelas unidades locais
- k. Avaliação e discussão acerca da atual parceria existente entre as Instituições de Pesquisas e o CREPOP nos processos de sistematização das informações do CREPOP.
- l. Redução dos ciclos de pesquisa CREPOP para aprofundamento e qualificação das informações localizadas, bem como ampliação do tempo e das estratégias de divulgação das consultas públicas e documentos de referência.
- m. Desenvolvimento de processos sistemáticos e contínuos de pesquisa da rede CREPOP junto

aos conselhos de controle social

- n. Estímulo à participação dos CRP's, através de seus GTs e Comissões, no controle social das políticas públicas, considerando as informações estratégicas coletadas e sistematizadas pelos CREPOP locais.
- o. Aperfeiçoar a metodologia de coleta de dados de investigação de práticas exitosas (práticas de destaque) junto aos CREPOP's locais.
- p. Instituir a obrigatoriedade da comissão de políticas públicas no federal e nos regionais e interlocução com COF, COE e CDH.
- q. Instituir a realização de uma avaliação contínua da metodologia e rede CREPOP;
- r. Elaborar uma resolução que o CREPOP a estrutura do Sistema Conselhos de Psicologia.
- s. O CREPOP deve assumir como eixo estruturante a intersectorialidade e interdisciplinaridade;
- t. Descentralização das suas ações para todas as partes do estado;
- u. Conscientizar Conselheiros(as) responsáveis pela elaboração do Planejamento Estratégico anual dos Conselhos Regionais de modo a assegurar os recursos necessários as demandas anuais do Centro.
- v. Que o Sistema Conselhos possibilite a formação técnico-política para as equipes CREPOP em relação à temática das políticas públicas, qualificando a capacidade técnico-política dos mesmos de influenciarem no cenário das políticas públicas locais.
- w. Elaborar uma resolução que formalize a ação do CREPOP no Sistema Conselhos de Psicologia.
- x. Ampliar a divulgação dos instrumentos de regulamentação da atuação dos psicólogos, bem como a fiscalização da atuação dos psicólogos que atuam nas políticas públicas.
- y. Fortalecimento do CREPOP, visando a pesquisa sobre a atuação dos profissionais nas diversas áreas;
- z. Levantamento das instituições públicas que trabalham com assessoramento em políticas públicas e, posteriormente, selecionar uma instituição que irá desenvolver o trabalho de assessoria junto ao CREPOP.
- aa. Aprovação no plenário da APAF, do CFP e dos CRPs, do CREPOP como um órgão Permanente e fundamental para a estruturação da Psicologia como ciência e profissão focada no projeto ético-político do compromisso social e votado para as urgências e necessidades da maioria da população brasileira e latina americana.
- ab. Encaminhar junto às instâncias legítimas (APAF, Congresso) a necessidade de se qualificar o Crepop na perspectiva do seu aprimoramento.
- ac. O CRP deve criar uma revista, semestral, com publicação de práticas inovadoras no Estado, com linguagem jornalística.
- ad. Ampliação do número de profissionais nos CREPOPs regionais para que possibilite a discussão continuada dos levantamentos apontados nas pesquisas.
- ae. Dar continuidade às ações do CREPOP em cada área após a realização das pesquisas, aproveitando estes dados para realizar uma maior interação entre os profissionais envolvidos em cada área promovendo um aperfeiçoamento ligado a prática
- af. Interiorização das ações do CREPOP.
- ag. Inserir as agências formadoras de cada regional no processo de elaboração de princípios e diretrizes que orientam o trabalho no campo.
- ah. Estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa, bem como com as instituições empregadoras dos psicólogos que atuam no campo.
- ai. Contratar mais pesquisadores com experiência para atuação no CREPOP.
- aj. Mapear as atuais condições de trabalho das equipes CREPOP para o desenvolvimento dos planos de trabalho e ampliar as equipes permitindo uma expansão da atuação dos centros nos cenários regionais.
- ak. Implementar processos para reduzir as desigualdades regionais existentes entre os CREPOP's a partir da indicação de equipes mínimas em cada centro.

- al. Desenvolver mecanismos de avaliação dos procedimentos e metodologias empregados para o desenvolvimento das pesquisas CREPOP
- am. Desenvolver, implementar e tornar sistemática a realização do mapeamento das práticas exitosas (ou práticas de destaque) nas pesquisas CREPOP
- an. Discutir e avaliar técnica e politicamente a relação com a FGV no processo de sistematização das pesquisas CREPOP
- ao. Discutir e avaliar a possibilidade de parcerias para a sistematização das pesquisas CREPOP com grupos de pesquisa de universidades públicas.
- ap. Criação, a partir de metodologia sistematizada no campo pedagógico, de "Grupos de aperfeiçoamento da prática profissional" utilizando o CREPOP como instrumentalizador de linhas diretivas para a prática e criação do aparato regulatório para "reconhecer" as normas (de educação para o trabalho) através das ??? creditações das especialidades. As associações, em especial ABEP, como instituições competentes para avançar nos campos temáticos, assim como a inserção das agências formadoras como espaços para avançar na produção técnico-científico da Psicologia.
- aq. Criação de uma comissão nacional composta por representantes das equipes locais de diferentes regiões do país e com notada experiência sobre o tema do ciclo. Esta comissão se envolveria nas etapas de sistematização dos dados para garantir maior representatividade a estes.
- ar. Diminuir para "2" ciclos anuais o número de áreas investigadas pelo CREPOP.
- as. Acompanhamento dos representantes da comissão ad-hoc, pelos técnicos locais de acordo com a regionalidade dos membros dessa comissão.
- at. Relatórios locais mais aprofundados, com análise parcial dos dados, o que agilizaria o processo de confecção do referenciamento.
- au. Diálogo com Comissões, Grupos de Trabalho (GTs) e Núcleo de forma a criar caminhos de atuação para a introdução das demandas explícitas nos documentos de referência no desenho da política pública.
- at. Aprimorar o PORTAL do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) garantindo facilidade de acesso e divulgação.
- ay. Garantir a divulgação das referências construídas.
- ax. Ampliação do trabalho do CREPOP
- aw. Criação de grupos temáticos que possam favorecer debates nos conselhos em torno de áreas pouco conhecidas e debatidas no sistema, com apoio do CREPOP
- az. Que o Sistema Conselhos edite Resolução para tornar permanente no Sistema Conselhos o CREPOP.

Nº Tese:	0040
Tema da Tese:	CREPOP - Crepop como instrumento de gestão
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:17:12

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Uso estratégico das informações geradas pelos CREPOP's;
2. Fortalecimento da função pública da Psicologia no Sistema Conselhos ampliação da participação da categoria nos espaços do controle social efetivação do CREPO enquanto ferramenta de gestão democrática elaboração de referências técnicas considerando uma análise das práticas desenvolvidas buscando propor o desenvolvimento de práticas sustentadas no compromisso social da Psicologia;
3. Discutir com gestores, IES e categoria profissional, as referências já formuladas pelo Sistema Conselhos.
4. Articular com os gestores municipais, estaduais e federais para a divulgação do papel do psicólogo nas Políticas Públicas.
5. Viabilizar estratégias e materiais informativos sobre o papel do psicólogo para a sociedade civil.
6. discutir na APAF ações para nortear as COF's e COE's;
7. Ampliar essa discussão nas reuniões conjuntas nacionais nas COF's e COE's;
8. Buscar articulação com o CREPOP e FENAPSI/SINPSI-SP e demais conselhos profissionais da área para fazer gestões junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;
9. Promover maior esclarecimento/divulgação sobre as atividades da Psicologia junto ao Estado e as políticas;
10. Acompanhar e subsidiar conselhos setoriais de políticas públicas;
11. Estimular o debate para a implantação de vagas efetivas do cargo de psicólogo;
12. Articulação com os movimentos sociais organizados para o conhecimento de suas ações, visando a contribuição da formulação das políticas, e, com as esferas governamentais proporcionando um amplo debate sobre onde estão as vagas para atuação profissional, e, onde poderão ser criadas novas;
13. Articular com os ministérios a entrada obrigatória dos documentos de referência nas discussões nos serviços onde possam ter relevância para a atuação dos psicólogos;
14. Encaminhar documento direcionado às secretarias estaduais de assistência social, educação, saúde, etc., que direcionem as mesmas à chamarem a Rede CREPOP local a participar de discussões, capacitações e eventos multidisciplinares abordando os temas da Psicologia construídos pela Rede CREPOP e demais comissões do CFP;
15. Dar visibilidade junto aos setores públicos, poder legislativo e executivo, judiciário do campo de atuação do psicólogo;
16. Incentivar/Promover em parceria com a ABEP discussões que tenham como tema os serviços de atendimento a crianças e adolescente, no âmbito da formação.
17. Criação de espaços nos conselhos para debater temas específicos de áreas carentes profissionais, pouco conhecidas e debatidas no Sistema Conselhos.
18. Que o psicólogo possa exercer com competência seu papel nos órgãos públicos;
19. Realizar uma estratégia de divulgação que faça chegar a gestores e profissionais, tornando-se de fato referências para a qualificação permanente dos profissionais que atuam em Políticas Públicas.
20. Articulação com demais entidades e profissões para o compromisso social;
21. Fortalecimento e apoio às instituições: saúde, educação, segurança, meio ambiente, sustentabilidade, emergências e catástrofes, criança e adolescente, idoso, cultura, comunicação, esporte, lazer, etc.

Encaminhamentos:

- a. Aumentar o espaço do CREPOP nos veículos de comunicação do Conselho;
- b. Atribuir a tarefa de fazer contatos com os gestores da política pública para divulgação dos documentos já produzidos;
- c. Emitir pareceres sobre o papel da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas;
- d. Ampliação do uso das informações das pesquisas CREPOP no desenvolvimento das estratégias políticas de atuação dos CRP's;
- e. Estímulo ao desenvolvimento de ações locais através do uso de informações técnicas estratégicas sobre as políticas públicas investigadas pelas equipes CREPOP;
- f. Incluir a divulgação das referências nas capacitações dos profissionais e gestores das políticas públicas;
- g. Realizar a divulgação dos mesmos materiais junto ao Poder Judiciário como forma de auxiliar a delimitação de suas demandas em relação à Psicologia;
- h. Produzir e publicizar materiais informativos sobre o papel do psicólogo para a sociedade civil;
- i. Utilizar as cartilhas do CREPOP como documentação normativa para orientação e fiscalização;
- j. Estabelecer relação política mais efetiva entre o Conselho de Psicologia e demais Conselhos de classe;
- k. Aproximação do sistema Conselhos junto ao agentes formadores, o Estado e a Sociedade;
- l. As entidades da categoria devem se reunir e buscar alternativas que possam, de forma mais efetiva, promover mudanças na forma de contratação dos psicólogos que os respeitem como profissionais e respeitem as práticas que realizam;
- m. Promover eventos que contemplem o debate sobre políticas públicas e direitos sociais;
- n. Contato com ministérios, colegiados de gestores estaduais e municipais;
- o. Se fazer presente nos espaços onde os trabalhadores estão desenvolvidos (municípios) ;
- p. Propor projetos de lei ao legislativo municipal, estadual e federal incluindo o psicólogo nas políticas públicas;
- q. Organizar seminários em âmbito regional, estadual e federal junto à categoria, divulgando os resultados das pesquisas realizadas pelo CREPOP;
- r. Propor ações que incentivem a participação da categoria nos órgãos de controle social e movimentos sociais;
- s. Organizar Seminários e GT em todos regionais para apresentar as referências chamando a categoria e os gestores para tomar conhecimento.
- t. Parceria com a ABEP, CREPOP e FENPB para discussão da temática da atuação do psicólogo e sua relação com outras categorias profissionais e com a sociedade em serviços de atendimento à criança e ao adolescente.
- u. Fortalecer e intensificar o diálogo com o Estado.
- v. Que os conselhos fiscalizem os orgaos publicos, apoiando as reivindicações dos psicologos;
- w. Que o conselho oriente os gestores a respeito do papel do psicologo;
- x. Que o conselho oriente os responsaveis por concursos publicos sobre o papel do psicologo;
- y. Verificar junto aos Conselhos Regionais, aqueles que iniciaram esse processo e socializar aos demais;

Nº Tese:	0041
Tema da Tese:	CREPOP - Divulgação das ações do CREPOP
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:39:52

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Aumentar a visibilidade do CREPOP dentro da categoria, aumentar sua autonomia política como espaço de interlocução com os gestores para a produção, implantação e implementação das políticas públicas;
2. O CREPOP deverá posicionar-se frente ao papel das(os) psicólogas(os) na política pública. Fortalecer a relação entre o CREPOP e as instituições formadoras;
3. Capacitação dos profissionais, através de materiais, cursos presenciais e virtuais, de acordo com as áreas de atuação;
4. Aproximação e sensibilização da categoria e órgãos envolvidos com a construção das políticas públicas sobre o fazer psicológico;
5. Divulgar junto à categoria os resultados dessas discussões a fim de informar e orientar os psicólogos em geral e não apenas os que estão diretamente vinculados a essas práticas profissionais;
6. Incentivar, a partir da formação e qualificação do profissional em Psicologia, o conhecimento sobre o desenvolvimento dos direitos sociais e constituição das principais políticas sociais do sistema de proteção social brasileiro;
7. Ampliar o acesso às produções do CREPOP;
8. Criar condições de acesso às referências produzidas (Publicações);
9. Publicação e divulgação, das práticas do CREPOP;
10. Estender os convites aos profissionais que não sejam da área de atuação;
11. Ampliar a divulgação em âmbito universitário.
12. Divulgar o cadastro único dos profissionais de Psicologia, visando a construção de políticas públicas à categoria, a partir do fortalecimento das pesquisas do CREPOP;
13. Maior divulgação do CREPOP pelo Sistema Conselhos; incentivar a formação profissional para um maior envolvimento nas políticas públicas.
14. Baixa qualificação e participação Política da categoria, o que acarreta problemas na atuação do psicólogo nas Políticas Públicas;
15. Maior apropriação dos psicólogos sobre as pesquisas do CREPOP, com discussão permanente junto a categoria.
16. Discussão em âmbito nacional de uma pauta mínima da disciplina;
17. Inserção do material do CREPOP e da FGV na discussão da ementa e referências bibliográficas;
18. Propiciar que o CREPOP aponte referências para a formação e a atuação do psicólogo, bem como a relação estabelecida com a sociedade nos serviços de atendimento à criança e adolescentes.
19. Criar cartilhas / parâmetros de atuação públicos e de ampla divulgação (site);
20. Que o Sistema Conselhos fomente debates sobre a atuação do psicólogo de forma intersetorial (entre Conselhos Profissionais e nas diversas políticas) e crie referências para esta atuação, partindo do princípio da territorialidade;
21. Promover um maior diálogo entre os psicólogos, para trocar experiências, conhecimentos, novas práticas e produções de modo geral;
22. Promover o fortalecimento e integração das ações interdisciplinares e intersetoriais no SUAS;
23. Manter e ampliar as ações e discussões em torno das cartilhas produzidas pelo CREPOP;

24. Divulgar e informar para os psicólogos e posteriormente para a sociedade em geral as referências técnicas discutidas, consolidadas pelo CREPOP;

25. O Sistema Conselhos em articulação com a ABEP construa estratégias de divulgação das pesquisas do CREPOP de forma mais efetiva à categoria e as IES na direção de qualificar os estudantes, professores e supervisores de Psicologia.

Encaminhamentos:

- a. Articulação com as Entidades Formadoras via ABEP (Associação Brasileira de Ensino em Psicologia);
- b. Articulação com os Fóruns Regionais da Psicologia (conforme tese de criação dos Fóruns Regionais de Psicologia);
- c. Articulação com gestores dos diversos níveis de governo;
- d. Assunção do projeto CREPOP pelos CRP's/CFP;
- e. Fortalecimento de instituições públicas que pesquisam políticas públicas por meio de parcerias entre os CREPOPs e estes centros de pesquisa ;
- f. Fortalecer o trabalho do CREPOP e ampliar a construção e divulgação de referenciais de atuação aos psicólogos nas políticas públicas;
- g. Capacitação dos profissionais, através de materiais, cursos presenciais e virtuais, de acordo com as áreas de atuação.
- h. Presença e implicação do profissional da Psicologia na construção de cursos de formação que estejam relacionados com políticas públicas;
- i. Ampliar o acesso às produções do CREPOP;
- j. Criar condições de acesso às referências produzidas (Publicações).
- k. Divulgação das ações do CREPOP em eventos nas universidades e envio de convites em todas as áreas de atuação;
- l. Divulgar o cadastro único dos profissionais de Psicologia, visando a construção de políticas públicas à categoria, a partir do fortalecimento das pesquisas do CREPOP;
- m. Articulação com os movimentos sociais organizados para o conhecimento de suas ações, visando a contribuição da formulação das políticas, e, com as esferas governamentais proporcionando um amplo debate sobre onde estão as vagas para atuação profissional, e, onde poderão ser criadas novas;
- n. Ampliar o espaço de divulgação;
- o. Criar uma representação institucionalizada do CREPOP com função de qualificação política para atuação nas políticas públicas;
- p. Discussão em âmbito nacional de uma pauta mínima da disciplina;
- q. Levar as referências do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) com o recurso nos espaços de formulação das políticas.
- r. Criar cartilhas determinando conhecimentos e habilidades mínimas para várias especificidades de atuação.
- s. Promover encontros periódicos com os profissionais que atuam nas diversas políticas públicas para discutir a prática de uma atuação em rede.
- t. O Sistema Conselhos promoverá eventos com o grupo de discussões, grupo de trabalho, seminário voltado para a prática do psicólogo nas políticas públicas;
- u. Promover o ano da atenção da Psicologia nas políticas públicas sociais e intersetoriais;
- v. Incluir essas discussões no calendário anual dos eventos organizados pelos Conselhos Regionais nos eventos produzidos junto aos estudantes, apresentando o CREPOP e suas produções;
- x. A divulgação das referências técnicas pode ser feita através de assembleias, e outros recursos midiáticos que sejam acessíveis a toda população.

Nº Tese:	0042
Tema da Tese:	CREPOP - Produção de Referências técnicas – processo e novas áreas
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:02:40

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Articulação com demais entidades e profissões para o compromisso social;
2. Atuar como representante e responsável pela defesa da Psicologia enquanto ciência e políticas públicas e dos profissionais frente à ações que tentam inviabilizar a atuação do Psicólogo;
3. Avaliando a linha do tempo dos temas trabalhados nos últimos CNP's percebe-se que os Congressos têm indicado uma reflexão junto à categoria, sociedade e Estado, bem como a necessidade de avançar da teoria para a prática;
4. Entendemos que o Sistema Conselhos precisa voltar suas ações no atendimento da conjuntura social para o exercício profissional oferecendo reflexões teóricas e práticas que subsidiem o psicólogo a aperfeiçoar o seu fazer, junto às políticas públicas, a participação nos órgãos de controle social e nos movimentos sociais, ética, a técnica profissional e o desenvolvimento da Psicologia enquanto Ciência e Profissão;
5. Regulamentar a atuação do psicólogo em políticas públicas considerando as práticas já consolidadas e as novas diretrizes em políticas públicas.
6. Garantir a qualidade na prestação de serviços psicológicos.
7. Fazer uma pesquisa que englobe toda rede de saúde mental instituída como política pública de Saúde Mental;
8. Criação de referencias e maior orientação ao psicologo que trabalha nas politicas publicas
9. Criar estratégias de pesquisa e análise para a construção de referenciais quanto à atuação do psicólogo, incluindo com trabalho multiprofissional, envolvendo as mais diversas áreas e esferas de trabalho do psicólogo.
10. Realizar pesquisa de georreferenciamento pelo CREPOP;
11. Referendar as práticas;
12. Promoção de discussões acerca de todos os eixos orientadores do PNDH 3 junto a categoria e sociedade;
13. Promoção de discussões para a elaboração de diretrizes para as práticas do psicólogo a partir dos objetivos estratégicos e das ações programáticas apresentados no PNDH 3;
14. Acompanhar participativamente dos debates nacionais em relação ao PNDH 3;
15. Compor grupo de trabalho com psicólogos sociais e judiciários para a produção de manual técnico.

Encaminhamentos:

- a. Garantia de formação técnico-política para as equipes CREPOP e conselheiros dos CRP's em relação às temáticas das políticas públicas, qualificando a capacidade técnico-política dos/as mesmos/as de influenciarem nos cenários das políticas públicas locais;
- b. Promover discussões acerca das cartilhas construídas pelo CREPOP sobre a prática psicológica nas políticas públicas;
- c. realizar pesquisas e diagnósticos, através do CREPOP, que possam definir indicadores básicos de políticas sociais com atuação direta do profissional de Psicologia.
- d. Realizar estudo jurídico visando o ordenamento formal do CREPOP como uma estrutura permanente do Sistema Conselhos de Psicologia;
- e. Incentivar psicólogo a documentar, pesquisar e publicar sobre o exercício profissional nas políticas públicas, buscando uma maior inserção nos mesmos.
- f. Que o CREPOP faça uma pesquisa que englobe toda rede de saúde mental instituída como política pública;

- g. Que o CREPOP faça um levantamento de todos os ministérios e secretarias que de alguma forma instituem políticas de saúde mental;
- h. Que o CREPOP faça um georreferenciamento de serviços de saúde mental;
- i. Criação de GT de políticas públicas para orientar os profissionais.
- j. Utilizar o CREPOP ou criar outro órgão para pesquisa, similar ao mesmo;
- k. Apoiar e estimular GTs no interior sobre o tema.
- l. Mapear as diversas áreas que ainda não tem uma referência definida e necessitam ser discutidas em relação as formas de atuações dos psicólogos, contempladas ou não pelo CREPOP.
- m. Criação de um grupo de trabalho com o objetivo de discutir regulamentação técnica e práticas profissionais.
- n. Divulgar e debater os resultados da pesquisa Psicologia e Direitos Humanos desenvolvida pelo CREPOP;
- o. Formação de Comissões temáticas em torno dos eixos, que produzam diretrizes para as práticas do psicólogo a partir dos objetivos estratégicos e das ações programáticas apresentados no PNDH;
- p. Elaboração de manual normativo orientando sobre critérios básicos, com instrumentos e condições necessárias para avaliação psicológica nesse contexto;
- q. Realizar uma pesquisa no CREPOP com a temática do psicólogo no judiciário;
- r. Criação através dos parâmetros já existentes nas diversas áreas, um quadro indicativo quanto ao n.º de habitantes x psicólogos dos serviços;
- s. Criar uma referência geográfica/habitantes x n.º de psicólogos;
- t. Divulgar este quadro que deverá ser referência para a implantação de políticas públicas;
- u. Promover junto ao CREPOP um levantamento dos profissionais envolvidos com a área de Gerontologia para uma troca de experiência.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Criança e adolescente

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
43				

Nº Tese:	0043
Tema da Tese:	CRIANÇA E ADOLESCENTE - Orientação e qualificação de psicólogo no atendimento da criança e adolescente
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:07:48

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Procurar garantir um maior e melhor funcionamento das redes de atendimento, na intenção de garantir os direitos e não promover a institucionalização em um único serviço;
2. Qualificar os Psicólogos a realizarem perícia psicológica em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual;
3. Propor encontros para que psicólogos obtenham esclarecimentos deste segmento, para auxiliar pessoas ligadas a crianças acometidas de violência doméstica;
4. Fortalecer o processo de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
5. Aproximação dos diferentes profissionais, buscando-se o diálogo permanente e a integração de ações, e desta forma, fortalecendo o sistema de garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes.
6. Criar fórum de discussão permanente com todos os profissionais que estão inseridos na rede de proteção da infância e da adolescência.
7. Refletir sobre o lugar da criança e do adolescente como objeto da Justiça.
8. Trazer a reflexão sobre a autonomia profissional.
9. Abrir debate sobre o novo artigo 101 § 9o do ECA objetivando uma articulação política junto ao Congresso Nacional para alteração do referido artigo
10. Que o Conselho construa referências para a atuação dos psicólogos do Judiciário e dos Centros de Atendimento Socioeducativo, garantindo assim que o atendimento integral e qualificado de toda demanda.
11. O Sistema Conselhos deve integrar suas ações na área da Assistência Social, da Criança e Adolescente e dos direitos humanos.
12. Proposta de uma maior intervenção junto a essa temática, a fim de haver espaços claros para sua abordagem.
13. Apontar a necessidade de critérios técnicos e teóricos quanto aos encaminhamentos de situações que envolvem crianças e adolescentes.

Encaminhamentos:

- a. Estabelecendo diálogos contínuos com o Poder Público, sendo na Saúde, Educação, Esporte, Assistência Social, etc. Para a garantia do atendimento na cadeia do macro para micro.
- b. Promover debates dentro das Universidades e na sociedade acerca deste tema;
- c. Incentivar a criação de cursos de especialização específica nesta temática.
- d. Incentivar pesquisa nesta área.
- e. Através de debates
- f. Palestras entre os profissionais psicólogos;
- g. Encaminhamento do assunto para a Comissão de Criança e adolescente
- h. Aprofundar e manter os debates sobre as referências para a atuação do psicólogo junto à criança e o adolescente que garanta seu protagonismo, levando em conta sua situação peculiar de desenvolvimento e sua condição de sujeito de direitos;
- i. Promover debates / oficinas sobre a temática;

- j. Produção de material explicativo sobre os direitos das crianças, adolescentes e famílias, voltado para psicólogos e usuários;
- k. Fazer gestão junto a Defensoria Pública, e outros órgãos competentes, para esclarecer acerca de ordens judiciais em prejuízo da reintegração à família natural, entre outras situações que caracterizem violação do direito à convivência familiar e comunitária.
- l. Ampliação e continuação do debate com os profissionais envolvidos nesta questão.
- m. Elaboração de documentos que orientem a prática do psicólogo no âmbito da Justiça.
- n. Ampliação do debate sobre a lei nacional da adoção
- o. Construir um posicionamento institucional sobre o parágrafo da referida lei (artigo 101 § 9o da lei 12010 - Lei Nacional da Adoção)
- p. Divulgação nos jornais dos CRP's e sites
- q. Entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade em relação ao parágrafo (artigo 101 § 9o da lei 12010) Supremo Tribunal Federal
- r. Promover visitas periódicas dos Representantes do Conselho Regional de Psicologia para identificar os gestores das duas instituições, a fim de que eles estimulem os psicólogos vinculados a participarem dos encontros que serão promovidos.
- s. Promover encontros entre os profissionais psicólogos das duas instituições, a princípio para que cada um descreva sua prática, identifique as atribuições que lhe cabem, defina a amplitude e limite de sua prática, objetivando a delimitação dos papéis dos profissionais de cada instituição.
- t. Publicar e divulgar material produzido nestes encontros.
- u. Fiscalização do exercício profissional da Psicologia em serviços de acolhimento;
- v. Fórum de debate permanente sobre a atuação do psicólogo.
- w. Proposição de espaços para discussões da temática apresentada, abordando, entre outros: acolhimento e interpretação de medida; atendimento psicossocial inicial e ao longo do acompanhamento; elaboração de relatórios técnicos; discussões de estudos de casos; elaboração e alimentação do PIA (Plano Individual de Atendimento).
- x. Possibilidade de trocas entre as atuações, a fim de discutir-las visando uma melhor compreensão do trabalho e melhor abordagem do público atendido.
- y. Construção de materiais gráficos (cartilhas) referentes à atuação do psicólogo nas medidas socioeducativas que a sistematize.
- z. Diálogo com Instituições de modo global para viabilizar a realização do trabalho com o apoio do Conselho Regional de Psicologia (CRP) e Sindicato.
- aa. O Sistema Conselhos deve fazer a gestão junto aos conselhos da mulher e da criança e adolescentes para criar a possibilidade de colocar técnicos (psicólogos) nas instâncias de assistência (executivas) a estas populações.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Democratização da comunicação

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
44				

Nº Tese:	0044
Tema da Tese:	DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO - Democratização e ética na Comunicação
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:42:53

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Referendar as produções da 1ª CONFECOM
2. Debater e qualificar a participação dos psicólogos nos vários meios de comunicação.
3. Promover o debate sobre as influências da mídia na subjetividade e na sociedade.

Encaminhamentos:

- a. Ampliar as discussões e criar espaços para que esta questão seja debatida
- b. Promover o debate e encaminhar ações visando qualificar e balizar a participação dos psicólogos nos vários meios de comunicação e a leitura crítica da mídia.
- c. Promover o debate com a Universidade, buscando a produção acadêmica para qualificar a discussão, garantindo a orientação e a compreensão da natureza e dos fins dos meios de comunicação.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Direitos humanos

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
45				
46				
47				

Nº Tese:	0045
Tema da Tese:	DIREITOS HUMANOS - Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH 3
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:05:45

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que o Sistema Conselhos e suas comissões entendam a importância do tema do PNDH3 como um dos eixos centrais do debate político do Sistema Conselhos. Que a Comissão Nacional de Direitos e as Comissões de Direitos Humanos regionais continuem atuando no debate dos Direitos Humanos, no entanto que ocorra o fortalecimento das questões do PNDH3 entre os psicólogos (as).

Encaminhamentos:

a. Que as comissões de direitos humanos do Sistema Conselhos ampliem o debate das questões referentes ao PNDH3 se posicionando e mostrando os elementos de mudança junto à categoria e a sociedade.

b. Que o sistema seja um dos atores propositais do debate para que a categoria se aproprie do tema, como também, tenham ações mais efetivas nas questões do debate de uma educação em direitos humanos, junto às outras entidades como a ABEP e os movimentos sociais.

c. Que o Sistema Conselhos incremente as discussões e ação sobre direitos humanos com os psicólogos.

Nº Tese:	0046
Tema da Tese:	DIREITOS HUMANOS - Prática do profissional psicólogo frente a população em situação de rua
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:09:23

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fomentar debates sobre a temática da população em situação de rua de forma intersetorial e com os parâmetros de Direitos Humanos e da Política Nacional;
2. Promover a construção de referências as práticas do profissional psicólogo considerando a intersetorialidade da questão uma vez que esta temática envolve o psicólogo da saúde e da assistência social;
3. Trazer esta discussão para o Sistema Conselhos, contribuindo para a problematização da prática dos psicólogos que atuam com população de rua e para garantir a visibilidade do tema entre a categoria, desmistificando essa população como ameaçadora e perigosa.

Encaminhamentos:

- a. Que o Sistema Conselhos promova discussões regionalizadas sobre as políticas existente.
- b. Que o Sistema Conselhos promova a construção de referências para atuação dos psicólogos nas diferentes inserções nessa área.
- c. Aproximação do Sistema Conselhos com o Conselho de Serviço Social, movimentos sociais e com a população em situação de rua propriamente dita, participando de debates na área e na construção de políticas públicas voltadas para esta população;
- d. Organização de eventos que discutam as políticas públicas voltadas a essa população;
- e. Mapeamento dos profissionais que trabalham com população de rua.

Nº Tese:	0047
Tema da Tese:	DIREITOS HUMANOS - Qualificação e discussão da prática profissional na garantia dos direitos humanos
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:27:34

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Capacitar o profissional de Psicologia nas temáticas relacionadas aos Direitos Humanos
2. Garantir que a lógica da afirmação dos direitos humanos esteja expressa na concepção política e nas práticas desenvolvidas considerando as bases éticas e técnicas da psicologia implicada com o social.
3. Oportunizar debates visando ampliar de forma qualificada e posicionada pelos DH nossa presença e participação ativa nos espaços do controle social buscar desenvolver ações que sistemem que o que nos diferencia não é o domínio de uma técnica mas qual o nosso compromisso social ao desenvolvê-la .
4. A capacitação da CNDH - CFP para participar do Comitê Brasileiro de Política Externa e Direitos Humanos.
5. Que o Sistema Conselhos tenha uma intervenção efetiva na garantia e promoção dos direitos humanos
6. Que as comissões de direitos humanos continuem realizando junto à categoria e a sociedade debate sobre a temática, e que para além do debate aos Conselhos atuem eficazmente nas ações de verificação das denúncias
7. Que o psicólogo possa atuar nas áreas de violação de direitos de forma crítica e compromissada.
8. Em articulação com outros, protagonistas sociais (intersetorialidade), fomentar ações de discussão coletiva, das complexidades (multi-determinação) envolvidos nos cometimentos inflacionais (envolvendo campo da subjetividade, exclusão social, cultural, econômico) e posterior disseminação na mídia destas novas construções de entendimento ético/ técnico e político do cidadão em conflito com a lei, em conformidade aos princípios e Direitos Humanos.
9. Que o Sistema Conselhos promova discussões sobre a temática, fortalecendo e criando referências.
10. Afirmar compromisso social da Psicologia.
11. Fortalecimento dos movimentos sociais organizados
12. Necessário investir na formulação e afirmação de práticas que defendam a reforma psiquiátrica.
13. Lançar discussão acerca de tal situação problema (perfil profissiográfico e direitos humanos)

Encaminhamentos:

- a. Instituir CDHs em todos os conselhos de Psicologia;
- b. Que as CDH tenham uma intervenção mais atuante junto a sociedade.
- c. Incluir na Lei 5.766 a CDH como comissão permanente.
- d. Que as gestões garantam uma ação mais efetiva nas ações referidas aos recebimentos de denúncias, tanto da categoria quanto da sociedade em geral. Encaminhar esta proposta às reuniões nacionais de Direitos Humanos:
- e. Aumentar a visibilidade da Comissão de Direitos Humanos;
- f. Incentivar as parcerias com os movimentos sociais que trabalham com os Direitos Humanos;
- g. Que as comissões de Direitos Humanos e as Comissões de Orientações e Fiscalização do sistema Conselhos tenham ações de intervenções na fiscalização de violação de Direitos Humanos.
- h. Dar visibilidade e potência às discussões que podem ser geradas, tomando este tema como

campanha da comissão nacional de direitos humanos, a fim de que coletivamente sejam criadas estratégias de enfrentamento

- i. Fomentar , promover eventos em parceria intersetoriais, inserção na mídia de difusão destes valores e práticas de enfrentamento da criminalidade nos parâmetros dos Direitos Humanos.
- j. Propor eventos, criar debates e discussões sobre os problemas sociais dentro do espaço de atuação do psicólogo articulando com a universidade e os atores sociais dos serviços, provocar reflexões; apresentação de trabalhos interdisciplinares. Vários olhares sobre os temas: violência, direitos humanos e outros.
- k. Articular com outros cursos e universidades, para aproximar-se da sociedade "viva", em debates, em eventos, não somente com discussões do papel do profissional ou somente com o psicólogo, mas aberto a outras áreas.
- l. Sugerir ao Governo (Estado) fazer gestão junto ao MDS e/ou SEDES para os profissionais de Psicologia que atuam no CRAS.
- m. Propor a segunda amostra nacional de Psicologia na temática da assistência social.
- n. Promover Seminários, Encontros e Foruns de discussão, para o debate sobre a intervenção nas situações de violência, articulando com Conselhos e Foruns de Defesa;
- o. Construir referências para atuação profissional na área;
- p. Criação de uma comissão nacional de politica publica articulada ao CREPOP (nucleo nacional e regionais) potencializando o debate sobre as praticas profissionais considerando o contexto das politicas publicas.
- q. Atraves da constituição da comissao nacional de pp promover debates que fortaleçam a produção de conhecimento e definição de analise critica das praticas profissionais desenvolvidas pela Psicologia nos diversos campos da PP, que afirme o compromisso social do psicologo.
- r. Participação de fóruns específicos GLBT, Direitos Humanos, raça e gênero
- s. ULAPSI é uma atuação internacional da Psicologia e pode ser o requisito para compor o Comitê; Curso de capacitação em Direitos Humanos da ONU e OEA pelo IDDH de Santa Catarina; Internacionalização da CNDH - CFP.
- t. Remeter essa discussão a ABEP para garantir a inserção do debate desde a formação básica.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Diversidade sexual

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
48				
49				

Nº Tese:	0048
Tema da Tese:	DIVERSIDADE SEXUAL - Defesa ao direito à livre orientação sexual
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:14:26

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova a ampla discussão sobre as questões de gênero, particularmente as voltadas para gays, bissexuais, lésbicas, travestis e transexuais;
2. Ampliar a visibilidade das ações e discussões que vêm sendo construídas no sistema Conselhos e junto com outras instituições sobre a diversidade sexual;
3. O Sistema Conselhos terá como objetivo a ampliação e reafirmação da sua política pela diversidade sexual e traduzirá essa política em normatização técnica apropriada e alinhada com a mesma;
4. Promover debates sobre os Direitos Humanos relacionados à sexualidade e a prática profissional do psicólogo;
5. Promover o debate sobre o tema, em diversas instâncias, a fim de aglutinar novas idéias que ampliem e sustentem a discussão;
6. Promover encontros das categorias profissionais atuantes (ou não) na temática, em articulação com entidades LGBTT, com intenção de verificar demandas crescentes pertinentes a prática psicológica;
7. Transversalizar a questão da diversidade sexual e pluralidade de gênero em todos os campos de ação/atuação do(a) psicólogo(a).
8. Discutir a atuação dos/as psicólogos/as nesse campo (em diversidade sexual);
9. Dar visibilidade à atuação dos/as psicólogos/as nesses espaços (em diversidade sexual);
10. Manutenção da Resolução CFP 001/99;
11. Divulgação ampla da resolução para a categoria e sociedade em geral;
12. Fiscalização permanente do cumprimento desta resolução pelos psicólogos;
13. Existe necessidade de ampliação da resolução no sentido de incluir a "não-cura" de transgêneros, transexuais, travestis, etc;
14. Divulgar aos psicólogos e à sociedade e defender veementemente a resolução CFP 001/99;
15. Trabalhar para a desnaturalização dos gêneros junto à categoria e contribuir para a compreensão da sexualidade humana para além do binarismo e da matriz heteronormativa limitadora.
16. Que os psicólogos possam trabalhar a diversidade de forma ética e livre de preconceito;

Encaminhamentos:

- a. Ampla discussão com a categoria sobre as questões de gênero e LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais);
- b. Maior divulgação da Resolução CFP nº 01/99 de 23 de março de 1999 que regulamenta o atendimento de psicólogo a pessoa homossexual;
- c. Produzir material para a categoria que esclareça os fundamentos que embasam a Resolução CFP 001/99;
- d. Fazer campanhas de sensibilização da população em geral acerca da Resolução e seus desdobramentos, usando os mais diversos meios de comunicação;
- e. Fazer menção de apoio a resolução 01/99 e discussão acerca de sua temática;
- f. Atualizar Resolução 01/1999 com as referências políticas, técnica e normativa que foram produzidos nesses últimos 10 anos da sua edição;

- g. Enfatizar a defesa da resolução CFP 001/99 dentro da racionalidade da promoção de direitos;
- h. Realizar uma campanha de divulgação da resolução CFP 001/99 junto à sociedade e aos psicólogos;
- i. Manter publicações nos jornais dos CRP's e CFP;
- j. Promover discussões da categoria/sociedade;
- k. Estimular a aproximação dos psi e movimento social LGBTT;
- l. Que o Sistema Conselhos baseado nos Direitos Humanos (Tratados, Convenções Nacionais e Internacionais, entre outros.) promova amplo debate sobre o tema;
- m. Que o Sistema Conselhos faça um mapeamento da prática profissional na área da diversidade sexual, LGTTB e crie referências para a atuação do profissional;
- n. Aos CRPs, a promoção de eventos aglutinadores para discussão;
- o. Promover espaços de discussões sobre as questões de gênero;
- p. Promover eventos/atividades de mobilização sobre a prevenção à homofobia;
- q. Que o conselho realize eventos, cursos de capacitação / extensão, visando uma reflexão sobre a atuação do psicólogo na diversidade de forma ética e livre de preconceito;
- r. Reafirmar a normativa técnica para os psicólogos proibindo a patologização de orientação sexual;
- s. Que o Sistema Conselhos faça um mapeamento da prática profissional na área da diversidade sexual, LGTTB e crie referências para a atuação do profissional;
- t. Criar/Promover GTs locais (e interdisciplinares), com intenção de formar um grupo de referência local sobre a temática LGBTT.
- u. Produção de um documento ou cartilha versando sobre o tema "Diversidade Sexual e Pluralidade de Gênero" nos diversos campos de atuação do(a) psicólogo(a) (organizacional, hospitalar, educacional, clínica, etc.), a exemplo de outras cartilhas editadas pelos CFP;
- v. Referenciar a prática dos/as Psicólogos/as nos espaços de combate e prevenção à homofobia;
- w. Criar/publicar manuais de referência profissional;
- x. Desenvolver por meio da COF e da CDH ações no sentido de orientar o psicólogo a não designar a homossexualidade como patologia;
- y. Manter e/ou criar no Sistema Conselhos, comissões voltadas para as questões de sexualidade e gênero e ou inserir esta temática nas comissões de direitos humanos, para coordenarem estas e outras ações do Conselho nesta temática.
- z. Incluir aspectos atuais relacionados ao debate contra a homofobia, com respeito aos Direitos Humanos e Código de Ética Profissional
- aa. Esclarecer aos psicólogos a observância irrestrita de todas as resoluções promulgadas;
- ab. Incluir na formação básica da Psicologia esse tema;
- ac. Que o tema da diversidade sexual seja incluído na formação básica do psicólogo;
- ad. Articular com a ABEP e outras entidades da Psicologia a inserção de conteúdos sobre diversidade sexual na formação do psicólogo;
- ae. Conselho articular com IES para viabilizar uma formação capaz de trabalhar a diversidade de forma ética e livre de preconceito;
- af. Possibilitar a reavaliação das questões de gênero, enquanto critério rígido de aviação da personalidade e da orientação.

Nº Tese:	0049
Tema da Tese:	DIVERSIDADE SEXUAL - Despatologização e acompanhamento psicoterapêutico de pessoas que se submetem a cirurgia transexualizadora
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:55:33

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover discussões, resoluções, difundir informações acerca do processo da cirurgia transexualizadora. Para tanto, poderia se pensar cursos de atualização e uma Comissão que possa discutir essa e outras questões emergentes relativas às sexualidades, orientações sexuais e identidade de gênero no contexto clínico e de Políticas Públicas;
2. Promover debates sobre transexualidade e travestilidade;
3. Promover uma ampla campanha entre os profissionais psicólogos, assim como aderir a campanha pela Despatologização da Transexualidade já existente;
4. Criação de critérios da Psicologia para a avaliação da transexualidade sair dos padrões biomédicos de patologização;
5. Promover um diálogo com instâncias governamentais para a promoção de ações afirmativas que garantam a cidadania e o respeito aos Direitos Humanos da população de Travestis, Transexuais e Transgêneros, a exemplo dos Conselhos de Saúde e Comissões de Direitos Humanos;
6. Criação de referências para atuação do psicólogo na avaliação e no acompanhamento das questões da identidade de gênero saiam/avancem dos padrões biomédicos de patologização;
7. Criar referências sobre novos serviços e a prática profissional.

Encaminhamentos:

- a. Formar uma Comissão com profissionais da Psicologia que se propõe a discutir a referida questão, com representantes nos Conselhos Regionais para se poder, primeiramente, cartografar a realidade presente e a posteriori, auxiliar na formação de cursos de atualizações para os profissionais associados aos CRP's;
- b. Criar referência para a prática profissional em diálogo com outras áreas (interdisciplinar);
- c. Que o Sistema Conselhos promova, de forma regionalizada, debates sobre a despatologização da sexualidade transexual;
- d. Que o Sistema Conselhos promova o debate sobre a revisão do DSM IV, nas questões relacionadas à sexualidade;
- e. Que o Sistema Conselho incorpore a Campanha pela Despatologização da Transexualidade;
- f. Cursos de Psicologia não instrumentalizam para isso, há que se ter articulação com a ABEP e o MEC para atualizar a formação;
- g. Diálogo com a sociedade, outros Conselho Profissionais e a própria categoria para construção de referências éticas nesse processo de avaliação e acompanhamento, visando superar modelo biomédico;
- h. Realização de pesquisa com os/as profissionais que já atuam no processo transexualizador;
- i. Construção de um documento de referência técnica e/ou uma resolução que oriente a prática do(a) psicólogo(a) no processo transexualizador.
- j. Mapear através do CREPOP os psicólogos que estão nos serviços voltados ao processo transexualizador e criar e divulgar referências de atuação profissional nessa área;
- k. Estabelecer novas diretrizes éticas que indique a despatologização e a desnaturalização dos gêneros no âmbito da subjetividade;
- l. Promover debates com outras disciplinas que problematizem a lógica patologizante da identidade de gênero;
- m. Fomentar a articulação com os movimentos sociais LGBT e com as comunidades de travestis, transexuais e intersexo com vistas ao fortalecimento das concepções despatologizantes;

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Educação

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
50				
51				
52				
53				
54				
55				
56				
57				
58				

Nº Tese:	0050
Tema da Tese:	EDUCAÇÃO - Atuação do Psicólogo na Educação
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:11:11

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. O psicólogo da área escolar precisa saber o seu verdadeiro papel;
2. As escolas precisam respeitar o espaço do psicólogo escolar e seu papel na instituição;
3. Levar informação sobre o papel do psicólogo escolar aos diretores de escolas e comunidade;
4. Debater junto aos psicólogos quais os principais problemas responsáveis pela baixa qualidade da educação brasileira;
5. Estabelecer critérios para avaliar os trabalhos mais qualificados na área educacional pautados pelo principal objetivo da intervenção na área, que é produção de resultados robustos para resolver os principais problemas da educação brasileira. Tais resultados não devem ser considerados separadamente em função da linha teórica psicológica que fundamenta o trabalho, mas sim julgados em grupo pelo mérito do trabalho em produzir melhoras nos principais problemas previamente apontados, sendo essas melhoras avaliadas por medidas objetivas, tal como a Prova Brasil;
6. Após identificar os melhores trabalhos na área educacional brasileira o Sistema Conselhos de Psicologia deve fazer ampla divulgação dos mesmos para os demais psicólogos, assim como batalhar no campo político para que os avanços na área técnica sejam universalizados para toda a população a quem o trabalho se destina;
7. Criar mecanismos de incentivo para que os novos trabalhos na área educacional em Psicologia sejam planejados para resolver os maiores problemas da realidade educacional brasileira.
8. Delimitação do campo de trabalho do psicólogo escolar;
9. Defesa deste campo de trabalho;
10. Capacitação do psicólogo escolar;
11. Fundamentar teórico-conceitual e metodologicamente as ações do Plano Estadual de Educação - PEE.
12. Possibilitar a apropriação pelos diversos profissionais das instituições educacionais da proposta de trabalho do Plano Estadual de Educação - PEE, que deve estar integrado ao Projeto Pedagógico da Instituição educacional;
13. Que o psicólogo conheça o seu papel dentro da escola, para que esclareça à equipe pedagógica qual é o seu trabalho, para que juntos, toda a equipe, consiga os resultados desejados.

Encaminhamentos:

- a. Os conselhos regionais, através de comissões e GTs, realizar eventos que esclareçam o papel do psicólogo escolar, tanto para a comunidade e para a escola, como para o próprio psicólogo;
- b. Divulgação das atividades realizadas pelos profissionais psicólogos nas diversas instituições educativas;
- c. Promover encontros para divulgação ou apresentação dos trabalhos desenvolvidos, corroborando e estimulando a prática adequada e coerente com a função;
- d. Promoção de seminários, mostra de trabalhos e congressos;
- e. O Sistema Conselhos deve ampliar o debate junto aos psicólogos quais os principais problemas responsáveis pela baixa qualidade da educação brasileira;
- f. Estimular e divulgar experiências importantes do trabalho da Psicologia que contribuam para a qualificação da educação;
- g. O Sistema Conselhos deve trabalhar junto à ABEP para que todas as universidades de

Psicologia no Brasil contemplem nos seus currículos os trabalhos premiados, para garantir que os futuros profissionais tenham conhecimento de quais as medidas mais atuais de referência para combater os mais graves problemas educacionais brasileiros;

h. Formação mais abrangente no aspecto das dificuldades de aprendizagem do aluno e aspectos da estrutura educacional;

i. Discussão do currículo acadêmico, fortalecendo a formação da área escolar;

j. Oferta de cursos de extensão na área da Psicologia escolar;

l. Fortalecimento de GTs;

m. Efetivação da atuação do psicólogo escolar como política pública;

n. Propor, a partir do Sistema Conselhos, a criação de uma resolução norteadora para que todo/a psicólogo/a que atue em escola elabore um Plano de Trabalho no enfoque de uma proposta de atuação na instituição educacional, que deverá ser disponibilizada na secretaria da escola;

o. Promover um fórum permanente de forma sistematizada para discussão e construção do referencial teórico e metodológico, visando garantir a qualidade da atuação do PEE, coerente com o seu papel;

p. Elaborar documentos norteadores do exercício profissional do PEE;

q. Os conselhos devem realizar eventos, atualizações, cursos de extensão que esclareçam ao profissional psicólogo que atua na área escolar qual é o seu verdadeiro papel;

r. Os conselhos podem informar aos gestores das escolas e à comunidade qual é o papel do psicólogo escolar, através de palestras e material gráfico.

s. Criar espaços (mostras, encontros, debates, publicações) de discussão periódica entre profissionais atuantes na educação, docentes e acadêmicos para análise crítica das práticas desenvolvidas e delineamento de diretrizes;

Nº Tese:	0051
Tema da Tese:	EDUCAÇÃO - Consolidar a divulgação de referências de atuação de psicólogos na educação
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:49:36

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Divulgação do trabalho do psicólogo e quais benefícios ele pode trazer para a educação;
2. Cada Conselho deverá mobilizar-se para criar a Comissão de Educação e garantir a continuidade dos trabalhos do Ano Temático da Educação;
3. Fortalecer parcerias com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e educacional (ABRAPEE), com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós -graduação em Psicologia (ANPEPP) e com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP);
4. Estabelecer parcerias com as instituições de ensino superior com o objetivo de estimular atividades práticas e sugerir adequações curriculares que permitam reflexões entre pressupostos teóricos e a atuação;
5. Sensibilizar profissionais e setores de outras áreas para uma visão interdisciplinar de atuação e reflexão a respeito das questões educacionais;
6. Promover discussões e debates com os profissionais vinculados à área educacional para juntos equacionarem as dificuldades e dilemas encontrados nas ações para o controle social da educação, tendo a educação como uma condição para a garantia do respeito aos direitos humanos;
7. Sistematizar as discussões e propor ações e parcerias que possam contribuir para o avanço das políticas públicas em educação, em especial para a educação inclusiva
8. Publicizar e permitir a apropriação dos psicólogos sobre os debates do Ano Temático da Educação; Implementação e encaminhamentos das discussões sobre a Educação Inclusiva.
9. Continuidade do trabalho do CFP e CRs focando nas teses aprovadas no VI CNP, explicitadas nas páginas 27 a 30 do Caderno de Deliberações, itens 5 (artigos c, d, f, g, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s), 6 e 7.
10. Levantamento de práticas psicológicas nas instituições escolares;
11. Promover seminários e debates que contribuam para o aprimoramento e construção de referências na área.
12. O Sistema Conselhos deverá promover a discussão interinstitucional, e em âmbito nacional, desse tema entre Ministério da Justiça, Ministério Público, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Políticas Penitenciárias e DEPEN-Departamento Penitenciário Nacional no âmbito federal.
13. Consideramos fundamental realizar ações e articulações com as entidades da Psicologia e da Educação para divulgação, o mais amplamente possível do documento produzido, visando participar mais ativamente das políticas públicas em Educação;

Encaminhamentos:

- a. Organizar eventos voltados para a temática da educação, aproveitando o material sistematizado, como fruto do encontro Nacional de Educação;
- b. Manter a mostra de práticas em Psicologia da educação;
- c. Promover parcerias com as secretarias estaduais e municipais de educação para o desenvolvimento de eventos educacionais, envolvendo saberes da Psicologia, da pedagogia, dentre outros campos;
- d. As articulações deverão ser feitas por meio do envio do documento base, participação em eventos da Educação de maneira geral e seminários nacionais e regionais, com a participação do CREPOP (Centro de Referência Técnica e Psicologia e Políticas Públicas) e demais entidades da Educação: Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEP) e Associação Brasileira de Ensino em Psicologia

(ABEP).

- e. Publicar o resultado desses eventos e divulgar aos psicólogos.
- f. Dar apoio aos profissionais interessados em compor a primeira Comissão de Educação ou em reativar as antigas;
- g. Utilizar os dados da pesquisa do CREPOP sobre Educação Básica e Inclusiva para promover discussões junto aos/as gestores/as educacionais e à categoria;
- h. Nos regionais onde já existe a Comissão de Educação, garantir o apoio e o fortalecimento da mesma;
- i. Propor coletivamente fóruns regionais com o tema "Subjetividade, Educação para uso Crítico da Mídia e Cidadania";
- j. Realizar o II Seminário Nacional Mídia e Psicologia com o tema "Educação para o uso crítico da Mídia".
- l. Realização de seminário temático;
- m. Participação nas conferências de educação, segurança pública e direitos humanos;
- n. Realizar diálogo com as instituições (EAP-Escola de Administração Penitenciária, DEPEN-Departamento Penitenciário Nacional, Sindicato, por exemplo) envolvidas na formação do agente de segurança penitenciário no sentido de reforçar o papel educador dessa função.
- o. Promover seminários temáticos nesta área;

Nº Tese:	0052
Tema da Tese:	EDUCAÇÃO - Construção de parâmetros para atuação do psicólogo escolar
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:19:59

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que o psicólogo tenha seu papel bem definido na escola;
2. Ampliação da percepção da função e papel do psicólogo frente à diversidade de ações e demandas existentes no contexto escolar;
3. Promover debates eventos para propiciar uma mudança nos paradigmas que embasam a atuação dos profissionais que lidam com o fracasso de criança e adolescente no processo educativo;
4. Compromisso com uma educação para todos;
5. Promover debates que discutam as necessidades de investimento político e econômico na Educação.
6. Divulgar as possibilidades de ação da Psicologia crítica emancipadora no campo da educação;
7. Construção de referências e parâmetros que orientem a atuação do psicólogo no contexto escolar/educacional;
8. Esclarecer e ampliar a visão sobre educação inclusiva;
9. Nortear ações no âmbito nacional do Sistema Conselhos de Psicologia no sentido da promoção de uma educação inclusiva.

Encaminhamentos:

- a. Na graduação do psicólogo, colocar mais a prática na escola como disciplina obrigatória, com carga horária suficiente para uma boa formação. Fiscalizar os cursos de formação de psicopedagogia e psicanálise para que não sejam passados conteúdos privativos do psicólogo à outros profissionais;
- b. Colocar diretrizes e referências para o psicólogo escolar. Esclarecer as instituições de ensino do papel do psicólogo escolar e da diferença entre este e o psicólogo social, psicopedagogo, orientador educacional e assistente social;
- c. Promover espaços de discussão entre psicólogos e profissionais que atuam na educação e em setores da sociedade a fim de construir referências para melhor qualificar a atuação profissional;
- d. Estabelecer parcerias e/ou intercâmbios como o MEC, ABRAP, ABEP, secretárias estaduais e municipais de educação com objetivo de criar mecanismos direcionados: a prevenção, o insucesso, a evasão e a repetência;
- e. Mapeamento Nacional da formação básica e especializada dos profissionais para o exercício nesta área;
- f. Formular propostas de formação básica e especializada para este campo de atuação, de acordo com um paradigma crítico que envolva uma análise política, institucional e social;
- g. Formular propostas de formação que incluam na prática do psicólogo dentro da Educação, a atuação envolvendo não só as crianças e adolescentes mas as comunidades locais e atores e trabalhadores escolares.
- h. Inserir discussões com as instituições formadoras e as que instituições que oferecem estágios visando novas práticas de Psicologia na educação;
- i. Apoiar eventos e atividades que contribuam para a formação continuada dos psicólogos formados visando ampliar a visão crítica da atuação do psicólogo na educação.
- j. Realizar discussões sobre o tema, contando com a participação de psicólogos educacionais em

atuação e representantes das instituições formadoras, a fim de construir o documento que regulamente a conduta ética do psicólogo escolar/educacional.

k. Inserir a temática da inclusão nos diversos encontros e debates promovidos pelo conselho visando à estruturação de práticas multiprofissionais;

l. Promover encontros dos psicólogos para a discussão do tema da inclusão para que os mesmos se fundamentem para o exercício da profissão;

m. Produzir material para contribuir efetivamente com práticas inclusivas e divulgar as diretrizes para a categoria;

n. Intensificar parcerias com a ABEP no sentido de garantir na formação inicial do psicólogo o reconhecimento da diversidade, da inclusão, da ética e do direito a diferença, seja ela de gênero, raça, etnia, seja de condições físicas e mentais para a compreensão do ser humano.

o. Produzir e estimular a produção de pesquisas a respeito das práticas existentes em Psicologia escolar/educacional;

Nº Tese:	0053
Tema da Tese:	EDUCAÇÃO - Educação e Medicalização
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:32:47

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Combater a tendência de patologização (e medicalização) de problemáticas emergentes no processo de escolarização na contemporaneidade;
2. Apresentar referências que norteiam a prática psicológica de maneira crítica a fim de problematizar a queixa escolar;
3. Desenvolver ações junto aos órgãos de políticas públicas e de controle social.
4. Desenvolver diálogos com a sociedade sobre as questões acerca da medicalização da queixa escolar;
5. Desenvolver ações juntos às políticas públicas;
6. Atuar nas políticas públicas para promover maior autonomia do psicólogo (clareza quanto ao papel do psicólogo)

Encaminhamentos:

- a. Promoção de eventos sobre a temática da medicalização, preferencialmente sob o formato de debates envolvendo os campos da medicina e da educação;
- b. Campanha de esclarecimento da população em geral alertando sobre a tendência de medicalização da vida cotidiana, em especial de crianças e adolescentes e de famílias que frequentam PSF, CRAS, Escolas;
- c. Articulação do Sistema Conselhos com a ABRAPEE, ABEP e Secretarias de Educação e saúde, pautando a temática da medicalização;
- d. Promoção de eventos sobre a temática da medicalização, preferencialmente sobre o formato de mesas redondas, envolvendo psicólogos, médicos e pedagogos, garantindo a ampla divulgação nos espaços da educação e da saúde e pautando uma visão crítica desnaturalizante do fenômeno;
- e. Divulgar produção científica na área da Psicologia que apontem alternativas a medicalização;
- f) Mesa redonda com profissionais envolvidos com a questão da medicalização, profissionais de diferentes áreas (pediatria, psiquiatria, pedagogos, psicólogos, etc);
- g. Eventos no CRP, criando espaço para reflexão das conseqüências subjetivas da pós-modernidade;
- h. Atuar na elaboração das políticas públicas;
- i. Criar GT permanente para o desenvolvimento das questões acerca da medicalização e para servir de referência e subsídio para os debates no CRP

Nº Tese:	0054
Tema da Tese:	EDUCAÇÃO - Formas de contratação do psicólogo na educação
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:01:15

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Previsão do profissional dos quadros da equipe escolar e concursos Estaduais e Municipais para Psicólogo Escolar;
2. Depois município se encarregar de fazer a parceria e contratação;
3. Trabalhar junto aos gestores educação mais para instituir a presença do profissional psicologo nas escolas.

Encaminhamentos:

- a. Membros do CFP e CRPs compondo equipes institucionais que elaboram concursos publicos no ambito educacional;
- b. Que os Conselhos articulem com órgãos públicos visando a realização de concursos que insiram o psicólogos nos locais acima estipulados para que possam exercer os trabalhos acima citados;
- c. Criação de Concursos Públicos, para psicólogo escolar, que atuem junto às escolas estaduais, uma vez que é uma exigência curricular o laudo psicológico diferencial na educação inclusiva

Nº Tese:	0055
Tema da Tese:	EDUCAÇÃO - Garantir a presença do profissional psicólogo nas instituições escolares
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:21:52

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Trabalhar junto aos gestores educação mais para instituir a presença do profissional psicólogo nas escolas;
2. O conselho Federal de Psicologia deve reivindicar junto ao ministério da educação e nos espaços que o federal ocupa a inserção do psicólogo trabalhando nas escolas;
3. Potencializar o lugar do psicólogo escolar e a valorização do trabalho da Psicologia escolar no âmbito da sociedade e da escola, em especial no que diz respeito à educação inclusiva.
4. Os encaminhamentos para educação inclusiva são exigidos o laudo do psicólogo e o estado não disponibiliza desse profissional para atender à demanda;
5. Participação da proposta pedagógica da escola;
6. Garantir o profissional psicólogo nos espaços educacionais;

Encaminhamentos:

- a. Realizar articulação e mobilizações social e política junto à categoria e a instituições competentes com o objetivo de buscar, de forma regulamentada e obrigatória, a inserção de psicólogos/os em equipe multidisciplinar nas áreas de saúde, educação e políticas públicas;
- b. Intervenção junto às instâncias legislativas (municipais, estaduais e federais) sobre esclarecimentos acerca do papel deste profissional no âmbito educacional.
- c. Membros do CFP e CRPs compondo equipes institucionais que elaboram concursos publicos no ambito educacional;
- d. Parcerias com secretarias de estado da educação.

Nº Tese:	0056
Tema da Tese:	EDUCAÇÃO - Legislação para regulamentação da função de psicólogo escolar
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:04:19

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover mobilização social para que a lei seja aprovada;
2. Trabalhar na elaboração de leis que contemplem a tese ou buscar a regulamentação de legislação já existente;
3. Trabalhar junto aos gestores educação mais para instituir a presença do profissional psicólogo nas escolas;
4. Criar leis que torne obrigatório a inserção do Psicólogo na escola;
5. Primeiramente arrumar a legislação (relacionar profissionais saúde/educação) para verba da educação poder investir na contratação dos profissionais;
6. Buscar a efetivação do projeto de lei que regulamente a existência de vagas publicas para psicólogos nas escolas.
7. Trabalhar na elaboração de leis que contemplem a tese ou buscar a regulamentação de legislação já existente.

Encaminhamentos:

- a. Criação de projeto lei que obrigue a contratação de psicólogo nas escolas públicas e particulares, já que existe demanda para o seu trabalho;
- b. Organização do conselho de Psicologia;
- c. Encontros para palestras e debates;
- d. Relatórios dos encontros, envio para crp e poderes executivos e legislativos poderem reformular leis;
- e. Propor a criação de um projeto de lei para que a Psicologia retorne a LDB;
- f. Intervenção junto às instâncias legislativas (municipais, estaduais e federais) sobre esclarecimentos acerca do papel deste profissional no âmbito educacional;
- g. Mobilização do CRP junto aos órgãos competentes viabilizando a aprovação;
- h. Estabelecer interfaces com Ministério da Educação, os governos (estados e municípios) para legalização e oficialização de tais leis;
- i. CFP e CRPs organizem a luta por essa legislação juntos aos órgãos federais.

Nº Tese:	0057
Tema da Tese:	EDUCAÇÃO - Psicologia Escolar em Instituições Escolares Públicas e Privadas
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:55:18

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Atuação do psicólogo em instituições que procurem tirar as crianças das ruas e da exploração do trabalho infantil. Atuação do psicólogo na escola, incentivando a permanência na escola, visando eliminar a evasão escolar. Atuação do psicólogo em postos de saúde visando o controle da natalidade, incentivando o uso da camisinha e de métodos anticoncepcionais, principalmente aos jovens e adolescentes;
2. Realizar articulação e mobilizações social e política junto à categoria e a instituições competentes com o objetivo de buscar, de forma regulamentada e obrigatória, a inserção de psicólogas/os em equipe multidisciplinar nas áreas de saúde, educação e políticas públicas;
3. Dialogar, criar parcerias com as pessoas e instituições envolvidas nesse processo.

Encaminhamentos:

- a. Inserção do psicólogo como profissional dentro da equipe pedagógica dentro das escolas.

Nº Tese:	0058
Tema da Tese:	EDUCAÇÃO - Psicologia no Ensino Médio
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:52:41

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Garantir o direito dos jovens do Ensino Médio ter na Grade Curricular o ensino da Psicologia.
2. Buscar incluir a obrigatoriedade da disciplina de Psicologia no ensino médio ministrada por psicólogos.
3. Articular junto ao MEC para implementação da Psicologia no Ensino Médio.

Encaminhamentos:

- a. Manter em pauta as discussões sobre esta temática e a luta por conquistar o espaço, garantindo qualidade profissional;
- b. Ocupar espaço no controle social, pautando esta temática nas discussões;
- c. Garantir a obrigatoriedade da licenciatura para professor de Psicologia o ensino Médio;
- d. Promover espaços de discussão para o professor de Psicologia do Ensino Médio, para que se evidencie a importância de se garantir em seu pleno exercício de ensino a garantia da promoção de direitos, cidadania, que considere a condução peculiar do desenvolvimento e da subjetividade dos jovens;
- e. Dialogar com os gestores públicos;
- f. O sistema conselho reivindica junto ao MEC e parlamentares para incluir na LDB a Psicologia na grade curricular do ensino fundamental e médio.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Emergências e desastres

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
59				

Nº Tese:	0059
Tema da Tese:	EMERGÊNCIAS E DESASTRES - Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:13:04

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Qualificar a atuação e participação da Psicologia na política de defesa civil e, a partir disso qualificar a intervenção dos psicólogos em emergências e desastres nas fases de prevenção, preparação, resposta e reconstrução considerando as várias políticas públicas envolvidas.
2. Fomentar e apoiar estudos e pesquisas que preconizam a Psicologia das Emergências e Desastres.
3. Promover entre a categoria dos Psicólogos uma ampla discussão sobre práticas preventivas e o papel da Psicologia frente às Emergências.
4. Que o Sistema Conselhos no uso de suas atribuições fortaleça o reconhecimento da importância do desenvolvimento de ações capazes de prevenir, promover, atender e recuperar populações atingidas por emergências e desastres.
5. Faz-se necessário que o Sistema Conselhos de Psicologia atue de modo mais propositivo, não obstante o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) tem a previsão de realizar o georreferenciamento dos psicólogos que atuam no campo das Emergências e Desastres; bem como ter o Sistema Conselhos de Psicologia haver realizado Seminários atinentes ao tema.
6. Que o Sistema Conselhos atue na direção de divulgar, implantar espaços, promover e disponibilizar publicações sobre a Psicologia das emergências e dos desastres.
7. Intercambiar, interagir e trocar informações e conhecimentos sobre as contribuições da Psicologia, Emergência e Desastres;
8. Definir diretrizes para a política pública integrada no campo da Psicologia das Emergências e Desastres - ED, a partir da atuação intersetorial dos vários atores envolvidos no tema;
9. Capacitar o grupo para uma intervenção psicossocial eficaz em situações de risco, de crise e emergência no contexto nacional;
10. Promover diálogos permanentes com os órgãos responsáveis pela defesa civil sobre a importância da participação do psicólogo nas políticas de prevenção/defesa civil;
11. Estabelecer diálogos e parcerias com atores sociais interessados e atuantes no contexto da prevenção e do gerenciamento durante e pós-desastre.
12. Participação mais ativa do Conselho Federal e dos Regionais na busca de uma articulação com conselhos de classe ligados a esta temática, demais instituições e grupos sociais organizados.
13. Realizar gestões junto às entidades responsáveis pela formação (ABEP e instituições formadoras), sobre a necessidade de formação do psicólogo atentando para a temática das emergências e desastres, com a conseqüente criação de campos de estágio nesta área.
14. O Sistema Conselhos de Psicologia deve promover ações para estabelecer e/ou incrementar, nos diversos estados do país, diálogos permanentes com os órgãos responsáveis pela defesa civil, conselhos de classe, instituições e grupos sociais organizados, mostrando a importância da participação do psicólogo nas políticas e prevenção/defesa civil.
15. Discutir a Psicologia militar, fomentando reflexões junto às práticas de defesa civil, da Psicologia ambiental e áreas interdisciplinarmente ligadas a esta temática e atuação;
16. Treinar psicólogos para prestarem atendimento psicológico para militares que desenvolvem atividades em missão de paz no exterior, ou que prestem ajuda humanitária em situações de desastres e emergências;
17. Neste sentido, justifica-se que a Psicologia também se engaje nas discussões e práticas voltadas para a produção do trabalho e organização cooperativa e ambientalmente sustentáveis.
18. Implementar um sistema prático e compreensivo de intervenção psicológica em situações de crise e desastres* por psicólogos voluntários**. Essa estratégia visará promover a cidadania, fortalecer a presença do psicólogo em diversos espaços sociais, gerar uma demanda pelo serviço psicológico e fundamentar a reestruturação das políticas públicas. A RIPCD será coordenada pelo

CFP e executada através dos CRPs.

* Desastres naturais (enchentes, terremotos, seca, etc), epidemiológicos (malária, febre-amarela, H1N1, dengue, etc), tecnológicos (acidentes aéreos, terrestres e marítimos) e por ação humana (ataques terroristas, violência, tiroteios, rebeliões armadas, etc).

** De acordo com a lei nº 9.608, de fevereiro de 1998.

19. Legitimar a Psicologia ambiental como âmbito de atuação do psicólogo.

20. Ampliar, aprofundar e divulgar as contribuições da Psicologia nas emergências e desastres e as possibilidades de atuação do/a psicólogo/a nas políticas públicas da defesa civil.

21. O CRP-14 deve se posicionar como agente promotor do debate sobre o impacto na sociedade e especificamente no psiquismo de questões vividas pela sociedade na contemporaneidade.

22. Discussão em reunião aberta da categoria nas instâncias devidas, para análise e validação do conteúdo, busca de interfaces com entidades envolvidas, capacitação de multiplicadores em atendimento psicológico, monitoramento do sistema de avaliação e dos resultados obtidos.

23. Contribuir para que os psicólogos recém formados se "inclinem"¹ de formas diversas, frente ao desafio e possibilidades da Psicologia em Emergências e Desastres. Que as instituições da Psicologia e os psicólogos adquiram uma visão ampliada de saúde. ¹ CLINICAR: do verbo grego klínó 'inclin-(se)'.
1

24. Identificar psicólogos que estejam atuando em situações que envolvem vulnerabilidade ou risco de acidentes e desastres: Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução.

25. Produzir visibilidade à atuação dos psicólogos que atuam Emergências e Desastres, que a própria categoria reconheça nesta área importantes possibilidades de atuação.

Encaminhamentos:

a. Produzir referências para atuação do psicólogo em emergências e desastres a partir do debate conjunto Conselho Federal de Psicologia, ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Secretaria Nacional de Defesa Civil.

b. Promover eventos e discussões, e produzir documentos que permitam qualificar as diversas possibilidades de intervenção em emergências e desastres considerando a intersetorialidade e interdisciplinaridade.

c. Realizar via CREPOP-Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas o mapeamento e produção de referências sobre a atuação dos psicólogos na política de defesa civil. Divulgar essas referências e intensificar a articulação com as secretarias de defesa civil para ampliar e qualificar a atuação dos psicólogos nessa política e nas políticas intersetoriais como assistência social e saúde.

d. Difundir no campo da formação as referências e produções da Psicologia sobre a atuação na política de defesa civil, contribuindo na reversão do modelo diagnóstico e curativo presente nos cursos.

e. Fazer gestões junto a ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia para que pautar no campo da formação a atuação da Psicologia em emergências e desastres, considerando o campo das políticas públicas envolvidas.

f. Sugerir a ABEP discutir a inserção da Psicologia das Emergências e Desastres na Grade Curricular dos Cursos de Psicologia;

g. Acompanhar as Políticas Públicas na Gestão de Desastres;

h. Estimular iniciativas e Projetos de Psicólogos, ONGs assim como de outras Instituições envolvidas nesta problemática.

i. Fomentar a criação de um organismo, a principio nacional e depois internacional, que chamamos de Psi-vermelho, nos moldes da cruz vermelha, crescente vermelho e cristal vermelho.

j. Que o Sistema Conselhos de Psicologia, através do CREPOP realize no ano de 2011, um ciclo de pesquisas referente a atuação de Psicólogos no Campo das Emergências e Desastres.

k. Criar publicação própria sobre a Psicologia das emergências e dos desastres e utilizar as publicações já existentes (jornais, revistas, sites etc) para o mesmo fim.

l. Articular parcerias com as instituições formadoras, ABEP e outros interlocutores referentes, promovendo os contatos com profissionais de renome local/nacional, para participação no evento.

m. Incentivar a formação de Grupos de Estudos, GTs e Comissões sobre Psicologia das Emergências e dos Desastres no Sistema Conselhos de Psicologia.

- n. Gerar, a partir desses grupos/comissões, um grupo de referência, em cada estado, de psicólogos que atuam neste campo e possam ser acionados quando necessário.
- o. Articular esses grupos/comissões dos Conselhos com a rede de Saúde Pública/Saúde Mental, entre outras.
- p. Realizando trabalho conjunto com a ABEP para divulgar a temática e consolidar o novo campo de atuação dos psicólogos junto às instituições de ensino.
- q. Organizar fórum de debate a respeito da atuação do psicólogo em missão de paz, socializando os conhecimentos adquiridos pela experiência;
- r. Elaborar material informativo sobre a atuação dos psicólogos no ambiente militar;
- s. Produzir referências para a atuação do psicólogo nessa área, priorizando como método para tal a realização de eventos sobre os temas que envolvam diversos atores e contribuam para fortalecer uma rede de discussão.
- t. Promoção de eventos, oficinas, espaços de discussão nos diversos níveis do Conselho que abordem estas questões (economia solidária e meio ambiente).
- u. Formação de grupos de trabalho que possam dialogar com as diferentes áreas da Psicologia - e fora delas - estejam envolvidas na produção destas formas alternativas de organização social e ambiental, inclusive junto aos cursos de graduação e pós-graduação.
- v. Estimular a criação, em cada setor e subseleção, de comissões que promoverão o debate e a divulgação;
- w. Seminários e cursos de capacitação.
- x. Definir áreas/tipos de crises/desastres para prestação do serviço, organizar a equipe de intervenção, criar um processo de seleção e termo de adesão para trabalho voluntário, de acordo com a lei do voluntariado;
- y. Desenvolver um plano de publicidade e marketing a fim de recrutar psicólogos voluntários e desenvolver parcerias com órgãos e instituições de apoio a situações de crises e desastres (nacionais e internacionais);
- z. Recrutar uma rede de psicólogos voluntários capacitados, desenvolver banco de dados a fim de gerar um cadastro funcional de psicólogos voluntários, gerar dados com definição de maior incidência de atuação;
- aa. Desenvolver os procedimentos e rotinas de trabalho para os coordenadores e líderes da equipe de intervenção in locus, procedimento de encaminhamento para atendimento adicional, parcerias com órgãos e instituições de apoio a situações de crises e desastres, currículo para treinamento e educação contínua dos voluntários, uma estratégia de comunicação (mídia e outros veículos de comunicação).
- ab. Ampliar a discussão da problemática das emergências e desastres junto aos/às psicólogos/as, considerando as contribuições da Psicologia neste âmbito;
- ac. Divulgar a existência e a atuação de psicólogos/as em emergências e desastres na América Latina e outros países;
- ad. Estimular o mapeamento e sistematização de práticas e experiência de psicólogos na temática de emergências e desastres;
- ae. Discutir e dialogar com o Estado acerca das contribuições da Psicologia nas emergências e desastres, considerando principalmente a política da defesa civil;
- af. Realizar mais encontros da rede latino-americana de emergências e desastres no Brasil, estimulando o mapeamento de experiências no Brasil.
- ag. Promover debates e estudos que apontem o papel da Psicologia frente às situações de agravos sociais, ambientais e financeiros.
- ah. Apresentação em plenária/CRP 08 do PSED, expansão da Capacitação para Sub-sedes e Representações Setoriais do CRP/08, com monitoramento de ações previsto;
- ai. Avaliação, divulgação e ampliação da discussão no Sistema Conselhos, do uso do PSED pelos Psicólogos Ambientais.
- aj. Realizar parcerias com órgãos que viabilizem a instrumentalização dos psicólogos para a atuação em situação de emergências e desastres, a partir do Projeto Conjunto do CFP, ABEP e

Secretaria Nacional de Defesa Civil.

ak. Dar continuidade às discussões com entidades ligadas a inclusão de conteúdos transversais sobre Emergências e Desastres na Graduação em Psicologia.

al. Priorizar a formação nos Conselhos Regionais de Psicologia de grupos de discussão com representantes dos diversos setores e entidades que lidam com situações de emergências e desastres e entidades de Psicologia (Comando de Defesa Civil - COMDEC, Polícia Militar - PM, Guarda Civil Municipal - GCM, UNIVERSIDADES, ABEP, etc.).

am. Auxiliar na divulgação das práticas dos psicólogos que atuam nesta área, através do Jornal do Conselho, site, mídia de acesso ao "grande público".

an. Participar de campanhas, projetos, eventos promovidos ou organizados por Órgãos/Entidades referências na intervenção em emergências e desastres, prevenção, reconstrução etc.

ao. Promover eventos que permitam ao psicólogo visualizar a diversidade de possibilidades de intervenção em Emergências e Desastres.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Formação (graduação)

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
60				
61				
62				
63				
64				
65				
66				

Nº Tese:	0060
Tema da Tese:	FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO) - Aprimoramento das diretrizes sobre o estágio curricular
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:52:28

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. O Sistema Conselhos poderia se aproximar da ABEP para o aprimoramento das diretrizes sobre os estágios em Psicologia. O Sistema Conselhos e a ABEP poderiam construir pontes com as instituições de ensino superior para o aprofundamento das diretrizes e orientação sobre os estágios.
2. Reconhecer e regulamentar os estágios como experiência profissional.
3. Aplicação de uma estruturada avaliação psicológica como requisito para ingresso nos cursos de formação do psicólogo. Assim como o motorista (condutor) precisa ser apto para dirigir, o psicólogo passaria pela avaliação e seria considerado apto ou não apto para iniciar a formação acadêmica.

Encaminhamentos:

- a. Promoção de fóruns ou encontros regionais e nacionais anuais para a discussão do tema envolvendo ABEP, CFP, CRPs e Instituição de Ensino Superior - IES.
- b. Atualizar a Resolução do CFP que trata da realização de estágios em Psicologia, pontuando a obrigatoriedade de um(a) supervisor(a) psicólogo(a) in loco, atuando na instituição.
- c. Fazer valer a Lei 11.788/set/2008 que dispõe sobre estágios de estudantes
- d. Regulamentar quanto ao registro do profissional em Conselho;
- e. Regulamentar quanto à carga horária e número de alunos à supervisão;
- f. Regulamentar quanto à estruturação dos campos de estágios.
- g. O CFP deveria em forma de resolução determinar a exigência de psicólogos no período integral de funcionamento das clínicas-escolas;
- h. Regularização quanto a carga horária dos técnicos melhorando a qualidade dos atendimentos e formação profissional.
- i. Entender o estágio como um espaço de aprendizagem e não uma forma de ocupar o trabalho do profissional;
- j. elaboração de documento de orientação apresentando diretrizes para supervisão de estágio acadêmicos profissionalizante;
- k. Promoção de encontros de supervisão de supervisores;
- l. Qualificação profissional continuada para supervisores através de cursos virtuais e presenciais;
- m. Elaboração de documento de orientação de supervisores.
- n. Pautar na Assembléia das Políticas Administrativas e de Finanças - APAF a criação de um GT nacional que pautasse esse tipo de discussão.
- o. Adotar métodos semelhantes à prova de títulos de especialista, isto é, provas documentais e prova formal de conhecimentos.
- p. Criação de um projeto de lei que regulamente tal exercício nas universidades particulares, federais e estaduais.

Nº Tese:	0061
Tema da Tese:	FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO) - Formação acadêmica e realidade social
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:55:53

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover uma aproximação mais efetiva da formação teórica com a experiência prática

Encaminhamentos:

- a. Fazer gestão junto à ABEP a fim de realizar um seminário nacional para discussão de formação profissional.
- b. Valorizar os estágios com eixos voltados para atuação profissional que contemplem a realidade social, tais como a Psicologia comunitária, Psicologia social e da saúde.
- c. Implementar o debate e capacitação de profissionais e acadêmicos(as) em temas que contemplem a realidade atual.
- d. Reivindicar que haja estágios curriculares opcionais, deixando a procura pelo interesse do aluno, além do estágio curricular básico.
- e. Promover contatos e diálogos entre as academias e as entidades de trabalho social ou serviços públicos na área clínica, jurídica, e outras.
- f. Que os Sistemas Conselhos priorizem e promovam Mostra de Práticas e Pesquisas no campo da Psicologia social, bem como a inscrição de trabalhos no Congresso Brasileiro da Psicologia.

Nº Tese:	0062
Tema da Tese:	FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO) - Formação do Psicólogo - referências e acompanhamento
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:01:07

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. O Sistema Conselhos deve estreitar as relações com a ABEP, elaborando instrumentos ou mecanismos de transmissão de informações referentes às necessidades e demandas de atuação profissional à mesma. Por sua vez, a ABEP deve orientar os cursos de formação sobre estas questões, para que eles possam garantir os conhecimentos teórico-práticos necessários à atuação profissional

2. O Conselho de Psicologia deverá encaminhar a ABEP discussão acerca da qualidade da formação em Psicologia, sobretudo nos aspectos éticos e técnicos

Encaminhamentos:

a. O Conselho de Psicologia deverá fazer gestão junto a ABEP no sentido de propor esta discussão, bem como encaminhar via CFP as questões da qualidade da formação do estudante de Psicologia junto ao MEC

b. Incentivar a ABEP a promover encontros entre as instituições de ensino superior, incluindo discentes, para avaliar a formação por ênfase

c. Realizar pesquisa sobre a atuação dos profissionais graduados pela formação por ênfase para balizar a reflexão sobre o modelo.

d. Encaminhar proposta para o MEC e para a ABEP a respeito de inclusão no currículo de carga horária semestral de atividades de cultura e lazer.

e. Reforçar a responsabilidade da ABEP a organização de diretrizes para a formação profissional;

f. A ABEP deve realizar eventos para a publicização dos deveres e obrigações do psicólogo;

g. Solicitação da participação junto ao MEC para avaliação das grades curriculares.

h. Estudo e adequação das grades curriculares dos cursos de Psicologia conforme a região.

i. Articulação via ABEP com o Sistema Conselhos, MEC e Conselhos Estaduais de Educação para criação de Fóruns, publicação e divulgação das referências pautadas pelas diretrizes de 2004.

j. Manutenção das parcerias das universidades com as Subsedes garantindo projetos tais como Conversando sobre as práticas profissionais.

Nº Tese:	0063
Tema da Tese:	FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO) - Formação para atuação em políticas públicas
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:37:10

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Estabelecer parceria com a ABEP a fim de garantir a inclusão na graduação da formação para atuação em políticas públicas, possibilitando a ampliação da atuação profissional do psicólogo.

Encaminhamentos:

a. Estruturar parceria com a ABEP a fim de viabilizar junto às Instituições de Ensino Superior (IES) a discussão da inclusão da disciplina de políticas públicas, inicialmente como eletiva, no currículo da graduação;

b. Construir parcerias com entidades ligadas à educação (MEC e ABEP) para intervir nas grades curriculares, a fim de que os acadêmicos se aproximem das Políticas Públicas, garantindo o conhecimento político nas ações do controle social;

c. Criar GT sobre políticas públicas para atuar junto com o CREPOP a fim de dialogar com docentes, coordenadores de curso de Psicologia e estudantes em formação sobre a necessidade de inserção do psicólogo na área de políticas públicas;

d. Realizar campanha de esclarecimento e divulgação junto à categoria, sobre as possibilidades de atuação do psicólogo nessa área utilizando dados do GT de Políticas Públicas e do CREPOP;

e. O Sistema Conselhos deverá promover seminários, debater com as universidades e alunos, sobre as políticas públicas na formação;

f. Desenvolver projetos, debater o assunto através de palestras e encaminhar os resultados para o MEC, ABEP, e CRS e CFPS para posterior discussão;

g. Sugerir a inclusão de temáticas ligadas à prática cotidiana do trabalho no que se refere às políticas públicas. Como exemplo: violência; direitos humanos; gênero; desigualdade X opressão e humilhação social; questão racial; álcool e drogas;

h. Ampliar a oferta de conhecimento de política pública considerando todo seu ciclo de formação;

i. Incentivar a atuação articulada com os diversos níveis da política;

j. Fomentar uma atuação intersetorial;

k. Incentivar a produção, sistematização e divulgação desta prática a fim de criar um conjunto de informação diversificada acerca de uma determinada prática;

l. Aproximação dos serviços de Psicologia com instituições e serviços de políticas públicas onde atuam e/ou pode atuar psicólogos/as;

m. Promover a abordagem de temáticas relacionadas às políticas públicas numa perspectiva interdisciplinar e estimular a atuação articulada com outros profissionais e áreas desde a graduação.

Nº Tese:	0064
Tema da Tese:	FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO) - Inclusão de conteúdos diversos nos currículos
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:12:11

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Interlocução com a ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e MEC-Ministério da Educação e Cultura para a inserção de conteúdos nos cursos de graduação de Psicologia.

Encaminhamentos:

- a. Promover a sensibilização dos coordenadores de cursos de Psicologia e a reflexão sobre a importância da inclusão da disciplina de Psicologia Jurídica;
- b. Promover fóruns de debates, junto com ABEP e outras entidades da Psicologia, no âmbito da formação e das práticas do psicólogo acerca da sexualidade e gênero, cumprindo seu caráter multidisciplinar;
- c. Estabelecer parcerias com a ABEP e CREPOP para debates e reflexões construindo referências para a Psicologia do Esporte;
- d. Articulação junto a ABEP para inserção da disciplina Psicologia da Mobilidade humana e trânsito na grade curricular dos cursos de graduação em Psicologia;
- e. Sugerir à ABEP a criação de estágios curriculares nas políticas públicas de trânsito, pautando o trabalho de perícia nas clínicas credenciadas;
- f. Estimular a inserção da Psicologia Ambiental como disciplina optativa nas Instituições de Ensino Superior;
- g. Estimular a discussão do tema Psicologia Ambiental em reuniões junto aos Coordenadores de curso universitário e aos membros da ABEP;
- h. O Sistema Conselhos em parceria com a ABEP fazerem uma discussão sobre a importância do aumento da carga horária da Psicologia Organizacional e subsistema de Recursos Humanos;
- i. O Sistema Conselhos sugerir a inclusão das disciplinas empreendedorismo/liderança e administração geral, mesmo que esta se dê em caráter facultativo;
- j. O Sistema Conselhos em parceria com a ABEP fazerem discussões no sentido de que seja obrigatório o estágio organizacional em empresas que possuam em seu quadro funcional um psicólogo, ou que a instituição de ensino estabeleça carga horária com um docente habilitado e com prática na área;
- k. Que a ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, com apoio do Sistema Conselhos, discuta a respeito da inserção de disciplinas obrigatórias sobre as legislações pertinentes às políticas públicas no campo da infância e adolescência (assistência social, saúde, educação, etc.);
- l. Conselho e ABEP articular junto às IES para sugerir a inclusão de disciplinas de saúde pública nos currículos de Psicologia;
- m. Realizar reuniões com os órgãos responsáveis pelas diretrizes curriculares;
- n. Promover Fóruns de debate sobre os diversos temas;
- o. Promover e garantir a inserção de representantes dos regionais e do Federal nos Conselhos de Educação.

Nº Tese:	0065
Tema da Tese:	FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO) - Psicologia crítica na formação do psicólogo
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:40:53

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Os Conselhos devem produzir em debates, estratégias e encaminhamentos para a difusão na formação do programa de compromisso com os direitos humanos e sociais e combate as desigualdades sociais;
2. Estimular o debate crítico na formação do psicólogo (via ABEP);
3. Que o Sistema Conselhos discuta com a ABEP e com o MEC a qualidade dos cursos de Psicologia;
4. Criar a comissão de formação nos CRP's em caráter permanente e buscar estratégias de aproximação maior junto aos cursos de Psicologia, MEC, ABEP. Entre outros aspectos, discutir a inserção nos currículos de temas como direitos humanos e políticas públicas; avaliar a possibilidade de desenvolver pesquisas sobre práticas alternativas em Psicologia; viabilizar práticas de autoconhecimento (psicoterapia e outros) aos alunos que tenham interesse.

Encaminhamentos:

- a. Criar espaço de debate no âmbito dos Conselhos, sobre a formação, enfatizando a presença do projeto de compromisso com os direitos humanos e sociais e combate as desigualdades sociais;
- b. Participar das reuniões e assembleias da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) levando propostas de estratégias para a difusão do projeto;
- c. Fortalecer a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) como interlocutora junto aos cursos de Psicologia como condição para esta difusão;
- d. Contato com a ABEP para encaminhamento das estratégias cabíveis para criação da disciplina Direitos Humanos na grade curricular do curso de Psicologia;
- e. Intervir através de proposição junto a ABEP para a formação dos profissionais da Psicologia na disciplina, Semana da Psicologia, diálogos e debates, temas relacionados aos Direitos Humanos e Populações Historicamente Negligenciadas (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBTT, negros, deficientes, idosos e etc...);
- f. Que os Conselhos articulem com as faculdades para incentivar a inclusão de disciplinas voltadas para uma atuação mais social;
- g. Promover uma ação integrada entre Conselhos Regionais, Federal, ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e as Instituições de Ensino Superior para repensar a formação do psicólogo incluindo atividades práticas que consolidem uma política de Psicologia Universalizada e Inculturada, visando a problematização dos diversos tipos de desigualdades;
- h. A ABEP não deve ser a única responsável pelo cuidado de formação no Sistema Conselhos. O Sistema deve reativar suas comissões de formação, discutir as diretrizes da ABEP e ocupar seu lugar junto ao MEC;
- i. Criar/fortalecer as comissões de formação dos CRP's;
- j. Discutir este tema junto ao MEC e ABEP em reuniões específicas;
- l. Discutir e deliberar sobre este tema na APAF.

Nº Tese:	0066
Tema da Tese:	FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO) - Qualificação da formação profissional em saúde mental
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:52:36

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Qualificação da formação do psicólogo, tanto teórica quanto prática, para sua atuação na rede substitutiva de saúde mental;
2. Formar alianças com a ABEP para defender grades curriculares que abarquem discussão acerca da "diferença" (loucura e outras diferenças) na contemporaneidade e da prática psi neste contexto (saúde coletiva, reforma psiquiátrica, saúde e políticas públicas).

Encaminhamentos:

- a. O Sistema Conselho de Psicologia junto com a ABEP e outras entidades da Psicologia promover a discussão e inserção na graduação de disciplinas específicas sobre saúde mental e saúde pública;
- b. Gestão junto a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) para que se inclua na formação a Rede Substitutiva, valorizando experiências práticas e teóricas na formação, na lógica antimanicomial e de atenção psicossocial;
- c. Priorização de estágios e experiências práticas nesta lógica em detrimento das práticas manicomiais;
- d. Incrementar o diálogo com as instituições de ensino superior;
- e. Acionar o CREPOP na busca de melhor qualificação para a área de saúde mental.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Memórias da Psicologia

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
67				

Nº Tese:	0067
Tema da Tese:	MEMÓRIAS DA PSICOLOGIA
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:54:00

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Discutir, nos espaços próprios dos Conselhos Regionais e Setoriais, todos os temas que se entrelacem com a epistemologia da Psicologia, como história da ciência, filosofia, antropologia e afins, através de mesas redondas e palestras.
2. Estimular a publicação, nas revistas de veiculação do Sistema Conselhos, de matérias que tratem de temas relativos à história e epistemologia da Psicologia;
3. Viabilizar, com o apoio do Sistema Conselhos, a articulação de uma síntese do conjunto de todas estas discussões, com vistas a uma possível publicação de obra que possa simbolizar um primeiro marco deste empenho na história da Psicologia no Brasil.
4. Manutenção e ampliação do Projeto Memória da Psicologia do CFP nas suas diversas modalidades(vídeos-documentários e livros, dentre outros).
5. Incentivar a criação de Projetos Memória nos diferentes Conselhos Regionais.
6. Em conjunto com as entidades representativas da Psicologia divulgar para toda a categoria e instituições formadoras relatos da História da Psicologia no Brasil considerando a importância dos registros históricos das práticas profissionais e da atuação do psicólogo como agente histórico.
7. A constituição e organização de acervos históricos no Sistema Conselhos visando a guarda, preservação e manutenção dos documentos produzidos (atas, correspondências, material de divulgação, fotos, jornais, livros, filmes, entrevistas, dentre outros) pelos CR's e CFP. Disponibilizar este(s) acervo(s) constituído(s) para consulta pública.
8. Garantir organização dos acervos de documentação histórica do Sistema Conselhos e Disponibilizar os acervos à consulta pública.
9. O Sistema Conselhos em conjunto com as entidades representativas da Psicologia devem divulgar aos/às psicólogos/as e às instituições formadoras relatos da História da Psicologia no Brasil, considerando a importância dos registros históricos das práticas profissionais e da atuação do/a psicólogo/a como agente histórico.

Encaminhamentos:

- a. Realizar reuniões mensais como fóruns de debates sobre epistemologia da Psicologia;
- b. Organizar uma revista científica do sistema conselho para publicações sobre o referido tema;
- c. Promover congressos e seminários regionais e nacionais com a participação de professores, psicólogos e pesquisadores de áreas afins, sobre epistemologia da Psicologia, organizando um material informativo enviado aos psicólogos para acompanharem as discussões.
- d. Prever no orçamento do CFP verba específica para manutenção do Projeto Memória nacional.
- e. Incentivar a criação de Projetos Memórias nos Conselhos Regionais prevendo apoio orçamentário do CFP aos Conselhos Regionais que necessitarem.
- f. Instituir um prêmio monográfico para registros históricos das práticas profissionais em Psicologia.
- g. Criar um ano temático da História da Psicologia no Brasil
- h. Criar Centros de Documentação (organização dos materiais históricos de acordo com as normas da ciência arquivística e da tecnologia de informação) em cada Conselho Regional e no Conselho Federal.
- i. Que seja disponibilizado o conjunto de produção dos Centros na BVS-PSI e em link's criados nos sites dos CR's e CFP.
- j. Manter e ampliar o Projeto Memória da Psicologia nas suas diversas modalidades
- k. Manter o conjunto de produção em História da Psicologia na BVS-PSI (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia).

I. Manter o conjunto de produção dos Centros na BVS-PSI e em links criados nos sites dos CRP's e CFP.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Psicologia do envelhecimento

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
68				

Nº Tese:	0068
Tema da Tese:	PSICOLOGIA DO ENVELHECIMENTO - Qualificação, debate e contribuição de referências para a Psicologia do Envelhecimento
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:11:44

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Construir referências para os Psicólogos desde a graduação à política da inclusão social do idoso;
2. Atuar na qualificação dos profissionais para as questões referentes ao envelhecimento e ao cuidado de idosos;
4. Ação do Sistema Conselhos de Psicologia, visando tornar essa etapa do desenvolvimento humano mais presente na prática profissional dos psicólogos e nas produções acadêmicas;
5. Implantar uma estratégia de aperfeiçoamento, salientando a compreensão do Psicólogo no Enfrentamento do ENVELHECIMENTO POPULACIONAL (da fase da redescoberta das pessoas terem uma nova oportunidade de experimentar ou vivenciar coisas, situações de direitos e desejos com emoções e sentimentos) para a atuação frente as políticas públicas para a efetivação de uma LONGEVIDADE SAUDÁVEL;
6. Conscientizar os/as psicólogos/as que a demanda do idoso vai além do atendimento individual, que é necessário um trabalho de conscientização da população sobre a importância do/a idoso/a, sua não exclusão e vitimização e suas reais necessidades e possibilidades;
7. Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova debates com a categoria no sentido de viabilizar construção de referências em Psicologia para atuação junto à pessoa idosa de modo diferenciado respeitando suas peculiaridades;

Encaminhamentos:

- a. Criar Fórum de debates entre instituições que estudam e trabalham na área de Gerontologia;
- b. Promover junto ao CREPOP um levantamento dos profissionais envolvidos com a área de Gerontologia para uma troca de experiência;
- c. Apoio das comissões às iniciativas de formação continuada vinculadas a grupos e associações para o cuidado a idosos, através de critérios estabelecidos para a aprovação de projetos pertinentes.
- d. Construir através do CREPOP, referências técnicas para o trabalho do psicólogo no atendimento a pessoa idosa, na perspectiva de inclusão social e atenção integral a saúde;
- e. Realizar debates e ações sobre os seguintes instrumentos legais: ESTATUTO DO IDOSO, PNI - Política Nacional do Idoso, NASF - Núcleo de Assistência à saúde da família e PACTO PELA VIDA;
- f. Fomentar a criação de GTs Permanentes sobre o idoso em comissões já existentes (ex.: saúde, políticas públicas, direitos humanos);
- g. Fazer gestão em parceria com a ABEP para que o envelhecimento enquanto etapa de vida seja efetivamente ministrado na disciplina de desenvolvimento.
- h. Realizar gestões junto aos órgãos públicos para a efetivação da formação continuada de psicólogos para o trabalho em equipe e para o cuidado no envelhecimento da população;
- i. Realizar gestões junto aos órgãos públicos para a efetivação de ações de acolhimento e formação de cuidadores de idosos na rede básica de atenção á saúde e desenvolvimento social;
- j. Incentivar o aperfeiçoamento profissional da classe, através destes GTs, com recursos especializados de apoio, simultaneamente sofisticados e humanizados referentes ao do ENVELHECIMENTO POPULACIONAL ;
- k. Organizar grupos de trabalho que se tornem multiplicadores do saber psicológico em relação à garantia dos direitos humanos do/a idoso/a; ;
- l. Apoiar e incentivar ações voltadas à disseminação do conhecimento psicológico sobre o envelhecer e seus processos biopsicossociais;

m. Necessidade de promover capacitações aos/às psicólogos/as e demais profissionais sobre cuidar/lidar com o/a idoso/a, incluindo um atendimento diferenciado que supra suas demandas de forma integral;

n. Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova o desenvolvimento de pesquisas que promovam o desenvolvimento de teorias e técnicas voltadas à necessidade da população idosa.

o. Cria espaços de discussão onde o Sistema Conselhos articule o alinhamento de diretrizes que contemplem a atuação do psicólogo, voltadas para a população idosa;

p. Que o Conselho Federal de Psicologia promova campanhas de valorização da pessoa idosa tanto para a categoria (e estimular mais psicólogos a atuar com essa faixa etária) quanto a sociedade acerca da importância do/a idoso/a e das suas necessidades.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Psicologia do esporte

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
69				
70				

Nº Tese:	0069
Tema da Tese:	PSICOLOGIA DO ESPORTE - Inclusão da discussão da Psicologia do Esporte no Sistema Conselhos com a contribuição de GT da área
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:28:10

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Criar espaço de discussão no sistema Conselhos;
2. contribuir com recursos financeiros para comissão (GT);
3. fomentar debates.
4. Participação nas entidades representativas (discutindo os caminhos da Psicologia do Esporte)
5. Apoio do CFP nos congressos da categoria sobre Psicologia do Esporte
6. Maior valorização dos/as psicólogos/as ligados ao esporte nos eventos do CFP.
7. Mapear espaços em que a Psicologia do Esporte esteja sendo praticada ;
8. Identificar os profissionais habilitados que atuam nessa área;
9. Promover atividades que esclareçam e informem sobre as possibilidades de atuação da Psicologia do Esporte junto à sociedade em geral.
10. Promover discussões e investigações a respeito da atuação da Psicologia do esporte, alertando para questões como o trabalho infantil, programas anti-doping, saúde do atleta/trabalhador, esporte como fenômeno social, cultural, político e econômico.

Encaminhamentos:

- a. Diagnóstico dos profissionais psicólogos que atuam na área do Esporte;
- b. Prova de Título de especialista com divulgação;
- c. promover fóruns para a discussão.
- d. Incentivar a criação dos GTs de Psicologia do Esporte onde não exista
- e. Participação do CFP (GTs de Psicologia do esporte) junto as Confederações Nacional e Estaduais
- f. Participar de eventos da SOBRAPE e ABRAPESP (Associações da Psicologia do Esporte);
- g. Discutir junto a ABRAPESP e SOBRAPE os encaminhamentos da Psicologia do esporte
- h. Referenciar a prática da Psicologia do Esporte junto às entidades de formação.
- i. Promover eventos que proporcionem a informação e esclarecimento à população sobre a prática da Psicologia do Esporte;
- j. Promover aproximação e diálogo entre os diversos profissionais que atuam no universo esportivo, a fim de fortalecer a produção de conhecimentos nessa área;
- k. Estimular a participação dos psicólogos, bem como de representantes do Conselho em eventos relacionados ao esporte a fim de garantir a representatividade da Psicologia neste contexto;
- l. Estimular as IES a inserir a disciplina Psicologia do Esporte na estrutura curricular.
- m. Articular com a ABEP o acompanhamento e orientação dos cursos de graduação e pós-graduação no sentido de sugerir temas a serem discutidos, respeitando a liberdade de cátedra.
- n. Promover a pesquisa e construção de diretrizes para a atuação em Psicologia do esporte.
- o. Desenvolver referências da atuação do psicólogo com interfaces da Psicologia aplicada à saúde e Psicologia do esporte.

Nº Tese:	0070
Tema da Tese:	PSICOLOGIA DO ESPORTE - Orientação e fiscalização da atuação da Psicologia do esporte
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:06:14

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Orientar e fiscalizar a atuação em Psicologia do esporte.

Encaminhamentos:

- a. Que o Sistema Conselhos oriente, fiscalize e puna, em parceria com outros conselhos, a atuação/intervenção em Psicologia do esporte por profissionais não psicólogos.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Psicologia do trânsito

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
71				
72				

Nº Tese:	0071
Tema da Tese:	PSICOLOGIA DO TRÂNSITO - Ampliação da atuação do psicólogo do trânsito
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:58:41

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Despertar a consciência dos psicólogos do trânsito para outras formas/meios de atuação.
2. O Sistema Conselho de Psicologia deverá continuar a discussão quanto a ampliação da atuação do Psicólogo do Trânsito para além da Avaliação Psicológica.

Encaminhamentos:

- a. Realizar palestras e eventos, fóruns de discussão, publicações do Sistema Conselhos para profissionais que atuam na Psicologia do trânsito com as contribuições do âmbito da mobilidade humana e da educação para o trânsito.
- b. O Sistema Conselhos de Psicologia deverá promover ações e/ou eventos para discutir a ampliação do campo da Psicologia do Trânsito e mobilidade humana
- c. Para além da Avaliação Psicológica, bem como consolidar novas referências técnicas da atuação dos Profissionais de Psicologia.

Nº Tese:	0072
Tema da Tese:	PSICOLOGIA DO TRÂNSITO - Avaliação psicológica de motoristas
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:53:09

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Rever a medida adotada pelo CFP que amarra o psicólogo em uma jornada de trabalho incompatível com a realidade tanto do usuário quanto do profissional, considerando que no RJ são realizados em média 30 mil avaliações psicológicas por mês. Se o objetivo do CFP é qualificar a avaliação psicológica, não é desta maneira que se qualificaria o trabalho. Portanto, é necessário rever tal situação pois a mesma penaliza o profissional que não pode trabalhar apenas duas horas e 30 por dia nas clínicas de trânsito.
2. Promover uma política de atualização profissional através de uma discussão ampliada acerca das resoluções recentes geradas pelo CONTRAN e CFP que normatizam a avaliação psicológica no contexto do trânsito.
3. O Conselho de Federal de Psicologia deverá sensibilizar os órgãos competentes da importância da Avaliação Psicológica ser realizada de forma equitativa, aleatória e imparcial, garantindo a função de perícia que esta investida a Avaliação Psicológica no contexto do trânsito realizada pelo Psicólogo Perito Examinador de Trânsito.
4. Criar mecanismos para operacionalizar os procedimentos exigidos aos peritos de trânsito.
5. Atender à necessidade de acompanhamento do estado psicológico do condutor a cada cinco anos, no processo de renovação de CNH, e realizar o mesmo processo na mudança de categoria da CNH.
6. Que o psicólogo Perito de Trânsito tenha ampliado o seu número de atendimento diário de Avaliação Psicológica para candidatos à Carteira Nacional e Habilitação.

Encaminhamentos:

- a. Elevar de 10 atendimentos dia /por profissional para 24 atendimentos dia /por profissional de trabalho nas clínicas de trânsito do RJ;
- b. Deixar o número de atendimentos a critério de cada estado, levando em consideração que cada possui realidades diferenciadas uns dos outros, portanto não cabe ao CFP normatizar quantitativos de atendimento em todo o país, ignorando as especificidades de cada estado.
- c. Realizar gestões junto aos DETRANs e prestadores de serviço em caráter informacional e orientador;
- d. Através da COF, promover fiscalização regular junto aos serviços e profissionais que realizam avaliação psicológica, ampliando ao interior dos estados;
- e. O Conselho de Federal de Psicologia deverá encaminhar proposta junto aos órgãos competentes proposta de transformar a resolução em Lei.
- f. Organização de grupos para reuniões estudo e pesquisa.
- g. Encaminhar projeto para Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que sugira a alteração da forma atual de avaliação Psicológica.
- h. Que o Sistema Conselhos faça gestão junto ao Departamento Estadual de Trânsito, com o objetivo de modificar a agracidade diária, ampliando o número de atendimentos;
- i. Criação de comissões de discussão para elaboração e sistematização de referências práticas para a atuação do profissional junto a essa temática.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Psicologia e gênero

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
73				

Nº Tese:	0073
Tema da Tese:	PSICOLOGIA E GÊNERO - Inserção e permanência da discussão de gênero no Sistemas Conselhos de Psicologia
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:29:52

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Estímulo à criação de GT's nos CRP's que discutam gênero e diversidade de forma transversal, dentro também de uma discussão de Direitos Humanos e Políticas Públicas
2. Estímulo à inclusão desse tema na formação (currículo)
3. Garantia da permanência da discussão de gênero no Sistema Conselhos
4. Estimular a participação do GT no Conselho Estadual da Mulher e outras instâncias de construção de políticas públicas para as mulheres
5. Criar uma Resolução que sinalize a obrigatoriedade, por parte de todos os CRPs, de trazer uma escrita gendrada em todos os seus textos, contemplando os 2 artigos (o/a, os/as).
6. Gendrar as mídias do sistema Conselhos de Psicologia.
7. A proposta abrange a questão da formação e as diversas instancias e espaços de diálogos para nossa atuação profissional
8. Trata-se de uma proposta de inclusão democratização percepção das diferenças e das conexões em síntese de um olhar feminino que atua como plano de fundo e reconhecimento das singularidades
9. Que o sistema Conselhos se posicione a favor da legalização do aborto e não só a discriminalização do mesmo, uma vez que legalizar significa regulamentar (criar critérios) e igualar o direito e acesso a todas as mulheres que desejarem e/ou necessitarem fazer, o façam com segurança.

Encaminhamentos:

- a. Criação de GT's que discutam relações de gênero nos CRP's
- b. Criação de um GT nacional sobre o tema
- c. Gerar publicações a partir dos GT's
- d. Incluir, na agenda do CFP, a realização de ações em datas que enfoquem as mulheres, dando visibilidade a essas datas (ex: dia internacional da mulher, dia da mulher negra, dia de combate à violência contra mulher, etc.).
- e. Participar das reuniões de tais instâncias e conselho.
- f. Levar este tema para ser discutido na APAF
- g. Elaborar Resolução do CFP
- h. Fazer uma nota explicativa, justificando o uso da escrita gendrada dentro do Sistema Conselhos de Psicologia
- i. Estimular discussões e debates nas diversas instâncias do conselho e nos grupos de trabalho
- j. Fazer fóruns de debates com a categoria sobre o tema, usando inclusive o jornal do CRP e outros meios. Discutir tanto a ótica da saúde pública quanto o direito da mulher, já previsto em vários tratados internacionais de direitos humanos do qual o Brasil é signatário
- k. Divulgar para a categoria os tratados internacionais que versam sobre os direitos sexuais e reprodutivos, entre eles o direito ao aborto, dos quais o Brasil é signatário e portanto não cumpri
- l. Acompanhar e apoiar os PLs que garantam/regulamentam o direito ao aborto seguro que façam valer a promessa de que as pessoas só tenham filhos quando escolherem e desejarem
- m. Apoiar e integrar movimentos pela legalização do aborto

- o. Incluir, nas pesquisas do CREPOP, o mapeamento dos psicólogos que trabalhem nos serviços de aborto legal, conhecer o trabalho que desenvolvem e criar e divulgar referências para esta atuação
- p. Fazer fóruns de debates com a categoria sobre o tema, usando inclusive o jornal do CRP e outros meios. Discutir tanto a ótica da saúde pública quanto o direito da mulher, já previsto em vários tratados internacionais de direitos humanos do qual o Brasil é signatário;
- q. Divulgar para a categoria os tratados internacionais (por exemplo: a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo, ONU, 1984) que versam sobre os direitos sexuais e reprodutivos, entre eles o direito ao aborto, dos quais o Brasil é signatário e, portanto não cumpridor;
- r. Acompanhar e apoiar os PLs que garantam/regulamentam o direito de aborto seguro que façam valer a premissa de que as pessoas só tenham filhos quando escolherem e desejarem;
- s. Incluir na pesquisa do CREPOP, o mapeamento dos psicólogos que trabalhem nos serviços de aborto legal, o trabalho que desenvolvem e criar e divulgar referências para esta atuação.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Psicologia e povos indígenas

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
74				

Nº Tese:	0074
Tema da Tese:	PSICOLOGIA E POVOS INDÍGENAS - Relação da Psicologia e população indígena
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:00:24

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Criação de referências para o exercício profissional dos psicólogos na relação com os povos indígenas, observado o respeito à diversidade étnica e a valorização das subjetividades e das identidades dessas etnias.
2. Criação de oportunidades para compartilhamento de saberes e aprendizados entre psicólogos, indígenas e outros profissionais que atuam junto a essas comunidades.
3. Incluir a temática Psicologia e Povos Indígenas de maneira mais contundente nas ações e políticas do Sistema Conselhos de Psicologia.
4. Importância do psicólogo conhecer as diversidades de sua atuação, no entendimento de uma Psicologia que lute pela garantia dos direitos sociais.
5. Proporcionar o interesse dos profissionais para o estudo na saúde indígena;
6. Facilitar a relação do psicólogo com este segmento, considerando a efetividade dessa política, regionalmente, garantindo um espaço ético-político para esses profissionais.
7. Criar e fortalecer espaços para atuação do psicólogo com a população rural e indígena.

Encaminhamentos:

- a. Promover debates e eventos sobre a temática, em especial o II Seminário Nacional Subjetividade e os Povos Indígenas, com destaque às discussões sobre identidade, ressurgimento étnico e relações interculturais.
- b. Promover diálogos e trocas culturais entre a categoria, as comunidades indígenas e demais profissionais afins, priorizando métodos participativos e igualdade de expressão entre os participantes.
- c. Desenvolver ações concretas em parceria com outras instituições, no sentido de despertar nos profissionais da Psicologia o envolvimento político-ideológico com a temática indígena.
- d. Incluir o tema "Educação Escolar Indígena" na pauta das discussões que envolvem Psicologia e Educação no Sistema Conselhos, em parceria com a ABRAPEE, considerando principalmente: (a. a complexidade dos processos educacionais bilíngües dirigidos às crianças e jovens indígenas nas aldeias e garantidos na Constituição Federal; (b. a demanda dos professores indígenas nas aldeias por apoio técnico na área da Psicologia; (c. os desafios vivenciados pelos alunos indígenas na adaptação às Instituições de Ensino Superior.
- e. Criar, por meio do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP.), um banco de dados que integre informações sobre práticas e produções científicas desenvolvidas por psicólogos, relacionadas aos povos indígenas.
- f. Estimular a criação de Grupos de Trabalho (GTs. "Psicologia e Povos Indígenas" nos Conselhos Regionais cujos estados contam com populações indígenas, com a participação de representantes dessas etnias enquanto membros convidados, para efetivação dos encaminhamentos aprovados pela categoria no VII CNP.
- g. Criar e/ou fortalecer canais de comunicação entre os psicólogos que trabalham com indígenas, em caráter nacional.
- h. Fazer gestões junto à Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP. a fim de estimular discussões sobre o tema na formação, de maneira a preparar futuros psicólogos para: (a. atuação ética e qualificada junto às comunidades indígenas; (b. atuação junto à sociedade em geral que vise a superação dos preconceitos e das relações históricas de dominação sociocultural dos não-indígenas.
- i. Estimular e dar visibilidade às pesquisas em Psicologia sobre a temática indígena, que contribuam com a melhoria das condições de vida desta população e possibilitem sua valorização pela sociedade como um todo.
- j. Fortalecer o debate sobre as questões indígenas no processo de construção da Psicologia Latino-Americana, junto à União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulappsi).

- k. Ampliar a divulgação dos cadernos de referencia em Psicologia e povos indígenas nas universidades.
- l. Manutenção do GT Psicologia e Povos indígenas.
- m. Criar grupos de estudos e discussões;
- n. Definir dentro do CRP uma Comissão que trate das questões indígenas;
- o. Divulgar ações do CRP na saúde indígena.
- p. Fomentar ampla discussão dentro do Sistema Conselhos visando criação de referências de atuação e mobilizar a categoria.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Psicologia e questão racial

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
75				

Nº Tese:	0075
Tema da Tese:	PSICOLOGIA E QUESTÃO RACIAL - Psicologia, políticas públicas e relações étnico-raciais
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:47:00

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Incentivar o debate e a participação da Psicologia na formulação e execução das políticas públicas voltadas para as populações indígenas e negras;
2. Colaborar na implantação de estratégias que possam subsidiar a categoria em sua atuação e divulgar as produções da Psicologia no campo das relações raciais para o público e a sociedade;
3. Divulgação da Resolução 018/2002 do CFP que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e discriminação racial;
4. Desmitificar contextualizando historicamente o sistema de cotas e discutir as consequências causadoras de sofrimento psíquico que advêm do preconceito racial existentes na sociedade;
5. Produção de material midiático que contribua para que o psicólogo tenha uma maior percepção crítica do espaço institucional, em especial o ligado ao mundo do trabalho, da educação, saúde e da segurança pública;
6. Reconhecimento institucional das desigualdades sociais decorrentes do racismo;
7. Apoio às políticas públicas de combate ao racismo institucional, bem como conhecer e divulgar a atuação de psicólogos/os nessas políticas.

Encaminhamentos:

- a. Sugerir a investigação dessas políticas pelos CREPOP`s, mapeando as experiências de atuação de psicólogos/as já existentes e realizando pesquisas acerca da presença e atuação de psicólogos/as nas políticas públicas responsáveis por estas temáticas (ex. saúde da população negra e indígena; assistência social, mulheres, educação, juventude, idosos, religião e cultura).
- b. Realizar um levantamento dos profissionais que trabalham com a temática na Psicologia a fim de ouvir suas necessidades e considerações;
- c. Utilizar os resultados das pesquisas como subsídios para diálogo com o Estado no sentido de ampliar e apresentar as contribuições da Psicologia a estas políticas.
- d. Fomentar a produção de pesquisas, publicações, vídeos, etc sobre estas temáticas; incentivar o desenvolvimento de pesquisas na área, através de concursos, premiações e outros;
- d. Promover a divulgação das atuações existentes nesta área junto aos dispositivos e mídia-produção de conteúdo do sistema Conselhos;
- e. Fomentar a produção de pesquisas, publicações, vídeos, etc sobre estas temáticas; incentivar o desenvolvimento de pesquisa na área, através de concursos, premiações e outros;
- f. Realizar eventos regionais e nacionais para apresentação de temas sobre Psicologia e raça.
- g. Articular os CRP`s e CFP para pesquisas sobre o posicionamento dos mesmos em relação a temas pertinentes a questão racial.
- h. Elaborar textos e materiais midiáticos do Sistema Conselhos que divulguem informações e dados sobre a realidade da população negra;
- i. Dar visibilidade por meio dos meios de comunicação do Sistema Conselhos (jornal e site) a ocorrência de seminários, congressos, cursos de extensão sobre história e cultura da população negra;
- j. Apoio e incentivo à participação de psicólogos em cursos de aperfeiçoamento sobre saúde e educação;
- k. Incentivar e garantir a organização de debates, exibição de documentários e filmes sobre a história e a realidade da população negra;
- l. Aprofundar e dar visibilidade à atuação dos psicólogos diante do tema das relações raciais, promovendo seminários, congressos, fóruns;

- m. Organizar, em parceria com outras instituições, seminários, encontros, cursos etc, no sentido de despertar nos profissionais da Psicologia o envolvimento político com a temática do racismo e seus derivados.
- n. Realizar debates tematizando experiências de trabalho de psicólogos em atenção às vítimas de racismo
- o. Retomar campanhas contra o racismo/humilhação.
- p. Estimular a criação de grupos de trabalho de Psicologia e Relações raciais em todos os regionais;
- q. Criação de um fórum permanente de discussão em nível regional e nacional de modo a favorecer o debate nos diversas comissões.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Psicologia e tecnologias da informação

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
76				

Nº Tese:	0076
Tema da Tese:	PSICOLOGIA E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO - Revisão da Resolução CFP N° 012/2005 e utilização de novas tecnologias
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:31:21

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover ampla discussão temática com a categoria, objetivando atualização da legislação referente à prática psicológica através do computador
2. Considerando-se as possibilidades de avanço no registro e na comunicação, bem como as sérias implicações éticas e técnicas envolvidas na utilização de novas tecnologias, ampliar o debate sobre a sua relação com o exercício profissional.

Encaminhamentos:

- a. Criar GTs em todos os Conselhos Regionais para discussão da temática.
- b. Continuidade do processo de construção de referências para a utilização de novas tecnologias no exercício profissional e considerando os aspectos éticos e técnicos envolvidos;
- c. Parceria com Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e entidades de formação para discutir as implicações éticas e técnicas da utilização de novas tecnologias nas diversas esferas de atuação profissional;
- d. Incentivar o debate sobre a utilização de novas tecnologias na atuação do psicólogo;
- e. Dar continuidade aos PsicolInfos (eventos);

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Psicologia hospitalar

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
77				

Nº Tese:	0077
Tema da Tese:	PSICOLOGIA HOSPITALAR
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:19:12

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Proporcionar a discussão a respeito da prática da psicoterapia em hospitais e, de maneira geral, nos ambientes de saúde pública e coletiva.
2. Criar conjunto de procedimentos, estabelecendo parâmetros para a institucionalização das práticas, inclusive definição de custos/honorários.
3. Articular com a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH)/ (ANPSH) Ministério da Saúde (MS), o estabelecimento de classificação das modalidades de serviços psicológicos realizados no âmbito hospitalar, de modo a facilitar a negociação do financiamento dos mesmos junto ao sistema único de saúde (SUS) e à saúde suplementar
4. Contribuir para difundir, consolidar e fortalecer o campo de atuação em Psicologia Hospitalar.
5. Os Sistemas Conselhos terá como objetivo a ampliação da Psicologia no setor terciário de saúde (hospitais) o debate e gestão para aprovação do PL 077/2003 (Obrigatoriedade de psicólogos nos hospitais públicos e privados).
6. Desenvolver mecanismos de regulamentação para a qualificação de psicólogos hospitalares, a partir de estudos que possam embasar tais definições; Regularizar medidas de minimização de riscos de saúde e segurança ocupacional do psicólogo hospitalar: treinamento em psicosegurança, controle de vacinas e periódicos; Regularizar o reconhecimento da insalubridade no exercício da Psicologia hospitalar.
7. O documento elaborado deverá ser encaminhado pelo Conselho Regional de Psicologia para apreciação pelo órgão competente. Caso/ Após aprovado, os conselhos regionais e sub-regionais deverão realizar visitas periódicas às instituições, para quando constatadas irregularidades, notificar a situação ao órgão fiscalizador competente.
8. Recuperar e representar esse projeto de lei com maior discussão do seu alcance.
9. Promover e realizar pesquisas de legitimidade do título de especialista em Residência em Psicologia na área da Saúde.
10. Instituir Resolução em nível Federal que contemple o redimensionamento do número de psicólogos por leitos nos hospitais.

Encaminhamentos:

- a. Os Grupos de Trabalho para a discussão a respeito da Psicoterapia poderão também discutir os princípios de atuação nestes campos. O Sistema Conselhos poderá proporcionar espaços de discussão. Elaborar publicações sobre diretrizes e ações legitimadas. Realizar campanhas nos meios de comunicação, para esclarecer a população sobre o que é a psicoterapia e desmistificar os preconceitos em relação à prática.
- b. Criar comissão para discussão no âmbito CFP e CRP'S e contextos hospitalares e de saúde comissão de estudos com ministérios do trabalho e da saúde.
- c. Resgatar o projeto de lei PLS 077/2003.
- d. Realização seminários locais para definição nas três respectivas funções distintas
- e. Criação de GT's para estudo dos temas
- f. O Sistema Conselho de Psicologia junto com a ABEP promovam a discussão do papel do psicólogo em hospitais.
- g. Resgatar, acompanhar efetivamente e fazer gestão legislativa em torno do PL 077/2003 que estabelece a obrigatoriedade do psicólogo hospitalar em hospitais públicos e privados.
- h. Fomentar estudos / pesquisas com foco na identificação de parâmetros para o dimensionamento de equipe;

- i. Regulamentar as medidas de minimização de riscos, a partir da responsabilização das instituições de saúde;
- j. Desenvolver ou favorecer mecanismos legais para o reconhecimento e aplicação da insalubridade
- l. Elaboração de documento oficial a ser encaminhado ao órgão competente.
- m. Divulgação do documento para conhecimento e reivindicação de classe de psicólogos.
- n. Que os conselhos divulguem, fiscalizem e façam cumprir as determinações junto às Instituições.
- o. O Conselho Federal liderar essa recuperação.
- p. Organizar comissões para operacionalizar o credenciamento pelo CFP
- q. Emitir uma resolução disciplinando o número de psicólogo por leito, a pesquisa do CREPOP poderá subsidiar esse redimensionamento.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Psicologia jurídica

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
78				
79				
80				
81				

Nº Tese:	0078
Tema da Tese:	PSICOLOGIA JURÍDICA - Condição de Trabalho do Psicólogo no contexto da Justiça
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 13:29:48

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Realizar orientação aos Tribunais de Justiça sobre a especificidade do trabalho do psicólogo judiciário, sobre as condições necessárias para o trabalho com adultos, adolescentes e crianças, bem como sobre a metodologia e o tempo dispendido para as avaliações e outras atividades pertinentes à sua rotina de trabalho na Instituição.
2. Apoiar Psicólogos Jurídicos no que tange aos aspectos estruturais e ambientais de trabalho;
3. Implementação da IEP para inserção do psicólogo no Sistema Judiciário;
4. Ampliação do campo de trabalho de atuação do psicólogo gerando novos empregos;
5. Elaborar um documento aditivo com as respectivas normas técnicas que visem a confecção do Estudo Psicossocial.

Encaminhamentos:

- a. Orientar a direção dos Tribunais de Justiça no sentido exposto no item "Diretrizes".
- b. Encaminhar os órgãos competentes projetos e propostas de lei visem a realização de concursos públicos para provimento de cargos de psicólogo no campo jurídico;
- c. Construir referências para o definição da capacidade operacional do psicólogo em sua atuação no Judiciário, estabelecendo para tal parceria com instituições representativas dos profissionais do Judiciário, tais como a AASP-TJ-SP (Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) e o Sindicato dos psicólogo;
- d. Notificar a instituição, se necessário, quanto à impossibilidade de atendimento adequado a toda demanda existente no local fiscalizado, tendo em vista o numero de psicólogos lá disponíveis, indicando o numero de psicólogos necessários e solicitando providencias para a adequação do quadro funcional.
- e. Fiscalizar as instituições onde atuam psicólogos judiciários, verificando o volume de trabalho e se há numero de profissionais condizente com tal demanda;
- f. Realização de um levantamento de dados e posterior análise sobre a forma de confecção do Estudo Psicossocial feita atualmente pelos profissionais da área de Psicologia atuantes na área das medidas socioeducativas de meio aberto, privação e restrição de liberdade.
- g. Elaboração de um protocolo de registro que contemple os critérios de confecção do respectivo documento para ser agregado ao Manual de Elaboração de Documentos.

Nº Tese:	0079
Tema da Tese:	PSICOLOGIA JURÍDICA - Discussão do campo da Psicologia Jurídica junto aos órgãos governamentais e outras entidades
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 13:50:00

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Intensificar diálogo com órgão de formação com representantes de órgãos de classe de outros conselhos;
2. Atuar na elaboração de projetos de políticas públicas voltadas para a justiça e segurança pública;
3. Estabelecer o diálogo permanente com o legislativo em questões que atravessam diretamente a prática do psicólogo.
4. Promoção de espaços de diálogo entre o Sistema Jurídico e o Sistema Conselhos;

Encaminhamentos:

- a. Aproximação do Sistema Conselhos com o sistema judiciário para esclarecer o papel do psicólogo nas atividades de perícia;
- b. Realizar Interlocução junto aos órgãos responsáveis (Secretárias Municipais, Estaduais e Ministério Público) em prol tanto da categoria profissional quanto da população atendida;
- c. Eventos conjuntos entre CRP, ABPJ, AASPTJ e OAB sobre as particularidades Psicologia e justiça e em parceria com as instituições formadoras.
- d. Promover debates Universitários sobre a Temática;
- e. Buscar outras formas de administrar conflitos, tais como conciliação, mediação e termo de ajustamento de conduta. Dessa forma, apresentar discussões sobre o entendimento do que é a Judicialização da vida no Brasil e de que forma a Psicologia pode contribuir nessa reflexão e na transformação desta realidade.
- f. Reforço a política de referências técnicas do CREPOP na área;

Nº Tese:	0080
Tema da Tese:	PSICOLOGIA JURÍDICA - Estratégias de Qualificação do Psicólogo que atua na esfera da justiça
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:58:18

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Proporcionar o acesso as referências técnicas para os profissionais atuarem com segurança na prestação de serviços psicológicos no âmbito da justiça, limitando-se às competências de sua área profissional;
2. Proporcionar diálogos junto as Universidades (IES) sugerindo a inserção da Psicologia Jurídica na Grade Curricular bem como estágios;
3. Qualificar e integrar o trabalho dos profissionais que atuam no campo da Justiça.
4. Visar a articulação da categoria, objetivando, com isso, a elaboração de estratégias para o acesso à Justiça bem como a produção de referências para atuação desse profissional no âmbito judiciário e a ampliação do conhecimento sobre a área.
5. Visar a articulação da categoria, objetivando, com isso, a elaboração de estratégias para o acesso à Justiça bem como a produção de referências para atuação desse profissional no âmbito judiciário e a ampliação do conhecimento sobre a área;
6. Fomentar pesquisas, congressos, palestras, simpósios, fóruns;
7. Instituir a Psicologia jurídica como disciplina obrigatória no meio acadêmico
8. Qualificar o trabalho do psicólogo na atuação nas políticas de prevenção à criminalidade.;
9. Realizar parcerias para superar estes ciclos viciosos, é preciso tratar esta temática, reconhecendo essa condição como determinante por ora, mas realizando outras dimensões de ação.
10. Instituir uma Comissão Permanente que trate das questões relativas à Psicologia em Interface com a Justiça e o Direito.
11. Fomentar o debate sobre o tema;
12. Construir referências teóricas contextualizadas no Sistema Brasileira.

Encaminhamentos:

- a. Mobilizar a categoria para a compreensão da atuação dos auxiliares da justiça através de cartilhas e ampla campanha no Sistema Conselhos;
- b. Realizar seminário para a categoria com o objetivo de socializar os parâmetros legais definidos.
- c. Promover debates Universitários sobre a Temática;
- d. Criar Grupos de Trabalho Psicologia Jurídica, Comissões de Psicologia Jurídica, garantir presença nas discussões junto a ao CNJ e CNPCP;
- e. Promover a discussão no Sistema Conselhos para criação de referências acerca da Psicologia na relação com a Justiça.
- f. Dar continuidade ao georeferenciamento e a pesquisa com os psicólogos que atuam no judiciário;
- g. Possibilitar o debate da categoria no sentido de ampliar o conhecimento sobre a área;
- h. Dentro da Universidade;
- i. Chamando profissionais da área;
- j. Divulgando a Psicologia jurídica;
- k. Realização de eventos regionais para a discussão com categoria para elaboração de posicionamento formal frente a criação das leis e PLs que influenciam a prática do profissional.
- l. Para alcançar a(s) diretriz(es) os conselhos deverão realizar as seguintes ações;

- m. Promover o ano temático "Psicologia e Justiça";
- n. Incluir como tema de pesquisa do CREPOP a atuação do Psicólogo na Justiça ;
- o. Elaboração de cartilha de referências técnicas para atuação do psicólogo nas políticas de prevenção à criminalidade;
- p. Realizar Campanha e ações com demais parceiros nas áreas em que o psicólogo estiver inserido;
- q. Designação de um conselheiro em cada região, responsável por fomentar uma ampla discussão, convocando os psicólogos jurídicos para encontros frequentes sobre temáticas relacionadas à atuação do psicólogo no contexto jurídico;
- r. Mapeamento das práticas profissionais desenvolvidas nessa área;
- s. Formação de grupos de trabalho de acordo com as áreas definidas;
- t. Estabelecimento de orientações e diretrizes para o trabalho;
- u. Organização de eventos que tratem da atuação da Psicologia em Interface com o Direito e a Justiça;
- v. Manter e aprimorar o processo de compreensão do fenômeno da relação idade/responsabilização social, contribuindo com estudos que levem em conta as variáveis sociais e psicológicas, analisando-as amplamente.
- x. Elaboração de documentos que orientem a prática do psicólogo no âmbito da Justiça.

Nº Tese:	0081
Tema da Tese:	PSICOLOGIA JURÍDICA - Relações ético-profissionais entre a Psicologia e o Direito
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:23:01

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Melhorar a comunicação do papel crítico da Psicologia inserida no Poder Judiciário de modo a divulgar (entre psicólogos em geral e instâncias jurídicas e profissionais relevantes) experiências de psicólogos inseridos nas varas de família e infância e juventude de maneira pormenorizada e com destaque ao modo de resolução dos entraves entre expectativa dos operadores do direito e papel do psicólogo e enfatizando os resultados alcançados para as crianças e adolescentes;
2. Instruir os operadores do Direito sobre o amplo espaço de atuação do Psicólogo Jurídico, estimulando a interface Psicologia - Direito;
3. Implementação da IEP para inserção do psicólogo no Sistema Judiciário;
4. Formalização do posicionamento da categoria frente às questões em que o judiciário demanda do profissional (focado na legitimidade entre a demanda e a prática);
5. Buscar aproximações com o Direito e áreas afins, através do estímulo as parcerias intersetorias (IES, ONGs, Legislativo, etc);
6. Reforçar a política de respaldo da avaliação psicológica realizada pelo SATEPSI;
7. Aprofundar, no âmbito dos Conselhos, a discussão sobre as relações entre profissionais dos programas de acolhimento e profissionais da Justiça;

Encaminhamentos:

- a. Promover o Congresso Nacional de Psicologia Jurídica chamando para as discussões o Ministério da Justiça;
- b. Promover encontros com os diversos atores do contexto judiciário para reflexão e proposição de ações sobre a importância do trabalho integrado entre as profissões, considerando-se as especificidades dos saberes envolvidos nesta prática;
- c. Realizar discussões sobre a temática com a categoria, através dos GTs dos Conselhos Regionais
- d. Divulgar através de eventos (Mostra) e publicações as experiências do psicólogo/equipe técnica judiciário;
- e. Fazer gestão junto a Defensoria Pública, e outros órgãos competentes, para esclarecer acerca de ordens judiciais em prejuízo da reintegração à família natural, entre outras situações que caracterizem violação do direito à convivência familiar e comunitária;
- f. Divulgar notas ou documentos pertinentes para que os tribunais atendam às recomendações do CNJ que prevê psicólogos no poder judiciário;
- g. Realização de seminários temáticos multiprofissionais (interface com Direitos Humanos e Sistema de Justiça) para fomentar a discussão e elaborar posicionamento sobre esta prática.
- h. Abrir discussão com os profissionais da categoria, bem como com os operadores de Direito sobre este procedimento e repensar a prática psicológica, aproveitando-se o acúmulo das discussões sobre o exame criminológico.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Psicologia organizacional e do trabalho

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
82				
83				
84				
85				

Nº Tese:	0082
Tema da Tese:	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO - Fortalecimento da atuação do psicólogo organizacional
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 13:41:10

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fortalecer a atuação do psicólogo organizacional.
2. Ampliar testes aprovados pelo CFP para uso de processos de recrutamento e seleção e identificação de perfis profissionais.

Encaminhamentos:

- a. Incentivo e investimento na pesquisa e desenvolvimento de novas ferramentas e teses para serem utilizados na área organizacional.
- b. Fomentar ação de controle das ferramentas comercializadas sem validação do CRP.
- c. Promoção de eventos, seminários, palestras, encontros, simpósios e formação de grupos na área organizacional.

Nº Tese:	0083
Tema da Tese:	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO - Identidade, formação e atuação/intervenção na área de POT
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 13:19:16

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. O Sistema Conselhos deve aprofundar a discussão sobre as bases subjetivas presentes nas condições de trabalho, incentivando a organização da área do estudo das relações de trabalho considerando aspectos críticos relacionados ao mundo do trabalho. Apontar que a Economia Solidária é a alternativa preferencial dos trabalhadores que estão sofrendo a situação do desemprego tecnológico e não conseguem voltar ao mercado formal de trabalho (emprego), assim como aqueles que não conseguem garantir inclusão neste mercado formal.
2. Contribuir para a fortificação da Psicologia Organizacional e do Trabalho como área de atuação do psicólogo, resgatando a identidade dos profissionais que atuam nessa área.
3. Divulgar as ações de organizações e instituições e promovam a interdisciplinaridade. Fortalecimento da Psicologia Organizacional enquanto ciência consolidada e difundida esclarecendo categoria e sociedade sobre área de atuação;
4. Estabelecer uma política estratégica de divulgação, através de meios de comunicação, por exemplo, a internet, informando a população e a outros profissionais, acerca da atuação dos psicólogos organizacional e do trabalho
5. Conscientização da necessidade do registro no Conselho de psicólogo que atua na área organizacional/trabalho independente do seu enquadre funcional, buscando ainda favorecer a aproximação deste profissional junto ao Conselho.
6. É necessário interdisciplinaridade epistemológica e do fazer reflexivo na direção de um trabalho que respeite o trabalhador, o que não será possível sem a participação de diversos segmentos que garantam uma articulação política.
7. Oferecer a capacitação do psicólogo na área; treinamentos. Capacitação continuada em estratégia organizacional, focando as técnicas como um todo, mas levando em consideração a implementação das ações propostas em gestão de pessoas e avaliação de eficácia dessa capacitação em forma de micro congressos semestrais
8. Incentivar a construção de referências bibliográficas nacionais que orientem atuação do Psicólogo Organizacional e do Trabalho; Incentivar maior qualificação profissional;
9. Articular com a Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT), debates, ações acerca dos desafios frente ao mundo do trabalho e socialização de experiências profissionais. Construir referências para a prática profissional qualificada na área de Recursos Humanos.
10. Articular junto a SBPOT os parâmetros necessários para um melhor desempenho do papel do psicólogo na área organizacional .
11. Avançar para uma Psicologia voltada para questões estratégicas e da cultura de participação do Psicólogo. Maior preocupação com a formação técnica do profissional psicólogo;
12. Mobilização do Sistema Conselhos no sentido de criar a Comissão de Psicologia Organizacional/Trabalho para possibilitar um fórum de discussões contínuo acerca das atribuições profissionais e troca de experiências. Levantamento junto ao CREPOP das referências técnicas existentes para o exercício da Psicologia organizacional.
13. Levantamento das necessidades para o melhor exercício da função do psicólogo organizacional.
14. Criação de um fórum permanente de debate sob a Psicologia crítica do trabalho, a fim de buscar a construção de novas referências na área; Aproximação dos psicólogos que atuam no campo da Psicologia organizacional e do trabalho às discussões que envolvem o exercício e a prática profissional pautada em uma concepção ético-política.
15. Debater com o estado sobre o papel e contribuição do psicólogo nos espaços de perícia médica, questionando nossa subordinação aos médicos na emissão de atestados psicológicos; Dialogar com o Estado sobre a importância do Psicólogo nas Delegacias do trabalho, a fim do desenvolvimento de ações que dêem suporte ao trabalhador em situação de desemprego, ao primeiro emprego, assédio moral, preparação para aposentadoria, entre outros.

16. Problematicar o conceito de qualidade (enquanto modelo de gestão) e qualidade de vida no trabalho (QVT).
17. Estabelecer parceria com a ABEP para discussão da formação na área. Levantamento junto a ABEP sobre as competências curriculares para o exercício na área da Psicologia organizacional.
18. Construir capacitações com a ABEP, SBPOT e o CREPOP para serem ministradas junto a categoria na área organizacional.
19. O psicólogo nas organizações pode traçar diretrizes e planos de ação para elaboração de um diagnóstico e prognóstico das condições organizacionais;

Encaminhamentos:

- a. Incentivar a criação e manutenção das Comissões Regionais de Psicologia Organizacional e do Trabalho.
- b. Promover debates e encontros sobre o tema voltado aos profissionais e à sociedade; Criação de espaços de discussão e apresentem olhares diversificados sobre o trabalho
- c. Articular com a SBPOT debates e ações acerca da temática
- d. Promover a discussão com outros conselhos sobre as leis trabalhistas. Especialmente com a medicina do trabalho, em um enfoque político.
- e. Realizar esse debate nas diversas regiões, de modo a propiciar um debate epistemológico e político com as demais categorias profissionais, tais como: médico do trabalho, assistentes sociais, juristas, administradores, engenheiros do trabalho e seus respectivos conselhos, ou órgão de representação - incluindo sindicato dos psicólogos.
- f. Promover a discussão sobre o psicólogo como perito, resgatando a importância deste estar inserido no contexto de trabalho, para garantir que a avaliação não seja um instrumento desconectado da realidade.
- g. O Sistema Conselhos deve priorizar a discussão do papel do psicólogo nas organizações, reforçando essa área de atuação;
- h. Criar grupo de trabalho em âmbito nacional para pensar estratégias de debate e implementação das diretrizes propostas.
- i. Realizar pesquisas científicas sobre a Psicologia Organizacional.
- j. O CEF deverá incentivar as faculdades para ampliar as possibilidades de estágio curriculares e áreas de atuação da Psicologia do trabalho junto aos alunos.
- k. O CREPOP-Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas deve continuar produzindo e divulgar referências para a atuação do psicólogo nas políticas públicas, que levem em conta o trabalhador, como CEREST-Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e a Vigilância das condições de trabalho nas empresas/organizações.
- l. Fórum para construção de referências.
- m. Articulação com a ABEP de forma a promover a formação dos psicólogos com uma visão mais abrangente e crítica da atuação na área do Trabalho. Formação política - que permita entender o mercado de trabalho. Não abrir mão da visão crítica da realidade social. Através de cursos pertinentes a especialização;
- n. Maior participação dos conselhos de Psicologia em associações e instituições de ensino superior ou privado para promoção da referida especialização.
- o. Continuidade das ações do CREPOP, principalmente fornecendo referências para a atuação na área.
- p. Acionar o CREPOP para pesquisa e construção de referências sobre as funções dos psicólogos nas áreas de Recursos Humanos.
- q. Que o Sistema Conselhos junto com a SBPOT, ABEP E CREPOP, inicie a construção de uma política de educação permanente para Psicologia organizacional.
- r. Realizar ações informativas (como palestras, seminários e panfletagem) com os alunos dos cursos de Psicologia.
- s. Participar de seminários, congressos, encontros e feiras multidisciplinares (Administração, Recursos Humanos e Psicologia)

- t. O Sistema Conselhos deve promover eventos sobre Economia Solidária.
- u. Promover seminários para discussão de questões relevantes da Psicologia e saúde do trabalhador, contribuindo para uma atuação mais ampla e crítica do psicólogo na área organizacional.
- v. Apoiar, inclusive financeiramente, a realização do Congresso Nacional de Psicologia Organizacional e do Trabalho - CBPOT e nas iniciativas regionais;
- w. Realização o ano da Psicologia do Trabalho (a exemplo do ano da educação, psicoterapia, etc.);
- x. Organização, via sistema Conselhos de Psicologia, de eventos regionais e nacionais que visem a construção de referências à prática do psicólogo que atua no campo do trabalho, seminários, encontros que privilegiam a interdisciplinaridade.
- y. Apontar indicativo para que, nos próximos três anos de gestão, o campo do trabalho seja escolhido como ano temático do Sistema Conselhos de Psicologia.
- z. Cursos, palestras e workshops direcionados a gestão estratégica de pessoas, com oportunidade para empresas cadastrarem seus RHs para participarem com suas teses / experiência para contribuir com todos os profissionais e / ou estudantes na Psicologia organizacional / trabalho.
- aa. Coordenar campanhas publicitárias sobre o papel do psicólogo organizacional para esclarecimento da sociedade e empresas em geral.
- ab. Publicar e divulgar material sobre estas discussões, para a categoria e para a sociedade
- ac. Promover premiações que estimulem as publicações acadêmicas da Psicologia Organizacional e do Trabalho;
- ad. Reedição do tema Psicologia, Trabalho e Organizações em novas edições da Revista Diálogos e outras formas de publicações de responsabilidade do CFP
- ae. Realizar campanha de esclarecimento através de site, e-mail e outros tipos de mídia sobre a importância do psicólogo do trabalho dentro e fora da organização e sobre a necessidade deste profissional estar inscrito no Conselho Regional de Psicologia.
- af. Ampliar espaços de divulgação na mídia dos documentários constituintes do projeto "parece, mas não é".
- ag. Mobilizar a categoria através de eventos/seminários que discutam as atribuições do psicólogo nas organizações de trabalho, possibilitando a socialização das referências técnicas já existentes na legislação atual;
- ah. Qualificar ainda mais a formação e a atuação profissional do Psicólogo frente os diversos segmentos de demanda da sociedade. Para tal garantia deve ser estimulado ainda nas graduações o estudo e a pesquisa no campo das psicopatologias. Dar mais subsídio teórico e clínico ao Psicólogo no diagnóstico e intervenção nas psicopatologias, inclusive, se for o caso, repensar a estrutura de estágios, as residências, as especializações nas áreas clínica, da saúde e especificamente da saúde mental.

Nº Tese:	0084
Tema da Tese:	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO - Instrumentalização e divulgação da atuação do psicólogo dentro da área organizacional
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:47:06

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Elaborar ações públicas de esclarecimento a população e empresários, fazendo referência a importância da Psicologia no mundo do trabalho, mudando a cultura ainda presente, de "quem precisa de Psicólogo é louco" ou que o fazer do Psicólogo neste espaço se restringe ao "recrutamento, treinamento e seleção de pessoal". Avançar para um trabalho focado na prevenção e saúde do trabalhador e não só curativa;
2. Divulgar o trabalho do psicólogo organizacional e mostrar as diferenças do trabalho deste para o trabalho exercido pelo administrador.
3. Criação de uma comissão para dialogar com o Ministério de Saúde a participação da Psicologia na construção do protocolo dos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho;
4. Ressaltar a importância da contribuição do psicólogo nas organizações principalmente nas situações de implantação de sistemas de qualidade e mudanças culturais.
5. Promover campanha(s) de informação sobre o papel do psicólogo no trabalho;
6. Elaborar projetos adequados às peculiaridades de cada região acerca da necessidade de informações sobre a atuação do psicólogo organizacional.
7. Divulgar junto as organizações a importância dessas diversificadas atuações do trabalhador e consequentemente para o Empresário.
8. Produzir materiais informativos com indicações da prática do psicólogo direcionado aos empresários, colaboradores e sindicatos.
9. Articular comunicação com a área da Administração.

Encaminhamentos:

- a. Fazer com que os serviços de saúde, públicos e privados, incluam o diagnóstico dos transtornos mentais e do comportamento como campo também do psicólogo, e não só do psiquiatra.
- b. Contactar outras Instituições Reguladoras das outras profissões para promover diálogos interdisciplinares de esclarecimento e informação.
- c. O Sistema Conselhos deve estabelecer diálogos com o Conselho de Administração sobre a importância do psicólogo nas organizações.
- d. Incentivar maior qualificação profissional;
- e. Mala Direta, aproveitando o espaço da FIES;
- f. Delimitar e criar referências para o exercício profissional do psicólogo que atua em RH
- g. Promover cursos de extensão para o psicólogo organizacional.
- h. Promover eventos na área.
- i. Fortalecer e/ou criar GT desta área nos CRPs
- j. Promover cursos de extensão para o psicólogo organizacional.

Nº Tese:	0085
Tema da Tese:	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO - POT e formas de vinculação ao trabalho relacionados ao sofrimento do trabalhador
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:22:04

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Garantir que a saúde do trabalhador seja vista com interface entre a Psicologia do trabalhador e as políticas públicas.
2. As áreas da Saúde e Trabalho devem estar articuladas.
3. Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova a ampla discussão e debate sobre as formas de vinculação ao trabalho, tanto do trabalhador psicólogo quanto dos demais trabalhadores, no sentido de atenção à saúde. Que se construam referências para os psicólogos que atuam nas organizações.
4. Promover o desenvolvimento da competência de estabelecer relações entre o conhecimento da Psicologia do trabalho com as outras áreas de conhecimento com a finalidade de aplicar nas situações complexas em que o trabalhador enfrenta: segurança do trabalhador, estresse ocupacional, hospital, esporte, etc.
5. A Psicologia deve contribuir para a promoção da qualidade de vida do trabalhador.
6. Incentivar a participação da categoria nos espaços de controle social e construção de Políticas públicas, tais como, as Secretarias municipais e estaduais de Saúde do Trabalhador e as Comissões Intersetoriais de Saúde do trabalhador - CISTs;
7. Promover debates com a categoria que os fundamente a ampliar o seu fazer para questões estratégicas, tais como, a saúde mental e sofrimento psíquico do trabalhador, o assédio moral, processos seletivos e qualidade de vida do profissional;
8. Campanha nacional e elaboração de materiais informativos, que esclareçam aos trabalhadores sobre os principais sintomas da saúde mental no mundo do trabalho e o fazer da Psicologia na área;
9. Estruturar os programas Q.V.T de forma que possam ser legitimados nos espaços institucionais seja público ou privado, criando condições mais adequadas para o exercício das profissões.
10. Estabelecer parceria com FENAPSI e Sindicatos Estaduais de Psicologia para debater junto a categoria, temas como: precarização do trabalho, jornada, piso salarial, saúde do trabalhador e controle social;
11. Deve ser buscado pelos Conselhos o direito, em termos de lei, do psicólogo, em realizar diagnósticos em psicopatologia - dos transtornos mentais leves e severos, das neuroses e das psicoses. É campo de atuação do psicólogo, especialmente o clínico, no âmbito do psicodiagnóstico, realizar diagnósticos para fins de avaliação psíquica. Os Conselhos devem garantir que esta prática seja reconhecida na sociedade e frente às outras profissões, para que assim o psicólogo possa responsabilizar-se pelos diagnósticos em psicopatologia, também nos transtornos mentais relacionados ao trabalho; que possa, inclusive, emitir laudos, encaminhamentos, atestados para fins de justiça e de situações de trabalho incapacitantes, e ainda, que possa reivindicar com mais legitimidade, quando for competente, chefia em serviços de saúde e/ou de saúde mental. Isto justificará a importância do diagnóstico em psicopatologia, que não é feito somente por psiquiatra, o que também valorizará as consultas com psicólogo, seja no serviço público de saúde, seja no privado.

Encaminhamentos:

- a. Análise dos ambientes de trabalho verificando as necessidades dos profissionais, dos trabalhadores como, por exemplo: Saúde, Benefícios, Planos de Carreira, Ambiente de Trabalho saudável (e equipamentos, Clima organizacional etc.)
- b. Envolver o Sindicato dos Psicólogos, a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), e outras entidades tanto da Psicologia quanto externas para construir referências sobre a questão dos vínculos do trabalho como potencialidade para o adoecimento do trabalhador.
- c. O sistema conselho deve levar à ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia a importância da discussão relativa à Psicologia do Trabalho, incluindo as condições de trabalho e condições de vida/sofrimento do trabalhador na formação do psicólogo.

- d. Promover um debate sobre a avaliação direcionada para os trabalhadores - fazendo estudos constantes e acompanhamento que não se restrinjam à avaliação de entrada e saída do posto de trabalho.
- e. Outra possibilidade é fazer com que a Psicologia faça parte da elaboração das próximas CIDs (Classificação Internacional de doenças e problemas relacionados à saúde), para que dessa forma a classificação seja um instrumento reconhecidamente feito por profissionais da saúde para profissionais da saúde, e não uma exclusividade médica.
- f. Fundamentar teoricamente os programas; formação, capacidade de profissionais que trabalham na área.
- g. Se for necessário, rever as leis que definem a orientação científica e terapêutica da Psicologia, assim como criar Resolução sobre o tema para que a psicopatologia seja devidamente reconhecida.
- h. Fortalecer ainda mais a luta contra o atual projeto de lei do Ato Médico. Conscientizar a sociedade e, principalmente, os próprios psicólogos, para responsabilizarem-se da importância do tema e da luta pela nosso campo de atuação.
- i. Promover eventos sobre relações de trabalho e condições de vida/sofrimento dos trabalhadores.
- j. Promover debates sobre a saúde do trabalhador.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Psicoterapia

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
86				

Nº Tese:	0086
Tema da Tese:	PSICOTERAPIA
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:42:16

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. A manutenção da discussão do Ano da Psicoterapia nos próximos dois anos
2. Que o Sistema Conselhos não delegue a outras instituições/entidades a tarefa de responder as questões referentes a regulação do exercício da pratica psicoterápica pelos psicólogos; investir na divulgação, discussão e educação para a comunidade sobre esta prática.
3. Fomentar a discussão acerca de uma pratica etica e tecnica que promova o conhecimento do psicologo que exerce a psicoterapia.
4. Buscar que esses parametros sejam discutidos e definidos permanentemente pelos profissionais psicologicos que constituem esse fóruns e buscar melhor capacitação na área da psicoterapia
5. Trabalhar em conjunto para resolver a questão: CRP, CFP e ABRAP
6. Que o sistema conselho organize e mantenha grupos de trabalho permanentes garantindo essa discussão com a categoria; encaminhar os resultados dessas discussões para legalização.
7. Viabilizar a ativação das comissões de orientação e fiscalização em relação às praticas psicológicas. Dar transparência ao que é considerado pratica reconhecida
8. Convocar profissionais capacitados para discussao e atuacao sobre psicodiagnosticos, com suporte para entender orientacoes teoricos/tecnicas e ajustes conceituais;
9. Caracterizar os aspectos fundamentais e de conteúdo teórico e ideológicos que traçam linhas diretrizes de orientação de trabalho
10. Publicizar e permitir a apropriação dos psicólogos sobre os debates do Ano Temático da Psicoterapia.
11. Clarificação e construção adequada da representação social da Psicologia e da psicoterapia para a sociedade com a construção de referenciais para o reconhecimento de práticas psicoterápicas a partir de uma discussão do ponto de vista epistemológico e garantia do espaço profissional do psicólogo como psicoterapeuta perante as agencias reguladoras e planos de saúde.
12. Maior aproximação entre o Sistema Conselhos e as Universidades com o intuito de se discutir/pesquisar sobre essas novas práticas.
13. Cabe e se torna necessária uma ação específica do Sistema Conselhos de Psicologia com o objetivo de divulgar amplamente o conceito e a prática de psicoterapia. Para esse objetivo poderá ser necessário realizar uma grande discussão sobre o tema, convidando as entidades representativas do campo da saúde.
14. Recomendar o acompanhamento em psicoterapia para todo aluno em fase de conclusão do curso (último ano) que pretende atuar com psicoterapia.
15. Que o Sistema Conselhos crie uma comissão nacional composta por representante de CRs e convidar profissionais de referência no campo da psicoterapia.
16. Discutir e viabilizar junto as IES a oferta de psicoterapia para estudantes de Psicologia.
17. Promover uma discussão sobre a clínica enquanto escuta da subjetividade do sujeito nos diversos espaços públicos e privados de atuação do profissional psicólogo.

Encaminhamentos:

- a. Promover novos encontros para discussão da psicoterapia, projeto de lei sobre a psicoterapia como ato privativo do psicólogo, ampliar as discussões nos cursos sobre a psicoterapia, implementação da residência em Psicologia; promover discussões e produzir documentos e ações que norteiem o exercício da psicoterapia;
- b. Discutir a realização do mapeamento das praticas psicoterápicas dos psicólogos e divulgar as praticas reconhecidas; discutir a criação de um dispositivo de referencias em psicoterapia que possibilite a consulta pelos psicólogos e pela populacao; propor que o CREPOP paute a

construção de referências para prática de psicoterapias na saúde pública;

c. Buscar junto ao Estado a garantia desta prática para estas profissões. Ampliar a discussão para categoria, chegando todas as regiões. Realizar eventos esclarecendo a comunidade em geral sobre o referido assunto, por meio de campanhas de rádio e outros meios de comunicação de forma continuada.

d. Criação e manutenção através do Sistema Conselhos de fóruns e nacionais que discutam entre os vários agentes envolvidos na prática da psicoterapia-categoria dos psicólogos, agentes formadores nos vários níveis e associações relacionados a prática da psicoterapia. Inclusive usuários neste debate.

e. Buscar as instituições de ensino para discussão de parâmetros de formação profissional em psicoterapia; elaborar conteúdos curriculares específicos e de maior duração de exercício prático profissional; estabelecer períodos de residência para a formação em psicoterapia

f. Que o Sistema Conselhos incentive o desenvolvimento de pesquisas e publicações científicas no campo das psicoterapias.

g. Problematizar e delimitar semanticamente e conceitualmente as terminologias de psicoterapia, Psicologia clínica e clínica ampliada.

h. Que o Sistema Conselhos enfatize junto aos gestores a importância de condições físicas e materiais que possibilitem a adequação do atendimento psicoterápico e seu sigilo, considerando os diversos contextos em que estes atendimentos devem ocorrer;

i. Divulgação ampla dos resultados para a categoria e outros profissionais não psicólogos que atuam neste campo.

j. Buscar pluralidade do campo em parceria com diversas instituições de ensino, conselhos profissionais, associações entre outros.

l. Discutir sobre especialização junto a ABEP, MEC e IES da inserção obrigatória do tema psicoterapia nos cursos de Psicologia; estimular a produção de artigos, parcerias com pesquisadores para execução de projetos de extensão;

m. Organizar ementas para cursos

n. Expedir recomendações visando a garantia dos interesses que cabem, promover a discussão convocando a ABRAP, ABEP (efetivamente).

o. Que o Sistema Conselhos levante referenciais de procedimentos utilizados para investigação científica e prática profissional, por um acompanhamento das condições histórico- sociais, da urgência de refletir sobre a verdadeira qualidade dos problemas éticos que se apresentam ao psicoterapeuta em nossos dias.

p. Criar um sistema de avaliação permanente para cancelar o que é prática reconhecida e criar uma resolução específica sobre o tema das práticas reconhecidas.

q. Que o Sistema Conselhos promova oficinas, debates, encontros para a apropriação dos psicólogos sobre as discussões do Ano Temático da Psicoterapia; proposição de diferentes formas de participação, inclusive com demais categorias, nas discussões sobre a temática; garantia de maior orientação e fiscalização proativa (não apenas em situação de denúncia mas como prática constante); criação de fóruns permanentes (regionais e nacional) que sirvam de referências para a discussão de novas práticas; garantir que a discussão sobre as psicoterapias ocorra no interior do Sistema Conselhos; realizar o mapeamento das práticas psicoterápicas dos psicólogos e divulgar as práticas reconhecidas, além de fomentar debates sobre práticas e teorias emergentes.

r. Ampliar, pelo Sistema Conselhos de Psicologia, a divulgação para a sociedade informações sobre a prática psicoterápica no campo da Psicologia, por meio de organização de fórum de discussão permanente, ocupando espaços na mídia; incentivando a categoria a participar dos espaços de controle social em âmbitos nacional, estadual e municipal, garantindo a discussão constante do lugar do psicólogo no campo das psicoterapias

s. Em parceria com o meio acadêmico, discutir os critérios de cientificidade da psicoterapia, aprofundando as discussões na epistemologia da Psicologia.

t. Fazer gestão perante o Ministério da Saúde, a ANSS e os planos de saúde visando garantir a biprofissionalidade da psicoterapia na relação com o Estado; lutar pela autonomia do psicólogo na relação com outros profissionais (médico).

u. Explicitar critérios para reconhecimento das abordagens psicoterápicas e permitir que o debate sobre as mesmas aconteçam nos espaços do Sistema Conselhos

v. Encaminhar para SBP que estude formas de melhoramento da formação em psicoterapia.

- x. Levar em conta o conhecimento de cada CR sobre a prática psicoterápica.
- z. Convidar profissionais de notório saber para o debate e que se disponham a ver o campo como um todo e não só pela sua abordagem.
- aa. Avaliar as práticas não reconhecidas levando em conta os seguintes aspectos: Contexto histórico, desenvolvimento no Brasil, formação dos terapeutas. Pressupostos teóricos; Processo psicoterapêutico (identificando objetivos, etapas, público alvo, técnicas, recursos, estratégias, etc.); Subsídios para avaliação da eficácia das técnicas e/ou recursos utilizados em psicoterapia; Qualidade da abordagem; Bibliografias (instituições representantes, páginas na internet, e outras). Que cada CR organize um grupo de trabalho ou comissão que cuide desta tarefa, com indicativo de desdobramentos destes grupos nas subsedes. Promover discussões, fóruns, seminários, divulgação, e constar no planejamento estratégico de cada CRs.
- ab. Continuidade das ações do CREPOP (pesquisa e referências) sobre o tema da clínica aplicada; publicação de cartilhas em parâmetros de referências sobre a clínica enquanto escuta da subjetividade; promover uma maior aproximação do CRP com as IES, visando acompanhar e orientar novos espaços de reflexão sobre o aprendizado de uma perspectiva mais ampla da clínica psicológica.
- ac. Estabelecer critérios para a avaliação utilização de práticas adotadas pelos/as psicólogos/as
- ad. Criar o Ano Temático das Práticas não reconhecidas em Psicologia, culminando com a realização de um seminário nacional sobre o tema.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Qualificação dos psicólogos

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
87				
88				
89				
90				
91				
92				
93				
94				

Nº Tese:	0087
Tema da Tese:	QUALIFICAÇÃO DOS PSICÓLOGOS - Atribuições da Comissão de Formação
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 13:00:34

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Incentivar o fomento de uma formação cidadã por meio da possibilidade do psicólogo já estar inserido no Sistema Conselhos e suas discussões desde a formação.
2. Criar e fortalecer as comissões de Formação do Sistema Conselhos no intuito de ampliar o debate e construir estratégias.....no campo da Formação de Psicólogos no País.

Encaminhamentos:

- a. Regulamentação da participação dos estudantes em todas as Comissões do Sistema Conselhos.
- b. Encaminhar junto ao Congresso de Psicologia e Instância (APAF) a necessidade de se ampliar o papel da autarquia no âmbito da Formação a partir de uma interlocução com agências formadoras, via, entidades e associações queda formação em Psicologia no País e ABEP.

Nº Tese:	0088
Tema da Tese:	QUALIFICAÇÃO DOS PSICÓLOGOS - Qualificação e atuação ético-profissional
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:12:52

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover a diversidade, a multiplicidade e a complexidade da Psicologia a partir dos campos científicos e das práticas existentes. Busca-se a promoção permanente da Psicologia, a inclusão da categoria e da sociedade e a produção de referências para o exercício profissional.
2. Que o psicólogo tenha uma postura ética e profissional no trabalho.
3. Discutir e viabilizar um plano de ação para orientar e fiscalizar os psicólogos que atuam nas diferentes áreas da Psicologia;
4. O Sistema Conselhos deve promover processos de qualificação ou orientação para atuação do psicólogo em áreas emergentes da Psicologia.
4. Estabelecer um critério nacional de avaliação e certificação da competência profissional de modo a assegurar condições mínimas de formação profissional.
5. Promover o debate articulado entre o campo acadêmico e a profissão visando o estreitamento entre eles de forma a favorecer o compromisso social da Psicologia.
6. Investir na qualificação do exercício profissional provocando o reconhecimento da Psicologia nos diversos campos de práticas, em especial na capacidade de intervir nos processos de trabalho, além dos princípios éticos políticos da profissão.
7. Refletir e construir propostas que assegure ao graduado em Psicologia uma atuação exclusiva na sua área de formação; evitar a criação de cursos de graduação a partir de práticas e abordagens da ciência Psicologia.
8. Permanência e o aumento de eventos para o crescimento da Psicologia como ciência e profissão, dessa forma, promovendo a articulação profissional, atendendo às particularidades regionais.
9. Criar sentidos (vivências, inserções, estratégias, aproximações) mais condizentes com a realidade social, fomentando com a ABEP que se cumpram as diretrizes curriculares.
10. Possibilitar não só ao profissional, mas a sociedade civil e aos gestores públicos as referências técnicas para o exercício profissional nas diversas políticas públicas (SUS, SUAS).
11. Encontros periódicos com professores e profissionais para discutir as experiências práticas.
12. Elencar temas polêmicos para discutir e formar de forma descentralizada.
13. Reciclagem profissional.
14. Investir na qualificação do exercício profissional processando o reconhecimento da Psicologia nos diversos campos de práticas em especial, na capacidade de intervir nos processos de trabalho, além dos princípios éticos da profissão.
15. Esclarecer o papel do psicólogo dentro de uma equipe multiprofissional.
16. Elaboração de um banco de dados sobre o conhecimento produzido relativo as áreas de maior demanda social, política e profissional.
17. Definir normas com as quais o Psicólogo possa exercer de forma segura o trabalho com novas práticas
18. Promover pesquisa para a provocação destes novos conhecimentos.
19. Criar condições para que o psicólogo exerça seu protagonismo político.
20. Estar atento a demanda (Conselho) da sociedade e elaborar projetos para viabilizar a capacitação dos profissionais, para o atendimento festa necessidade.
21. Promover o debate articulado entre formação e profissão, visando a melhoria da compreensão dos princípios e compromissos da Psicologia, garantindo a interlocução com as necessidades e referências construídas pelo CREPOP e outros documentos de referência a serem posteriormente

identificados.

22. Criar estratégias que favoreçam a atualização do psicólogo em conhecimentos, análises críticas e práticas inovadoras.
23. Ampliação do debate com a categoria e com a sociedade sobre métodos e técnicas da área da Psicologia.
24. Fazer com que o psicólogo participe de pelo menos 1 congresso por ano para que se atualize.
25. Ciclos de palestras / capacitações em Psicologia com temas relacionados ao exercício profissional.
26. Contando com palestras mensais em cada pólo (setor), favorecendo a troca de experiências entre profissionais juntamente com o CRP. As mesmas deverão ser gratuitas e com emissão de certificados.
27. Desenvolver um sistema de pontuação onde cada atividade realizada equivale a um peso de acordo com a complexidade da atividade, contemplando iniciativas autônomas de psicólogos em suas diferentes áreas de atuação, que vislumbrem o estudo e a qualificação dos fazeres da Psicologia de forma continuada.
28. Promover e tornar acessível a atualização dos profissionais psicólogos através das referências técnicas científicas, de forma não presencial ou semi-presencial.
29. Definir nas agendas dos conselhos cursos de aperfeiçoamento que contemple as demandas dos profissionais psicólogos inscritos nos respectivos conselhos.
30. O Conselho pode mediar encontros regionais não só para discutir situações de caráter profissional mas também de caráter científico, seja no âmbito estudantil, profissional e no encontro de ambos.
31. Colocar em análise as diferentes práticas em Psicologia como eminentemente políticas e produtoras de modos de subjetivação, bem como problematizar os efeitos que as mesmas produzem sobre a sociedade .
32. Ampliação de parcerias com o terceiro setor, ONGs, Estado, etc;
33. Inclusão no currículo da temática INCLUSÃO;
34. Formação continuada do psicólogo nas áreas diversas;
35. Promoção de cursos a distância/semipresencial que possibilitem a educação continuada de profissionais que não têm acesso a instituições formadoras;
36. Estreitamento do diálogo e parceria do Sistema Conselhos e instituições formadoras;
37. Levantamento das necessidades de formação da categoria;
38. Promoção em parceria com IES de estágios conjugados que promovam a interdisciplinaridade, exemplos: Psicologia e pedagogia no âmbito escolar, Psicologia e direito no âmbito jurídico, Psicologia e medicina no âmbito hospitalar, etc.
39. Estabelecer um critério nacional de avaliação e certificação da competência profissional de modo a assegurar condições mínimas de formação profissional.
40. Exame que aprove ou não o exercício da profissão de psicólogo após conclusão da graduação em Psicologia, de modo a evitar profissionais medíocres e mal preparados teórica e tecnicamente.
41. Orientar a classe profissional sobre a importância do registro das atividades profissionais.

Encaminhamentos:

- a. Realização de eventos que promovam a Psicologia enquanto Ciência e Profissão a partir dos diversos campos científicos, políticos e sociais . Incluir a necessidade de promoção da Psicologia a partir de eventos de natureza científica, nas instâncias legítimas do Sistema Conselhos: COREP's, CNP, APAF's, CFP, Conselhos Regionais de Psicologia e Agências formadoras;
- b. Incentivar uma postura ética do psicólogo no trabalho, através de promoção de grupos de conscientização do papel do psicólogo nos ambientes de trabalho; palestras com o objetivo de divulgar o trabalho do psicólogo; incluir a academia nestes projetos para colaborar para a formação de um profissional ético.
- c. Promover eventos sistemáticos para orientação quanto às questões éticas e técnicas da qualificação profissional do psicólogo.

- d. Promover eventos de caráter acadêmicos e orientação para o profissional, principalmente nas áreas emergentes.
- e. O Sistema Conselhos crie um ano temático para discussão articulada formação e profissão e que este ano seja realizado com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia- ABEP e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP.
- f. Criação de políticas indutoras para a qualificação e ou dispositivos de educação continuada permanente com foco na educação para o trabalho, visando ampliar a perspectiva de intervenção no campo de pratica.
- g. Permanência do calendário de eventos promovidos pelo Conselho Regional de Psicologia, contemplando as áreas dos Conselhos Regionais de Psicologia com o objetivo de discutir esta temática.
- h. Fortalecer os eventos contemplando as áreas geográficas dos Conselhos Regionais de Psicologia.
- i. Que o Sistema Conselhos se posicione contra a criação destes cursos.
- j. Promover mais espaços de discussão entre os profissionais.
- l. O CRP atuar de forma mais presente nas instituições formadoras.
- m. Aproximação e compartilhamento de ações com a ABEP.
- n. Criação de políticas indutoras para a qualificação e, ou dispositivos de educação continuada permanente com foco na educação para o trabalho visando ampliar a perspectiva da intervenção no campo de pratica.
- o. Esclarecer o papel do psicólogo dentro de uma equipe multiprofissional, bem como regulamentar tal atuação através de resoluções.
- p. Realizar eventos e cursos de extensão na área.
- q. Potencializar a BVS-PSI que seja o repositório do conhecimento científico do Brasil e da América Latina.
- r. Estabelecer parceria com a ANPEPP e a ABEP para promover uma ampla divulgação da ciência e das experiências profissionais na área.
- s. Ampliar a divulgação dos resultados das pesquisas do CREPOP nas diferentes áreas de atuação profissional.
- t. Regulamentar pesquisa de novos campos de conhecimento;
- u. Promover a difusão de novas técnicas ou de demandas sociais à prática da Psicologia como resultados de pesquisas.
- w. Promover espaços de discussão e reflexão sobre o papel do psicólogo junto à sociedade,
- v. Fomentar o debate dentro da academia a respeito do papel social do profissional, estabelecendo sempre que possível parceria com as agências formadoras.
- x. Pesquisar através do Jornal do Psicólogo e outros meios eletrônicos;
- y. Sinalização da Classe;
- z. Identificar profissionais com competência para ministrar estas capacitações.
- aa. O Sistema Conselhos crie um ano temático para discussão articulada formação e profissão e que este ano seja realizado com a ABEP e ANPEPP..
- ab. Buscar parcerias para a promoção de cursos, oficinas, etc. que promovam a reflexão crítica e ampliação de conhecimentos.
- ac. Promover Eventos: Encontros, Seminários e Reuniões com a categoria e com os acadêmicos;
- ad. Criação de Fórum permanente de discussões
- ae. Que isto seja uma condição para que o profissional de Psicologia especialista mantenha o título.
- af. Divulgação, sensibilização e montagem de grupos de apoio.

- ag. CRP enquanto facilitador deve comprometer-se com a realização de pelo menos um evento regional anual que contemple essa necessidade.
- ai. Parceria com telecentros;
- aj. Busca de materiais ou construção destes pro profissionais referência nas áreas específicas;
- al. Disponibilização destes materiais via internet sem ônus para os profissionais adimplentes com o Conselho.
- am. Articular junto aos órgãos gestores das políticas públicas, parcerias para que esses cursos possam ser viabilizados.
- an. Convênio cultural com as instituições formadoras.
- ao. Divulgação da intenção de encontros; estabelecer um cronograma nos moldes do pré-congresso; estímulo às faculdades / sistema de ensino da Psicologia, estabelecendo uma parceria.
- ap. Promover eventos (fóruns, debates, oficinas) que contemplem a análise crítica da prática da Psicologia.
- aq. Participação de pautas públicas, proposituras de parcerias;
- ar. Realização de eventos, congressos, simpósios, mesas redondas, que possibilitem um diálogo com vários setores da sociedade;
- as. Pesquisa identificando a necessidade apontada pelo próprio psicólogo de cursos de formação para melhorias no exercício profissional.
- at. Participação de eventos acadêmicos fomentados pelas instituições de ensino, minimizando distâncias entre a formação acadêmica e o exercício profissional;
- au. Criar um mecanismo de avaliação nacional (como o extinto "Provão" ou a prova da ordem dos advogados) para assegurar a competência técnica mínima dos ingressantes no mercado de trabalho.
- aw. Exame no final da graduação que aborde os temas básicos em Psicologia e comum a todas as grades curriculares independente da universidade. O próprio conselho elabore a prova..
- av. Orientar e fiscalizar o cumprimento da resolução CFP 01/2009;
- ax. Incentivar a discussão das características em cada área pelos profissionais da área, criando suas próprias especificidades dentro dos critérios da resolução.

Nº Tese:	0089
Tema da Tese:	QUALIFICAÇÃO DOS PSICÓLOGOS - Qualificação e atuação ético-profissional do Psicólogo nas Políticas Públicas
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:52:56

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Incentivar as Comissões temáticas do CRP a realizar parcerias com prefeituras para viabilizar os deslocamentos dos colaboradores psicólogos para as reuniões das Comissões temáticas do CRP (saúde, Psicologia escolar, hospitalar, Psicologia/assistência social, Psicologia jurídica etc.) formadas na região - descentralizar as ações políticas das seções e representações setoriais;
2. Cada CRP de forma descentralizada promover fóruns de discussão em parceria com as secretarias municipais das áreas com apoio das comissões temáticas afins em regiões estrategicamente distribuídas para posteriormente realizar um encontro macrorregional;
3. Realizar eventos que favoreçam capacitação continuada de forma integrada com as diversas comissões temáticas que fazem parte do CRP;
4. Formar grupos virtuais de discussão;
5. Tornar acessível no site do CRP, a vídeo-conferência dos eventos realizados pelo CRP;
6. Qualificar os profissionais para melhor atuação nos equipamentos e gestão da Política de Assistência Social;
7. Melhor qualificar o psicólogo para atuar nas políticas públicas;
8. Procurar meios de aproximar o profissional das políticas públicas;
9. Potencializar a construção de referências técnicas da atuação do psicólogo nas políticas públicas, tornando acessível os resultados para a categoria;
10. Construir resoluções que orientem e protejam o exercício profissional nas políticas públicas;
11. Fomentar nos CRP's núcleos de formação continuada, entendendo que os profissionais que estarão no raio de trabalho precisam de uma capacitação específica sobre o tema que aproveite a vivência prática adquirida com o tempo;
12. Discutir a especialização em Psicologia e Políticas Públicas nos moldes adotados pelo CFP;
13. Capacitação do profissional para atuar em políticas públicas;
14. Será necessário a criação de um projeto melhor elaborado para qualificação dos profissionais, que irão ser inseridos nessa forma de atuação. Determinando e delimitando horas, gratificação, bairros e tudo o que for necessário para aperfeiçoar este projeto com a idéia de aproximar o profissional ao seu meio de atuação;
15. Fomentar e promover maior interlocução entre a formação profissional e as políticas públicas, bem como incentivar a prática nessa área.
16. Sugerir revisão do currículo de Psicologia para contemplar a adequação teórica e prática voltada para o exercício da Psicologia em Políticas Públicas.
17. Promover capacitações para os profissionais de Psicologia na área de Políticas Públicas.

Encaminhamentos:

- a. Contato com gestores municipais para divulgar o trabalho do CRP e fazer parceria para viabilização do deslocamento dos profissionais psicólogos que queiram participar das comissões temáticas do CRP;
- b. Parceria com as secretarias municipais para realização de eventos que contribuam para capacitação profissional e discussão interdisciplinar das diversas áreas de atuação psi nas políticas públicas;
- c. Criar no site do CRP, grupos virtuais de discussão para participação de todos os psicólogos do Estado e também nacionalmente;
- d. Colocar no site do CRP, vídeo-conferências dos eventos realizados;

- e. Avaliar como está a atuação do profissional nesta área - 5 últimos anos - referencias CREPOP;
- f. Encaminhamento com Universidade e órgãos específicos;
- g. Incentivar a pesquisa dentro das instituições de ensino quanto aos profissionais que já atuam nas áreas sociais. Solicitar às IES aumento da carga horária nos estágios da área social;
- h. Aumentar a oferta de orientações e fiscalizações, oferecendo ferramentas que protejam e sustentem o trabalho ético do psicólogo no exercício profissional no campo das políticas públicas;
- i. Contatos com FGV, CREPOP Nacional e ABEP;
- j. Desenvolver parcerias com IES para oferecer cursos de extensão para capacitar psicólogos a atuarem nas políticas públicas;
- k. Articular com universidades, via ABEP, a possibilidade de enriquecer a grade curricular com disciplinas da área de políticas públicas;
- l. Sugerir à inclusão de temáticas ligadas a prática cotidiana do trabalho no que se refere às políticas públicas;
- m. Ampliar a oferta de conhecimento de política pública considerando todo seu ciclo de formação;
- n. Incentivar a atuação articulada com os diversos níveis da política;
- o. Incentivo a produção, sistematização e divulgação desta prática a fim de criar um conjunto de informação diversificada acerca de uma determinada prática;
- p. Aproximação dos serviços de Psicologia com instituições e serviços de políticas públicas onde atuam e/ou pode atuar psicólogos;
- q. Promover a abordagem de temáticas relacionadas às políticas publicas numa perspectiva interdisciplinar e estimular a atuação articulada com outros profissionais e áreas desde a graduação.
- r. Projetos de extensão e produção científica;
- s. Cursos de atualização para docentes;
- t. Obrigatoriedade das instituições de ensino em ofertar atendimento psicológico;
- u. Avaliação psicológica do aluno após estágio;
- v. Realizar diálogo com a categoria para construção de resoluções do exercício profissional;
- w. Para encaminhar usaremos fichas e prontuários dos clientes que realmente necessitam deste acompanhamento. Melhorando a definição e a classificação de necessidade daquela família, que está sendo acompanhada. Assim como foi citado nos tópicos anteriores;
- y. Criar resoluções que normatizem o exercício profissional a partir da realização de capacitações para os profissionais aprovados em Concurso Público ou em Processos Seletivos relacionados à atuação na área de Políticas Públicas.

Nº Tese:	0090
Tema da Tese:	QUALIFICAÇÃO DOS PSICÓLOGOS - Qualificação e atuação ético-profissional em Psicologia do Esporte
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:52:14

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Divulgação do campo da Psicologia Esportiva como área real da atuação e como ciência esportiva;
2. Construção de cursos de capacitação e especialização;
3. Reestruturação da comissão temática dentro do Conselho Regional;
4. Vincular o título de especialista em Psicologia organizacional e do trabalho aos cursos de especialização dessa área, reconhecidos pelo MEC e oferecidos pelas faculdades de Psicologia.

Encaminhamentos:

- a. Promover ações que objetivam uma participação efetiva por meio de seminários, fóruns e cursos;
- b. Incrementar em caráter de urgência, o diálogo com as instituições de Ensino Superior para a formação e qualificação do profissional para o atendimento de demandas públicas e privadas a se constituir na sociedade brasileira com a proximidade da copa 2014 e olimpíadas 2016.

Nº Tese:	0091
Tema da Tese:	QUALIFICAÇÃO DOS PSICÓLOGOS - Qualificação e atuação ético-profissional em Psicologia e Saúde
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:46:31

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Contribuir para qualificar a atuação dos psicólogos hospitalares permitindo maior visibilidade e reconhecimento à área;
2. Contribuir para qualificar a formação na área hospitalar;
3. Um esforço para a qualificação profissional atuando nos currículos básicos, graduação, pós graduação, especialização e na criação de uma prova de títulos (em Psicologia da saúde), pesquisa;
4. Ampliar e facilitar acesso a cursos, capacitações, seminários. Incentivos para se fazer pós-graduação e especialização na área de saúde pública para Psicólogos que trabalham na Rede de Saúde Pública de Goiânia.

Encaminhamentos:

- a. Incentivar uma análise crítica dos protocolos vigentes, com o compromisso de criar protocolos mais afinados ao exercício do psicólogo e que possam ser revistos periodicamente;
- b. Discussão na categoria em geral, discussões nos locais de trabalho, organização de seminários informativos e reflexivos e criação de espaço para discussão nas delegacias;
- c. Exigir realização de pesquisas para traçar um perfil do Psicólogo que atua na Saúde Pública de Goiânia, certificando suas necessidades quanto a atuação no SUS. Estabelecer parcerias e convênios com cada uma das Faculdades de Psicologia de Goiânia. Exigir também ampliação de cursos de Pós-graduação e Especialização com democratização de vagas;
- d. Que o conselho atue junto as IES para fortalecer a grade curricular no que se refere à área hospitalar. Que as IES ofereçam disciplinas com prática/estágio no hospital;
- e. Parceria com Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e debate com a categoria, para melhorar a capacitação dos estudantes de Psicologia nesta área e para incentivar os profissionais ao estudo, pesquisa e publicação científica em Psicologia hospitalar;
- f. Elaboração de documento de referência sobre a atuação do psicólogo hospitalar pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP);
- g. Incentivar e promover discussões sobre o tema, com realização de eventos em parceria com Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH);.

Nº Tese:	0092
Tema da Tese:	QUALIFICAÇÃO DOS PSICÓLOGOS - Qualificação e atuação ético-profissional em Psicologia Escolar/Educacional
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:06:32

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Solicitação de contratação de psicólogos com especialização em psicopedagogia para atendimento em casa unidade escolar.

Encaminhamentos:

- a. Orientação e promoção de cursos de formação para psicólogos educacionais e pedagogos;
- b. Promoção de encontros educacionais onde psicólogos e pedagogos possam confrontar idéias;
- c. Promover eventos regionais onde possa haver compartilhamento de idéias entre psicólogos educacionais.

Nº Tese:	0093
Tema da Tese:	QUALIFICAÇÃO DOS PSICÓLOGOS - Qualificação e atuação ético-profissional em Psicoterapia
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:13:47

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover junto com a ABEP discussões no sentido desta clarificação e o encaminhamento para a efetivação destas propostas para a formação do profissional Psicólogo que quer atuar em Psicoterapia;
2. Discutir os requisitos para a especialização necessária para este profissional;
3. Promover junto com a ABEP discussões no sentido desta clarificação e o encaminhamento para a efetivação destas propostas para a formação do profissional psicólogo que quer atuar em psicoterapia;
4. Discutir os requisitos para a especialização necessária para este profissional;
5. O sistema conselho, em parceria com a ABEP e outros interlocutores envolvidos na formação e o exercício da psicoterapia, deverá continuar promovendo o debate Nacional sobre a psicoterapia, no sentido de discutir e consensuar alguns requisitos mínimos para a formação, tais como:
 - a) Necessidade de Formação continuada;
 - b) Para exercer a psicoterapia o aluno deve ter realizado seu estágio com ênfase na clínica;
 - c) Após a graduação do profissional, para exercer a psicoterapia, o mesmo deve manter a supervisão por um período;
 - c) Psicoterapeuta em formação deve ser conscientizado para que se submeta à psicoterapia, conforme exigência que já vigora em diversos cursos reconhecidos em diferentes abordagens;
 - d) O supervisor deveria comprovar uma experiência mínima em psicoterapia, como era feito antes com autorizações que eram expedidas pelo conselho;
 - e) Inclusão, nas grades curriculares dos cursos de Psicologia, disciplinas que discutam os aspectos éticos, políticos, sociais, culturais e históricos das práticas psicológicas;
 - f) Os cursos de especialização em Psicologia Clínica deverão estar vinculados à uma instituição de ensino e serem reconhecidos pelo MEC para que possam autorizar a prática da psicoterapia;
 - g) A formação deve proporcionar o desenvolvimento da capacidade de escuta do psicólogo, de sensibilização, deve criar uma visão de "clínica aberta", ou seja, da escuta clínica que se dá não só no consultório e que não é psicoterapia. Escuta esta que não tem o intuito de resolver o problema, mas que trabalha com os recursos trazidos pelo sujeito, respeitando o lugar do outro e a sua singularidade;
 - h) Necessidade de que todos os profissionais que exercem a profissão de Psicoterapeutas, e não somente o Psicólogo, devem estar vinculados à uma instituição fiscalizadora/orientadora que regulamente e cuide dessa profissão, que zele por princípios éticos e técnicos focalizados na preocupação com o bem estar psíquico, biológico e social do ser humano, do sujeito que faz psicoterapia;
 - i) Necessidade de ampliar a inserção do procedimento psicoterapêutico nos diversos contextos em que a clínica pode e deve contribuir (clínica ampliada).

Encaminhamentos:

- a. O Conselho Federal de Psicologia e os regionais devem ampliar a participação do debate nacional sobre psicoterapia para interlocutores de outras áreas profissionais, através de encontros, como seminários e oficinas, com vistas ao planejamento de algumas políticas de ação para o campo das psicoterapias, em relação à formação superior e especializada.
- b. Pesquisar sobre o que já é feito em outros países para essa formação;
- c. Pesquisar o que pensam os estudantes e os profissionais da Psicologia a esse respeito;
- d. Escrever artigos, fazer entrevistas, no campo da mídia para implementar essa discussão;

Nº Tese:	0094
Tema da Tese:	QUALIFICAÇÃO DOS PSICÓLOGOS - Reestruturação dos currículos de pós-graduação em Psicologia
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 13:23:54

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Participação efetiva do Sistema Conselhos na reestruturação e fiscalização das diretrizes curriculares e pós formação.
2. Inscrever e legislar vários cursos oferecidos.
3. Mapear a necessidade dos profissionais e de cada região.
4. O reconhecimento dos cursos pelos órgãos responsáveis (CREPOP, CFP, MEC).
5. Gostaríamos que o Conselho Federal fizesse o reconhecimento da Psicologia Antroposófica como área de atuação e de desenvolvimento profissional
6. Que o Sistema Conselhos junto com a ABEP e FENBP, promovam a construção de uma política de educação permanente para todas as áreas especializadas da Psicologia.
7. Criar resolução que normatize a realização de cursos de aperfeiçoamento e/ou qualificação em Psicologia e temas afins oferecidos por profissionais liberais ou entidades sem vínculo com instituições de ensino superior.
8. Iniciar uma discussão sobre a possibilidade de criação de uma comissão que estude a questão dos Mestrados Profissionais, Profissionalizantes. Verificar também a possibilidade de convênio do Sistema Conselhos com as IES que possuam mestrados profissionalizantes. Por fim, verificar a possibilidade de constar na carteira de psicólogo o grau de mestre e doutor.
9. Sensibilizar e articular com a ABEP e Instituições públicas privadas (Academia e Assistência) cursos de extensão, aperfeiçoamento, especializações.
10. Inclusão da disciplina de Psicofarmacologia nas ementas dos cursos de Especialização na área de Saúde/Hospitalar.

Encaminhamentos:

- a. Tornar-se o órgão responsável por esta atuação.
- b. Criar mecanismos para que os referenciais para a atuação sejam parte das grades curriculares.
- c. Fiscalizar via (ex. ABEP) a validade destes cursos de aperfeiçoamento.
- d. Utilizar os dados da pesquisa realizada pelo CREPOP: "Referências para o exercício profissional".
- e. Criar uma Comissão representativa para análise e estudos das pesquisas já realizadas ou que ainda irão acontecer, voltados para o assunto em questão.
- f. Articulação da suposta Comissão entre os órgãos de regulamentação da profissão com os Centros acadêmicos, Entidades e Conselhos públicos para a viabilização dos Cursos.
- g. Solicitamos que sejam feitos contatos com os profissionais ligados a Associação Sophia de Educação Antroposófica para conhecimento do material teórico já produzido e da prática profissional que já vem sendo desenvolvida para que se faça o reconhecimento no Brasil.
- h. O CFP deveria se mobilizar junto aos órgãos competentes para que haja uma regulamentação e adequada fiscalização no funcionamento e na qualidade dos cursos oferecidos.
- i. Criação de uma comissão organizadora para o programa de educação permanente;
- j. Capacitação de facilitadores e docentes;
- k. Uso de metodologia problematizadora
- l. Estabelecer, através de resolução, critérios relacionados à carga horária e conteúdo programático mínimo para oferta e realização de cursos de aperfeiçoamento e/ou qualificação em Psicologia e temas afins oferecidos por profissionais liberais ou entidades sem vínculo com

instituições de ensino superior.

m. Aproximação entre o Sistema Conselhos, ABEP e IES para efetivar discussão das diretrizes propostas.

n. Identificar as áreas prioritárias, identificar as áreas de interesse dos psicólogos, articular com a ABEP e IES e Instituição Assistência Pública e os cursos prioritários.

o. Que o CFP e ABEP façam contatos com entidades formadoras e sugiram a Inclusão da disciplina de Psicofarmacologia nas ementas dos cursos de Especialização na área de Saúde/Hospitalar.

p. Encaminhamento de orçamento para execução dos programas de formação oferecidos pelo Conselho à categoria, ex. cursos de extensão.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Residências multiprofissionais

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
95				

Nº Tese:	0095
Tema da Tese:	RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS - Residências Multiprofissionais em Saúde
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:41:11

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Implementação de residência após a formação e maior carga horária de estágios acadêmicos na graduação.
2. Fortalecer e apoiar processos de formação multiprofissionais, nas quais Psicologia se insira buscando proceder interferências em nossas práticas, no sentido de enterimento desta complexificação apontado acima.
3. Sugere-se que o Sistema Conselhos estabeleça parceria com o Estado e Municípios inserindo o psicólogo recém formado num programa de Residência Técnica, por período máximo de um ano e meio nos espaços públicos.
4. Mobilizar esforços para incentivar a criação de novos cursos de especialização e de vagas de residência para psicólogos/as em regiões onde existam pelo menos um curso de graduação na área, de preferência, fora dos grandes centros.
5. Participação da categoria na discussão a respeito desta política.
6. Defesa de critérios mais democráticos de composição da comissão nacional de residência multiprofissional.
7. Promover uma mobilização nacional "Em Defesa das Residências Multiprofissionais em Saúde", onde o psicólogo está contemplado, garantindo essa política como ponto fundamental da formação em serviço público de profissionais para o SUS.
8. Participação da categoria na discussão a respeito desta política e defesa de critérios mais democráticos de composição da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional

Encaminhamentos:

- a. A formação de convênios com clínicas e hospitais onde o aluno possa atuar como estagiário durante a graduação e possa entrar em contato direto com a realidade. A implementação de cursos de residência para psicólogos em caps, hospitais dia e hospitais escola.
- b. O Sistema Conselhos de Psicologia defendera a constituição de RUS como espaço de formação de psicólogos para o SUS.
- c. Criar "comissão" (equipe...) com objetivo de elaborar projeto regulamentando criação da Residência Técnica em Psicologia nos órgãos públicos e privados (Hospitais, escolas...)
- d. Viabilizar a nível estadual/municipal a realização de residência multidisciplinar e mobilizar a categoria para pressionar os gestores no sentido de implantar programas de educação continuada que contemple articulação com a rede de serviço, atendimentos especializados, dentre outras;
- e. Sistema Conselhos em parceria com ABEP, deve fazer gestões junto ao MEC para oferecimento de mais vagas de residência que contemple o/a psicólogo/a, nas diversas regiões do País, preferencialmente, fora dos grandes centros.
- f. O Sistema Conselhos em parceria com ABEP, deve fazer gestões junto ao MEC para oferecimento de mais vagas de residência que contemple o/a psicólogo/a, nas diversas regiões do País, preferencialmente, fora dos grandes centros.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Saúde

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
96				

Nº Tese:	0096
Tema da Tese:	SAÚDE
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:05:18

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Estabelecer parcerias com a ABEP e as IES a fim de criar instrumentos para atendimento comunitário dentro da saúde pública (postos de saúde).
2. Garantia da saúde integral da população e atenção aos princípios da reforma psiquiátrica.
3. Capacitação aos psicólogos atuantes nas diversas áreas que lidam com pessoas que apresentam o comportamento;
4. Apoio das Instituições de Ensino Superior e Docentes para refletir e preparar o aluno a lidar com tal comportamento;
5. Núcleo de Apoio e Pesquisa;
6. Discussões sobre o sigilo profissional diante do comportamento suicida;
7. Construção de artigos e informativos referente ao tema.
8. Participação de representantes do Conselho nos eventos relacionados ao tema;
9. Incluir o tema em Congressos, Seminários e Encontros;
10. Apoiar capacitação e discussões entre os profissionais;
11. Realizar orientações aos profissionais que solicitem apoio para lidar com o tema.
12. Atendimento as pessoas que apresentaram algum comportamento suicida;
13. Atendimento aos familiares e amigos que perderam alguém próximo por suicídio;
14. Contribuir com a construção do local de Referência para atendimento;
15. Investigar e esclarecer a população, através de palestras e eventos;
16. Realização de Autópsia Psicológica;
17. Identificar o comportamento nas demandas;
18. Investigar transtornos mentais associados ao comportamento.
19. Contribuir para a sensibilização dos psicólogos sobre a importância de conhecer os rumos das discussões e das legislações que envolvem o campo da saúde, como o pacto da saúde, o SISPACTO, mais saúde, entre outros.
20. Revisão da lei do ato médico e melhor delimitação do campo de trabalho do psicólogo.
21. Contribuir para a qualificação do serviço de saúde
22. Criar um fórum permanente de Políticas Públicas de Saúde nos Sistemas Conselhos.
23. Promover uma mobilização nacional "Em Defesa das Residências Multiprofissionais em Saúde", onde o psicólogo está contemplado, garantindo essa política como ponto fundamental da formação em serviço público de profissionais para o SUS.
24. Existem hoje referências criadas por associações de psicólogos ou de serviços que tem o profissional psicólogo em seu quadro, fazendo recomendações do número de psicólogos necessários para que o serviços seja prestado com um mínimo de qualidade, como por exemplo a Sociedade Mineira de Terapia Intensiva -SOMITI para os psicólogos que atuam na urgência, emergência e unidades de terapia intensiva. Este é um exemplo, mas existem outros.
25. O Sistema Conselhos, poderia produzir estas recomendações, seja como resolução ou na forma de outro documento, para as mais diversas áreas de atuação do psicólogo como referência para os gestores, para os órgãos de controle social e a população para que haja um parâmetro mínimo do que é esperado.

26. Promoção de discussão sobre os aspectos relacionados a atuação do psicólogo na testagem para diagnóstico do HIV.
27. Participação da categoria na discussão a respeito desta política e defesa de critérios mais democráticos de composição da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional.
28. Discutir com usuários do serviço e colegas profissionais de saúde a importância do acompanhamento psicológico no hospital, visando oferecer cada vez mais um atendimento de qualidade.
29. Discutir questões relacionadas à bioética e suas interfaces com a Psicologia, considerando as questões da vida cotidiana, além daquelas que trabalham com os limites entre a vida e a morte (situações emergentes) e discutir o papel do psicólogo frente às diversas questões de bioética.
30. Melhorar o diálogo e articulação entre as diversas categorias profissionais na Política Pública de Saúde e promover seminários de atualização, troca experiências e trabalhos científicos.
31. Fortalecer as especialidades, planejando o desenvolvimento de ações, formação e promoção destas;
32. Incentivar produções científicas e encaminhá-las para publicação e conhecimento público e buscar espaço para debate das especialidades com os grupos sociais e políticas públicas;
33. Realizar ações que legitimem a inserção do profissional da Psicologia em equipes móveis de urgência para atuação junto aos profissionais
34. Criação de oportunidades para compartilhamento de saberes e aprendizados entre psicólogos que atuam utilizando essas práticas.
35. Criação de um Observatório de Práticas Integrativas e Complementares no Campo da Psicologia de modo que os profissionais e as associações possam apresentar os fundamentos das técnicas utilizadas.
36. Fomentar a associação profissional de modo a contribuir para a legitimação dessas práticas.
37. Criação de referências para o exercício profissional dos psicólogos na relação com as práticas tradicionais, integrativas e complementares.

Encaminhamentos:

- a. Divulgar os conteúdos já existentes para os profissionais da Psicologia do sistema público de saúde e da ação social.
- b. Criar metodologias que consiga trazer o paciente para o atendimento comunitário de grupo.
- c. Criar metodologia que possibilite a utilização dos dados colhidos pelo seguinte profissionais: assistente técnico de saúde, enfermeiro, agente comunitário, como subsídios para serem utilizados pelo psicólogo no seu trabalho.
- d. Contribuir para o fortalecimento e ampliação da atenção em saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS);
- e. Contribuir para o fortalecimento e ampliação da rede substitutiva de saúde mental;
- f. Criar espaços de diálogos com os profissionais que atuam nos serviços substitutivos em saúde mental de modo a divulgar e valorizar práticas antimanicomial orientadas para a garantia de direitos do usuário; Que o Sistema Conselho amplie a discussão junto à categoria sobre a necessidade de se qualificar a prática profissional dentro dos serviços substitutivos em uma perspectiva que se oriente para a garantia de direitos do usuário em acordo com as diretrizes da reforma psiquiátrica antimanicomial;
- g. Promover diálogo com a sociedade na perspectiva da cultura antimanicomial.
- h. Profissionais de referência; Conselho Regional; Locais de Referência e acompanhamento.
- i. Aos profissionais de referência; Contribuir na construção do local de Referência para atendimento; Investigar e esclarecer a população, através de palestras e eventos;
- j. Sistema Conselho de Psicologia fomentar e difundir junto aos psicólogos, nos diversos espaços de discussão, sobre as políticas de saúde, seus rumos e legislação atualizada.
- l. Articulação política com os representantes legais. Mobilização da população através da veiculação de informação. Promover discussões sobre a questão com os profissionais de áreas da saúde.

- m. Propor com tema de pesquisa para o CREPOP
- n. A Comissão de Saúde dos Conselhos de Psicologia devem elencar temas prioritários e contemporâneos em Políticas Públicas de saúde;
- o. Elaborar lista de especialistas voluntários a fomentar esse debate e convida-los para Seminários sistemáticos sobre o tema a serem realizados nos Conselhos. Público alvo prioritário: a categoria e estudantes de graduação de saúde.
- p. Articular-se com o Conselho Nacional de Saúde, Fórum Nacional de Residentes, de Coordenadores de Residências, de Preceptores e Conselhos de Categorias Profissionais de Saúde, para apoiar a composição democrática da Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde com representatividade dos coletivos envolvidos que foram destituídos pela PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 143, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2010.
- q. Contribuir para a construção do Seminário Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde. Criar um GT Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde para promover a discussão desta política buscando contemplar a formação dos psicólogos, o credenciamento e financiamento das Residências Multiprofissionais, assim como a qualidade dessa formação para o SUS
- r. Que o Sistema Conselhos promova o levantamento dos dados referentes a procura versus número psicólogos nos serviços de políticas públicas.
- s. Que o sistema Conselhos fomente estudos nas diversas áreas de atuação do psicólogo e crie recomendações para regulamentação da atuação juntamente com o CREPOP.
- t. Que o Sistema Conselhos se posicione politicamente a respeito da atuação do psicólogo na equipe multidisciplinar para testagem rápida e diagnóstico para HIV de forma favorável.
- u. Que o Sistema Conselhos posicione-se pela retomada do processo democrático de composição da Comissão Nacional das RMS, através da indicação direta dos representantes das instituições e fóruns que a compõem e não pela indicação de lista triplíce.
- v. Que o Sistema Conselhos participe dos espaços de discussão permanentes à formação de psicólogos para o SUS, apoiando as propostas de formação em RMS.
- x. Utilizar dados da pesquisa do CREPOP para avaliar a presença do psicólogo na rede hospitalar;
- z. Realizar campanha junto à categoria para reativar a tramitação do PL 77/03 (arquivado em 22/01/2007) que torna obrigatória a presença do psicólogo hospitalar nos serviços de saúde pública e privados;
- aa. Mobilizar a sociedade em geral realizando campanhas através de cartazes e folders a fim de esclarecer o papel do psicólogo dentro do hospital e sua importância durante o tratamento dos usuários na rede de saúde.
- ab. Promover debates interdisciplinares com a categoria e produzir materiais sobre bioética, incluindo a temática dos cuidados paliativos, da confidencialidade, dos registros (prontuários).
- ac. Retomar e aprofundar discussões relativas à bioética sobre os conceitos de autonomia e vulnerabilidade nas diversas temáticas da Psicologia, contemplando questões como terminalidade da vida; liberdade de escolha e planejamento da morte; suicídio; eutanásia/distanásia; aborto; reprodução assistida; mudança de sexo; religião.
- ad. Promover a reflexão crítica sobre os conflitos éticos e sua relação com direitos e deveres individuais e coletivos, contemplando questões de medicalização e judicialização do cotidiano; novas tecnologias e sua aplicação; globalização e multiculturalismo; meio ambiente; violência, pesquisa com populações encarceradas.
- ae. Que o Sistema Conselhos posicione - se pela retomada do processo democrático de composição da comissão nacional das RMS, através da indicação direta dos representantes das instituições e fóruns que a compoem e nao pela indicação de lista triplíce.
- af. Que o Sistema Conselhos participe dos espaços de discussão permanentes a formação de psicólogos para o SUS apoiando as propostas de formação em RMS.
- ag. Promover seminários e fóruns de discussão para troca de experiências de profissionais que atuam em serviços destes setores, de forma regionalizada e descentralizada, em parcerias com outros conselhos.
- ah. Dialogar com os gestores, nas três esferas de governo, sobre a importância do trabalho do psicólogo junto as equipes, bem como, estimular para a participação do psicólogo em capacitações específicas.

- ai. Estabelecer metas objetivas nas campanhas realizadas; Reunir trabalhos da categoria nos assuntos de especialidades que forem pleiteadas; Envolver os componentes de categoria, formando mais representações nas especialidades; Aliar o profissional psicólogo às diversas profissões sem perder sua especificidade;
- aj. Sistematização e divulgação dos trabalhos científicos produzidos na área
- al. Mapeamento qualitativo e quantitativo da atuação dos psicólogos junto a equipes de SAMU e Bombeiros
- am. Interlocução com os Ministérios da Saúde e do Trabalho para reconhecimento da importância do papel do psicólogo na prevenção de doenças ocupacionais, melhoria do nível de satisfação no trabalho e humanização do atendimento oferecido.
- an. Incentivar e apoiar a oferta de cursos de atualização e aperfeiçoamento para atuação na área em questão.
- ao. Promover a ampliação do debate sobre as Práticas Integrativas e Complementares para a Psicologia.
- ap. Criar, por meio do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), um banco de dados que integre informações sobre práticas e produções científicas desenvolvidas por psicólogos no campo das práticas tradicionais, integrativas e complementares.
- aq. Criar e/ou fortalecer canais de comunicação entre os psicólogos que trabalhem com práticas tradicionais, integrativas e/ou complementares.
- ar. Fazer gestão junto à União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi), a fim de fomentar a discussão entre os profissionais que atuam com as práticas tradicionais, integrativas e complementares no contexto latinoamericano.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Saúde da família

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
97				

Nº Tese:	0097
Tema da Tese:	SAÚDE DA FAMÍLIA
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:38:48

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Aprofundar as discussões sobre a atuação profissional do psicólogo nos NASFs.
2. Acompanhar a implementação da política dos NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família garantindo que esse processo se efetue conforme preconizado pela portaria do Ministério da Saúde de 2008.
3. Discutir o papel do psicólogo nos Núcleos de Apoio a Saúde da Família para além da saúde mental, afirmando este profissional como um profissional da saúde coletiva.
4. Promover a inclusão do psicólogo no PSF - Programa de Saúde da Família.
5. Lutar contra a privatização do SUS
6. Lutar pela inclusão do psicólogo na Equipe da Saúde da Família garantida em lei
7. Lutar pelo redirecionamento na formação do psicólogo para atuação na atenção básica em saúde garantida em lei
8. Sensibilizar o controle social, gestores e trabalhadores de saúde e os acadêmicos para a importância da presença do psicólogo na Equipe da Saúde da Família
9. Criação de cargos com previsão de atuação específica para esses espaços.
10. Buscar a produção acadêmica que relatam as experiências profissionais da Psicologia na ESF - Estratégia de Saúde da Família/Residências;
11. Resgatar os indicativos do Ano da Saúde nos Sistema Conselhos.

Encaminhamentos:

- a. Que o produto dos debates seja remetido para o aperfeiçoamento da política pública referente a esta temática.
- b. Que o Sistema Conselho promova discussões regionalizadas sobre os NASFs.
- c. Que o Sistema Conselho crie referências para atuação do profissional psicólogo na área.
- d. Promover seminários estaduais e nacional visando discutir a implantação da política do NASF, assim como a atuação do psicólogo nas equipes;
- e. Garantir o acompanhamento da implantação da política nos município através dos representantes no controle social;
- f. Criar um GT Nacional garantindo a regionalidade dos representantes para acompanhar a implantação da política, das equipes e atuação da Psicologia.
- g. Promover debates sobre a inserção dos psicólogos nos NASF;
- h. Acompanhar a implantação das equipes do NASF para garantir a diversidade da atuação do psicólogo;
- i. Criar um GT Nacional garantindo a regionalidade dos representantes para acompanhar a implantação da política, das equipes e atuação da Psicologia.
- j. Elaborar plano com possibilidades de intervenção do psicólogo nesse contexto
- l. Sensibilizar outros profissionais do potencial de ajuda ao psicólogo ao PSF
- m. Tentar conquistar o apoio da população para essa proposta
- n. Fazer parcerias com Conselhos de Saúde e outros Conselhos de profissionais da saúde
- o. Gestão junto aos órgãos públicos e municípios para garantir as diretrizes acima

- p. Concurso público exigindo habilitação específica.
- q. Encaminhar proposição via CISM (Comissão Intersetorial de Saúde Mental) / CNS (Conselho Nacional de Saúde) de inclusão do profissional psicólogo na equipe da ESF;
- r. Mobilizar política junto ao Ministério da Saúde para inclusão do psicólogo no ESF;
- s. Estimular o debate sobre o fazer da Psicologia na APS - Atenção Primária da Saúde;
- t. Apresentar projeto de lei de inclusão do psicólogo na APS.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Saúde do trabalhador

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
98				

Nº Tese:	0098
Tema da Tese:	SAÚDE DO TRABALHADOR
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:11:14

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fazer eventos sobre o tema saúde e trabalho a fim de problematizar a questão;
2. Promover debates sobre a saúde do trabalhador, refletindo sobre a atuação do psicólogo e gerando referências para a sua atuação.
3. Abrir discussão com os profissionais da categoria para pensar a formação e as diretrizes curriculares para a formação do psicólogo, buscando aproximações entre teoria e práxis, visando uma atuação profissional que promova os direitos humanos.
4. Referências para a atuação do profissional na saúde do trabalhador.
5. Promover debates com órgãos públicos (MT - Ministério do Trabalho e Previdência Social) reforçando a contribuição da Psicologia em equipes do SESMET - Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho;
6. Articular com órgãos e entidades afins para mobilizar ações de fortalecimento da Psicologia Organizacional e do Trabalho- POT
7. Produção e divulgação de material - pelo Sistema Conselhos - que subsidie psicólogos para sua atuação profissional, considerando a realidade institucional ;
8. Parceria com a ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia para possibilitar uma formação mais direcionada a realidade existente
9. Promover discussões sobre as ações do Psicólogo no âmbito da saúde do trabalhador.
10. CRP estabelecer parcerias com as prefeituras para atualização dos psicólogos da rede pública.
11. Defesa do direito organização e condição de trabalho que preservem a saúde mental dos trabalhadores.
12. Acompanhar e contribuir com as discussões sobre O. P. e saúde do trabalhador realizadas pelo M. T. E - Ministério do Trabalho e Emprego;
13. Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova a ampla discussão e debate sobre o tempo dedicado ao trabalho, tanto do trabalhador psicólogo quanto dos demais trabalhadores, no sentido de atenção à saúde.
14. Que se amplie a construção de referências para a atuação dos psicólogos
15. Acolhimento dos assistidos (Policiais) e parceria que garante a qualidade de vida para ambos.
16. Ampliação de parcerias com o terceiro setor, ONGs, Estado, etc;
17. Inclusão no currículo a formação/disciplinar da temática saúde mental do trabalhador;
18. Promover a discussão interdisciplinar na compreensão dos modelos de organização no trabalho e nas relações de trabalho (direito, sociologia, fisioterapia, ergonomia, educação física, etc);
19. Formação continuada do psicólogo, que promova a educação emancipatória do trabalhador e garanta a defesa dos seus direitos: acolhida ao sofrimento psíquico, em casos de assédio moral, ações de agentes biológicos, ergonomia, etc;
20. Promoção de cursos a distância/semipresencial que possibilitem a educação continuada de profissionais que não têm acesso a instituições formadoras;
21. Estreitamento do diálogo e parceria do Sistema Conselhos e instituições de saúde;
22. Levantamento das necessidades de formação da categoria;
23. Promoção em parceria com IES - Instituições de Ensino Superior de estágios conjugados que promovam a interdisciplinaridade, exemplos: Psicologia e pedagogia no âmbito escolar, Psicologia e direito no âmbito jurídico.

24. Discussão e pesquisa sobre trabalhos realizados que sejam referentes a readaptação profissional.

Encaminhamentos:

- a. Reivindicar junto aos ministérios competentes a expansão do programa de capacitação para os profissionais dos Centros de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST).
- b. Apoiar o Laboratório de Psicometria da UnB na edição comercial e divulgação do Diagnóstico Integrado do Trabalho - DIT.
- c. O Sistema Conselhos e Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) realizarão encontros temáticos para construção de proposições a serem debatidas em nível federal e apresentadas como possibilidades de temas transversais nos cursos de formação de psicólogos.
- d. Discutir com outros conselhos e instâncias que definam a regulamentação das leis trabalhistas; Criação de um novo fórum para a discussão da saúde do trabalhador.
- e. Promover ações conjuntas com outras áreas do conhecimento, validando as contribuições dos profissionais da Psicologia Organizacional e do Trabalho-POT.
- f. Buscar ampliar a participação da Psicologia na formulação e execução das políticas públicas.
- g. Ampliar parceria com a ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia; Gestão junto ao DEPEN-Departamento Penitenciário Nacional para promoção de formação continuada dos psicólogos; Realizar parcerias com instituições relacionadas à saúde do trabalhador, com objetivo de garantir as condições de trabalho;
- h. Fortalecimento do CREPOP-Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas para mapeamento da situação dos profissionais e demandas existentes; Articulação do Sistema Conselhos junto ao Ministério da Justiça e Secretarias Estaduais com objetivo de legitimar o papel do psicólogo como membro da equipe multiprofissional de saúde.
- i. Mobilização de ações conjuntas do sistema Conselhos demonstrando a importância deste profissional nas equipes do Renast.
- j. Promover com órgãos públicos que apresentam uma interface com as políticas públicas norteadoras de Saúde do Trabalhador.
- l. CRP;
- m. Prefeituras (Sec.Saúde)
- n. Sistema Conselhos deveria organizar espaços para o debate e reflexão dos psicólogos sobre esse problema e colaborar para a orientação dos profissionais quanto às ações profissionais necessárias para contribuir para melhoria da situação.
- o. Acompanhar contato do MTE com ABOP e pautar o tema para pesquisa do CREPOP
- p. Envolver o Sindicato dos Psicólogos, a ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, o CREPOP-Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, a SBPOT-Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho e outras entidades tanto da Psicologia quanto externas para construir referências sobre a relação entre tempo dedicado ao trabalho e adoecimento do trabalhador.
- q. Como garantir esse modelo de atendimento?
- r. Qual a ação do Conselho? Garantir a visita periódica do Técnico em foco. (fiscalização)
- s. Solicitar concurso junto aos órgãos competentes para psicólogos, voltados para essa área. Delegacia Civil
- t. Participação de pautas públicas, proposituras de parcerias;
- u. Realização de eventos, congressos, simpósios, mesas redondas que possibilitem um diálogo com vários setores da sociedade;
- v. Participação em eventos acadêmicos fomentados pelas instituições de ensino, minimizando distâncias entre a formação acadêmica e o exercício profissional;
- x. Pesquisa identificando a necessidade, apontada pelo próprio psicólogo de cursos de formação para melhorias no exercício profissional;

- z. Estreitamento com Centro de Referência de Saúde no Trabalho (CEREST).
- aa. O Sistema Conselhos deve promover discussões com outras entidades sobre a readaptação profissional.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Saúde mental

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
99				

Nº Tese:	0099
Tema da Tese:	SAÚDE MENTAL
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:46:53

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Apoio igualitário a essas duas correntes do movimento, por terem elas expressão nacional.
2. Os conselhos analisarem o conteúdo programático dos cursos de formação em Psicologia propondo a inclusão do tema saúde mental e trabalho;
3. Sensibilizar a categoria para o tema e ações desenvolvidas na área.
4. O objetivo é debater e elaborar princípios de promoção saúde, qualidade vida e o fazer em Psicologia na saúde, utilizando novas práticas em Psicologia e para além desse o fortalecimento e propagação de espaços profissionais consoantes com momentos históricos e sociais do país.
5. Propor parcerias objetivando a capacitação profissional sistemática na área da saúde mental.
6. Promover uma prática profissional de cuidado pautada na responsabilização, no trabalho em equipe, projeto terapêutico individual e no matriciamento a atenção básica;
7. Estabelecer contato com grupos já existentes ou potencializar a criação de novos, que se utilizem da temática de ajuda e suporte mútuo (p.ex. ver obra de Eduardo Mourão Vasconcelos);
8. Ampliar discussão de saúde mental. Incluir todos os psicólogos que atuam na área independentemente se estejam vinculados aos serviços públicos ou privados de saúde mental;
9. Pautar questões de bioética relacionadas à atenção em saúde mental e participar dos Fóruns/Conselhos relativos à temática;
10. Posicionar-se quanto à criação/reconhecimento de espaços como os Centros de Convivência, como equipamentos para atenção em Saúde Mental;
11. Discutir o papel do psicólogo no campo da saúde mental em serviços comunitários como os Centros de Convivência;
12. Discutir a relação da Psicologia, o papel que o psicólogo pode desempenhar na proposição de práticas baseadas na Intersetorialidade;
13. Contribuir para consolidar e fortalecer a rede psicossocial e ampliar as ações de atenção à saúde mental nos níveis de promoção e prevenção do adoecimento psíquico;
14. Estimular a mudança da estratégia providenciária de punição das doenças;
15. Capacitação continuada dos profissionais psicólogos que integram essas equipes;
16. Promover a conscientização do poder público para suprir tais necessidades;
17. Promover debates acerca da saúde pública e os limites operacionais que impedem a materialização dos princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica;
18. Promover discussões, em parceria com a ABEP junto as instituições formadoras em Psicologia, para a atuação do psicólogo no SUS e na rede alternativa aos manicômios;
19. O Conselho da categoria faça fiscalização e tome as medidas cabíveis, em parceria com o controle social, em todos os níveis de representação, na garantia da efetividade da atenção em saúde desde a perspectiva do SUS e da Reforma Psiquiátrica;
20. Fomentar a criação de espaços para aprimoramento do processo de trabalho dos psicólogos na saúde pública, com o intuito de evitar a reprodução de modelos manicomial.

Encaminhamentos:

- a. Todo material gráfico produzido pelo Sistema Conselhos em prol da luta antimanicomial deverá vincular os dois nomes [Renila e MNLA], ou que apenas expressem o nome do Sistema Conselhos.
Apoio igualitário político e financeiramente aos encontros nacionais destes movimentos.

- Prestar contas sobre apoios prestado as políticas antimanicomiais;
- b. Trabalhar juntamente com a ABEP e CREPOP a graduação e categoria na apropriação das práticas e teorias a saúde mental e trabalho;
 - c. Em parceria com entidades afins ao tema incentivar capacitações profissionais e discussões primordiais de conceitos de promoção de saúde, qualidade de vida e Psicologia aplicada saúde;
 - d. Criar projetos e programas estruturados em consonância com políticas públicas, comunidade e momento da sociedade (copa do mundo, olimpíadas);
Produzir espaços de discussão (por exemplo, eventos, congressos, discussões on-line, revistas);
 - e. Garantir parcerias que viabilizem recursos para a capacitação permanente dentro da Política de valorização dos recursos humanos do SUS;
 - f. Articulação e formação de parcerias com Instituições formadoras para oferecer especialização, qualificação e aperfeiçoamento aos psicólogos da saúde mental;
 - g. Formação de parcerias com empresas privadas, da área de saúde, para financiamento da qualificação profissional na área;
 - h. Construindo referências técnicas para a prática do psicólogo na saúde mental (CREPOP);
 - i. Disseminando, entre os profissionais que trabalham com saúde mental, os esclarecimentos sobre o andamento das instalações de leitos psiquiátricos em hospitais gerais;
 - j. Promovendo o debate sobre o tema da humanização na saúde mental, observando os indicadores do PNH;
 - l. Propor uma resolução para inserir na pratica do CREPOP os espaços privados de atenção à saúde porque é direito de todos.
Inserção do psicólogo nas comunidades e residências terapeuticas;
 - m. Articular debates interdisciplinares com as Entidades da Psicologia e outras áreas relativos à Bioética e à saúde mental;
 - n. Produzir materiais de referência sobre as questões de vulnerabilidade e autonomia das pessoas com transtornos mentais, a internação involuntária e pesquisas científicas sobre sofrimento mental à luz dos princípios éticos da profissão e da garantia dos direitos humanos;
 - o. Deliberar sobre a representação do Sistema Conselhos em Fóruns/ Conselhos que discutam a temática da bioética e saúde mental;
 - p. Realizar uma pesquisa do CREPOP junto aos psicólogos que atuam em serviços comunitários, como os Centros de Convivência;
 - q. Empreender debates nas sub-sedes com o objetivo de discutir as estratégias de atenção em Saúde Mental e a Psicologia diante da necessidade de propostas pautadas na Intersectorialidade para efetivo cuidado a população com transtornos mentais;
 - r. O Sistema Conselho de Psicologia deve fomentar e difundir junto aos psicólogos, nos diversos espaços de discussão, as políticas públicas de saúde mental.
 - s. Encaminhar para o ministerio da sade setor publico de saude mental a revisao junto aos órgãos previdenciario.
 - t. Intermediação do Sistema Conselhos na promoção de capacitação dos profissionais
 - u. Criação de convenio entre universidades e instituições públicas que realizam o atendimento
 - v. Continuar promovendo eventos que contemplem o debate sobre políticas públicas de saúde, em especial a saúde mental, no sentido de romper definitivamente com a lógica manicomial ainda fortemente presente nas práticas de atendimento dos profissionais de saúde mental;
 - w. Divulgar e debater o diagnóstico realizado pelo CREPOP no que se refere a atenção básica a saúde/saúde mental no sentido de definir diretrizes e parâmetros de atuação dos psicólogos que atuam na rede de atendimento à saúde mental em consonância com o princípio da integralidade;
 - x. Participar ativamente dos processos de desinstitucionalização dos pacientes/residentes dos hospitais psiquiátricos;
 - y. Participar ativamente dos espaços de deliberações sobre a saúde pública, com destaque à saúde mental;
 - z. Fiscalizar as instituições psiquiátricas e atuação dos psicólogos que atuam nessas instituições e

corrigir as distorções de modelos que mantêm as violações dos direitos dos pacientes vivenciadas antes da reforma psiquiátrica;

aa. Considerando-se a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, acompanhar, monitorar, fiscalizar as práticas desenvolvidas em CAPSi, no sentido de rever práticas predominantemente medicamentosas;

ab. Junto com outros profissionais que atuam com saúde coletiva e saúde mental, avaliar os avanços e desafios trazidos pela Reforma Psiquiátrica no Brasil;

ac. O CRP junto ao controle social recorram aos conselheiros da categoria quando alguma questão que infrinja as normativas do SUS e da Reforma Psiquiátrica seja verificado;

ad. Proporcionar espaços de diálogo entre Conselho, centros de formação e profissionais/gestores da área de saúde com o intuito de romper com velhos modelos que emperram a completa implementação da reforma psiquiátrica;

ae. O Conselho estimular, em parceria com o Estado e Sociedade Civil, a criação de fóruns para discutir o apoio matricial, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família e demais programas e projetos que corroborem com o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Saúde suplementar

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
100				

Nº Tese:	0100
Tema da Tese:	SAÚDE SUPLEMENTAR
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:14:32

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fazer uma gestão junto a ANSS, no sentido de propor modificações na lei.
2. Manter espaços permanentes de discussão com a categoria sobre a saúde suplementar, visando a troca de experiências vividas nos diversos âmbitos e a construção de referências para a Psicologia na Saúde Suplementar
3. Manifestar a inadequação da pré-determinação do número de sessões, realizada pelas operadoras de saúde;
4. Negociar com a Agência Nacional de Saúde Suplementar o aumento do número de sessões ou a garantia de que o tratamento psicológico seja realizado sem número limite de sessões psicoterápicas.

Encaminhamentos:

- a. Rubrica para o mapeamento da quantidade de profissionais e levantamento de dados da realidade de trabalho.
- b. Regulamentação do serviço pelo Conselho Federal de Psicologia.
- c. Alteração da resolução ANS de forma que respeite a regulamentação desenvolvida pelo Conselho.
- d. Orientar e fiscalizar os convênios e órgãos que os fundamentam visando a implementação das condições básicas para o exercício profissional do psicólogo.
- e. Que o Sistema Conselhos incentive e promova eventos - fóruns, roda de conversa, seminário, palestra, etc. - para discussão da inserção, participação do Psicólogo na Saúde Suplementar e de temas pertinentes a esta temática
- f. Que o Sistema Conselhos negocie com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para que as auditorias contemplem as especificidades dos atendimentos da área psicológica, observando os aspectos éticos desta prática profissional.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Segurança pública

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
101				
102				
103				

Nº Tese:	0101
Tema da Tese:	SEGURANÇA PÚBLICA - Criação de referências e atuação do psicólogo na segurança pública
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:17:42

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Possibilitar maior conhecimento e esclarecimentos sobre as atividades de atuação do psicólogo na área da segurança pública e privada;
2. Promover a discussão sobre a inserção da Psicologia nas diversas áreas da Segurança Pública;
3. Promover debates sobre a atuação dos psicólogos na área, objetivando a criação de referências;
4. Mobilizar a categoria para discussão das práticas profissionais, dificuldades e desafios relacionados a atuação do psicólogo no contexto da segurança pública;
5. Promover o debate sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI);
6. Mapear as áreas de atuação e inserção dos psicólogos que atuam na segurança, detectando suas necessidades para tal;
7. Construir referências para a atuação do psicólogo no campo da segurança pública;
8. Formação continuada do psicólogo;
9. Promoção de cursos a distância/semipresencial que possibilitem a educação continuada de profissionais que não têm acesso a instituições formadoras.

Encaminhamentos:

- a. Fazer um trabalho de geoprocessamento, promovendo maior inserção do psicólogo no campo da segurança, propiciando a produção de conhecimentos;
- b. Propor um grupo de trabalho em parceria com o Sistema Conselhos para discussão da inserção do psicólogo na área da segurança pública e privada;
- c. Propiciar eventos, seminários, fóruns de debate para a discussão da temática;
- d. Realizar eventos regionais e um evento nacional para mobilização e discussão do tema. Construir e publicar referências técnicas relacionadas à prática profissional do psicólogo na segurança pública via ações do CREPOP.
- e. Realizar seminários regionais/nacionais para promover discussões sobre o tema e para mobilizar a categoria;
- f. Ampliação e divulgação através dos meios de comunicação, de comportamentos de risco e levantamento de perfis de violência;
- g. Divulgação também dos instrumentos metodológicos que promovem segurança.

Nº Tese:	0102
Tema da Tese:	SEGURANÇA PÚBLICA - Estratégia de qualificação do trabalho do psicólogo em segurança pública
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:09:09

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Ampliação de parcerias com o terceiro setor, ONGs, Estado, etc;
2. Estreitamento do diálogo e parceria do Sistema Conselhos e instituições de segurança pública.

Encaminhamentos:

- a. Participação de pautas públicas, proposituras de parcerias;
- b. Realização de eventos, congressos, simpósios, mesas redondas, que possibilitem um diálogo com vários setores da sociedade;
- c. Participação do Conselho nos planejamentos estratégicos de segurança pública.

Nº Tese:	0103
Tema da Tese:	SEGURANÇA PÚBLICA - Formação e Segurança Pública
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 13:50:13

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Inclusão no currículo da temática DIREITOS;
2. Promoção em parceria com IES de estágios conjugados que promovam a interdisciplinaridade, exemplos: Psicologia e pedagogia no âmbito escolar, Psicologia e direito no âmbito jurídico, psicologia e medicina no âmbito hospitalar, etc.

Encaminhamentos:

- a. Participação em eventos acadêmicos fomentados pelas instituições de ensino, minimizando distâncias entre a formação acadêmica e o exercício profissional;
- b. Pesquisa identificando a necessidade apontada pelo próprio psicólogo de cursos de formação para melhorias no exercício profissional.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Sistema prisional

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
104				
105				
106				
107				

Nº Tese:	0104
Tema da Tese:	SISTEMA PRISIONAL - Acompanhamento e discussão dos PLs relacionados ao sistema prisional e egressos
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:24:22

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Acompanhar e discutir os projetos de Lei relacionados ao sistema prisional;
2. Possibilitar o debate sobre o trabalho com egressos e sobre as penas alternativas com o poder público, sociedade civil, psicólogos e áreas afins, bem como sobre a Portaria nº1777, a Lei de Execução Penal e projetos de Reintegração social;
3. Discutir/encaminhar junto aos poderes competentes, a proposta de modificação da Lei de execução penal, incluindo no capítulo das "Assistências", a assistência psicológica;
4. Baseados em alguns princípios que têm norteado chamada Psicologia em interface com a Justiça, construir ferramentas de superação teorias psicológicas utilizadas, como universais, naturais e históricos, apoiados em critérios de "certo X errado", "bem X mal" e instituindo modelos de ser e de estar no mundo segundo padrões de normalidade produzidos como únicos e verdadeiros. Assim, tem sido legitimada não só a superioridade de um saber considerado e afirmado como objetivo e neutro, mas fundamentalmente a inferiorização, a desqualificação, o lugar da falta ocupado pelos chamados diferentes, anormais, criminosos, infratores; em suma, pelos "perigosos". Estes necessitam, por isso, de constante vigilância, monitoramento e tutela. Deste modo amplificar o debate dos Direitos Humanos e das ações contra a tortura.
5. CRP criar um capsí dentro do presídio para tratamento mais digno e adequado aos prisioneiros, com terapias individuais nos casos mais leves os mais graves e trabalho de grupo com os prisioneiros generalizados. Encaminhar as famílias dos presos para o capsí da sua região para terapia.
6. Atuar para a garantia de implementação e execução de políticas públicas e sociais de atenção àquele em cumprimento de pena e ao egresso do sistema penitenciário.
7. Avançar em direção a uma sociedade igualitária, plena em sua garantia de direitos e respeito à figura humana em qualquer condicionante. Assim, no processo de construção de enfrentamento destes desafios considerar a produção de políticas de atenção à saúde, de assistência, como garantia de trabalho dentro do cárcere e previdência.

Encaminhamentos:

- a. Atuar junto aos conselhos de direitos e de controle social para garantir os princípios constitucionais e orientar os profissionais psicólogos a atuarem dentro da observância com o código de ética e as diretrizes internacionais e no conhecimento ampliado das questões que permeiam sua prática. Criar e promover formas de diálogo com outros setores/profissionais para que haja garantia dos Direitos Humanos.
- b. Elaborar e aprovar resolução delimitando o trabalho do psicólogo no sistema prisional. Construir referências para esta área de atuação.
- c. Que o Sistema Conselhos tenha como pauta em suas discussões junto à categoria ações que privilegiem a intersetorialidade;
- d. Que o Sistema Conselhos, nas discussões e ações referentes ao sistema prisional, tenha como pauta o cumprimento da LEP-Lei de Execução Penal, propondo inclusive que se especifique nessa lei a assistência psicológica.
- e. Enfrentamento das extremas situações de dificuldades com a prisão e na maioria das vezes, produzindo a condição de abandono total, realizando: fiscalizações regulares com produção e divulgação de relatórios, promovendo eventos que pautem a garantia dos direitos humanos na prisão.
- f. Desenvolver ações em conjunto com os organismos ministeriais envolvidos neste assunto .
- g. Desenvolver ações no sentido de garantir os direitos humanos da população carcerária.

Nº Tese:	0105
Tema da Tese:	SISTEMA PRISIONAL - Qualificação do trabalho do Psicólogo no Sistema Prisional
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:28:08

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Reposicionar a pratica do psicólogo no sistema prisional saindo de uma ótica avaliativa e laudatória para uma pratica que inclua a participação e a construção coletiva.
2. Regulamentação da atuação do psicólogo que trabalha com a população carcerária.
3. Regulamentação da atuação do psicólogo junto às Comarcas dos municípios.
4. Inserir psicólogo nos presídios, apoiar o trabalho dos mesmos.
5. Fortalecer a identidade profissional.
6. Ampliar o olhar do psicólogo incluindo a compreensão dos processos de subjetivação presentes nas atividades dos profissionais envolvidos no sistema prisional.
7. Contribuir para a problematizacao do modelo prisional, inserindo uma atuação voltada aos agentes de segurança e demais funcionários.
8. Afirmar práticas voltadas para a promoção da cidadania, da saúde e dos direitos humanos das pessoas presas como referência para atuação do psicólogo no sistema penitenciário.
9. Eliminar práticas do psicólogo no Sistema Prisional que desrespeitem o Código de Ética Profissional.

Encaminhamentos:

- a. exclusão definitiva do exame criminológica e praticas laudatórias excludentes.
- b. Produzir discussão entre os profissionais da Psicologia a respeito do deslocamento de sua atuação.
- c. Ampliar debates sobre a problematizacao do modelo de privação de liberdade prevalente no Brasil.
- d. Elaborar e aprovar resolução delimitando o trabalho do psicólogo no sistema de atendimento a menores infratores. Construir referencias para esta area de atuação
- e. Desenvolver debate amplo sobre o tema de "judicialização da vida" permitindo avanço nas formas dos Conselhos e dos psicólogos lidarem com os conflitos e situações problema.
- f. Eventos preparatórios voltados para os profissionais que irão atuar nas instituições prisionais.
- g. Convidar para esta iniciativa outros Conselhos Profissionais e entidades interessadas no debate que tenham contribuições a dar.
- h. Fazer esse debate junto ao Legislativo e ao Judiciário, aproveitando situações presentes nesses âmbitos (discussão de projetos de lei, atuações junto ao Judiciário).
- i. Sistema Conselhos de Psicologia deverá ter uma ação integrada com o DEPEN/ Ministérios da Justiça, com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e órgãos da execução penal para garantir que os psicólogos não participem de práticas que desrespeitem o seu Código de Ética Profissional, como, por exemplo, das CTCs (Comissões Técnicas de Classificação) que avaliam supostas faltas disciplinares dos presos.
- j. O Sistema Conselhos de Psicologia, através de uma ação articulada entre suas Comissões de Ética (COE), de Orientação e Fiscalização (COF) e de Direitos Humanos (CDH), deverá realizar fiscalização das práticas e das condições de trabalho dos psicólogos no sistema prisional, com o objetivo de zelar pelo seu exercício profissional, tal como prevê o art.1º da Lei 5766/1971.
- k. O Conselho Federal de Psicologia deverá garantir, através de uma resolução, que os psicólogos não participem da CTC ou outros dispositivos similares, para emissão de pareceres, principalmente das que avaliam supostas faltas disciplinares cometidas pelos presos.
- l. O Conselho Federal de Psicologia deverá manter uma articulação permanente com os Ministérios da Saúde e da Justiça para garantir a implantação/implementação do Plano Nacional de Saúde no

Sistema Penitenciário (Portaria nº 1777/2003).

m. Manter a categoria informada através do site, do jornal e outros meio de comunicação dos desdobramentos decorrentes desta tese.

Nº Tese:	0106
Tema da Tese:	SISTEMA PRISIONAL - Resolução Específica - Exame Criminológico
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:09:18

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Produzir uma resolução específica para atuação profissional do psicólogo no Sistema Prisional, considerando as questões contraditórias apontadas acima.
2. Com o objetivo de construir referências políticas e técnicas para o efetivo trabalho do psicólogo no sistema prisional, construir discussões regionais que culminem em um grupo de trabalho sobre a atuação do psicólogo no Sistema Prisional e que depois sejam divulgados e publicados os resultados,;
3. Fortalecer a parceria com o DEPEN, as secretárias envolvidas e as entidades de controle social, promovendo o debate sobre o exame criminológico a fim de construir fundamentos e argumentos para que o exame criminológico seja extinto das avaliações de progressão de regime.
4. O Sistema Conselhos deve dar continuidade à campanha FALANDO SÉRIO sobre prisões, prevenção e segurança pública "Proposta do Conselho Federal de Psicologia para o enfrentamento da crise do sistema prisional". Especialmente neste momento em que no Parlamento Nacional existe forte pressão para o retorno do referido exame na forma da Lei.
5. Dar continuidade às estratégias para abolição do exame criminológico da prática do psicólogo no sistema prisional.
6. Afirmar práticas voltadas para a promoção da cidadania, da saúde e dos direitos humanos das pessoas presas, como referência para atuação do psicólogo no sistema penitenciário.
7. Reposicionar a prática do psicólogo no sistema prisional saindo de uma ótica avaliativa e laudatória para uma prática que inclua a participação e a construção coletiva.
8. Delimitar e separar as atribuições do psicólogo clínico, que faz acompanhamento psicológico, das atribuições do psicólogo perito avaliador.

Encaminhamentos:

- a. O Sistema Conselhos deve promover debates sobre atuação profissional do psicólogo no Sistema Prisional, com os psicólogos que atuam na área, visando a normatização do trabalho nas prisões.
- b. O Sistema Conselhos deve promover debates sobre o trabalho em instituições como as prisões, considerando suas peculiaridades.
- c. O CFP e o CRs deverão dar continuidade na organização de Grupos de Trabalho ou criar comissões com finalidade de aprofundar a discussão dessa temática e produzir orientações para ajudar na construção de referências para prática profissional. O CFP deverá acompanhar os projetos de lei no âmbito do legislativo que tratem da questão prisional e propor, através de audiências públicas ou emendas, alterações ou supressões para garantir o bom exercício da prática profissional.
- d. Dar visibilidade da Cartilha, buscar espaços na mídia para marcar a posição do Sistema Conselhos contra o retorno da obrigatoriedade do Exame (Parecer) Criminológico na legislação, continuar a orientação a categoria, realizar parcerias destacadamente com o Sistema Conselhos do Serviço Social e com a Defensoria Pública;
- e. Buscar articulação com a sociedade civil para ampliar o debate e, por conseguinte, favorecer a mudança de opinião e representação social em relação às questões do sistema prisional, tendo como foco a garantia de direitos fundamentais dos indivíduos encarcerados. Para isso, buscar parceria com Universidades, com entidades de Direitos Humanos, Conselhos de Comunidade, órgãos do Executivo, Legislativo, entre outros.
- f. Fomentar audiência pública no Congresso Nacional, para que o CFP e os demais atores envolvidos na luta pela abolição do exame criminológico possam tornar públicos, para a população em geral, os motivos desse posicionamento, com base nos vários documentos já produzidos.
- g. O Conselho Federal de Psicologia deverá manter uma articulação permanente com os Ministérios da Saúde e da Justiça para garantir a implantação/implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (Portaria nº 1777/2003).

- h. Manter a categoria informada através do site, do jornal e outros meio de comunicação dos desdobramentos decorrentes desta tese.
- i. Interlocução com o judiciário (Juízes, Psicólogos Gestores) quanto à pratica do profissional de Psicologia na área criminológica.
- j. Avaliação do instrumento do exame criminológico. Pautar a discussão com a categoria e a sociedade sobre a viabilidade do exame criminológico no Brasil.
- k. O Sistema Conselhos normatizar;
- l. Acompanhar o exercício profissional do psicólogo perito avaliador no sistema penal brasileiro;

Nº Tese:	0107
Tema da Tese:	SISTEMA PRISIONAL - Saúde mental, direitos sociais e reprodutivos da mulher encarcerada
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 14:45:00

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Recomende a formação de equipe multidisciplinar para a atuação em plantões policiais da Comarca para encaminhamento das questões de família e de assistência social.
2. Que o trabalho do psicólogo na equipe multidisciplinar possa garantir o acompanhamento/intervenção junto aos filhos.
3. Faça gestão no sentido de garantir o direito constitucional à amamentação pelo prazo mínimo de seis meses
4. Faça gestão no sentido de viabilizar o direito à condição feminina : vestuário, distribuição de material de higiene, etc.
5. Que o Sistema Conselhos atue junto aos mecanismos de monitoramento e derresponsabilização do Estado.
6. Apoiar a Defensoria Pública a partir do momento da prisão.
7. Recomendar aos CRPs o levantamento dos efeitos do aprisionamento da mulher e conseqüências para o seu núcleo familiar, entendendo que este é um ponto fundamental para o trabalho do psicólogo nesta área.

Encaminhamentos:

- a. O CFP deve apoiar a criação de um grupo técnico (especialistas) que reúnam a produção científica relevante nessa temática que contribua para construção de referências para os psicólogos.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Sistema Único de Assistência Social

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
108				
109				
110				

Nº Tese:	0108
Tema da Tese:	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Diálogos entre a Psicologia e Assistência Social
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:54:18

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Manter diálogo entre o Sistema Conselhos e o MEC
2. Promover seminários de atualização, troca experiências e trabalhos científicos.
3. Estabelecer espaços de discussão e reflexão no âmbito do Sistema Conselho sobre os fazeres na política de assistência social.
4. Garantia dos espaços de discussão da Política de Assistência Social no Sistema Conselhos.
5. Debater com o SUAS a atuação do Psicólogo no CRAS.
Inserir o psicólogo na legislação da equipe mínima dessa política.
6. Inserir o psicólogo na legislação da equipe mínima dessa política.
7. Que os Conselhos se unam para encaminhar a discussão nos níveis municipal/ estadual/federal.
8. Articular um canal entre as necessidades da sociedade e as possibilidades do serviço público, bem como a efetivação dessa política pública.

Encaminhamentos:

- a. Estimular convênios entre as faculdades de Psicologia e os serviços de atenção básica e especializado da política pública da assistência social para campo de estágios.
- b. O conselho deve fazer sugestões junto às secretarias municipais de assistência social para propor vínculos mais seguros.
- c. Junto ao sindicato, promover discussões sobre a precarização do vínculo na assistência social.
- d. Criar espaços para discussão e reflexão sobre o fazer da Psicologia na Assistência Social, através de encontros e seminários;
- e. Permanência de espaços de discussão da Assistência Social no Sistema Conselhos; ampliando a discussão com os Gestores para apoio a participação profissional.
- f. Garantir espaços permanentes de discussão da política da assistência social no Sistema Conselhos;
- g. Ampliar debate sobre a assistência e a seguridade social.
- h. Fazer gestão junto ao SUAS no sentido de inserir o profissional de Psicologia nas equipes mínimas do CRAS.
- i. Chamar os psicólogos para uma ampla discussão e encaminhamentos necessários para aprovação legal.
- j. Pesquisas
- l. Reuniões com psicólogos desse setor para fazer um levantamento do que está sendo feito e do que não se consegue fazer.
- m. Dar informações e visibilidade desse serviço à população, através de palestras, artigos, jornais, revistas, entrevistas, etc.

Nº Tese:	0109
Tema da Tese:	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Orientação, Qualificação e Atuação de Psicólogo no SUAS
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:50:39

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. O Sistema Conselhos deve investir numa maior orientação dos profissionais que trabalham no SUAS. Deve ainda haver um maior acompanhamento/ monitoramento das atividades dos profissionais que trabalham no SUAS, para garantir sua autonomia e garantir também que o saber privativo do psicólogo seja de fato posto em prática. Paralelo a isso, deve tentar garantir junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e às Secretarias Estaduais que haja efetivo cumprimento da legislação.
2. Garantir a permanência do profissional de Psicologia no CRAS.
3. Garantir condições de trabalho.
4. Viabilizar a melhor qualificação do profissional psicólogo para atuar no SUAS
5. Atualização profissional.
6. Parceria com ABEP promovendo debates sobre a formação.
7. Continuar o debate na construção de referências para atuação no NASF e CRAS.
8. Necessidade de intercâmbio entre os psicólogos;
9. Visibilidade das práticas da Psicologia.
10. Necessidade de discussão sobre a produção de documentos escritos pelo psicólogo no campo da assistência social.
11. Maiores debates entre categorias para elaboração de manuais de referências técnicas, com maior participação dos profissionais que atuam na área.
12. Efetivação de princípios de interdisciplinaridade e não hierarquização.
13. Divulgar a prática do psicólogo no SUAS junto a categoria, sociedade e gestores;
14. Aperfeiçoar o conhecimento técnico do psicólogo no SUAS;
15. Continuidade da política de publicações técnicas do CREPOP na área da AS.
16. Definição clara, por vias normativas, da atuação do psicólogo na assistência social;
17. Fiscalização do Conselho regularmente com as sanções necessárias;
18. Ações continuadas do Conselho.

Encaminhamentos:

- a. Promover fóruns de discussão para troca de experiências de profissionais que atuam em serviços destes setores, de forma regionalizada e descentralizada.
- b. Realizar o I Seminário Nacional sobre a inserção do Psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sobre o seu papel, partindo das contribuições da Psicologia e seu lugar nas políticas públicas e debatendo pesquisa realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP);
- c. Promover prêmio monográfico para profissionais e estudantes de Psicologia enfocando o tema, de modo a fortalecer a Psicologia na área da assistência e o intercâmbio entre o mundo acadêmico e o da prática profissional;
- d. Ampliar e garantir espaço de discussão junto ao MEC, visando a inserção de conteúdos mínimos (referente à política pública de assistência social) na grade curricular da formação.
- e. sistematizar os trabalhos publicados na área
- f. traduzir para linguagem mais acessível aos usuários as publicações científicas da área

- g. acompanhamento do cumprimento efetivo da legislação
- h. investir para uma caracterização
- i. Incentivar a participação das(os) psicólogas(os) nos conselhos municipais de assistência social, visando aumentar a fiscalização da contrapartida municipal.
- j. Conselhos Regionais promoverem de cursos de extensão e/ou pós graduação na área, direcionado à prática do psicólogo.
- k. Promova fóruns em conjunto com as entidades da Psicologia e da assistência social (SUAS).
- l. Adeque as resoluções de registros aos tipos de documentos que temos de produzir na Assistência Social.
- m. Promova eventos de mostra de prática em Psicologia na assistência social.
- n. Produção de material de suporte aos profissionais sobre a prática na Política de Assistência Social (Cartilha);
- o. Realizar novos eventos para debater a prática do psicólogo no NASF e CRAS, aprimorando cada vez mais o debate.
- p. Criação de outros espaços de discussão, como fóruns sistemáticos com a categoria de profissionais;
- q. Promover eventos, como Mostra de Práticas de Psicologia no campo da Assistência Social, contemplando todos os níveis da proteção;
- r. Dar publicidade aos trabalhos apresentados na Mostra;
- s. Promover gestões com a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e instituições de ensino superior e agentes formadores em relação à formação e a atualização de profissionais de Psicologia para atuarem na assistência social.
- t. Ampliar a divulgação dos documentos de referência construídos pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) sobre o tema.
- u. Promover o debate sobre as resoluções no Sistema Conselhos, no sentido de aprofundar acerca das especificidades da Psicologia no campo da assistência social.
- v. Criação de espaços descentralizados para encontros, seminários, fóruns, voltados para a temática.
- w. Articulação junto aos Gestores Municipais, Estaduais e Federais.
- y. Estabelecer parceria com o MDS, visando promover uma melhor qualificação do psicólogo na área;
- x. Estimular a participação dos profissionais nos fóruns multidisciplinares do SUAS;
- z. Participação dos psicólogos nas conferências da área da AS.
- aa. Articulação e discussão com os profissionais atuantes na área de assistência social;
- ab. Publicação de resoluções construídas com a participação dos profissionais em tela.
- ac. Realizar mobilização Nacional para a consolidação da atividade profissional na política de assistência social eliminando o processo de contratação por tempo determinado.
- ad. Incentivo e qualificação dos psicólogos para participar das discussões.
- ae. Criar espaços de qualificação com a ABEP para formar o psicólogo para esta função.

Nº Tese:	0110
Tema da Tese:	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Referências Técnicas para o SUAS
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:17:04

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Reunir os profissionais atuantes nessa área para juntos poderem traçar ou construir referências para essa atuação. distinção da função do do psicólogo e assistente social como também a substituição entre essa função e psicoterapia.
2. Definição do papel do psicólogo na assistência social.
3. Articulação dos GTs de Condições Relações de Trabalho dos CRPs e CFP com os Sindicatos e Federação na luta pela implementação e fortalecimento do SUAS;
4. Regulamentação de recursos financeiros para o SUAS incluindo a obrigatoriedade de realização de Concurso Público para os profissionais que atuam nos diferentes Programas para garantir a melhoria das condições e relações de trabalho dos profissionais do SUAS.
5. Normatizar o papel do psicólogo na assistência social, com base no Código de Ética do psicólogo, resoluções e lei de criação do SUAS, buscando uma identidade ao delimitar a fronteira nas atuações de psicólogos e assistentes sociais no SUAS.

Encaminhamentos:

- a. Rodas de conversa;
- b. Estudos, encontros, jornadas
- c. Fazer uma cartilha com maior especificades que dê referências a esse trabalho
- d. Elaboração de pesquisa nesse campo
- e. Manter espaços de discussão - fóruns, grupos de trabalho, seminários e parceiros afins - que colaborem com a construção da prática da Psicologia na assistência social.
- f. Os CRPs por meio de GTs Relações e Condições de Trabalho, desenvolverão ações em parceria com Sindicatos de Psicologia e de outras profissões que atuam no SUAS para exigir a regulamentação de recursos e concursos públicos para os recursos humanos.
- g. Realizar seminário e fóruns com psicólogos e assistentes sociais, destinado a discutir a interdisciplinaridade das respectivas áreas, com objetivos de refinar as referências encontradas atualmente no material disponibilizado pelo CREPOP sobre a atuação no SUAS.
- h. Elaborar o manual de referencias aos psicólogos que atuam no CRAS e gestores.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Sistema Único de Saúde – SUS

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
111				

Nº Tese:	0111
Tema da Tese:	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:52:41

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Articular-se para suprir a falta na formação e assim, "capacitar" a categoria para assumir o seu projeto de compromisso social na construção de condições dignas de vida para a população.
2. Ampliar a área de abrangência de atuação do psicólogo na saúde, como profissional especialista e membro atuante dentro de equipe multiprofissional.
3. Criar condições para que o psicólogo seja capacitado para desempenhar ações na área de saúde preventiva e, no acompanhamento, aceitação e convivência dos pacientes crônicos com suas patologias.
4. Divulgar referências técnicas básicas para a atuação do psicólogo no SUS.
5. Realizar fóruns de discussão sobre o Sistema SUS e sobre a importância e papel da equipe multidisciplinar na atenção à saúde.
6. Integrar e facilitar a organização de espaços que discutam as políticas públicas de saúde, buscando adequar a prática psicológica ao modelo SUS.
7. Realização de concursos públicos que exijam profissionais habilitados para atuar no SUS.
8. Melhor qualificação nas IES - Instituição de Ensino Superior para que os novos profissionais possam atender demandas em instituições públicas.
9. Melhor condição de trabalho para os psicólogos que atuam em instituições públicas, com local apropriado para atendimento, recursos materiais (móvel, testes psicológicos, etc.)
10. Programar os Editais de Concursos para contratação de Psicólogos voltados para atuação na Saúde Pública (cuidados com sujeitos) e não na Clínica e na Organização Obsoletos (cuidados com instituições) como vem acontecendo em Goiânia.
11. Estabelecer uma política estratégica de divulgação, através de meios de comunicação (Internet, jornais, revistas e outros meios), informando a população usuária e a outros profissionais, acerca da atuação dos psicólogos em diversas áreas da saúde visando criar uma imagem de reconhecimento e valorização desses profissionais.
12. Os conselhos podem também atuar sensibilizando os gestores do SUS para a atuação do psicólogo, bem como representando a categoria junto aos Ministérios.
13. Estabelecer parcerias com as instituições de ensino superior com a finalidade de promover uma formação continuada na área da saúde.
14. Incentivando os psicólogos que trabalham na área da saúde a participarem dos Conselhos estaduais e municipais de saúde.
15. Fomentar a criação de espaços para aprimoramento do processo de trabalho dos psicólogos na saúde pública, com o intuito de evitar a reprodução de modelos manicomial.
16. Fazer fóruns de discussão sobre o Sistema SUS e sobre a importância e papel da equipe multidisciplinar na atenção à saúde e do apoio matricial como novo dispositivo da política de saúde.
17. Possibilitar a criação de referências técnicas e éticas para a atuação do psicólogo em políticas públicas em saúde.
18. Proporcionar a qualificação da atuação da Psicologia em psicoterapia e a diferenciação da atuação exercida por outros profissionais.
19. Revisão das leis e portarias que regulamentam a saúde básica incluindo o profissional de Psicologia junto as equipes de saúde da família.
20. Fortalecimento da parceria com o legislativo para discussão e proposição de PL.
21. Produção de livro com textos esclarecedores em relação aos processos de medicalização.

22. Implementação do grupo interinstitucional com esta temática.

23. A estruturação da rede RENAST e criação de unidades de saúde de referência em saúde do trabalhador, CEREST's possibilitou a inserção desse profissional psicólogo junto à rede SUS. Cabe ao Sistema Conselhos de Psicologia a construção política desse espaço.

24. Dar visibilidade aos gestores da necessidade de ampliar o número de vagas para psicólogos na rede de atenção à saúde;

25. Contratar mais profissionais de Psi para o SUS;

26. Promover qualificação dos psicólogos existentes na rede.

Encaminhamentos:

s. Formar alianças com o Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para definição da linha de capacitação/aperfeiçoamento para a categoria, conforme foi realizado entre outros profissionais de outras categorias.

b. Apresentar aos psicólogos a política nacional de saúde e sua inserção nesta política para o melhoramento da qualidade dos serviços ofertados à população.

c. Ampliar parceria com a ABEP (Associação Brasileira de Ensino em Psicologia) para articular a inclusão do tema prevenção e promoção em saúde nas matérias existentes de forma transversal;

d. Estabelecer parcerias com Instituições e Sindicatos que ofereçam capacitação na área de educação preventiva em saúde e especializações em doenças crônicas e trabalhos de equipes multiprofissionais;

e. Promover debates e eventos no Conselho Regional de Psicologia (CRP) para os psicólogos e profissionais da saúde, visando troca de experiências e criação de mais espaços de atuação.

f. Intervenção do Sistema Conselhos, através ou/ em parceria com a ABEP e outras instituições, para que a formação em Psicologia contemple a atuação do psicólogo no SUS (Currículos mais voltados para a preparação do profissional com uma visão preventiva de atuação em saúde; Ampliar e intensificar, na formação acadêmica, atividades de extensão voltadas para o atendimento em saúde pública; propiciar supervisão aos atendimentos psicológicos realizados pelas equipes).

g. Implementar, divulgar e valorizar estratégias de qualificação do psicólogo no SUS através da parceria entre as regionais de saúde e o Conselho Regional de Psicologia.

h. Que os Conselhos articulem com as Secretarias de Saúde do Estado e do Município para garantir concursos públicos e adequação dos locais de trabalho do psicólogos, adequação tanto no espaço físico, como nos recursos necessários para o cumprimento da função com competência.

i. Conselhos e ABEP articularem com as IES para garantir uma melhor qualificação profissional, inserindo disciplinas relacionadas à atuação nas instituições públicas na ementa do curso de Psicologia.

j. Promover debates que contemple análises de políticas públicas de saúde e a atuação do psicólogo em rede de atendimento intersetorial;

k. Exigir a implementação de Políticas de Inserção da Psicologia na Saúde Pública de Goiânia em conformidade com diretrizes do SUS, favoráveis efetivamente com integração: usuários, de profissionais e de equipes.

l. Os conselhos de Psicologia devem estimular ações propositivas e debates entre os psicólogos e outras categorias profissionais que atuam na rede pública de saúde, segundo os princípios do SUS, visando integrá-los e favorecer o trabalho em equipe.

m. Como representante dessa categoria, os conselhos de Psicologia poderiam intensificar o intercâmbio com os diversos conselhos de outras profissões da área da saúde, no sentido de informar e sensibilizar sobre o papel do psicólogo na equipe de saúde, promovendo trocas de experiências e a união para uma atuação multidisciplinar eficaz.

n. Retomar o debate a respeito da decisão de o psicólogo não estar em todos os níveis de atenção.

o. Fazer parcerias, apoiar e/ou criar programas de formação continuada para os profissionais inseridos na rede SUS.

p. Parceria entre ABEP, CREPOP e FENPB para possibilitar a qualificação da atuação do psicólogo em políticas públicas em saúde para além do atendimento clínico e psicoterápico.

- q. Engajamento do CFP e dos CRPs em movimentos de pressão junto aos órgãos legislativos federais, a inclusão obrigatória do profissional de Psicologia.
- r. Divulgar na mídia em geral e nas publicações voltadas a categoria.
- s. Ampliar a divulgação para as escolas e os meios sociais dessas discussões.
- t. Através da ocupação de espaços de controle social construir junto à gestão da saúde coletiva e inserção/inclusão do psicólogo nas ações de rede RENAST e operacionalizadas, também pelos CEREST's.
- u. Propor a alteração de legislação previdenciária com relação à aceitação dos atestados psicológicos.
- v. Promover campanhas junto aos órgãos públicos, prefeituras para abertura de vagas para psicólogos;
- w. Formação de parcerias com Universidades para capacitação desses profissionais;
- x. Incrementar pesquisas junto ao CREPOP para verificar a carência de psicólogos na Rede;
- y. Fazer gestão junto ao Estado e Município do fazer da atuação profissional do psicólogo.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: Título de especialista

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
112				
113				
114				
115				
116				

Nº Tese:	0112
Tema da Tese:	TÍTULO DE ESPECIALISTA - Análise pra obtenção de títulos de especialistas por comprovação de vínculo voluntariado
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:33:21

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Rediscussão sobre critérios para obtenção de títulos de especialista por comprovação de vínculo ou voluntariado no sentido de emergência de adequação a resolução 03/2007 que instituição esteja isenta no CRP.

Encaminhamentos:

a. Criação de uma comissão " AD HOC" para estudos e propor alterações ou acréscimo na resolução vigente inserindo a exigência da inserção da instituição ao CRP.

Nº Tese:	0113
Tema da Tese:	TÍTULO DE ESPECIALISTA - Aperfeiçoamento e divulgação do Título de Especialista
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 11:09:44

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Aprimoramento de ações relativas ao título de especialista.
2. Que o Sistema Conselhos divulgue amplamente aos psicólogos o resultado da pesquisa e os discuta.
3. Que o Sistema Conselhos realize monitoramento e avaliações permanentes sobre o Título de Especialista.
4. Estabelecer equidade do reconhecimento da prática profissional e o estudo acadêmico.
5. Como ocorre com as comissões permanentes do Sistema Conselhos (CDH, COE e COF) deveria ser instituído comissões permanentes sobre cada uma das especialidades reconhecidas para que as mesmas não dependessem dos interesses da gestão e para que pudessem sempre encontrar espaço para discussão das questões de cada área.
6. Divulgação dos parâmetros nas instituições de pós-graduação quanto ao registro no Conselho Regional para que o curso requeira o credenciamento, e aos profissionais para que optem pelas instituições que dão respaldo ao requerimento ao título do especialista.
7. Articulação com ABEP.
8. Qualificação profissional e reconhecimento do título.
9. Oferecer a prova nos CRs e até nos Setoriais, pois se faz necessária a descentralização da prova de Título.
10. Usar a bibliografia específica para o psicólogo e de acesso a todos.

Encaminhamentos:

- a. Esclarecer e divulgar aos profissionais e graduandos, as áreas de especialidade da Psicologia;
- b. Padronizar as informações sobre o título de especialista na entrega da Carteira de Identidade Profissional (CIP);
- c. Promover a divulgação da pesquisa realizada e realizar novas pesquisas que aprimorem a pesquisa nacional realizada em 2009.
- d. Realizar oficinas com conselheiros e comissões gestoras para apresentar e discutir os resultados da pesquisa. A partir destas oficinas deliberar sobre a divulgação da pesquisa para todos os psicólogos.
- e. Articulação com as instâncias competentes para o reconhecimento legal da prática profissional através do título de especialista.
- f. Que o Sistema Conselhos crie comissões permanentes de cada uma das especialidades da Psicologia.
- g. Emitir documentos com a listagem das atuais instituições credenciadas ao Conselho Regional.
- h. Divulgação através de folder, cartazes, ofícios.
- i. Sensibilizar os profissionais a buscarem as instituições credenciadas.
- j. Fazer gestão junto ao MEC para reconhecer o título de especialista do psicólogo concedido pelo CFP.
- k. Manutenção e implementação de novas áreas de especialidades.
- l. Que o Conselho Federal junto com os Conselhos Regionais possam programar e viabilizar a aplicação das provas para Título em cada Sede e respectivos Escritórios Setoriais.
- m. Colocar bibliografia específica do psicólogo no edital da prova bem como estudos no site do CRP.

Nº Tese:	0114
Tema da Tese:	TÍTULO DE ESPECIALISTA - Extinção do Título de Especialista
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:37:28

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Enfrentar a lógica dos especialismos; afirmando, de acordo com a lei 4119/62, a profissão de psicólogo como generalista.
2. A partir da compreensão, fundada na legislação maior que rege as atividades profissionais dos psicólogos; bem como das atribuições do Sistema Conselhos de Psicologia, considero que não mais deveria o Sistema Conselhos de Psicologia emitir títulos de especialista, apenas proceder ao registro dos títulos emitidos pela academia, conforme determina a lei.

Encaminhamentos:

- a. Que a concessão do título de especialista seja eliminada do Sistema Conselhos, afirmando a profissão como generalista. que somente as instituições de ensino possam produzir especialistas, como um título acadêmico (e não profissional).
- b. Que o Sistema Conselhos de Psicologia não mais proceda ao reconhecimento de instituições para emissão de títulos de especialista, nem mesmo realize provas para a concessão de títulos, restringindo-se aquilo que a lei lhe confere, ou seja, apenas proceda ao registro dos títulos que a academia emitir.

Nº Tese:	0115
Tema da Tese:	TÍTULO DE ESPECIALISTA - Extinção do Título por prova
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:39:16

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Extinção das provas para especialista, concedido pelo Conselho Federal. Fomento para a realização da especialização através de cursos reconhecidos pelo CFP e pelas legislações de âmbito educacional.

Encaminhamentos:

a. O Conselho Federal delibera que o título de especialista não será mais outorgado através de prova específica.

Nº Tese:	0116
Tema da Tese:	TÍTULO DE ESPECIALISTA - Reconhecimento do Título de Especialista para cursos de Especialista de 360h reconhecidos pelo MEC
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 10:51:39

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Extinguir a exigência de credenciamento dos cursos de especialização junto ao CFP para a concessão do título de especialista.
2. Reconhecer os cursos de especialização e Pós-Graduação lato-sensu credenciados pelo MEC para a concessão do título de especialista.
3. Promover um diálogo com o MEC e outras instituições do poder público para reconhecimento e validação do título de especialista em Psicologia organizacional e do trabalho para fins de classificação em concurso público e progressão de carreira.
4. Mobilizar esforços para incentivar a criação de novos cursos de especialização e de vagas de residência para psicólogos/as em regiões onde existam pelo menos um curso de graduação na área, de preferência, fora dos grandes centros.

Encaminhamentos:

- a. Promover junto a ABEP estratégias de incentivo a cursos de pós-graduação para que os mesmos sejam credenciados ao CFP.
- b. Alteração do Art. 4º, Cap. III da Resolução nº 02/01, acrescentando que o título de especialista poderá ser obtido por meio de cursos de especialização ou pós-graduação lato-sensu devidamente registrados pelo MEC;
- c. Revogação dos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do Art. 4º, Cap. III da Resolução nº 02/01.
- d. Analisar os cursos de especialização em política organizacional e do trabalho e de outras áreas oferecidos pelas faculdades para reconhecimento como referência para o título de especialista em consonância com as entidades representativas da área.
- e. O Conselho, em parceria com a ABEP, deve fazer gestões junto ao MEC e IES para estimular a criação de novos cursos de especialização fora dos grandes centros, em lugares em que possuam pelo menos um curso de graduação em Psicologia, de preferência, dentro das normas da Resolução.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

Tema: **Violência**

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
117				
118				

Nº Tese:	0117
Tema da Tese:	VIOLÊNCIA - Atuação do profissional de Psicologia em situações de violação de direitos
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 13:56:59

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Articulação de psicólogos nas redes públicas (estatais ou não) para publicizar a discussão da violência de Estado e das políticas de segurança pública vigentes hoje. Promover práticas que priorizem o acompanhamento e potencialização de pessoas atingidas por violência e não sua mera vitimização;
2. Capacitação de psicólogos para atuar na área da violência;
3. Criação de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional através do CREPOP como forma de instrumentalizar um novo fazer em favor de uma Psicologia comprometida com a promoção de direitos.

Encaminhamentos:

- a. Constituição de um Grupo de Trabalho centrado na área da violência;
- b. Construção de referências para o trabalho do psicólogo que atua na área da violência;
- c. Fomentar a criação de cursos de extensão na área da violência;
- d. Que o Sistema Conselhos promova espaços de debate e visibilidade acerca do papel do psicólogo nessa problemática;
- e. Que o Sistemas Conselhos realizem amplo debate com a categoria profissional e junto a ABEP, no sentido de contribuir de forma mais adequada com a formação e atuação profissional;

Nº Tese:	0118
Tema da Tese:	VIOLÊNCIA - Fortalecimento da Lei Maria da Penha
Eixo:	Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
Cadastr. em:	27/03/10 - 12:29:03

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Construção de referências práticas para atuação do psicólogo na Lei Maria da Penha;
2. Fortalecer e exigir a execução dos princípios revelados pela Lei Maria da Penha;
3. Dar visibilidade ao que consta na Lei Maria da Penha sobre a "criação e promoção de centros de educação e reabilitação para os agressores" (art. 35, inciso V), como possibilidade de acesso e de inclusão aos homens em situação de violência doméstica e familiar, a fim de contribuir na instituição de políticas públicas no atendimento aos homens. Pensamos na urgência e na necessidade de ampliações do cuidado integral, para a promoção de mudanças na sociedade nos comportamentos violentos e para que o comparecimento do "agressor" nos referidos centros e programas extrapole a questão meramente punitiva e "corretiva".

Encaminhamentos:

- a. Promover eventos para debater a atuação profissional na Lei Maria da Penha;
- b. Articular junto ao CREPOP a realização de pesquisas sobre atuação destes profissionais;
- c. Publicar referências para a consulta pública na definição da prática;
- d. Elaborar previsão orçamentária e exigir investimentos voltados para a área da violência doméstica e familiar;
- e. Promover Grupos de Trabalho sobre a temática, com objetivos de desnaturalização e problematização;
- f. Promover debates entre os diversos serviços públicos das esferas municipais, estaduais e federais, bem como àqueles comprometidos com a promoção de vida e de direitos humanos, sobre a especificidade e os objetivos desses centros: Que tipo de tratamento é este? Quais profissionais para atendê-los? Quais serviços: Saúde? Educação? Segurança Pública? Políticas transversais? Tais discussões são necessárias de serem feitas porque na Lei não fica claro de quem seria esta responsabilidade, além do tipo de serviço destinado aos homens.
- g. Dar visibilidade a esta discussão, ao apontar para esta realidade, através de divulgação nos meios de comunicação do CRP;
- h. Intermediar e apontar para a necessidade da inclusão, nos currículos escolares, da temática, sobre a violência doméstica e familiar.

VII Congresso nacional da psicologia

**Psicologia e compromisso com
a promoção de direitos:
um projeto ético-político para a
profissão**

Teses

Eixo III: Diálogo com a sociedade e com o Estado



**Conselho
Federal de
Psicologia**
**Conselhos
Regionais de
Psicologia**

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Diálogo com a sociedade e com o Estado

Tema: Diálogo com a categoria

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
119				
120				
121				

Nº Tese:	0119
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM A CATEGORIA - Articulação e Diálogo com a categoria sobre novos temas
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:39:45

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Criação de espaços de debate sobre "veganismo" que significa a abstenção total de produtos que impliquem em exploração de animais;
2. Estimular escolhas éticas, ecologicamente corretas e socialmente mais justas no campo da alimentação;
3. Divulgar informações gerais sobre os impactos da dieta centrada em produtos de origem animal, da monocultura e do uso de agrotóxicos;
4. Incentivar debate e pesquisa sobre segurança alimentar, ética na alimentação, comportamento alimentar, agroecologia e sustentabilidade;
5. Fomento a participação do profissional de Psicologia na defesa dos direitos dos animais através da pesquisa e da intervenção;
6. Incentivar o trabalho interdisciplinar;
7. Propiciar espaço nos Regionais e Federal para discussão do tema;
8. Fazer com que os psicólogos conheçam e cumpram as recomendações oficiais tanto no trabalho em consultório, como em instituições e na sociedade;
9. Discutir ampla e profundamente a questão da medicalização e suas implicações;
10. Levando em conta a necessidade de se enfrentar a urgência da crise ambiental, o Sistema Conselhos deve reconhecer e promover essa área da Psicologia, como uma forma de fortalecer a contribuição da Psicologia para os esforços de trabalhar as relações pessoa-ambiente no Brasil. O CFP deve fomentar o reconhecimento dessa área a nível nacional, através da realização de um seminário nacional à semelhança do seminário sobre Emergências e Desastres, de 2007, e o seminário sobre Psicologia Crítica do Trabalho, em 2009, para congregar profissionais, pesquisadores e entidades que compartilhem essa proposta de trabalho da Psicologia Ambiental. A partir desse seminário, deve ser montado um documento que corresponda ao que foi apresentado e discutido, para aumentar a divulgação e circulação do tema;
11. Pensar na construção de Políticas Públicas dirigidas aos povos indígenas que atendam às especificidades regionais;
12. O sistema conselho de Psicologia deve encampar e capitanear conjuntamente com as outras áreas do conhecimento, a EcoPsicologia, ato que nenhum órgão de classe assumiu publicamente, nesse nível, a defesa de tão importante tema para a humanidade, e ainda, que o referido Sistema têm acatado os grandes temas de interesse público, buscando ampliar a consciência de cidadania do nosso povo, que o leva a assumir a posição de enfrentamento;
13. Regular atuação do/a psicólogo/a voluntário/a (ou não) no campo da cooperação internacional, assim como estabelecer diálogos e parcerias para que essa atuação seja efetiva;
14. Apoio às atividades coletivas (Feiras, Bazares, Seminários, Congressos e Eventos) voltadas ao empreendedorismo popular, a inserção no trabalho e ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários;
15. Desenvolvimento de atividades formativas sobre cooperativismo social e economia solidária;
16. Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas a potencialização do empreendedorismo popular e a economia solidária;
17. Promoção de prêmios e concursos para a promoção de atividades de inserção no trabalho de populações em situação de vulnerabilidade social;
18. Fomentar um espaço de discussão no Sistema Conselhos e junto à sociedade, com relação à atuação do Psicólogo nas situações de emergências e desastres;
19. Considerar as reuniões representativas de políticas públicas no âmbito municipal e estadual, como meio de inserção nas ações de atendimento às demandas de emergências e desastres;

20. Sugerir encaminhamentos educativos diante de situações de comoção social ante as demandas de emergências e desastres;
21. Combate ao especismo, antropocentrismo e violência contra animais não humanos visando o aprimoramento ético, político e científico da categoria profissional;

Encaminhamentos:

- a. Produzir campanha educativa e publicitária sobre ética e comportamento alimentar;
- b. Oferecer alimentos vegetais, de preferência orgânicos e de produção local nos coffee breaks de eventos, promovidos pelo Sistema Conselhos;
- c. Debater as opções e escolhas alimentares em comissões, plenárias e eventos promovidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia;
- d. Propor realização de evento multiprofissional e interdisciplinar, em parceria com outras categorias profissionais, para intercâmbio de informações sobre comportamento alimentar, meio ambiente e ética;
- e. Usar da mídia e publicações do Sistema Conselhos para transmitir aos psicólogos o conhecimento e importância do tema;
- f. Incentivar a participação de psicólogos nos Comitês de Ética em Pesquisa, Comitês de Ética no Uso de Animais, Comitês de Bioética e afins;
- g. Organizar eventos sobre o tema, juntamente com outras categorias profissionais, bem como ser parceiro em eventos promovidos, envolvendo tal temática;
- h. Incentivar a criação de fóruns, grupos de discussão e afins em todo o Sistema Conselhos;
- i. Incrementar a relação com outras categorias profissionais com vistas a um aumento do pensar e agir interdisciplinarmente;
- j. Via resolução federal (CFP) e se integrando em movimentos de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno (como a SMAM, por exemplo - a Semana Mundial de Amamentação);
- k. Manter os profissionais conscientes de suas ações no sentido de evitar as soluções imediatas, medicalizantes sobre problemas de determinação múltipla;
- l. Discutir com os profissionais a multideterminação no processo saúde-doença;
- m. Promover a compreensão multidisciplinar de problemas do cotidiano;
- n. Realização pelo Sistema Conselhos de um Seminário Nacional de Psicologia Ambiental;
- o. Elaboração de um documento a partir do evento;
- p. Estimular a criação de GTs sobre o tema nos CRPs;
- q. Tornar o Sistema Conselhos o mais livre possível de produtos de exploração animal;
- r. Elaboração de um documento a partir do evento;
- s. Estimular a criação de GTs sobre o tema nos CRPs;
- t. Realização da pesquisa do CREPOP sobre a atuação dos psicólogos e psicólogas junto aos direitos sociais dos povos indígenas;
- u. Realização de Seminários e Fóruns de discussão sobre os direitos sociais dos povos indígenas, onde os índios possam levar a sua mensagem;
- v. Que o CNP delibere para o sistema Conselhos de Psicologia:
A elaboração de um projeto coletivo, permanente, sobre o tema EcoPsicologia, contendo diferentes etapas.
1ª etapa: A formação de um GT nacional; A realização de seminários regionais/nacional, focalizando a EcoPsicologia, objetivando causar grande impacto nas comunidades; Que o CREPOP participe de todas etapas do projeto, coletando dados nos municípios, relativos aos programas ambientais sadios e alienados existentes, e elabore referências e sugestões de metas.
2ª etapa: elaboração de vários projetos específicos a serem efetivados a médio e longo prazos, tal como, por exemplo: projeto de construção de hotel-escola onde os hóspedes usufruam e aprendam várias técnicas sadias e, conscientemente comprometam-se a buscarem individual e coletivamente contribuir com as soluções dos problemas ecológicos. Hotel-escola semelhante a existente na Escócia-UK, que se auto-sustenta e cuja reserva se efetiva com meses de antecedência Projeto envolvendo participação de órgãos privados nacionais e internacionais e

governamentais, nos três níveis de poder;

x. Estabelecer diálogos e parcerias com entidades e organizações internacionais e nacionais que pautam e propõem ações da Psicologia no âmbito da cooperação internacional, tais como Psicólogos/as sem fronteira, Unicef, Médicos sem fronteira, dentre outras;

z. Estimular a participação dos/as psicólogos/as em ações de cooperação internacional, seja através de iniciativas já existentes, seja através da criação de novas estratégias;

aa. Para alcançar a(s) diretriz(es) os conselhos deverão realizar as seguintes ações:

Desenvolver parcerias para: Desenvolver materiais informativos e formativos sobre inserção no trabalho, cooperativismo social e economia solidária; Apoiar eventos, seminários, Feiras de Economia Solidária;

Desenvolvimento de um Concurso voltado a premiar iniciativas inovadoras de inserção no trabalho de populações em situação de vulnerabilidade social; Sensibilização dos poderes legislativos e executivos para o desenvolvimento de políticas públicas de apoio e fomento ao empreendedorismo popular e economia solidária;

ab. Levar a discussão do tema junto aos Coordenadores de curso universitário, aos membros da ABEP e às reuniões de plenária do Sistema conselhos, com relação à prática da solidariedade pelo Psicólogo nas demandas e emergências e desastres;

ac. Elaborar e apresentar para discussão no Sistema Conselhos, formas de orientação profissional aos Psicólogos que atuem ou pretendam atuar nesta área;

ad. Promover campanhas educacionais e capacitadoras em eventos à sociedade, tais como: palestra sobre solidariedade, comoção social e cidadania; disseminação da temática através da internet, revistas, folders, cartazes e vídeos;

ae. Promover eventos de fortalecimento do respeito a todos os seres, tais como palestras, seminários, treinamentos e mostra de vídeos;

af. Desenvolver campanhas permanentes e materiais educativos sobre Psicologia Animal, Ética Animal e temas correlatos;

ag. Rever e atualizar o Código de Ética do Psicólogo com o intuito de contemplar, de maneira específica, a proteção animal;

ah. estimular a substituição do uso de animais não humanos no ensino, pesquisa e intervenção;

Nº Tese:	0120
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM A CATEGORIA - Diálogo para mobilização da categoria dos psicólogos
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:50:07

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. A categoria dos psicólogos não apresenta uma coesão, faltando maior envolvimento do Sistema Conselhos;
2. Incentivar a divulgação de trocas de diferentes experiências das diversas áreas de atuação de psicólogo;
3. Promover a politização da categoria profissional por meio do incentivo para participação dos psicólogos nos espaços de discussão como conselhos, fóruns, reuniões, etc e eleger prioridades para esta participação. Organizar as diretrizes para esta atuação;
4. Que o profissional esteja afinado com o compromisso social da profissão e participativo com os eventos de sua categoria;
5. Refletir sobre temas que irão influenciar na atividade profissional;
6. Propiciar a participação ativa dos profissionais;
7. Propiciar a participação política ativa dos psicólogos nos Pré Congressos e Congressos Regionais;
8. Divulgar em âmbito nacional a atuação social do psicólogo, fazendo-se presente e buscando representação na política Brasileira;
9. Recrutar acadêmicos com visão político - social para que estes colaborem com projetos de extensão e pesquisa na área do fazer/atuar do psicólogo, suas condições de trabalho e novas formas de atuação;
10. Subsidiar de forma técnica e fiscalizar os espaços de atuação profissional;
11. Criar grupos de estudos ou Fórum de entidades sobre o tema dos anos temáticos;
12. Dar continuidade as discussões levantadas durante os "Anos temáticos";
13. Divulgar para categoria datas, locais dos encontros relacionados aos temas dos "Anos Temáticos";
14. Fortalecer a presença do Sistema Conselhos e dos profissionais Psicólogos nos espaços atuais de debate e deliberações sobre as questões de Saúde Suplementar no País;
15. Aproximar e facilitar o engajamento dos Psicólogos no debate sobre Saúde Suplementar, oferecendo espaços para debate nutridos por informações atuais, consolidadas e relevantes sobre o quadro atual da questão;
16. Promover eventos (debates, seminários e etc) de modo a garantir a discussão ampla acerca do trabalho do psicólogo neste campo incluindo os Conselhos Regionais e os Sindicatos de classe. Fomentar a troca de experiências entre os psicólogos credenciados nos planos de saúde nos Conselhos Regionais e Federal visando a qualificação técnica;
17. Que os /as profissionais de Psicologia entendam, com mais profundidade, as questões atuais referentes ao racismo e ao efeito negativo sobre as pessoas;
18. Promover Debates sobre o documento proposto de revisão do DSM IV;
19. Garantia da atuação do CREPOP;
20. Criação de estratégias de visualização na mídia sobre as diferentes práticas da Psicologia nas políticas públicas;
21. Organização de eventos micro-regionais envolvendo grupos de profissionais e usuários das políticas públicas;
22. Apoio e orientação dos conselhos regionais e federal;
23. Promover espaços de encontros entre os profissionais que atuam na região a partir da

articulação do Conselheiro regional e dos delegados eleitos;

24. Construir e efetivar práticas de Psicologia que estejam de acordo com as políticas sociais, visando o efetivo diálogo com a sociedade e o Estado;

Encaminhamentos:

- a. O Sistema Conselhos deve fomentar a categoria por meio de comissões itinerantes com reuniões periódicas com divulgação de um cronograma prévio;
- b. Promoção de encontros entre profissionais de Psicologia e áreas afins para debates relativos a prática psicológica com finalidade de gerar ações que promovam o fortalecimento da Psicologia e outros campos do saber e de práticas e também a promoção de abertura de novos campos de trabalho;
- c. Promover e incentivar a participação dos psicólogos nas questões referentes a atuação nos espaços de discussão;
- d. CREPOP proporcionar capacitação dos psicólogos para o controle social;
- e. Regionais, com apoio do CFP, promover eventos para a categoria, incluindo também estudantes a partir da fase de estágio, de modo a assegurar envolvimento dos profissionais;
- f. Mobilizar acadêmicos de Psicologia e a classe dos profissionais de Psicologia para um verdadeiro engajamento político. Para tal fim a metodologia seria encontros, seminários, divulgação na mídia;
- g. Desenvolver estratégias nos Regionais para estimular a participação dos profissionais residentes no local da realização dos eventos regionais;
- h. Que o Sistemas Conselhos convoquem os delegados que foram nos encontros regionais, Estadual e Nacional, auxiliando no apoio logístico na criação de Fóruns ou grupos incentivando a divulgação dos trabalhos realizados pelos participantes deste grupos;
- i. Articular para adequar as diretrizes dos currículos dos cursos de Psicologia;
- j. Estabelecer parcerias com órgãos governamentais e outros conselhos profissionais;
- k. Mobilizar a categoria profissional e os usuários na formação de grupos de trabalho para discutir as políticas públicas;
- l. Fazer uma campanha nacional de mobilização e sensibilização para que a categoria se organize em coletivos;
- m. Avaliação da inserção do Psicólogo nos espaços atuais de debate e reflexão sobre questões relativas a Saúde Suplementar;
- n. Fortalecimento da participação da categoria dos Psicólogos e do Sistema Conselhos nos espaços de debate sobre Saúde Suplementar existentes atualmente;
- o. O Conselho Federal deve informar com regularidade os Conselhos Regionais sobre todas as ações referentes a Agência Nacional da Saúde e quaisquer outras informações relevantes para a Saúde Suplementar;
- p. Criação de GT's (Grupos de Trabalho) focados na temática Saúde Suplementar em cada Regional;
- q. Os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia devem planejar e executar dentro de suas instituições, debates e reflexões com a categoria e dar continuidade as ações lá propostas e defendidas;
- r. Ampliar o debate para toda sociedade, principalmente usuários, sindicatos de trabalhadores, empresas que contratam os serviços das operadoras, sociedades organizadas de Pacientes, entidades de defesa do consumidor, direitos humanos e de direito civil;
- s. Que o CFP mantenha espaços permanentes de discussão com a categoria para troca de experiências e construção de referências para suas práticas considerando a presença de todas as entidades envolvidas no campo da Saúde Suplementar;
- t. Que o Sistema Conselhos promova debates acerca deste documento em âmbito Nacional;
- u. Realização de Seminários voltados para a temática das questões raciais;
- v. Pesquisa do CREPOP com psicólogos/as que atuam com Políticas Públicas promotoras de

igualdade social;

x. Estabelecimento de parcerias com outros órgãos e instituições para discutir a temática e promover ações conjuntas;

Nº Tese:	0121
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM A CATEGORIA - O compromisso da Psicologia com as mudanças sociais
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:05:27

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover espaços de reflexão E conscientização para que a sociedade se reconheça como implicada nos processos de violência, responsabilizando-se pelo compromisso de mudança social;
2. Fomentar as reflexões acerca da necessidade de se implantar / implementar serviços de atendimento aos autores de violências sexuais, considerando tratar-se de ação que potencializa o rompimento dos ciclos de violência;
3. Levar essa discussão para entidades parceiras;
4. Apontar como um dos temas a ser abordado pelo Sistema Conselho;
5. Promover debates nos CRPs sobre o tema;
6. Reunir, em evento específico, profissionais de Psicologia que atuam em programas de assistência às mulheres vítimas de violência e interrupção voluntária da gravidez legal no País para refletir sobre o papel da/o psicóloga/o na garantia desse direito;
7. Incentivar a elaboração de artigos sobre o impacto da clandestinidade e da criminalização das mulheres que praticam interrupção voluntária da gravidez na sua subjetividade;
8. Desconstruir a idéia de trauma psicológico nas mulheres, condicionado à experiência da interrupção voluntária da gravidez;
9. Garantir através do diálogo com os órgãos do Estado e a sociedade civil organizada a participação do/a profissional da Psicologia em programas de assistência e acompanhamento à mulher;
10. Mobilizar a categoria para discussão do tema no posicionamento representativo dos conselhos;

Encaminhamentos:

- a. Promover e/ou apoiar eventos, fóruns de debate, palestras e campanhas e promover debates e/ou seminários em que sejam abordados temas afins ao enfrentamento das violências sexuais, garantindo que nos mesmos esteja contemplada a discussão acerca da criação de serviços de atendimento aos autores de violência sexual;
- b. Apresentação de referências que subsidiem a atuação das psicólogas e os psicólogos que já atuam em redes de enfrentamento às violências sexuais;
- c. Fomentar, junto aos fóruns de controle social, o debate acerca da necessidade de criação de serviços de atendimento aos autores de violência sexual apresentando a proposta como potencializadora do rompimento dos ciclos de violência;
- d. Criar um grupo de trabalho sobre saúde mental e masculinidade;
- e. Propor pesquisa pelo CREPOP para subsidiar as ações e discussões do Sistema Conselho;
- f. OBS: Incluir a Psicologia no PSF;
- g. Criar agenda de discussão e deliberação sobre o tema entre CFP, CRP's, gestores/as e sociedade civil organizada;
- h. Promover nos conselhos regionais várias instancias exemplo discussão sobre esta questão;

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Diálogo com a sociedade e com o Estado

Tema: Diálogo com a religião

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
122				
123				

Nº Tese:	0122
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM A RELIGIÃO - Laicidade da Psicologia
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:53:19

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Reforçar o laicismo da ciência Psicologia. Possibilitar a discussão com a categoria da temática da Psicologia e sua relação com a religiosidade no espaço da atuação e da formação do psicólogo.
2. Possibilitar a defesa do respeito a diversidade religiosa, como uma expressão do direito humana

Encaminhamentos:

- a. Pautar novas diretrizes éticas que estabeleçam os limites entre Psicologia e religião, apontando a formulação de uma resolução com esta temática
- b. Promover atividades e publicizar junto à categoria, usuários e sociedade civil para orientar e esclarecer acerca da laicidade da Psicologia
- c. Parceria entre Sistema Conselhos e ABEP para promover esta discussão com a categoria e no âmbito da formação sobre a relação da Psicologia estabelecida com o fenômeno da religiosidade.

Nº Tese:	0123
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM A RELIGIÃO - Prática profissional, dimensão espiritual da subjetividade e combate ao fundamentalismo na diversidade sexual
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:39:44

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fazer presente uma maior clareza e crítica entre subjetividade, religião e espiritualidade, com vistas a distanciar posições fatalistas e fundamentalistas que podem ser aí relacionadas.
2. Buscar o incremento da efetividade das decisões do Conselho sobre práticas que afrontam os posicionamentos do Sistema Conselhos.

Encaminhamentos:

- a. Realizar amplo debate envolvendo subjetividade, espiritualidade e religião, envolvendo segmentos da academia e setores organizados ligados a religião, bem como profissionais relativas ao direito.
- b. Procurar organizações evangélicas para reduzir apoio à quebra da prática profissional
- c. Dar prioridade a processos de reincidência de práticas limitados pelos Conselhos.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Diálogo com a sociedade e com o Estado

Tema: Diálogo com conselhos e entidades de classe de outras áreas

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
124				
125				

Nº Tese:	0124
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM CONSELHOS E ENTIDADES DE CLASSE DE OUTRAS ÁREAS - Diálogo com entidades do contexto educacional
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:07:54

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Possibilitar uma atuação dos/as psicólogos/as educacionais do estado de forma interdisciplinar, em articulação com as diversas áreas da Psicologia, como por exemplo a clínica, jurídica, do esporte, social e hospitalar.
2. Elaborar (CRP) caravanas da informação levando as escolas públicas e privadas palestras, promover vídeos informativos e vivências ou visitas as instituições. MEC Sec. Estadual de educação.
3. Apoiar e incentivar políticas que conscientizem a sociedade sobre o valor e a importância da educação atualizada para a pratica da cidadania.
4. Conselho atuar junto a secretaria e educação num projeto mostrando a necessidade desse trabalho já que a família é o centro inicial da sociedade.
5. Ampliar nacionalmente o debate da medicalização das questões de aprendizagem na escola, questionando as explicações sobre tais dificuldades e realizar ações contrárias à proliferação desses projetos de lei que se sobrepõem ao Sistema Único de Saúde (SUS) e distorcem as reais causas das dificuldades escolares.
6. Estar mais próximo dos espaços de discussões sobre o sistema educacional brasileiro, de forma com que a escola possa ser um espaço criativo e critico e não mais um potencial promotor de doenças.
7. Divulgar amplamente as referências para atuação do psicólogo no campo educacional.
8. Propor aos órgãos responsáveis pela educação uma atuação do psicólogo em escolas rurais e em regime de internato.
9. Incentivar a produção e a publicação de estudos e experiências realizadas pelos/as psicólogos/as educacionais do estado com o objetivo de promover o conhecimento e articular o intercâmbio entre as diversas áreas da Psicologia e dar visibilidade aos trabalhos dos/as psicólogos/as que atuem no âmbito educativo;
10. Contribuir para a necessidade da atuação do psicólogo na demanda escolar e que o psicologo participe da educação fundamental;
11. Participação efetiva do conselho na delimitação das políticas publicas que garantem este espaço.
12. Que o Conselho contribua para que a Psicologia esteja presente no Ensino Médio, visando contribuir para o processo educacional do jovem estudante e que o Conselho defenda a inclusão da Psicologia como disciplina no ensino médio.

Encaminhamentos:

- a. Entrar em contato previamente com as escolas fechando horários e procedimentos que serão tomados. Anteriormente um grupo de profissionais do CRP se qualificará elaborando formas de diálogos próximos dos jovens de forma dinâmica e integrativa em forma de palestras, vídeos, campanhas (elaboradas pelo CRP) e também buscando parcerias com os estudantes de graduação de Psicologia.
- b. Criação de espaço de dialogo, seminários e eventos.
- c. Estimular a participação destes profissionais nas eventuais que discutem estas questões como das diversidades em um processo de formação politicamente comprometida.
- d. Reforçar a atuação do psicologo na educação formal (fundamental) para que as crianças tenham um acompanhamento psicologico na escola e fazer parceria, buscar diálogo com a APEOESP para fortalecer a luta pela inserção da Psicologia como disciplina obrigatória;
- e. Promover, junto à categoria, fóruns e debates para discutir a importância da Psicologia no Ensino Médio, como discutir eixos e propostas para que a Psicologia seja uma disciplina que introduza temas realmente importantes para a vida e saúde dos alunos.

- f. Propor, a partir do Sistema Conselhos, a criação de eventos sistemáticos, semestral, para dar visibilidade e promover a troca de experiências para atualização dos profissionais da área; produzir, publicar e divulgar material resultante destes fóruns; discussão e divulgação em mídia sobre tal necessidade.
- g. Divulgar os trabalhos realizados pelos profissionais da área referentes a produção acadêmica e artísticas, que contribua para a prática da Psicologia educacional;
- h. Divulgar amplamente, por meio digital e/ou impresso, a produção realizada no Ano da Educação pelo Sistema Conselhos;
- i. Articular junto ao CRP 02 a reunião dos/as psicólogos/as da área da Psicologia Educacional com o objetivo de fortalecer a atuação da Psicologia nessa área.
- j. Propor aos órgãos responsáveis no caso como a secretária de educação, um espaço para atuação dos profissionais em Psicologia de atuarem nessa área de inserção do aluno ou interno no convívio social e até mesmo capacitando-o para uma profissão.
- k. Gestão junto aos demais Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) para promoção de ações para o enfrentamento das questões da medicalização, bem como ações junto às instâncias municipais, estaduais e federal para esclarecimento das propostas do Sistema conselhos. Colaborar na construção de políticas de enfrentamento à questão, bem como ações junto ao poder Legislativo.
- l. Realizar seminários no âmbito nacional e regional que levem a temática da medicalização da aprendizagem, questionando as explicações que culpabilizam as crianças pelo não aprender;
- m. Promoção de debates das áreas da Saúde, Educação e Assistência Social, para ampliação da compreensão e do cuidado com esta temática.
- n. Participar ativamente dos espaços de discussão nos conselhos municipais, estaduais e federal para o aumento da qualidade do ensino publico brasileiro.
- o. Apoiar campanhas educativas que sensibilizem e estimulem os indivíduos a desenvolver e reconhecer os valores humanos como ética, respeito e responsabilidade
- p. Fazer gestão junto ao Poder Público a fim de esclarecer as possibilidades de contribuição da Psicologia no campo educacional.
- q. Dialogar com o ESTADO sobre projetos de orientação a pais em comunidades, instituições, UBS e hospitais, podendo até ser incorporado ao pré natal, como forma preventiva.

Nº Tese:	0125
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM CONSELHOS E ENTIDADES DE CLASSE DE OUTRAS ÁREAS
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:12:26

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fomentar a participação dos psicólogos em atividades que não apenas vislumbrem a atuação restrita da classe, mas contemplem outros níveis de conhecimento proporcionando a participação multiprofissional;
2. Que a representação do Conselho de Psicologia possa aproximar-se de outras instâncias do saber (como o Direito ou Serviço Social, por exemplo) para divulgar e fazer-se conhecer enquanto saber técnico e diretrizes de trabalho;
3. Criação de espaços que estimulem a discussão entre / e a participação dos diferentes âmbitos (instâncias);
4. O sistema promova ações de autonomia da profissão com outras áreas do saber;
5. Melhorar a articulação dos vários profissionais que atuam nas diversas áreas (saúde, educação, social e direitos humanos);
6. Mobilização para o debate com outros conselhos, sobre a importância da multidisciplinariedade em programas de formação financiados;
7. Construção e fortalecimento de redes e parcerias entre Conselhos profissionais - por meio de suas comissões de direitos humanos - entidades, organizações não-governamentais e outras organizações políticas para o mapeamento, monitoramento, debate e combate destas situações junto ao Estado;
8. Parceria com outros conselhos objetivando conscientizar a população sobre os prejuízos aos quais está sujeita, buscando neutralizar tais ações;
9. Interagir, junto com demais Conselhos de classe, para a criação de grupos de apoio, tutoria e supervisão em políticas públicas brasileiras em uma perspectiva multiprofissional;
10. Elaboração de um documento que norteie as práticas profissionais, definindo concretamente as atuações destes;
11. Tornar público a todas as categorias as resoluções do CFP, que regem as práticas privativas ou não do Psicólogo;
12. Confeccionar material específico do tema e enviar as todos os outros conselhos regionais e federais de Psicologia e demais profissões;
13. Desta forma, sugerimos um diálogo maior entre os conselhos (CRP e CRESS) a fim de que construa uma parceria visando um olhar focado ao usuário trabalhado pela equipe;
14. Sugere-se que o CRP fomente o desenvolvimento de ações que contemplem o fortalecimento dos múltiplos segmentos sociais alvos da violência;
15. Divulgação da ação do psicólogo educacional às instituições de ensino (principalmente no ensino fundamental e médio);
16. Promover diálogo com as profissões da educação e saúde sobre o tema;
17. Investir em uma formação continuada que englobe aspectos políticos e econômicos referentes ao funcionamento do Estado visando a politização dos estudantes e profissionais de Psicologia;
18. Fomentar a criação de princípios, diretrizes e orientações de trabalho em equipes interdisciplinares;
19. Desconstrução do corporativismo e efetivação dos princípios da inter, multi e transdisciplinariedade;
20. Defesa dos direitos dos usuários;
21. Fortalecimento da atuação do psicólogo no campo da assistência social, com comprometimento ético, técnico e político;

22. Fortalecimento da política de assistência social no Brasil;
23. Ampliar a interlocução do Sistema Conselhos de Psicologia com os conselhos de outras categorias profissionais, visando a produção de referências comuns na construção de políticas públicas;
24. Contribuir para a efetivação da Convenção Internacional da ONU, contra tortura em espaços de privação de liberdade e fortalecer o exercício profissional do psicólogo como agente promotor de Direitos Humanos;
25. Inserção de profissionais de Psicologia nas diversas Políticas Públicas que pensem as cidades e espaços públicos nos novos desafios da mobilidade;
26. Construção de Programa que discuta e aprofunde as causas dos acidentes de trânsito e suas conseqüências para toda sociedade;
27. Aproximação dos órgãos ligados à educação, saúde e promoção social, pensando o indivíduo de maneira integral, agilidade na comunicação, saúde - judiciário, criação de equipes interdisciplinares de acordo com a população local, facilitando a promoção do direitos;
28. Manifestar-se na mídia contra qualquer movimento de estigmatização sexual das pessoas; Gerar debates na sociedade se posicionando a respeito do estigma das pessoas e o sofrimento que lhes são impostos;
29. Configurar-se como espaço, juntamente com outros conselhos de classe, de consulta para a mídia em assuntos como sexualidade, trabalhando com imparcialidade quando o assunto for a inclinação sexual das pessoas;
30. Que o Sistema Conselhos de Psicologia possa intervir/sugerir, no momento de confecção dos editais, indicando a presença de psicólogos como possíveis candidatos;
31. Estabelecer uma política estratégica de divulgação, através de meios de comunicação (Internet, jornais, revistas e outros meios), informando a população usuária e a outros profissionais, acerca da atuação dos psicólogos em diversas áreas da saúde visando criar uma imagem de reconhecimento e valorização desses profissionais;
32. Os conselhos podem também atuar sensibilizando os gestores do SUS para a atuação do psicólogo, bem como representando a categoria junto aos Ministérios;
33. Estabelecer parcerias com as instituições de ensino superior com a finalidade de promover uma formação continuada na área da saúde;
34. Incentivando os psicólogos que trabalham na área da saúde a participarem dos Conselhos estaduais e municipais de saúde;
35. Aprofundar o debate dentro do Sistema Conselhos e também com a sociedade civil, buscando romper o preconceito e os estigmas, estabelecendo como meta a garantia da aplicação dos direitos econômicos, sociais e culturais a toda a sociedade, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos preconiza;
36. O CRP dar visibilidade ao tema de transtornos mentais relacionados ao trabalho - que inclusive é um agravo de notificação compulsória (Portaria 777/04 MS) - dialogando com o empresariado, sociedade através da mídia, sindicatos e outras entidades afins;
37. Fazer cumprir o que preconiza a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-SUAS/RH), com destaque para o Eixo II - PRINCÍPIOS E DIRETRIZES NACIONAIS PARA A GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS: Item 7: ..., a gestão do trabalho no SUAS deve ocorrer com a preocupação de estabelecer uma Política Nacional de Capacitação, fundada nos princípios da educação permanente, que promova a qualificação de trabalhadores, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, com a possibilidade de supervisão integrada, visando o aperfeiçoamento da prestação dos serviços socioassistenciais;
38. Construir espaços nos quais questões referentes a terra possam ser debatidas;
39. Criar estratégias de ação para mobilização da categoria no que tange a problemas como: latifúndio, uso abusivo de agrotóxicos e sementes transgênicas e reforma agrária;
40. Potencializar a introdução de cursos introdutórios sobre o tema da Psicologia e as questões da terra no currículo das faculdades de Psicologia no Brasil;
41. Construir referências em Psicologia acerca do trabalho do psicólogo junto a coletivos que engendram práticas alternativas de cultivo, como construção de sistemas agroflorestais;

42. Orientação às outras categorias sobre as possibilidades da atuação profissional;
43. Articular novos espaços de discussão da Psicologia entre a própria categoria;
44. Promoção do pensamento corporativo, visando à valorização profissional e o oferecimento do melhor serviço;
45. Discussão sobre os fazeres profissionais nas Políticas implementando a discussão sobre o trabalho interdisciplinar.

Encaminhamentos:

- a. Interação com outros Conselhos. Eventos interdisciplinares. Encontros em conjunto com representantes e profissionais das diferentes áreas;
- b. Promover campanhas constantes e posicionamentos públicos a favor da autonomia profissional da Psicologia, buscando parcerias com outras profissões;
- c. Organização de eventos, grupos de estudo, discussão, encontros que contemplem a participação de todas as instâncias;
- d. Discussão desse ponto dentro do Sistema Conselhos utilizando-se dos instrumentos que já existem e dos que estão sendo produzidos;
- e. Chamamento das outras categorias a participarem dessa discussão;
- f. Elaboração de manifesto ou documento relativo ao tema;
- g. Fomentar a discussão sobre esse tema na sociedade;
- h. Campanhas de divulgação, ao público leigo e de outros profissionais, acerca da prática do psicólogo;
- i. Participação em fóruns multidisciplinares da área (conselhos estaduais, de saúde, etc.);
- j. Continuidade e fortalecimento das campanhas que envolvem a valorização do profissional psicólogo (ex. ato médico, ANS, etc.);
- k. campanha, junto aos colegiados dos conselhos regionais de fiscalização profissional (CONSELHINHOS), para que em todos os estados haja leis que permitam aos conselhos profissionais o acompanhamento de editais de concursos públicos (ou o estabelecimento de lei federal, junto ao CFP e o CONSELHÃO);
- l. Criar canais de acesso e comunicação que facilitem as interações e aperfeiçoamentos dos profissionais nas Macro - Regiões;
- m. O conselho pode fortalecer a aproximação através de eventos com a participação dos profissionais atuantes nas diversas áreas ligadas à promoção dos direitos;
- n. Trabalhar em prol da quebra de burocracias que dificultam o acesso à saúde e justiça;
- o. Articulando com outros conselhos para que seja possível um maior compromisso de todas as categorias e órgãos promotores de direitos;
- p. Criar grupo de trabalho multiprofissional com objetivo de aprofundar a não fortuidade do acidente, evidenciando a previsibilidade dos mesmos com poderes de deliberação pertinentes;
- q. Diálogo com a sociedade civil e entidades de DH, bem como outros Conselhos Profissionais para constituição de força tarefa que mobilize fiscalização das unidades prisionais, na busca de contribuir para a implantação do processo de monitoramento das questões de aviltamento de DH nesses espaços de encarceramento;
- r. Promoção de fóruns de discussão articulados com outros conselhos, garantindo a participação dos profissionais que atuam nos serviços por meio de uma articulação com as instituições empregadoras, sejam públicas, privadas ou do "terceiro setor";
- s. Desenvolver grupos de estudos, seminários, palestras em diversos seguimentos, para apresentar e divulgar os documentos que regulam esses fazeres;
- t. Estabelecer GTs (comissão) para realizar as discussões da prática e para fortalecer os procedimentos de garantia dos direitos dos assistidos nessa rede, respeitando a regionalidade;
- u. Discussões com psicólogos e outros profissionais da saúde, educação, assistência social e segurança pública a fim de elencar pontos em comum e pontos particulares de cada campo de atuação;

- v. Reuniões dos conselhos com o órgão gestor;
- w. Permanência dos grupos de trabalho;
- x Realizar, como uma parceria entre o CFM, CFP e órgãos da educação, campanhas de esclarecimento sobre o uso abusivo de medicações nas escolas e sobre as competências do psicólogo educacional;
- y. Diálogo com representantes de classe da Economia, aumentando o apropriamento dos Profissionais de Psicologia para melhores Intervenções, Formação para instrumentos de ação: Mapeamento;
- z. Discutir no VII CNP a Inclusão de uma disciplina de conhecimentos econômicos na grade dos cursos de Psicologia como Disciplina eletiva;
- aa. Gestão junto aos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional da Assistência Social e junto ao Ministério do Desenvolvimento Social;
- ab. Estabelecer diálogo com o Conselho Regional de Assistência Social (CRESS), Conselho Federal de Assistência Social (CFESS) e Federação Nacional de Assistência Social (FENAS);
- ac. Encontros entre CRP e CRESS regional;
- ad. Investir no fortalecimento do debate sobre atuação interdisciplinar;
- ae. Definir pauta comum entre Conselho Regional de Psicologia (CRP) e Conselho Regional de Assistência Social (CRESS) para discussão dos desafios do trabalho conjunto;
- af. Organização de seminários, Mesas de discussão com as entidades citadas, Divulgação do tema para a população por meio da mídia;
- ag. Os conselhos de Psicologia devem estimular ações propositivas e debates entre os psicólogos e outras categorias profissionais que atuam na rede pública de saúde, segundo os princípios do SUS, visando integrá-los e favorecer o trabalho em equipe;
- ah. Como representante dessa categoria, os conselhos de Psicologia poderiam intensificar o intercâmbio com os diversos conselhos de outras profissões da área da saúde, no sentido de informar e sensibilizar sobre o papel do psicólogo na equipe de saúde, promovendo trocas de experiências e a união para uma atuação multidisciplinar eficaz;
- ai. Dialogar com CFESS no sentido do fortalecimento da NOB-SUAS/RH, para elaborar estratégias de ação junto aos Gestores Municipais da Política de Assistência Social com relação a importância do Plano Nacional de capacitação;
- aj. Incentivar a participação dos psicólogos nos Conselho de Assistência Social;
- al. Articular junto ao Sindicato dos Psicólogos que este faça um acompanhamento efetivo do cumprimento da NOB-SUAS/RH, especialmente quanto aos Planos de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS;
- am. Que o Sistema Conselhos amplie o debate com a sociedade civil para esclarecimento desta situação-problema específica (saúde mental no cárcere e não na medida de segurança); Orientar os profissionais do cárcere, sob o princípio da multiprofissionalidade, sobre a aplicação dos princípios da Reforma Psiquiátrica e dos Direitos Humanos a serem incorporados no atendimento cotidiano e na política de saúde nas prisões;
- an. Compor as redes de enfrentamento à violência, inclusive de violência no Trânsito; Garantir a formação continuada; Articular com Conselhos de Categorias Profissionais que atuam nas áreas da Saúde, Educação, Justiça, Assistência Social e outras áreas afins visando uma atuação das diferentes áreas do conhecimento;
- ao. Conselhos de outras categorias, MEC, MDS, Ministério da Saúde, SEDH/PR, etc;
- ap. Estimular a discussão da temática e o mapeamento destas situações nas realidades locais dos CRP's e no âmbito federal;
- aq. Discutir o tratamento judicial/policial contra ativistas, entidades e militantes de organizações políticas, considerando inclusive a existência atual de presos políticos no Brasil (MAB, MST, etc.);
- ar. Discutir os casos de violação de direitos e tortura contribuindo no desvelamento do sofrimento ético/político envolvido nestes casos;
- as. Articulação pela comissão de direitos humanos junto a outros Conselhos - entidades, organizações não-governamentais e outras organizações políticas - para a formação de uma rede

de monitoramento, divulgação e combate dos processos de criminalização dos movimentos sociais;

at. Discussão junto ao Estado para o debate acerca destes casos e do processo mais amplo - de criminalização dos protestos e dos movimentos sociais, considerando o papel da secretaria nacional de direitos humanos bem como a necessidade de sensibilização dos agentes de Estado que operam a lei;

au. Apoiar as ações dos movimentos sociais pela terra que se coadunam com a política do Sistema Conselhos de Psicologia com o objetivo de cobrar dos governos medidas concretas no que se refere aos conflitos do campo e a reforma agrária;

av. Debater, junto às entidades de ensino superior, a criação de cursos introdutórios e optativos sobre as questões da terra no Brasil;

aw. Debater com os demais conselhos profissionais, como a CONFEA e a CREAS, os incentivos as práticas auto-sustentáveis no campo da Agronomia, Arquitetura e demais afins, e seus desdobramentos para a produção de coletividades e subjetividades;

ax. Incentivar a criação de Grupos de Trabalho junto aos Conselhos Regionais no que tange as questões relacionadas a terra e dos vínculos do homem com a mesma;

ay. Firmar parcerias com outros conselhos (Ex.: OAB, Fisioterapia, Enfermagem, Serviço Social), para discutir e deliberar sobre ações que possam fazer frente ao problema em questão.

az. Realizar um estudo crítico do Ato Médico e suas conseqüências desastrosas para a sociedade; Divulgação dos resultados do estudo para a população;

ba. Reuniões constantes com os conselhos de outras categorias de modo a ampliar a atuação do CREPOP;

bb. Criar estratégias de atuação técnica e política utilizando-se, sobretudo, dos documentos de referência já produzidos;

bc. Articulação com conselhos profissionais afins;

bd. Estimular encontros interdisciplinares, neste contexto;

be. Articular as Comissões de DH do Sistema Conselhos aos outros órgãos de classe e de administração pública, em todos os níveis;

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Diálogo com a sociedade e com o Estado

Tema: Diálogo com estudantes de Psicologia

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
126				
127				

Nº Tese:	0126
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA - Diálogo com os estudantes de Psicologia e IES sobre as questões étnico-raciais
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:09:28

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Atuar no sentido de provocar o debate entre profissionais e estudantes de Psicologia para a importância da discussão da temática racial e suas práticas, principalmente no tocante à subjetividade de ser negro em consonância às práticas sócio-históricas do racismo no Brasil.
2. A inclusão não só da disciplina sobre relações étnico-raciais no currículo da graduação e que a temática também seja discutida como tema transversal em diferentes disciplinas do currículo, exemplo: Psicologia social I,II e III, terapia familiar, etc.
3. Incentivar a inclusão do recorte racial nas pesquisas de graduação e pós graduação e no estágio, especialmente na clínica.
4. Incentivar e apoiar as iniciativas voltadas para a inclusão, nas ementas dos cursos de graduação em Psicologia, de conteúdos relativos a realidade dos afro-brasileiros;
5. Promover na sociedade em geral e nos psicólogos em particular uma sensibilidade para as questões raciais em nosso país.
6. Promover ações para fortalecer a possibilidade de contribuições da Psicologia para redução das desigualdades raciais, sobretudo, no plano das subjetividades.
7. Que o Sistema Conselhos apóie e incentive à criação de grupos de trabalho sobre Psicologia e Relações Raciais;
8. Garantia de um espaço permanente de discussão sobre relações raciais no Sistema Conselhos;
9. Articulação com outras instituições, em especial com o Fórum intergovernamental, sob a responsabilidade da Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), com o objetivo de combater o racismo institucional

Encaminhamentos:

- a. Provocar e sensibilizar a inserção da temática nas universidades via CFP-ABEP.
- b. Exigir a implementação de disciplinas em relação a questão racial, história e cultura afro na grade dos cursos de graduação e pós graduação em Psicologia.
- c. Reconhecer a temática racial como tema transversal em outras disciplinas afins na Psicologia.
- d. Privilegiar o recorte racial nos estágios, especialmente na clínica.

Nº Tese:	0127
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA - Relação Conselho e Entidades Estudantis
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:43:25

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Aperfeiçoar a relação com os estudantes visando uma maior aproximação com ao Sistema Conselhos;
2. Desenvolver e incentivar os futuros profissionais (acadêmicos de Psicologia) para a participação das atividades promovidas pelo Conselho;
3. Criar uma área interativa do Conselho Federal e incentivar esta ação nos Conselhos Regionais;
4. Uma maior aproximação do Sistema Conselhos durante toda a formação do estudante de Psicologia;
5. Divulgação mais eficaz dos eventos e informações do Sistema Conselhos nos espaços acadêmicos e profissionais;
6. Criação de espaços de participação efetiva e fortalecimento das entidades estudantis;
7. Fomentar o interesse do(a) acadêmico(a) pelo CRP-14, e sua participação efetiva depois de formado(a);
8. Fomentar uma maior participação dos estudantes no Sistema Conselhos;
9. Ter uma comissão permanente de estudantes no CRP, que seja agente de integração entre estudantes das Instituições de Ensino Superior e Sistema Conselhos;
10. Promover encontros temáticos e facilitar o acesso aos mesmos, nos centros Universitários;
11. Manter contato com os presidentes dos CAs e Diretórios Centrais das IES do curso de Psicologia possibilitando um dialogo das dificuldades enfrentadas tanto pelos CRP's e os Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais das IES do curso de Psicologia;
12. Os alunos deveriam participar dos conselhos nacionais e ter voz e voto, não somente sugestões e propostas;
13. Estimular a participação política dos Estudantes e apoiar as entidades estudantis;
14. Participar da formação acadêmica e se aproximar mais aos acadêmicos com o intuito de incentivar a formação político social e profissional;
15. Viabiliza a ampliação de espaços de discussão envolvendo psicólogos, docentes e estudantes de Psicologia na comissão de formação;
16. Viabilizar a aproximação do CRP com o meio acadêmico, dando aos estudantes acesso aos serviços CRP e, conseqüentemente ampliação da Consciência política;
17. Ampliar o número de vagas no que tange a representação estudantil nos eventos promovidos pelo Sistema Conselhos;
18. Tornar o material do CREPOP mais público e conhecido da categoria e dos alunos;
20. Pra tanto, os próprios profissionais não "re-conhecem" a importância da atuação juntamente com os Conselhos. Uma ação estreitada do Conselho desde o início da formação acadêmica produzirá efeitos positivos na atuação futura como profissionais politizados e envolvidos com a sua práxis.
21. CRP discutir com a categoria de profissionais alunos e universidades conteúdos programáticos, embasamento táticos que contribuem necessidade atuais da população movimentos sociais;
22. Intermediar e apoiar este movimento estudantil como categoria prestes a se formar;

Encaminhamentos:

- a. Participação de estudantes de Psicologia nos congressos. Abertura para alguns estudantes terem também representação nestes congressos, através de parceria com os CAs de Psicologia,

- fomentar a participação dos estudantes nos eventos do conselho
- b. Que a comunicação seja feita por meio das entidades estudantis ou espaço de representação estudantil;
 - c. Manter um cadastro atualizado das instituições formais e informais dos estudantes de Psicologia;
 - d. Enfatizar e definir a existência de câmara de formação profissional;
 - e. Desenvolver atividades para o público acadêmico visando ampliar a participação do CRP e criar uma cultura de participação;
 - f. O Sistema Conselhos deve se aproximar dos estudantes de Psicologia ao longo da formação através da distribuição de material informativo do sistema, conselho e da profissão, visita dos representantes do CRP nas Universidades (eventos, congressos, rodas de discussão), organizar visitas dos estudantes ao conselho regional. E também, organizar uma discussão regional com os diretores acadêmicos de Psicologia, tanto na sede quanto nas universidades;
 - i. Realizar eventos e palestras nas instituições de ensino, pesquisa e práticas psicológicas;
 - j. Instituir uma comissão onde haja conselheiros e/ou colaboradores e estudantes em um mesmo nível de atuação, com uma coordenação representante de estudantes e uma dos conselheiros/colaboradores, cuja frequência será definida conforme cada comissão
 - k. Fomentar a criação de grupos de acompanhamento de estudantes junto às instituições de ensino superior nas diferentes regiões do estado.
 - l. Realizar um seminário nacional de estudantes de Psicologia promovido pelo Sistema Conselhos.
 - m. Que tais encontros sejam preparados por psicólogos que participem das diferentes comissões do CRPs em articulação com os departamentos de Psicologia das Universidades, pedir o espaço de aulas se preciso for, de maneira ao máximo possível procurar formas efetivas de mostrar desde a graduação a importância efetiva dos psicólogos no Sistema Conselhos;
 - n. Que os Sistema Conselhos mantenha contato permanente com os Diretórios Centrais das IES do curso de Psicologia através de e-mails e com reuniões periódicas e envio de materiais informativos para serem distribuídos aos alunos e através destes a Comunidade;
 - o. Criar estratégias para a aproximação dos estudantes das entidades de Psicologia;
 - p. Propiciar a participação dos Estudantes nas Comissões dos CRPs, Seminários, Fóruns, dentre outros;
 - q. Participar da formação acadêmica e se aproximar mais aos acadêmicos com o intuito de incentivar a formação político social e profissional;
 - r. Aprimoramento das ferramentas virtuais para ampliar as discussões referentes a formação e descentralizar as decisões;
 - s. CFP regulamentar o registro da Carteira de estudante;
 - t. Criar canais de comunicação com os professores e acadêmicos, para divulgar as produções do CREPOP, que inclusive podem ser utilizadas em aulas na faculdade.
 - u. Divulgar com mais ênfase as produções do CREPOP para a categoria.
 - v. Conceder aos estudantes direito a voto nos eventos promovidos pelo Sistema Conselhos, essa concessão deve ser realizada considerando o percentual estudantes e profissionais participantes dos eventos.
 - w. Promover encontros sistemáticos com os(as) estudantes visando divulgar as ações desenvolvidas pelo CRP-14 e o debate de questões pertinentes a profissão e atribuições do sistema conselho;
 - x. Promover maior aproximação do conselho junto às instituições formadoras para fortalecer as relações do conselho junto aos acadêmicos, despertando a necessidade e importância da atuação social e política;
 - y. Despertar a consciência crítica, participativa e democrática dos alunos e da categoria;
 - z. Promover a atuação social e política dos alunos e da categoria;
 - aa. Isso tudo através de eventos e materiais gráficos instrutivos;
 - ab. Estreitar laços com os acadêmicos em Psicologia (Conselho e alunos) desde o início da

graduação a fim de se apresentar e mostrar sua força política nas construções e promoções de políticas públicas em todos os âmbitos;

ad. Aproximação do CRP com o interior com seminários e grupos de trabalho para a construção de conteúdos específicos censoes e seminários específicos para os alunos e profissionais;

ac. Acreditamos que essa possibilidade viabilizaria o Sindicato, apoiando de forma direta ou indireta;

ad. Incentivar a participação dos estudantes em ações do CRP promovendo eventos junto aos mesmos - nas universidades.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Diálogo com a sociedade e com o Estado

Tema: Diálogo com movimentos sociais

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
128				
129				
130				
131				
132				
133				
134				
135				

Nº Tese:	0128
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS - Adolescentes em Conflito com a Lei
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:30:02

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Defender a municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto e a implantação do SINASE - Sistema Nacional de Medida Sócio-Educativa.
2. Solicitar o aumento do número de profissionais para atuar junto a equipes multiprofissionais para estimular a inclusão social.

Encaminhamentos:

- a. Atuar junto aos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, defendendo essa proposta.
- b. Promover debates em encontros e seminários com os psicólogos que atuam nesta área.
- c. Requerer audiências públicas para o debate dessa temática.
- d. Intensificação das ações do CREPOP junto a essas instituições.

Nº Tese:	0129
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS - Garantia de Direitos da Saúde/ Saúde Mental, Direitos Sexuais e Reprodutivo da Mulher Encarcerada
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:02:30

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fortalecimento do papel da defensoria pública na perspectiva do recorte de gênero desde o momento da prisão.

Encaminhamentos:

a. O CFP e os CRs devem promover interlocução entre as entidades civis de notória participação na luta em defesa dos direitos da mulher presa (pastoral carcerária, grupo mulheres encarceradas, etc) e os órgãos competentes como CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária); CNJ; Conselho Nacional de Defensoria Pública; Ministério da Justiça. Portanto para atingir esse objetivo deverá realizar Seminários temáticos e/ou audiências públicas a fim de construir ações positivas nesse campo.

Nº Tese:	0130
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS - Implementação de política pública para o idoso
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:21:55

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover junto ao poder público fórum de discussão para análise da necessidade da inserção do profissional psicólogo junto às equipes dos programas voltados ao atendimento dessa demanda, uma vez que aumenta o número de demências e junto quadros de depressão e outros transtornos mentais.
2. Fomentar ações de suporte aos cuidadores de idosos fragilizados (demência, doentes mentais entre outros);
3. Atuar em conselhos gestores objetivando o debate sobre políticas públicas voltadas para a atenção ao idoso;

Encaminhamentos:

- a. Mobilização da categoria, a exemplo do que está fazendo o CREPOP, buscando as práticas já constituídas na área e formulação de material de referência para atuação junto a políticas públicas para o idoso;
- b. Discutir com os governos a urgência de implementação de política municipal do idoso, com a criação de equipes interdisciplinares que incluam o psicólogo;
- c. Estimular parcerias entre entidades da sociedade civil, psicólogos organizados e outros profissionais, legitimando e promovendo a criação de organizações multiprofissionais com vistas à atenção ao idoso e ao cuidador;
- d. Continuar promovendo a participação de psicólogos nos conselhos gestores do idoso, propiciando a contribuição da Psicologia no âmbito das políticas públicas sobre o tema.

Nº Tese:	0131
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS - Inclusão Social
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:42:54

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Despertar na sociedade e nos profissionais de Psicologia a consciência da necessidade de preparar escolas e empresas para a recepção e a convivência das pessoas com deficiência.
2. Contribuir na promoção da integração das políticas públicas, em especial Educação, Saúde, Assistência Social e Justiça;
3. Articular redes intersetoriais - M da Saúde (SUS, SUAS), Previdência Social, M do T e E - para enftretamento e promoção do trabalho decente: trabalho infantil, jovens desempregados, moradores de rua, trabalho informal, portador de deficiência;
4. Incentivar e oferecer capacitação de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para os profissionais como forma de não alimentar a exclusão social da população surda e deficiente auditiva
5. Adequações sobre questões acessibilidade;
6. Fomentar dentro dos cursos de Psicologia discussões e exigência de adequações a estes sujeitos que tem seus direitos humanos violados;
7. Incluir na agenda nacional a discussão de temas referentes à Psicologia de atenção às pessoas com deficiências;
8. Incluir a discussão do atendimento às pessoas com deficiência na matriz curricular dos cursos de Psicologia.

Encaminhamentos:

- a. Articulação do Conselho Federal de Psicologia com Ministérios do Trabalho e da Educação para cobrar providências no sentido de exigir políticas que promovam a adequação dos espaços físicos e humanos para a inclusão das pessoas com deficiência nas empresas e escolas;
- b. Organizar uma campanha, para o Sistema Conselhos, no sentido de conscientizar os psicólogos(as) e a sociedade para a inadequação das instituições no acolhimento e convivência com as pessoas com deficiência.
- c. Contribuir com a construção de um fluxo de trabalho permanente, mediante a participação em fóruns e/ou debates;
- d. Incentivar a criação e/ou reconhecer cursos especializados com essa temática que capacitem psicólogos para atuação em programas direcionadas às minorias e portadores de deficiência e reabilitandos para permanência e/ou inserção no mercado de trabalho na graduação e cursos de especialização.
- e. Garantir, juntamente com o MEC, que as Universidades ofereçam a disciplina de LIBRAS em suas grades curriculares como matérias optativas ou atividades complementares e criar Grupos de Trabalho e aperfeiçoamento dentro dos CRPs como forma de manter os profissionais atualizados.
- f. Fazer cumprir a lei da acessibilidade.;
- g. Criar campanhas em parcerias com entidades e órgãos competentes;
- h. Executar adequações específicas: exemplo informações em braile;
- i. Sugerir um encontro nacional com base na Lei da Acessibilidade;
- j. Interface com o Ministério do Tabalho na construção de uma política de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, bem como uma política de formação para que a pessoa com deficiência seja inserida no mercado de trabalho.

Nº Tese:	0132
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS - Participação do Sistema Conselhos na Defesa dos Direitos da População
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:59:21

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Ações de defesa das estratégias de promoção de direitos da população negra.

Encaminhamentos:

- a. Comunicação com os movimentos sociais e grupos de controle social para defesa dos direitos da população negra.
- b. Ações de implementação da Lei 10.639, que exige a inclusão transversal na educação do tema História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, que garantirá tratamento respeitoso e justo ao negro na educação, informando inclusive sobre a rica contribuição dessa etnia na formação da nação brasileira, o que garantirá a negros e não negros a constituição de uma identidade negra saudável.
- c. Ações de implementação do Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra, que já explica todas as vulnerabilidades sociais que afetam o negro e geram adoecimento, inclusive psíquico, e já sugere formas de resolução dessa situação problema.

Nº Tese:	0133
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS - Psicologia e direito dos povos indígenas
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:27:00

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Defesa dos direitos indígenas, dar visibilidade à diversidade étnica desses povos e fomentar a participação de seus representantes na formulação e controle social das políticas públicas de seu interesse;
2. Fomento à inserção de maior número de psicólogos na luta pelos direitos indígenas e no atendimento às necessidades de ordem psicossocial dessas comunidades.
3. Promoção de ações que resultem no esclarecimento à opinião pública sobre a realidade dos povos indígenas brasileiros;
4. Sensibilizar órgãos governamentais focando bases distritais (Municípios, Estados e União) para a situação de vulnerabilidade social dessa população.

Encaminhamentos:

- a) Apoiar politicamente as iniciativas que fortaleçam o movimento indígena e as condições de sua auto-sustentação, com destaque às campanhas e/ou movimentos pela demarcação das terras indígenas;
- b) Apoiar as iniciativas dos povos indígenas de ampliação e qualificação da escolarização, inclusive sua inserção nas Instituições de Ensino Superior;
- c) Construir parcerias para a implantação de projetos nas comunidades indígenas que resultem no fortalecimento e sustentabilidade dessas comunidades;
- d) Incentivar a definição de políticas públicas dirigidas aos povos indígenas que considerem as diferenças entre as etnias e as especificidades regionais, fomentando a participação dos mesmos no planejamento e controle social dessas políticas;
- e) Divulgar junto às comunidades indígenas as diversas possibilidades de atuação profissional do psicólogo, de maneira a favorecer essa relação e a reivindicação desse profissional pelos indígenas na composição das equipes que atendem as aldeias;
- f) Divulgar a importância do trabalho do psicólogo junto a instituições governamentais e não-governamentais, contribuindo para a consolidação desse profissional como importante ator social na defesa dos direitos indígenas e também no atendimento às necessidades de ordem psicossocial dessas populações;
- g) Dialogar permanentemente com outras categorias profissionais que atuam junto aos povos indígenas, valorizando a inter e a transdisciplinaridade;
- h) Articular-se com as instâncias governamentais da Saúde Indígena, Educação e Assistência Social, para encaminhar e defender questões voltadas à melhoria das condições de vida dessas comunidades, bem como para maior inserção dos psicólogos nas respectivas equipes de trabalho;
- i) Formalizar parcerias com organizações da sociedade civil para defesa dos direitos indígenas e maior conhecimento da realidade desses povos pelos psicólogos;
- j) Fomentar, junto aos meios de comunicação, discussões prioritárias sobre: (a) a importância do território (demarcação de terras) para a manutenção das identidades indígenas; (b) a relação direta entre o bem estar psicossocial (qualidade de vida) dos povos indígenas e a sustentabilidade das comunidades; (c) os direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 a esta parcela da população brasileira; (d) o caráter pluriétnico da sociedade nacional e a necessidade de superar relações históricas de preconceito e dominação;
- k) O CFP deve atuar junto aos órgãos que lidam com essa política para mostrar a necessidade de inserção do profissional de Psicologia nas ações que visam sanar esse problema.

Nº Tese:	0134
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS - Psicologia e Direitos Humanos
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:24:50

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. O CFP e os CRs devem promover interlocução entre as entidades civis de notória participação na luta em defesa dos direitos da mulher presa (pastoral carcerária, grupo mulheres encarceradas, etc) e os órgãos competentes como CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária); CNJ; Conselho Nacional de
2. Defensoria Pública; Ministério da Justiça . Portanto para atingir esse objetivo devesse realizar Seminários temáticos e/ou audiências públicas a fim de construir ações propositivas nesse campo.
3. Apoio aos movimentos sociais que defendem essas populações.
4. Aproximação dos movimentos sociais para escuta e auxílio na construção de políticas públicas pertinentes.
5. Atuar junto aos órgãos competentes para garantia dos direitos humanos.
6. Chamar as instituições da Psicologia para participarem em grupos operativos dos principais acontecimentos sociais nacionais e internacionais.
7. Incentivar os psicólogos a participar dos movimentos sociais;
8. Criar grupos de discussão e diálogo com movimentos sociais.
9. Maior diálogo entre a categoria e aos mais diversos seguimentos
10. Garantia da promoção dos direitos nas várias situações de diferença: orientação sexual, questão racial, questões de gênero, dentre outras;
11. Reconhecimento da diferença como condição humana.
12. Ampliação da participação do Sistema Conselhos nas deliberações do poder público.
13. Promover a articulação e acompanhar o andamento das políticas definidas para a Psicologia, nos diversos espaços de representação nacional.
14. Erradicação da violação de direitos humanos.
15. Fortalecer ações na defesa dos direitos humanos e claramente ser contrários aos projetos, que na prática pressupõe a higienização e criminalização não levam em consideração os direitos humanos.
16. O Sistema Conselhos deve rever sua posição/postura com relação ao Núcleo Brasileiro de DH, visando fortalecer essa instância.

Encaminhamentos:

- a. Ampliar e fortalecer a defesa dos direitos humanos, diversidade sexual, raça/etnia e pessoa com deficiência, por meio da efetivação das políticas públicas com recursos públicos e do Estado Laico.
- b. Realizar seminários regionais e nacional para discussão das temáticas e do apoio aos movimentos sociais, pela Comissão de Direitos Humanos.
- c. Criação de referências técnicas para atendimento a esta população.
- d. Contato com entidades e CFP.
- e. Sugerir a criação de espaços para os movimentos sociais nos eventos promovidos pelo Sistema Conselhos;
- f. Disponibilizar nas site do CFP e CRP´s um espaço destinado a fala dos movimentos sociais.
- g. Dar visibilidade à atuação do psicólogo através de ações junto a movimentos sociais, programas e projetos de governo, entre outros,
- h. Que o Sistema Conselhos amplie os espaços de reflexão sobre o papel do psicólogo nas

políticas públicas e movimentos sociais.

i. Que o Sistema Conselhos desenvolva ações de defesa intransigente do respeito às diferenças contribuindo no avanço da superação dos preconceitos e das desigualdades;

j. Que as referências para a qualificação da atuação do psicólogo considere sempre o compromisso com o respeito à essas diferenças.

k. Ampliar e diversificar as comissões relacionadas ao debate de temas das políticas públicas e controle social nos conselhos regionais, de forma a se garantir que seus membros possam atuar como colaboradores dos Regionais nos conselhos de direitos, fóruns da sociedade e espaços do poder público.

l. Criar fórum de discussão da Psicologia onde as diversas representações conversem sobre a evolução das lutas da Psicologia, mantendo a unidade da política definida.

m. Fiscalização e monitoramento de instituições de privação de liberdade (abrigos, unidades de internação de cumprimento de medidas socioeducativas, comunidades terapêuticas, sistema prisional, etc.).

n. O Sistema Conselhos deverá buscar aproximação com a OEA para fins de: denúncia, orientação, consulta e debate sobre os temas relacionados.

o. Mobilizar esforços para cobrar do Estado a implementação de políticas públicas de acordo com os direitos humanos.

p. Estabelecer parcerias com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos tendo em vista a reabertura do diálogo sobre o referido Núcleo.

Nº Tese:	0135
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS - Psicologia e homofobia: o avanço e o fortalecimento em direitos humanos e políticas públicas garantindo a cidadania
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:52:06

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover o reconhecimento da livre orientação sexual e de identidade de gênero;
2. Preconizar o artigo 5.º da Constituição Federal de 1988 e assegurar os direitos à liberdade, igualdade, expressão de pensamento, livre atividade científica e comunicação em consonância com a Resolução CFP 001/99;
3. Que o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia posicionem-se contra práticas de homofobia em práticas de Psicologia.
4. Apoiar a promoção de políticas públicas de ações que visem a condição de LGBTTs-Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais como sujeitos sociais e políticos, visando a garantia de um atendimento integral, humanizado e de qualidade, em situação de violência, trabalho, saúde, educação, justiça e cultura.
5. Enfrentamento de homofobia (preconceito).
6. Criar uma Comissão Intersetorial, em âmbito nacional, de controle social, com fins de promover o fim das discriminações por gênero, orientação sexual, identidade de gênero, sexo, etnia, geracional e deficiência nos meios de comunicação, programas de auditório, humorísticos, etc
7. Fomentar as discussões sobre o combate a homofobia e trato com esse público.
8. Ampliar e reforçar o espaço do psicólogo no contexto da educação (principalmente no ensino fundamental e médio);
9. Promover encontros das categorias profissionais atuantes (ou não) na temática, em articulação com entidades LGBTT, com intenção de verificar demandas crescentes pertinentes a prática psicológica.
10. Que o Sistema Conselhos participe das discussões sobre a revisão do DSM IV-R e do CID 10.
11. Que o Sistema Conselhos promova discussões e parcerias com movimentos sociais sobre diversidade sexual.

Encaminhamentos:

- a. Garantir apoio às ações que fomentem a proteção e abrigos em políticas públicas;
- b. Garantir o desenvolvimento de um posicionamento político no Sistema Conselhos de Psicologia em defesa do direito à diversidade de orientação sexual; Estabelecer parceria com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e Relações Sociais;
- c. Garantir participação e representação como membros efetivos em Conselhos Estaduais e Municipais;
- d. Desenvolver campanhas amplas e temáticas junto à sociedade com a promoção da cidadania e combate a violência e a discriminação LGBTT-Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- e. Produzir vídeos e materiais didáticos com parceiros;
- f. Discutir o Projeto de Lei 122;
- g. Incentivar a participação da categoria no controle social de políticas LGBTT-Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- h. Criação de prêmios monográficos como forma de motivação para o não preconceito frente ao LGBTT-Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, levantamento de profissionais que tenham a prática e contribuição a categoria.
- i. Apoiar o Programa Nacional Brasil sem Homofobia e outras ações do movimento social em defesa dos direitos LGBTT-Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

- j. Apoio ao PL 122/08 que criminaliza a homofobia (preconceito).
- k. Apoio a propostas que contemplam a união civil entre pessoas do mesmo sexo.
- l. Apoio a propostas que contemplam a adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo.
- m. Criação de fóruns de debates nos CRPs.
- n. Buscar uma aproximação com a Academia para ampliação de produção científica sobre o tema Diversidade Sexual.
- o. Propor aos órgãos competentes a realização de debate nacional quanto ao assunto;
- p. Fomentar instituições a criar mecanismos e estruturas para ministrar , reclassificar e multar.
- q. Fortalecer iniciativas, apoiar, implementar e ampliar as ações voltadas a garantir o reconhecimento e o respeito da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero dentro dos CFP e CRPs
- r. Elaborar material educativo, orientando sobre o assunto,
- s. Em todas as propostas, onde aparecer homofobia, incluir com as demais especificadas Lesbofobia e Transfobia
- t. O CFP incentivar os CRPs ao debate permanente sobre o combate à homofobia. (Junto à Sociedade).
- u. Realizar gestões, junto aos órgãos competentes, acerca da inserção/ampliação do psicólogo no espaço escolar;
- v. Incentivar no profissional a participação em fóruns e espaços de legislação, para que o olhar da ciência psicológica exista e contribua na formação de leis na esfera local/nacional, relativas à diversidade sexual.
- w. Que o Sistema Conselhos procure as Comissões que estão fazendo a revisão do DSM IV-R e do CID 10 participe colaborando com a visão da Psicologia do compromisso social e dos Direitos Humanos.
- x. Construir parcerias com os movimentos sociais defendendo a diversidade sexual e os Direitos Humanos.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Diálogo com a sociedade e com o Estado

Tema: Diálogo com os diversos âmbitos institucionais, com os gestores públicos, poderes executivo e legislativo

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
136				
137				
138				
139				
140				
141				
142				
143				
144				
145				
146				
147				
148				
149				
150				
151				
152				
153				
154				
155				
156				
157				
158				
159				
160				
161				
162				
163				

Nº Tese:	0136
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - A disciplina de Psicologia no ensino médio
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:44:01

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. O Sistema Conselhos deve continuar e ampliar os debates sobre a inserção da licenciatura no Ensino Médio e EJA-Educação para Jovens e Adultos, promovendo ações mais efetivas na garantia da atuação dos profissionais.
2. Acompanhamento do desenvolvimento do sujeito, oportunizar relacionamento interpessoal, difundir a Psicologia como ciência e profissão
3. Mapear as ações preventivas existentes e divulgá-las visando subsidiar referências em políticas públicas e a construção da prática profissional.
4. Apoio ao projeto de Lei 105/2007 de inserção da Psicologia no Ensino Médio. Ampliação do debate sobre o tema, nacionalmente.
5. Articulações com as entidades da educação, Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e sindicais para aprovação do Projeto de Lei (PL).
6. O Sistema Conselhos deve continuar defendendo a inserção da Psicologia na Educação no Ensino Médio em parceria com entidades sindicais (Sindicato dos Psicólogos (SINPSI), Sindicato dos Professores do Ensino
7. Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).

Encaminhamentos:

- a. Gestão junto aos órgãos da Educação nos níveis federal, estaduais e municipais para inclusão da disciplina Psicologia.
- b. Articulação para revisão dos critérios de atribuição de aulas.
- c. Propor ao MEC promover o debate com entidades educacionais
- d. Garantir que a disciplina seja ministrada por psicólogos
- e. Parceria com as instituições que promovem a cultura de paz e a justiça restaurativa.
- f. Realizar ações junto ao Legislativo e ao Executivo, em âmbito nacional, visando apresentar as razões pelas quais o Sistema Conselhos de Psicologia vem defendendo a Psicologia no Ensino Médio.
- g. Ampliar a discussão com setores do Magistério, entidades da Educação e entidades estudantis para realização de ações conjuntas visando a aprovação do PL 105/2007.
- h. Realizar articulações com as entidades da educação, FENPB e sindicais para participar de propostas sobre políticas para o Ensino Médio.
- i. Articular com a categoria e entidades parceiras propostas de conteúdo para a disciplina de Psicologia no Ensino Médio.

Nº Tese:	0137
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - A inserção do psicólogo escolar/educacional na rede pública de ensino
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:41:00

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover um diálogo junto ao Congresso Nacional (Senadores e Deputados) sobre a implementação da proposta elaborada no Seminário Nacional de Educação em 2009, especificamente, a obrigatoriedade do psicólogo e do assistente social na equipe técnica das escolas públicas;
2. Mobilizar deputados estaduais e vereadores para que aprovem e/ou criem projetos de leis estaduais e municipais referentes à questão;
3. Acompanhar e mobilizar a categoria para a participação na criação e aprovação dos projetos de lei e emendas parlamentares que proponham a inclusão do psicólogo em instituições educacionais para crianças, adolescentes e jovens, bem como acompanhar a tramitação no Congresso Nacional.
4. Clarificar o papel do psicólogo no âmbito da comunidade de escolas;
5. Promover diálogos com as famílias na escola, garantindo assim a valorização da relação entre Psicologia, escola e sociedade;
6. Dinamizar a relação entre profissionais da Psicologia e Políticas de atuação profissional nos âmbitos: Municipal, Estadual e Federal.
7. Ampliação ou implantação da atuação do psicólogo na rede de ensino público.
8. Garantir a presença do profissional de Psicologia nas escolas públicas. Ênfase no trabalho interdisciplinar na escola.
9. Debater com o sistema de educação a atuação de psicólogos nas escolas e propor a criação de núcleos para atender a essa demanda de crianças com problema de aprendizagem dentro do município pois essas crianças acabam entre outras instancias que já estão muito demandadas.
10. As ações devem centrar-se no acompanhamento de projetos de lei e propostas de projetos que venham a constituir-se em ações e funções de participação profissional na política pública de Educação, na articulação política com as demais instituições legislativas e executivas.
11. Organizar a categoria dos Estados visando a discussão permanente de projetos de lei e emendas parlamentares que respondam às referências produzidas pelo Sistema Conselhos no campo da Educação.
12. Estratégias devem ser encontradas para viabilização do cumprimento da lei:
 - Discussão desse tema nas Comissões de Psicologia Escolar/Educacional;
 - Pesquisa e ajuda da Assessoria Jurídica;
 - Ação conjunta do CRP-08 e outros CR's para tratar dessa questão: mobilização e eventos, fórum de discussão.
13. Ampliar o número de vagas de psicólogo nas institucionais educacionais; Discutir com os gestores da educação a importância do profissionais psicólogo e os benefícios para a comunidade educacional e a sociedade.
14. Contratar um psicólogo para cada 200 alunos
15. Procurar esse órgão pleiteado no Conselho Nacional de Educação que a Psicologia participe desse órgão.
16. Sensibilizar a população quanto ao papel da Psicologia na Escola;
17. Definir referências para a atuação da Psicologia Escolar.
18. Sensibilização da sociedade, do Estado e da categoria para as questões voltadas à medicalização;
19. Acompanhamento dos PLs, nos 3 níveis (municipal, estadual e nacional) que proponham que os psicólogos atuem nas escolas fazendo diagnósticos e tratamentos de "doenças" ligadas à aprendizagem.

20. Dialogar, criar parcerias com as pessoas e instituições envolvidas nesse processo.

21. Conscientizar a população em geral a respeito do papel do psicólogo escolar.

Encaminhamentos:

a. Agendar reuniões para estabelecer parcerias com políticos para que se engajem na causa da presença do psicólogo e do assistente social na equipe técnica de instituições educacionais públicas.

b. Sugerir audiências públicas cujos temas sejam voltados à Contribuição da Psicologia na garantia de uma educação para todos;

c. Para a garantia das diretrizes, os Conselhos podem trabalhar com duas ações práticas:
- Estar presente na organização ou fomentar o desenvolvimento de eventos acadêmicos e de formação de educadores (Congresso, Colóquios, Seminários, Semanas Acadêmicas e Simpósios) que busquem esclarecer e conscientizar sobre o verdadeiro papel do educador e do profissional da Psicologia na escola.
- Na criação de um diálogo mais político e de cobrança junto ao poder legislativo municipal, estadual e federal no sentido de se fomentar e incentivar o cumprimento de leis que garantam vaga ao profissional de Psicologia em todas as instituições de Ensino de educação básica.

d. Que o conselho de Psicologia solicite a atuação do psicólogo juntamente ao ensino público. Para oferecer avaliação, intervenção e encaminhamento para atendimento.

e. Desenvolver projeto de Lei quanto a inserção de um profissional de Psicologia em cada escola pública como parte da equipe.

f. Mobilizar os Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação para elaboração de leis nos 3 níveis quanto a inclusão do profissional de Psicologia nas escolas públicas.

g. Criação do Comitê Nacional de Educação.

h. O CFP deve fazer gestão junto ao MEC no sentido de propor estratégias para a inserção do psicólogo nas escolas e em núcleos regionais.

i. Incentivar a participação do Sistema Conselhos em ações junto aos poderes instituídos, às entidades, à sociedade em geral, por meio de ampla discussão e divulgação.

j. Acompanhar as ações legislativas em âmbito dos municípios, estado e federação, divulgando as propostas de atuação da Psicologia no campo da Educação.

k. Plano de Ação - Ação conjunta do CRP: diálogo com dirigentes políticos, divulgação do trabalho do psicólogo nessa área, articulação com gestores para sensibilização do papel do psicólogo que atualmente não desempenha apenas a "clínica" e o (foco) individual.

l. Criar um canal de diálogo com os gestores e a sociedade a respeito dos benefícios que a profissão tem a oferecer.

m. Elaborar um projeto de lei e promover política para fortalecer o reconhecimento do psicólogo. Encaminhar para a Câmara dos Deputados para que seja criada a lei.

n. Propor cadeira dos Conselhos Regionais nos Conselhos Estaduais e participação de órgão (comissão formação) nesses órgãos.

o. Promover o debate com o Estado para a inserção do (a) Psicólogo (a) na Equipe das Escolas.

p. Manter permanente no Sistema Conselhos as Comissões de Educação para entre outras funções, cuidar da mobilização contra a medicalização e acompanhar os PLs;

q. Fazer campanha na mídia contra a medicalização;

r. Publicar e divulgar para a categoria material de orientação contra a medicalização;

s. Continuar as discussões trazidas pelo ano da Educação e divulgar, junto a sociedade, o papel abrangente do psicólogo escolar;

t. Fazer gestão junto às autoridades competentes para a inserção do psicólogo, via concurso público, no contexto educacional.

u. Qualificar os profissionais da Psicologia para atuarem no ambiente escolar.

v. Levar informações acerca do papel do psicólogo escolar para as famílias e a população em geral.

w. Capacitar o psicólogo escolar para um trabalho competente em equipe na escola, através de cursos de extensão.

Nº Tese:	0138
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - A inserção do psicólogo na política pública de assistência social
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:31:41

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Ampliar e fortalecer os espaços de dialogo entre a sociedade o Estado.
2. Fortalecimento do SUAS.
3. Articular em conjunto com o campo da assistência social para garantir o SUAS.
4. Realizar uma grande mobilização, via fórum de discussão e gestão junto aos poderes(executivo/legislativo) a aprovação do PL SUAS, nº tal.
5. Fazer gestão junto a Assistência Social para garantir efetiva do psicólogo na equipe multiprofissional do SUAS.
6. Dialogar com profissionais, estudantes e gestores/as públicos de modo a levantar ações de empoderamento das comunidades socialmente vulneráveis;

Encaminhamentos:

- a. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e demais conselhos profissionais, procurando delinear a interface existente na atuação profissional e estimular a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como política importante e eficaz;
- b. Promover espaço de discussão sobre a importância da atuação do Psicólogo na Política Publica de Assistência Social, em conjunto com os Gestores da Política nas três esferas de governo, considerando a legislação específica (PNAS, NOB SUAS, NOB RH)
- c. Estabelecer parcerias com entidades da Psicologia para debater e refletir acerca das políticas públicas na área do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- d. Buscar inserção no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para a produção de propostas de atuação do psicólogo, possibilitando a discussão de referências que garantam a qualidade técnica e o compromisso ético dos serviços prestados, fortalecendo assim o processo de inclusão do psicólogo no campo da assistência social (SUAS), em especial sua inclusão nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- e. Divulgar as praticas exitosas dos psicólogos na política publica de Assistência Social à Sociedade, através de veículos acessíveis aos usuários.
- f. Fazer gestão junto ao Poder Legislativo, através de participação em audiência pública, manifestos públicos, entre outras estratégias;
- g. Apoiar os fóruns de mobilização em prol da Política Nacional;
- h. Ter um espaço no site do Conselho com esta temática;
- i. Apoiar a regulamentação por lei da Política Nacional de Assistência Social.
- j. Defenda a regulamentação da Política nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
- l. Defenda a maior participação dos usuários nos espaços de controle social do SUAS, como os conselhos.
- m. Encaminhar em parceria com o Conselho Federal de Serviço Social e outras entidades, junto ao Estado a vigência na aprovação do PL SUAS.
- n. Criar espaços de discussão e debates no SUAS sobre o papel do psicólogo nas equipes multiprofissional nas de proteção básica e proteção especial.
- o. Promover o debate da temática através de GT's, seminários, encontros e oficinas, convocando universidades e profissionais de Psicologia, comunidades e a sociedade civil organizada;

p. Articular com as universidades e serviços públicos formas de atuação de estagiários/as de Psicologia em serviços como o CREAS, CRAS, dentre outros que atuem na política de garantia de direitos.

q. Estabelecer diálogos sistemáticos com as gestões de modo a participar da construção de políticas públicas pautando a atuação do/a psicólogo/a dentro das referidas comunidades.

Nº Tese:	0139
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Atendimento psicológico na rede pública de saúde
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:04:38

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fomentar o atendimento psicológico na rede pública de atenção à saúde
2. Apresentar uma contra proposta às atribuições determinadas para o psicólogo neste manual, com base nos documentos (resoluções, código de ética) da categoria.
3. Tomar como referência as recomendações da OMS e/ou outras Instituições/organismos internacionais que definem a quantidade de psicólogos por cada mil (1.000) pessoas da população.
4. Lutar para que os municípios que não atingem as recomendações possam aumentar a oferta de serviços públicos em Psicologia.
5. ABRIR CAMPOS DE TRABALHOS EM DIVERSOS SETORES ONDE ELES CONSIGAM MOSTRAR O SEU TRABALHO.
6. Criação de espaços / instituições públicas que ofereçam atendimento de saúde mental e drogadição, dentre outros, e estabelecimento de fluxo de encaminhamento.
7. Que os usuários do SUS tenham oferta de serviços psicológicos ambulatoriais mínima de 50% da quantidade e/ou demanda apresentada.
8. FAZER COM QUE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE , POSSIBILITE MAIS CARGOS DE PSICOLOGIA NO SUS, EM ESTAR DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE ATENDER TODA A DEMANDA, DO MUNICIPIO DE SEU PORTE, HAVENDO PROJETOS DE PREVENÇÃO EDUCATIVOS E SOCIAIS CONSIDERANDO A CULTURA E CIDADANIA NA SOCIEDADE. RECONHECENDO O TRABALHO DO PSICÓLOGO JUNTO COM OUTROS PROFISSIONAIS.
9. Garantir, enquanto política de Estado, diálogo transversal nas áreas de atenção prestadas a saber: saúde, direitos humanos, justiça, educação e segurança pública, com o objetivo de assegurar uma assistência integrada.

Encaminhamentos:

- a. Solicitar a participação do conselho regional de Psicologia junto aos órgãos públicos, apresentando projetos sociais de atendimento psicológico aos setores carentes da sociedade.
- b. Enviar um documento ao MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) com uma proposta para as atribuições dos psicólogos nesta política pública específica que seja convergente com normatização da categoria, por exemplo, destacando que o código de ética veda periciar quem é ou foi paciente.
- c. Realizar pesquisa através do CREPOP para construção das referências do atendimento psicológico nesta política pública específica.
- d. Calcular o número de psicólogos por mil pessoas em todas as unidades da Federação de acordo com políticas setoriais de Assistência, Saúde, Educação, etc.
- e. Articular junto às representações políticas municipais, estaduais e federais a fim de pressionar/recomendar contratação de psicólogos e assim aumentar a oferta de serviços.
- f. PARTICIPAÇÃO E ACOMPANHAMENTO NAS CONFERENCIAS PUBLICAS (SAUDE PUBLICA, SAUDE MENTAL E DEMAIS) PARA SUSCITAR , NO ÂMBITO DO ESTADO A PARTICIPAÇÃO E A REFLEXÃO DA IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO TRATO DAS QUESTÕES E DEMANDAS SOCIAIS;
- g. EXIGIR A INTEGRAÇÃO EM EQUIPES MULTIDISCIPLINARES E AMPLIAÇÃO EM NOVOS POSTOS DE TRABALHO COMO É AO EXEMPLO DO NASF;
- h. CONSCIENTIZAR GOVERNANTES E PREFEITOS DA IMPORTÂNCIA DOS PSICÓLOGOS, NAS MACRO E MICRO INSTITUIÇÕES DO ESTADO E NÃO ACEITARMOS QUE SEJAM SOMENTE AS PROFISSÕES TRADICIONALMENTE SOLICITADAS.

- i. Discussão nos Conselhos Regionais (Fóruns); Fortalecer os Fóruns de Medidas Socioeducativas; Propor o tema nos demais espaços de discussões. Propor a ampliação da discussão do atendimento psicológico nos Conselhos Municipais de Saúde e Conselhos Municipais Anti-drogas
- j. Realizar um levantamento desta realidade; Articular com as instâncias federais, estaduais e municipais a implantação dos ambulatórios de Psicologias, urgentemente.
- k. MANIFESTAR A SOCIEDADE COM O ESTADO, E O PAÍS, EM DIÁLOGAR COM O PODER PÚBLICO, IMPONDO A INSERÇÃO DE PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS DE SAÚDE. COMO FAZER: O CRP PUBLICANDO, FILMANDO, OU SEJA LUTANDO JUNTO COM A SOCIEDADE, RECONHECENDO O TRABALHO DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO COM ÉTICA E RESPEITO, E SENDO VALORIZADO PERANTE AUTORIDADES, E OUTROS PROFISSIONAIS.
- l. Garantir a participação dos profissionais nos eventos e discussão com a sociedade.
- m. Capacitação e acompanhamento do Conselho na divulgação e aprimoramento de mecanismos de atuação
- n. Mobilizar profissionais, Ministério Público e outras instituições que assegurem direitos e representantes da sociedade para favorecer maior mobilização e efetivação das ações e controle social.

Nº Tese:	0140
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Atestado Psicológico
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:25:52

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que o Sistema Conselhos articule junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência Social exigindo o reconhecimento da legitimidade da emissão de atestados por parte dos psicólogos, legitimando a Res. CFP 015/96.

Encaminhamentos:

a. Que o conselho Federal de Psicologia proponha ao Ministério do Trabalho e Emprego, projeto de Lei instituindo a legitimidade da emissão e do reconhecimento dos atestados produzidos por psicólogos;

Nº Tese:	0141
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Atuação da Psicologia na promoção de Direitos Humanos e da Saúde Mental.
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 19:09:58

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Incentivar e disseminar experiências de profissionais que atuem na promoção de saúde mental e direitos humanos;
2. Lutar pela finalização dos hospitais de custódia e a proibição de construção de novos ou de instituições similares que os substituam. Aliado a isso, garantir a efetiva inclusão/extensão da atenção em saúde mental ofertada pelo SUS-Sistema Único de Saúde aos que cumprem medida de segurança e seus familiares, nos moldes da Lei 10.216/01
3. Construir junto à gestão pública e junto à sociedade espaços de inserção do psicólogo que possam atuar junto à promoção de saúde, incidindo sobre a saúde mental;
4. O CRP deveria se mobilizar para garantir a Lei 10216 da Reforma Psiquiátrica para que haja mais serviços substitutivos de saúde mental, para garantir a qualidade do tratamento de pessoas com transtorno mental;
5. Organizar debates públicos; Criar metas de diálogos com o Governo;
6. Montar grupos de discussão com representantes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); Promoção da cultura dos direitos humanos das pessoas em privação de liberdade;
7. Atuação frente às políticas públicas e órgãos de controles sociais e direitos humanos;
8. Refletir sobre de que forma a Lei 10216/01, que trata da proteção dos direitos dos portadores de transtornos mentais, pode ser tanto divulgada como efetivada na prática;
9. Discutir e promover a ampliação do modelo substitutivo com o fechamento de leitos nos hospitais psiquiátricos;
10. Promover a participação da sociedade civil nos Conselhos Gestores;
11. A presença e atuação das Comissões de Reforma Psiquiátrica no município deve existir como dispositivo do avanço da Reforma Psiquiátrica e também dispositivo de construção dos serviços de saúde mental.
12. Ao CRP terá o compromisso de assegurar a perspectiva da atuação no SUS bem como garantir os direitos em conjunto frente às outras categorias;
13. Atenção as práticas integrativas e complementares e as portarias ministeriais atenção práticas inovadoras;
14. Que o CRP atue em verificação as condições a que um profissional pode estar exercendo a profissão em seus referenciais (que precisam ser legitimados) e de acordo com uma linha conceitual (ainda não discutida também) e encaminhar ao sindicato o que de sua alçada.
15. Viabilizar encontros e reuniões das equipes multidisciplinares das Unidades de Saúde Mental, que permitam discussões sobre os serviços prestados no cotidiano dos profissionais da área.
16. atuar de modo a contribuir para aceleração da implementação da reforma psiquiátrica.
17. Que o Sistema Conselho mantenha sua política de incentivo aos Movimentos Sociais, especialmente ao Movimento da Luta Antimanicomial através da Rede internúcleos da Luta Antimanicomial.
18. Apoiar e fortalecer a luta pela Reforma Psiquiátrica;
19. Organização de fóruns regionais;
20. As comissões de saúde dos conselhos junto com outras profissões e secretarias estaduais e municipais devem promover dialogo das políticas de financiamento junto ao ministério da saúde;
21. Influência no entendimento e conscientização das instâncias gestoras para políticas públicas de inserção do psicólogo como representante da saúde mental do município.

22. Mobilizar parlamentares, organizações, movimentos sociais e sociedade em geral para defender a garantia da efetiva interiorização dos serviços substitutivos em Saúde Mental.

23. Criar uma comissão nacional representativa para atuar junto a Secretaria dos Direitos Humanos e outros organismos que legislem sobre a matéria.

Encaminhamentos:

a. Lançar editais e prêmios relacionados à prática de profissionais do campo da promoção de saúde mental e direitos humanos;

b. Dialogar com os espaços de decisão de políticas públicas para a participação do/a psicólogo/a em programas de Governo que trabalhem com a promoção da saúde mental e direitos humanos;

c. Pautar junto aos Ministérios Federais a criação de editais referentes à promoção de saúde mental;

d. Fazer gestão junto ao Estado e sociedade civil organizada, em parceria com entidades afins. Gestão junto às Secretarias e Conselhos de Saúde de gestão pública para a implementação de políticas que contemplem a reforma psiquiátrica;

e. Fazer gestões junto ao executivo e ao Controle Social no sentido de implementação dos NASFS, de modo que estes cumpram seu papel de apoio à saúde da família.

f. Mobilização junto aos municípios, Ministério Público para aumentar os serviços de saúde mental nos municípios, para não ter que retroceder e manter os hospitais psiquiátricos;

g. Fortalecimento da parceria com o DEPEN (Departamento Penitenciário) e Secretarias envolvidas nos órgãos de controle;

h. Parceria com o Estado, outros conselhos de classe e sociedade para reflexão relacionada ao fim do encarceramento;

i. Fortalecimento da parceria com órgãos de saúde para implementação efetiva do pacto de saúde, que consiste em reformas pactuadas entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais no Sistema Único de Saúde (SUS).;

j. Articular e promover junto aos movimentos sociais a participação de psicólogos, demais trabalhadores, usuários e familiares nos Conselhos Gestores e nas Conferências de políticas públicas;

l. Fazer gestão permanente junto ao Ministério Público Federal e Estaduais para a efetivação da Reforma Psiquiátrica e criação de conselhos gestores em todos os serviços.

m. Viabilizar via Comissões de Saúde do Conselho um diálogo com o poder público municipal para propor a instalação das Comissões de Reforma Psiquiátrica no município. Estas devem ser compostas de usuários, profissionais e representantes dos órgãos do governo.

n. Publicizar nos meios de comunicação do CRP as ações do Conselho Estadual de Reforma Psiquiátrica;

o. Preconizar o que delibera-se em Conferências públicas (Saúde Pública, Saúde Mental e demais) para suscitar, no âmbito do estado a participação e a reflexão da importância do psicólogo no trato das questões e demandas sociais;

p. Exigir a integração em equipes multidisciplinares e ampliação em novos postos de trabalho como é ao exemplo do NASF;

q. Conscientizar a própria categoria e seus contratantes da valorização dos psicólogos no SUS, em macro e micro instituições do estado e não aceitarmos que sejam somente as profissões tradicionalmente solicitadas a comporem equipes através de concursos;

r. Acompanhamento com os conselhos municipais para auditorias convocando também o sindicato em caso de fiscalizações.

s. Articular ações que orientem os setores envolvidos com a área de saúde mental (profissionais, usuários, familiares e comunidade) a respeito da importância da realização de encontros e reuniões das equipes multidisciplinares das Unidades de Saúde Mental. Tais encontros viabilizam que o serviço prestado atenda a demanda e caminhe de acordo com a proposta da instituição.

t. Realizar ações junto aos gestores para melhor cumprimento da lei 10.216/2001, extinguindo os manicômios e criando serviços substitutivos em números adequados, conforme preconiza a Lei.

- u. Fazer gestões junto aos organismos competentes para o pleno funcionamento nacional da comissão revisora das internações involuntárias e do PNASH, composta de equipe multiprofissional e MP.
- v. atuar, junto ao legislativo, a fim de alteração do inciso 1º do art. 97 do código penal brasileiro, no que tange ao prazo indeterminado da medida de segurança de internação;
- w. Definir ações de parceria com a Rede internúcleos;
- x. Participar da construção coletiva das atividades da Rede Internúcleos;
- y. Disponibilizar estruturas, quando houver necessidade, considerando as possibilidades e autonomia do Sistema Conselhos;
- z. Realizar eventos em parceria com a Rede Internúcleos para proporcionar uma reflexão crítica quanto à dívida histórica da Sociedade para com as pessoas com Transtorno Psíquico;
- aa. Fazer gestão em conjunto com a ABEP na Comissão Nacional de Residência Multiprofissional, bem como através da Secretaria Nacional de Gestão do Trabalho no Ministério da Saúde;
- ab. Participar dos Fóruns de Educação Permanente e de reuniões do CONASS, CONASEMS, COSEMS.
- ac. O Sistema Conselho de Psicologia junto com as demais entidades da Psicologia e outras entidades da sociedade deve fortalecer o debate sobre a ampliação da rede de atenção psicossocial, priorizando o debate sobre a extensão do horário de atendimento;
- ad. Pautar a discussão na sub região da Subsede;
- ae. Promover dialogo das politicas de financiamento com o ministério da saúde. O CFP deverá discutir com o ministério da saúde novas alternativas de financiamento e faturamento dos serviços de saúde mental;
- af. Apoiar projetos, políticas públicas, leis e diálogos com instituições gestoras e políticas, em todas as instâncias para garantia de atendimento de qualidade no âmbito da Psicologia;
- ag. Esclarecer a população em geral do papel do psicólogo e importância deste no município; e sobre o exercício de cidadania - direitos e possibilidade de cobrá-los dos gestores.
- ah. Através de campanha nacional visando conscientização e mobilização social;
- ai. Através da manutenção e fortalecimento do apoio aos movimentos sociais como a RENILA - Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial.;
- aj. Nos municípios que possuam os critérios estabelecidos pelo SUS, possam ser implantados os CAPS II e o CAPS Infantil;
- al. Garantir na atenção básica o trabalho de saúde mental, em prol da redução de danos, especialmente quanto ao uso de álcool e drogas.

Nº Tese:	0142
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Avaliação psicológica para renovação de Carteira Nacional de Habilitação
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:05:40

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover/propor avaliação psicológica na renovação das CNH para todos os condutores, independente da categoria.
2. Promover um movimento em âmbito nacional, parecido com o movimento do veto em 1998, que sensibilize tanto a sociedade quanto os órgãos executivos e legislativos sobre a importância da avaliação psicológica na renovação da CNH de todos os condutores.

Encaminhamentos:

- a. Conselho Federal DE Psicologia fazer gestões junto aos órgãos oficiais (DENATRAN, CONTRAN, DETRAN) que regularizem as legislações pertinentes ao trânsito.
- b. Intervenção do CFP, junto aos órgãos oficiais para inserir a avaliação psicológica, a todas as categorias e em todas as renovações, nas legislações pertinentes ao trânsito.
- c. Projeto de Lei para modificação do Código Nacional de Trânsito Brasileiro (CNTB) como avaliação psicológica na renovação da CNH para todos os condutores independente das categorias, como no antigo CNTB.

Nº Tese:	0143
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Concurso público para psicólogo
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:02:20

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que o Sistema Conselhos, além da criação de referências para atuação profissional, através da atuação junto aos gestores possa ajudar na regulamentação sobre a questão das vagas em concursos públicos, para que os cargos quando para psicólogos sejam específicos seguindo pelo menos as especialidades já existentes em resolução do Conselho Federal de Psicologia e com bibliografia condizente.
2. Garantir o numero de psicólogo de acordo com as demandas do serviço a ser atendida.
3. Instaurar reserva de mercado quanto à inserção de psicólogos em órgãos públicos, garantindo a participação efetiva e eficaz da classe frente tais atuações.
4. Realizar concursos públicos nas diversas áreas do campo da Psicologia jurídica.
5. Articulação do sistema conselho com os órgãos responsáveis pelos editais.
4. Ampliar o diálogo com os individuos que detem o poder para estarem promovendo mais vagas para os profissionais
5. Parceria com as instituições privadas por meio de convênios
6. Abrir espaços para atuação do psicologo enriquecerá a ciência da Psicologia.
7. Criar diretrizes de cada campo, disponibilizando-as aos gestores para a consideração na elaboração de editais de contratação.
8. Ampliação do número de vagas para o cargo de Psicólogo no poder judiciário.
9. Apoiar a elaboração de um Projeto de Lei que vise a regulamentação de critérios para os concursos públicos com vagas para psicólogos definindo: que a responsabilidade na elaboração da prova de conhecimentos específicos seja de Psicólogo(a) devidamente inscrito(a) no CRP-12; obrigatoriedade de citação de bibliografia referente à prova de conhecimento específico de acordo com a política publica e/ou programa; que o nº de vagas seja proporcional às reais necessidades da sociedade / demanda.
10. Estabelecer estratégias de divulgação profissional, em suas diversas áreas de atuação, às outras categorias profissionais e ao público-alvo;
11. Continuar a política de diálogos com as entidades formadoras;
12. Fortalecer o papel do CREPOP.

Encaminhamentos:

- a. Que o Sistema Conselhos atue junto aos órgãos legislativos com intuito de regulamentar os concursos públicos com vagas para psicólogos.
- b. Organização de pesquisas para evidenciar a demanda para atuação do psicólogo
- c. O CRP estar presente no legislativo para defender e garantir a inserção do psicólogo ns políticas públicas.
- d. Estabelecer critérios de contratação e determinação de vagas em tais instituições.
- e. O Sistema Conselhos deve promover nos seus regionais palestras, veiculação nos meios de comunicação, encontros com gestores das diversas areas com o fim de divulgar o papel do psicologo no serviço publico.
- f. Criar uma comissão de orientação e acompanhamento para assessorar a elaboração de editais públicos de contratação de psicólogos.
- g. Concurso público e nomeação de profissionais para o cargo de Psicólogos.

- h. Articular e desenvolver juntamente com o Sindicato dos Psicólogos do Estado um PL sobre Concursos Públicos;
- i. Articular juntamente como o Sindicato dos Psicólogos primeiramente junto à categoria e depois junto aos legisladores para pautar esse projeto.
- j. Fomentar o estabelecimento de uma discussão de políticas de divulgação da profissão com a participação do FEMPB;
- k. Continuar e fortalecer a política do concurso de especialista e entidades formadoras (nível pós-graduação).
- l. Apoiar a produção e discussão da teoria em grupos interprofissional e/ou multiprofissional
- m. Que o Sistema Conselhos atue junto ao CNJ para imediata realização de concurso publico.
- n. Atuação dos conselhos de Psicologia na formulação dos editais para realização de concursos públicos para psicólogos jurídicos, prevendo os conteúdos programáticos e qualificação para o cargo.

Nº Tese:	0144
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Condições de Trabalho do Psicólogo
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:52:42

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Apoiar as entidades de classe em relação à luta para melhoria de condições de trabalho da categoria.
2. Que parceria fique bem estabelecida e que possa ser equilibrada entre o CFP, os CRs e os sindicatos atuando com mais precisão no atendimento as reivindicações pertinentes aos diversos campos: novos ou não, com um grande ou pequeno contingente de profissionais.
3. Gestão junto ao estado a fim de garantir condições éticas de trabalho;
4. Ações junto a Conselho e sindicatos;
5. Discussão com o estado de penas alternativas;
6. Incentivar o avanço das estratégias de cuidados do psicólogo da saúde mental, através de programas de supervisão clínica e institucional e grupos de estudos.
7. Oferecer mecanismos de assessoramento e proteção aos psicólogos que exercem suas funções em órgãos públicos ou outros para que sejam resguardados os procedimentos técnicos e éticos do exercício profissional.
8. Tal mecanismo visa não permitir a ingerência de gestores ou outros que coloquem em situação de risco pacientes, clientes e o próprio profissional psicólogo.
9. Empoderamento do psicólogo através do respaldo de seus órgãos de classe.
10. Garantir a continuidade e ampliação da proposta e da funcionalidade do GT no Sistema Conselhos com os sindicatos de psicólogos e federação nacional dos psicólogos.
11. Atuação efetiva do Conselho e do Sindicato
12. Valorização profissional através do piso salarial
13. Fiscalização do Conselho para apontar irregularidades
14. Defender os psicólogos em exercício profissional.
15. Combater o aviltamento econômico, na esfera pública e privada.
16. Discutir políticas públicas para inclusão dos psicólogos no mercado de trabalho
17. O CFP em parceria com a FENAPSI e CUT; conselhos e sindicatos regionais; deverão promover debates em cada uma das regiões do país, com as universidades, com os gestores públicos e empresas privadas e públicas que oferecem vagas de estágio e emprego a estudantes e/ou profissionais, a fim de discutir sobre as condições e relações de trabalho que se apresentam aos trabalhadores psicólogos, dando ciência do seu papel profissional, em suas várias áreas de atuação, e a importância de seu fazer para a sociedade.
18. É necessário criar indicativo sobre a carga horária e o número de atendimentos para o psicólogo na instituição. Assim as instituições precisam se adequar ao número de profissionais psicólogos a sua demanda, melhorando a qualidade do trabalho do psicólogo e ampliando as contratações.

Encaminhamentos:

- a. Divulgar junto à categoria as lutas pela melhoria de condições de trabalho;
- b. Realizar em conjunto com as entidades de classe eventos que abordem a temática das relações de trabalho;
- c. Implantar uma comissão sobre relações de trabalho nos CRPs.

- d. ACOLHER AS REIVINDICAÇÕES SEM A DISTINÇÃO DE QUE SETOR ELA PERTENÇA;
- e. CRIAR MECANISMOS DE OUVIDORIA PARA ACOLHER E ENCAMINHAR AS QUEIXAS DOS PROFISSIONAIS;
- f. Promover fóruns para que a categoria manifeste-se.
- g. Acompanhamento e sugestão de produção acadêmica a estudos determinantes.
- h. Realização de censos: jurídicos de outras condições especiais; ampla informação a dar subsídios a categoria em determinados contextos.
- i. Sistema Conselhos fortalecer ações para adequação das condições físicas e administrativas de trabalho nas unidades prisionais junto ao Ministério da justiça;
- j. Realizar parceria entre sindicatos e Sistema Conselhos para encaminhamento das condições de trabalho;
- k. Promoção de encontros periódicos sobre a atuação do psicólogo juntamente com a secretaria responsável pelo sistema prisional local;
- l. Sistema Conselhos possa promover encontros com outros profissionais (serviço social, médicos, cientistas sociais, etc.) para um debate multidisciplinar
- m. Fazer gestões junto aos órgãos competentes, através de projeto de Lei ou outro instrumento legal para que haja um percentual mínimo de investimento em estratégias de cuidado dos psicólogos trabalhadores da saúde mental.
- n. Ampliação das ações de orientação e fiscalização.
- o. Maior divulgação do serviço do psicólogo para a classe profissional e rede social.
- p. Fomentar a criação do GT nos estados onde não ocorre.
- q. Articulação entre Conselho e Sindicato
- r. CFP articular politicamente pela defesa do piso salarial
- s. Visitas do Conselho nos locais públicos
- t. Através das comissões regionais, diagnosticar as demandas dos psicólogos.
- u. Trazer o debate das questões do mundo do trabalho, e não as questões trabalhistas, para o interior dos Conselhos Regionais, a partir das demandas, para estabelecer políticas públicas posteriores.
- v. A Política de Valorização do Trabalho do Psicólogo só poderá se consolidar se todas as Entidades da Psicologia trabalharem em conjunto para sua efetivação. Dessa forma, o Sistema Conselhos, juntamente com a FENAPSI, com a CUT e outras centrais sindicais, deverão promover campanha nacional sobre a atuação do profissional psicólogo na sociedade, chamando a atenção para a importância de seu fazer em contraponto, com a precarização das condições de trabalho que se apresentam, a esta categoria, na atualidade.
- w. Fazer parceria com CREPOP, sindicatos e CPF.

Nº Tese:	0145
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Condições de Trabalho do psicólogo nas Políticas Públicas
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:37:40

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Regulamentar as práticas psicológicas no âmbito das Políticas Públicas, bem como as condições de trabalho, visando a qualidade dos serviços e a promoção da saúde mental do trabalhador psicólogo.
- 2 Estabelecimento de piso salarial.
3. Adequação de local de trabalho e fornecimento de material / recursos / equipamentos para execução de ações.
4. Realização de concursos públicos.
5. Oferta de cursos de extensão e capacitação
6. Apresentar o trabalho do psicólogo no campo das políticas públicas e reforçar o mecanismo de processos seletivos públicos (concurso público) como forma de contratação que viabiliza a continuidade do trabalho, bem como discutir demais formas de vínculo.
7. Os municípios não oferecem vínculos empregatícios efetivos, afetando diretamente a qualidade do atendimento quando os psicólogos detectam falhas que são da própria gestão e os mesmos se sentem impotentes em questionar, reivindicar, uma vez que põe em risco a permanência no emprego
8. Que o conselho apoie a criação de uma resolução que fortaleça a intervenção do sindicato frente as condições de trabalho
9. Fortalecimento por parte do conselho às representações dos sindicatos para discussões regionais
10. Cobrar do Estado Fóruns, Seminários e Debates voltados a responsabilidade social das organizações de trabalho para prevenção e conscientização sobre a problemática e sua relevância na sociedade.
11. Que a Psicologia se reafirme no contexto das políticas públicas de modo a promover amplamente a cultura de direitos e cidadania.
12. Garantir que as discussões realizadas nos fóruns sejam legitimadas através da da liberação de profissionais, em horário de trabalho, considerada como parte do seu exercício profissional.

Encaminhamentos:

- a. Fortalecer a categoria profissional no sentido de um em poderamento frente à gestão pública.
- b. Integração conselho / sindicato para viabilizar piso salarial e carga horária para o psicólogo.
- c. Fiscalização do conselho aos locais de atendimento do psicólogo que atua em políticas públicas, para apoiar o psicólogo em suas reivindicações a respeito de Adequação de local de trabalho e fornecimento de material / recursos / equipamentos para execução de ações.
- d. Articulação do conselho junto aos órgãos públicos para viabilizar concursos públicos na área das políticas públicas
- e. Integração conselho / universidade com o objetivo de viabilizar cursos de extensão e capacitação em políticas públicas.
- f. Aproximação com federações de municípios, com representantes do poder executivo municipal, para estabelecimento de diretrizes que apontem a forma de contratação de psicólogos a partir de parâmetros territoriais, populacionais e campos de atuação, auxiliando os municípios na compreensão das possibilidades de trabalho do psicólogo, diante das diferentes demandas dos municípios.
- g. Que o Sistema Conselhos de Psicologia discuta a política de Recursos Humanos do SUAS e

tenha uma atuação mais efetiva frente ao Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

h. Provocar o Ministério Público que atente para as condições precárias de trabalho dos psicólogos do SUAS.

i. Estimular a realização de reuniões por regiões pelo sindicato para discussão das diversas problemáticas do profissional psicólogo.

j. Apoiar o processo de normatização de instrumentos capazes de legitimar as intervenções do sindicato.

k. O CRP deve estar atento a problemática e levar a frente na conscientização para que possa ser pensada uma intervenção sobre a temática.

l. Incentivar, em parceria com o sindicato, a participação dos psicólogos nos espaços de gestão de segmentos públicos e nas equipes multiprofissionais.

m. Em parceria com o sindicato buscar garantir junto aos gestores públicos a efetivação das políticas públicas, esclarecendo questões referentes à atuação do psicólogo em equipes multiprofissionais, garantias de condições de trabalho, número de profissionais necessários, capacitação dos profissionais etc.

n. Que o Sistema Conselho (em conjunto com os Sindicatos e instituições afins) encontre modos de oferecer aos psicólogos capacitação básica sobre os temas do Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas, bem como sobre as construções da Psicologia nessa interface.

o. Intensificação da relação do Conselho com as instituições;

p. A normatização da legitimidade da participação dos profissionais no Fórum de Debate.

Nº Tese:	0146
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Diálogo com as instâncias governamentais
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:09:05

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Para mostrar aos vereadores, deputados e senadores que a Psicologia está atenta aos seus trabalhos;
2. Para ser um instrumento de acompanhamento e controle social sobre o trabalho parlamentar;
- 3.. Apresentar nas agências regulatórias, conselhos setoriais, câmaras de poder legislativo, bem como acompanhar representantes políticos nas questões relativas aos psicólogos, de modo contínuo, constante, permanente;
4. Formar comissão permanente para acompanhamento dos antiprojetos de lei;
5. Promover interação entre o legislativo municipal e a categoria visando inserir o profissional na confecção, no desenvolvimento e avaliação dos projetos desenvolvidos;
6. Divulgar as pesquisas do CREPOP em reuniões periódicas com gestores e os profissionais psicólogos;
7. Promover eventos de discussão interdisciplinar e integrá-la com as ações das comissões temáticas e quando necessário, formar grupos de trabalho;
8. Plano conjunto de ação - realização da forma descentralizada;
9. Faz-se necessário um posicionamento desses junto aos Gestores no que diz respeito ao papel/atuação da Psicologia nos diferentes espaços de Políticas Públicas, para então esse diálogo alcançar com alta voz a sociedade;
10. Orientar pela colocação dos psicólogos nas equipes multiprofissionais.
11. Através de grupos de discussão entre o Sistema Conselhos e os gestores de saúde, onde se apresente, inclusive, trabalhos já realizados na área de gestão e atuação do psicólogo;
12. Pleitear uma participação mais ativa para conquistar os espaços políticos em ações coordenadas entre CFP e CRPs.
13. Estratégias eficazes para mobilização/sensibilização dos atores políticos nos meios ordinários do Estado democrático de direito, ou seja, nos instrumentos e mecanismos dos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário;
14. Produtividade no estabelecimento de conexão com os movimentos sociais. (Redes) Maior participação política e inserção em todas as estâncias. (Executivo, Legislativo, Judiciário);
15. O Sistema Conselhos deverá abrir canais de discussão junto à estas estruturas;

Encaminhamentos:

- a. Que ao final de cada plenária, nos 18 regionais, sejam emitidos documentos formais (ofícios, cartas, petições - versando sobre um tema em voga) aos políticos a fim de manter o diálogo e o acompanhamento das ações destes representantes;
- b. Buscar orientação jurídica, podendo contratar escritórios (sociedades advocatícias) para tanto e publicitar periodicamente os andamentos processuais, projetos de leis e afins;
- c. Formar comissão permanente para acompanhamento dos antiprojetos de lei;
- d. Propor ao legislativo municipal instituição de regulamento que torne necessário a admissão de psicólogo no desenvolvimento dos projetos sociais;
- e. Plano conjunto de ação (sede) - busca de estratégias e elaboração de diretrizes para ações junto aos gestores (descentralização: seções e representações setoriais dos CRPs).
- f. No plano, deve constar propagação de informações e conhecimento que visem um maior

entendimento do trabalho do psicólogo, das ações dos CRPs, incentivo à participação dos psicólogos nos eventos e comissões temáticas, parceria nas ações políticas prioritárias para a região;

g. O Plano conjunto de ação deve ganhar força em eventos macrorregionais em parceria com as secretarias municipais e recursos do Estado;

h. Pesquisa dentro do DF quanto as dificuldades de dialogar com o Estado mostrando a necessidade da intervenção do CFP/CRP, definindo a atuação dos dois conselhos e em que casos cada um deve/pode atuar;

i. Através de grupos de discussão entre o Sistema Conselhos e os gestores de saúde, onde se apresente, inclusive, trabalhos já realizados na área de gestão e atuação do psicólogo;

j. Aumentar a participação dos psicólogos nas atuações dos 03 poderes;

k. Que o CFP faça gestão nas esferas do poder público;

l. Criação e promoção de seminários regionais envolvendo o Estado e a Sociedade nas discussões bem como a divulgação destes eventos.
Conselhos;

m. Fórum de debates com profissionais, diretores e responsáveis pelo funcionamento destas instituições;

n. Deliberar e normatizar a inclusão dos psicólogos nos diversos programas públicos. fortalecer junto ao poder público discussões a respeito da atuação do psicólogo dando continuidade à realização das pesquisas do CREPOP. divulgar os cadernos temáticos em diversos meios de comunicação;

o. Promover espaços para discussões intersetoriais.

Nº Tese:	0147
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Diálogo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Sindicato e Federação dos Psicólogos
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:11:34

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Propor em conjunto com os Sindicatos e Federações alterações e aprimoramento na CBO ao MTE e a garantia de que os registros em Carteira de Trabalho do profissional de Psicologia sejam no cargo e função de Psicólogo, quando realiza atividades relacionadas a função de psicólogo, ao invés de registrá-lo com outra ocupação.
2. Promover em conjunto com os Sindicatos e Federações alterações e aprimoramento no CBO junto MTE e garantir que os registros em Carteira de Trabalho do profissional de Psicologia sejam no cargo e função de Psicólogo e não de outra ocupação
3. Que o Sistema Conselhos encaminhe ao M.TE o texto revisado acerca da profissão de psicólogo no CBO.
4. Promover esta discussão no sistema conselho de Psicologia a fim de estabelecer parâmetros no sistema a respeito do fazer do profissional de orientação e fiscalização.
5. Elaborar descrições do cargo do psicólogo de orientação e fiscalização adequado com o seu fazer na entidade, a fim de fortalecer a profissão Psicologia dentro do próprio sistema conselho.
6. Incentivar o profissional ue atua neste referido cargo a participar da construção deste processo.
7. Promover discussão no Sistema Conselhos de Psicologia sobre esta situação.
8. Incentivos as entidades formadoras a participar de uma construção de cargo, mais atual.
9. Incentivar os profissionais que atuam como psicólogos clínicos a participar de uma descrição de cargo condizente com a realidade atual.
10. Atualizar o CBO de acordo com as práticas atuais do psicólogo escolar.
11. Apoiar os Sindicatos e Federações nas alterações e aprimoramento no CBO junto MTE e garantir que os registros em Carteira de Trabalho do profissional de Psicologia sejam no cargo e função de Psicólogo e não de outra ocupação.
12. Promover política para que o M T E reconheça o Atestado Psicológico como legítimo.

Encaminhamentos:

- a. Articular e desenvolver em conjunto com os Sindicatos estudos para promover o aprimoramento da CBO e da forma de registro em Carteira de Trabalho dos trabalhadores Psicólogos.
- b. Criar GT para produzir a revisão do texto do CBO;
- c. Articular diálogo com o órgão competente no sentido de demonstrar a importância de atualização da CBO, a fim de adequar este instrumento de modo que torne mais condizente com as atuações atuais do profissional.
- d. Articular diálogo com órgão competente do Ministério do Trabalho, no sentido de mostrar a importância de atualização do CBO do psicólogo clínico.
- e. Provocar a discussão nos CRPs garantindo uma proposta de atuação profissional pautada na ética e no compromisso social em conformidade com as necessidades da demanda e da área de atuação.
- f. Buscar elementos descritos no Seminário Nacional de Educação que ampare as expectativas profissionais.
- g. Garantir uma atuação profissional coerente com a realidade.
- h. Realizar encontros com a categoria para revisar a proposta do CBO
- i. Propor alterações no CBO, Dialogar com o Ministério do Trabalho sobre o problema

j. Articular e desenvolver em conjunto com os Sindicatos estudos para promover o aprimoramento do CBO e da forma de registro em Carteira de Trabalho dos trabalhadores Psicólogos

k. Encaminhar ao Senado Projeto de Lei que regulamenta na esfera federal o Atestado Psicológico.

Nº Tese:	0148
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Fortalecimento da atuação da Psicologia e ampliação da compreensão do fazer do psicólogo no SUS
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:59:08

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Trabalhar visando a ampliação da compreensão do papel do trabalho da Psicologia no SUS, tanto no âmbito interno da profissão, quanto no nível gestor do SUS.
2. Apresentar a Psicologia como uma das profissões habilitadas a colaborar na elaboração de um projeto que tem como propósito buscar a reestruturação dos processos de trabalho na área da saúde e do SUS.
3. Atuar em âmbito nacional visando a revisão da remuneração do psicólogo no sus.
4. Lutar por condições dignas de trabalho para os psicólogos no SUS, considerando o avanço científico, elevando assim a eficiência e eficácia do trabalho.
5. Enfocar a educação continuada, elemento essencial para o trabalho do psicólogo na esfera do SUS.
6. Elaborar e estruturar uma política de educação continuada, partindo da avaliação de necessidades do próprio sistema, com vistas à interdisciplinaridade.
7. Proposições nas Conferências de Saúde Pública para garantir a presença do Psicólogo.
8. Criação de colégios eleitorais para gestores.
9. Criar mecanismos para discussão do problema entre profissionais da área.
10. Discussão do Sistema Conselho junto aos órgãos competentes para a criação do cargo de psicólogo junto as equipes de Estratégia de Saúde da Família, garantindo acesso da população a atendimento psicológico
11. Articular discussões com os diversos níveis dos serviços públicos e com as instituições formadoras.
12. Divulgar suas ações, informando a atuação do psicólogo e de sua importância junto à comunidade, difundindo informações sobre saúde mental e fazendo uma identificação das pessoas portadoras de transtornos de qualquer ordem e que tenham comprometimentos emocionais que demandem assistência psicológica;
13. Garantir espaço para tratamento terapêutico para que as pessoas possam trocar experiências e desenvolver suas potencialidades, a fim de usa-las de forma mais adequada no atendimento de suas necessidades, esperando-se, com isso, beneficiar não apenas o seu quadro clínico, mas também despertá-las para seu potencial na construção de uma vida com mais qualidade;
14. Propor a implantação de políticas públicas de atuação do psicólogo na equipe do Programa de Saúde da Família para que haja colaboração desse profissional e uma maior integração no tratamento do usuário do serviço.
15. Que o Sistema Conselhos de Psicologia estabeleça diálogo com o Ministério da Saúde para se elaborar critérios para o repasse de verba pelos hospitais conveniados ao SUS aos profissionais contratados.
16. Valorização do profissional da Psicologia para compor as equipes de saúde da família.
17. O Sistema Conselhos terá como objetivo sua ampliação de participação nas instâncias de gestão e controle social do SUS e se alinhará com a defesa do SUS como política de estado, e com modelo de assistência integral, focado na promoção de saúde.
18. Refletir sobre a distribuição geográfica que institui pólos regionais, no setor de saúde (Departamentos Regionais de Saúde) de uma forma mais equitativa.
19. Criar projetos de lei que inclui o psicólogo como membro fundamental e obrigatório nas equipes de saúde.
20. O Sistema Conselhos deve produzir material informativo e divulgá-los aos gestores públicos

sobre a importância do profissional psicólogo na rede básica, junto a uma articulação política, bem como preocupar-se com diretrizes em relação à integração de serviços especializados já existentes das secretarias municipais com a efetiva colocação de psicólogos na rede básica.

Encaminhamentos:

- a. Estabelecer um programa nacional em parceria com a FENAPSI, sindicatos dos psicólogos e outras entidades afins, em prol da revisão remuneratória e das condições de trabalho dos psicólogos no SUS.
- b. Buscar articulação entre o Sistema Conselhos de Psicologia, FENAPSI (Federação nacional dos psicólogos - entidade sindical), Ministério do Trabalho e parlamentares amigos da Psicologia, para a construção e aprovação de um projeto de piso salarial para os psicólogos X carga horária semanal, evitando-se a prática corriqueira de salários aviltantes para os psicólogos na área da saúde pública.
- c. Buscar junto ao Ministério da Saúde enfatizar o papel do psicólogo enquanto profissão extremamente indispensáveis à promoção, prevenção e cuidado da saúde.
- d. Articular com os Conselhos Estaduais, Municipais e com os Gestores desses dois âmbitos para garantir a presença do Psicólogo na Atenção Básica a Saúde (UBS, PSF etc).
- e. Criação de política voltada para qualidade do serviço sus, com mais democracia, compromisso do gestor com o sus, mais motivação dos servidores.
- f. Movimentos e campanhas para contratação de psicólogos para atuação no SUS.
- g. Atuar junto aos órgãos do controle social e nos poderes constituídos: administrações públicas federais, estaduais e municipais e instituições formadoras.
- h. Que o CFP faça gestão junto ao Ministério da Saúde, propondo a inserção do psicólogo(a) no Programa de Saúde da Família, com o objetivo de interdisciplinarizar o tratamento para toda a comunidade que se sirva desse programa.
- i. Que o Sistema Conselhos de Psicologia crie um grupo de trabalho nacional para se pensar um piso de referência para os serviços prestados por profissionais contratados por hospitais conveniados ao SUS.
- j. Garantir a participação e presença efetiva da área da Psicologia nas instâncias para definições e deliberações das políticas e ações da Estratégia de Saúde da Família (ESF).
- k. O Sistema Conselhos fará gestão para ampliação da sua participação na gestão comissões, grupos, etc. e do controle social do SUS.
- l. Discutir o tema com a categoria e divulgar posições/notas/documentos.
- m. Favorecer a discussão junto aos conselhos de saúde, propiciando que o psicólogo componha a equipe mínima nas unidades de atenção básica;
- n. Dialogar com o poder público para que sejam revistos os critérios de instalação dos serviços de saúde, principalmente os de alta complexidade.
- o. Ação articulada junto aos demais conselhos de classe, visando problematizar a distribuição geográfica dos serviços de saúde, favorecendo a atenção integral da saúde e a interdisciplinaridade.
- p. Acionar os órgãos competentes para criação desta leis.
- q. Promover debates sobre como funcionam as rede de saúde, educação e assistência no que diz respeito ao trabalho do psicólogo.
- r. Formular diretrizes e promover a viabilização do trabalho dos psicólogos na rede básica para que estes possam auxiliar de forma "integrada" com os serviços especializados já existentes.

Nº Tese:	0149
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Fortalecimento do sindicato
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:01:31

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Reestruturar essa separação de função existente entre o Sistema Conselhos e Sindicato, de forma que o Sistema Conselhos consiga reformular sua legislação, possibilitando maior participação efetiva na luta dos direitos da classe e uma maior representação e atuação nas instâncias políticas municipais, estaduais e federal.
2. Apoiar a formação do Sindicato de psicólogos e o fortalecimento onde já existem.
3. Conscientização durante a formação acadêmica da importância das lutas na categoria de psicólogos.
4. Articular via Sistema Conselhos a aprovação de legislação que regulamente a jornada de trabalho e o piso salarial da categoria de psicólogos.
5. Promover parceria entre sindicato e sistema Conselho com o objetivo de valorizar a atuação do profissional da Psicologia.
6. Estabelecer canal de comunicação entre as entidades da Psicologia
7. Identificar temas de interesse da categoria;
8. Otimizar/criar espaços de discussão e consenso de temas de luta comum entre Conselhos e movimento sindical da Psicologia;
9. Identificar e acordar espaços de representatividade da Psicologia nas diversas instâncias da sociedade.
10. Fortalecer e apoiar o sindicato (inclusive financeiramente se necessário) para que ele possa exercer a sua função com autonomia e competência.
11. Instituir parâmetros regulamentadores, gerais e específicos, para o funcionamento do sindicato dos Psicólogos.
12. Apoiar determinadas ações do sindicato que possam conjugar força de trabalho e contribuir para divulgação das funções específicas de cada um (CRPs x Sindicatos)
13. Trabalhar junto ao sindicato os valores referência remuneratórios da categoria de acordo com a pesquisa que obteve os valores de referência nacional de honorários dos psicólogos realizada em conjunto pelo CFP, CRPs, Fenapsi e sindicatos a fim de facilitar o diálogo do sindicato com dirigentes do poder legislativo e executivo
14. Realizar eventos em parceria com o sindicato que divulguem o trabalho e funções diferenciadas de cada um que possam incentivar a participação dos psicólogos nessas instâncias políticas
15. Fortalecer a interface Sindicato-Conselho. Fomentar legislação trabalhista para empregabilidade do Psicólogo.
16. Fortalecer a profissão
17. Fortalecimento do sindicato e luta pelo piso salarial, carga horária, plano de cargos e salários, etc.
18. Que o conselho junto ao sindicato incentivem espaços de dialogo para fortalecimento dos elos trabalhistas.
19. Incentivar e orientar a categoria para mobilização e criação dos sindicatos e ou fortalecimento dos sindicatos existentes.
20. Contribuir com esclarecimento da demanda da categoria.
21. Encaminhar demanda para sindicato

Encaminhamentos:

- a. Criação de legislação específica.
- b. O Sistema Conselhos de Psicologia apoiar o Sindicato de psicólogos na sua área de base. Viabilizar.
- c. Reivindicar junto aos órgãos competentes e como o poder público legislativo estadual e federal a aprovação do Projeto de Lei que define piso salarial do psicólogo.
- d. Formulação de Projeto de Lei que regulamente a jornada de trabalho do profissional psicólogo em 30 horas semanais, junto aos poderes legislativos e executivos estadual e federal.
- e. A partir das discussões anteriores dar continuidade as ações intensificando a fomentação e parceria do sistema Conselho e Sindicato.
- f. o Sistema Conselhos de Psicologia deve apoiar a categoria na formação e fortalecimento de suas organizações como: ABEP, Sindicato e outras, respeitando a autonomia de cada uma delas.
- g. Consolidar resultados de discussões ocorridas no âmbito dos dois sistemas;
- h. Tornar públicas as discussões consensadas nas instâncias de discussão, visando o envolvimento da categoria e da sociedade em geral.
- i. Que o CFP viabilize medidas que despertem o interesse dos psicólogos para integrarem e atuarem nos sindicatos.
- j. Fomentar a discussão do tema Sindicato e Profissão dentro das Universidades para possibilitar a formação de um profissional mais crítico e político.
- k. Incentivar as discussões sobre Sindicato e Profissão também no interior, em subseções e/ou microrregiões.
- l. Criar ações fiscalizadoras e freqüentes para a manutenção das normas existentes que regem o sindicato dos Psicólogos.
- m. Criar uma parceria para apoiar e acompanhar as ações realizadas pelo sindicato dos psicólogos.
- n. Reuniões periódicas com o sindicato para apoiar ou discutir ações prioritárias da categoria que possuem relação com as atribuições do CRP.
- o. Parceria em alguns eventos
- p. Fortalecer a interface com o sindicato.
- q. Conselho mobilizar o sindicato existente, reestruturando-o, de forma a criar uma profissão forte e reconhecida.
- r. Que o conselho apoie o sindicato, fortaleça-o com o objetivo de engajar na luta pelo piso salarial, carga horária, plano de cargos e salários, etc.
- s. Que o Sistema Conselhos dê continuidade a relação de parceria com os sindicatos dos psicólogos conforme já proposto no VI CNP.
- t. Divulgar as orientações e diretrizes - para criação dos sindicatos junto aos conselhos regionais.
- u. Estabelecer parcerias dos conselhos junto aos sindicatos para ações conjuntas visando o fortalecimento coletivo.
- v. Fornecer informações e esclarecimentos acerca do papel do CRP e sindicato

Nº Tese:	0150
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Garantir espaços para o trabalho dos psicólogos nos esportes
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:24:46

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Constituir diálogos com o Estado e o controle social no sentido de estabelecimento de políticas públicas que garantam a presença de no mínimo 1, profissional psicólogo junto a cada equipe desportiva, bem como junto aos programas de inclusão social através do esporte;
2. Inclusão do cargo de Psicólogo do Esporte nos órgãos que administram o esporte atualmente em nosso país: Ministério do Esporte, Comitê Olímpico e Paraolímpico, Secretarias Municipais do Esporte e Lazer, assim como sua participação em ações voltadas a Atividade Física e Qualidade de Vida da sociedade;
3. Criar um "estatuto" que proteja estes jovens atletas e suas famílias destes logistas e que exija que toda instituição pública ou privada que trabalhe com a formação de atletas, tenha uma equipe multidisciplinar;
4. Promover a junção das olimpíadas unindo as diferenças, diversidade humana que aí se apresentam;
5. O sistema Conselhos incluir na sua pauta de discussão sistemática a participação nesses dois eventos importantes que são as olimpíadas e paraolimpíadas;
6. O sistema Conselho incluir na sua pauta de discussão sistemática esses dois eventos que vão colocar o país na vitrine mundial do esporte;
7. Proporcionar incentivos para práticas voltadas à Psicologia Esportiva no que se refere à integração com profissionais da área da Educação Física, utilizando o exercício físico e o esporte como instrumentos terapêuticos que permitam a promoção de saúde mental, inclusive como pratica de humanização.

Encaminhamentos:

- a. Fazer gestões junto aos órgãos de Estado competentes (Ministério do Trabalho, dos Esportes, da Saúde e outros) e junto aos órgãos de controle social para demonstrar a importância do trabalho do psicólogo dos esportes nos campos da alta performance e da inclusão social;
- b. Trabalho de conscientização e sensibilização realizada pelo Conselho Federal de Psicologia sugerindo aos órgãos competentes a inclusão do cargo de Psicólogo do esporte nos contextos esportivos já citados e justificando sua importância para a sociedade;
- c. A discussão tem que ser aberta com a sociedade, os atletas e seus familiares, o estado, profissionais e principalmente com o Judiciário, para viabilizar a proteção e orientação a este jovem atleta;
- d. Estabelecimento de diálogo com órgãos competentes sobre o tema;
- e. O sistema Conselhos faça busca dos Comitês, federações, Instituições de Ensino visando se apropriar dessa realidade. Fazer busca dos Comitês Organizadores desses eventos a fim de mais informações que subsidiem ações para efetiva participação nesse importante momento esportivo/político nacional, garantindo assento nas discussões;
- f. Realizar eventos científicos organizados em conjunto pelos Conselhos de Psicologia e Educação Física;
- g. Incentivar os cursos de graduação em Psicologia e Educação Física a realizarem atividades teóricas e práticas em conjunto para que os graduandos possam ter contato com a área da Psicologia Esportiva antes de entrar no mercado de trabalho.

Nº Tese:	0151
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Implementação da NOB-RH/SUAS
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:22:59

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Criar e apoiar espaços de discussão sobre a NOBRH , buscando garantir sua implementação.
2. Apoiar em conjunto com as ações de fiscalização das drads sobre o cumprimento da nobrh/suas;
3. Em parceria com sindicatos estabelecer parâmetros.

Encaminhamentos:

- a. Intensificar o diálogo com MDS, CFESS, Fenapsi, Fenas e Fórum dos Trabalhadores promovendo um debate para a implementação da NOBRH a nível nacional, fortalecendo a prática profissional e garantia dos direitos dos trabalhadores da PNAS / SUAS.
- b. Estabelecer parcerias junto a DRADS;
- c. Estabelecer parcerias junto ao sindicato da categoria profissional;
- d. com a implantação do nasf- núcleo de apoio a saúde da família divulgar referências e parâmetros de atuação numa linha conceitual;
- e. Propor discussões com os conselhos municipais para que os mesmos cobrem do poder público municipal, estadual e federal, solicitação de apoio do ministério público para que se cumpra a nobrh/suas.

Nº Tese:	0152
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Legislação do trabalho do psicólogo em instituições hospitalares
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:35:12

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Mobilizar parlamentares e organizações sociais, como parceiros, para articular a aprovação do PL 077/2003 e promover discussões para uma maior divulgação da lei PLS nº 077/2003 entre os psicólogos e na sociedade sobre a obrigatoriedade hospitalar em hospitais públicos e privados;
2. Defender a reversão do orçamento destinado a manutenção dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) para a construção de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Residências Terapêuticas e suporte financeiro - BPC (Benefício e Prestação Continuada), "de volta pra casa", Cooperativas, etc. - para os egressos dessas instituições;
3. Inserção do psicólogo nos serviços noturnos dos hospitais;
4. Definição de parâmetros embasados em pesquisas, e com respaldo legal, para identificar os critérios necessários para dimensionar o número mínimo de psicólogos nas unidades hospitalares;
5. Divulgação dos psicólogos que atuam na área da saúde (Fazer vigorar o cadastro nacional dos psicólogos);
6. Que o Sistema Conselhos se utilize dos conhecimentos acadêmicos e princípios do SUS que garantam a inserção dos psicólogos nos diversos contextos hospitalares;
7. Divulgação para o Estado e sociedade da importância desse profissional;
8. buscar a efetiva inserção deste profissional nos hospitais e se atentar para as condições de trabalho existentes nesses espaços.

Encaminhamentos:

- a. Iniciar uma Campanha Nacional no sentido de mobilizar a sociedade para o reconhecimento da necessidade de profissionais de Psicologia nos hospitais - públicos e privados;
- b. Definir parâmetros que estabeleçam o quantitativo de psicólogo em relação aos leitos da Instituição hospitalar;
- c. Mobilizar a categoria para fazer intervenção junto aos seus parlamentares para garantir a aprovação do referido Projeto de Lei.
- d. Fazer gestão junto aos poderes Executivo e Legislativo, em pareceria com entidades afins.
- e. Articulação do Sistema Conselhos com órgãos públicos para viabilizar concursos na área de Psicologia hospitalar para atendimento noturno.
- f. Articulação com setor legislativo para propor lei que exija o psicólogo no hospital em período noturno.
- g. Propor legislação para espaldar a proposição, como ocorre com a enfermagem e outros profissionais da saúde.
- h. Acompanhar o PLS 077/2003. Fazer abaixo-assinado para que o PLS 077/2003 seja votado. Criar GT's para estudar propostas de criação de resolução referente ao tema proposto;
- i. gestão junto a políticas públicas de saúde nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal).
- j. divulgação da importância da atuação do psicólogo nos diversos contextos hospitalares.
- k. Ampliação da construção de referências para a atuação do psicólogo no contexto hospitalar.
- l. Buscar estruturar Políticas Públicas no âmbito hospitalar que incluam a Psicologia como uma categorial profissional necessária / importante.
- m. Buscar articulação junto ao sindicato dos Psicólogos no sentido de: estimular / cuidar para a inclusão dos Psicólogos nestes espaços; criar condições de trabalho nestes espaços; criar condições de trabalho no quesito salarial e de carga horária.

Nº Tese:	0153
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Mobilização para alteração da legislação (ANS).
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:24:32

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que não haja mais na Lei 9656/98 nenhuma referência a necessidade do encaminhamento médico para a realização de atendimentos Psicológicos;
2. O Sistema Conselhos deverá garantir junto ao Estado que o exercício da Psicoterapia nas políticas do país seja realizado por psicólogos ou médicos. Afirma-se assim a exigência da biprofissionalidade nas relações do campo das psicoterapias com o Estado;
3. Conseguir aumento nos valores pagos pelos planos de saúde.
4. O Sistema Conselhos trabalhar junto a ANS para modificação de questões importantes como a inclusão do profissional psicólogo e não do seu fazer psicoterapia, e diversificação dos serviços oferecidos;
5. Promover a inserção de psicólogos em convênios (planos de saúde) para aumentar as possibilidades de mercado de trabalho e o acesso da população aos serviços psicológicos;
6. Que os usuários da Saúde Suplementar tenham garantia ao atendimento das suas necessidades em relação ao cuidado em Saúde Mental;
9. Realizar um levantamento do cenário atual da realidade do profissional Psicólogo em sua relação com as Operadoras de Saúde;
10. Em posse destes dados, analisar os mesmos obtendo assim informações que possam servir de base para discussão com a categoria e demais envolvidos, permitindo que ações efetivas sejam planejadas e tomadas de modo a garantir o fortalecimento da presença do Psicólogo no espaço da Saúde Suplementar no Brasil
11. Lutar contra o PL do Ato Médico para que assim esta prática arbitrária não se perpetue;
12. Atuar junto aos planos de saúde investigando a real necessidade desse encaminhamento;
13. Que o CRP se mobilize com vistas à promoção de condições adequadas de trabalho e remuneração, aos psicólogos que trabalham em convênios, combatendo a limitação do número de sessões;
14. Promover a divulgação junto a população pelo direito de acesso a saúde mental;
15. Lutar pela elaboração de uma portaria nacional que institua a liberdade do psicólogo sem o vínculo médico;
16. Definir projetos que norteiem a atuação do profissional na área da saúde;
17. Garantir o espaço do profissional de Psicologia como atuante na área da saúde;
18. Atuar em conjunto com Sindicatos e Federações para a conquista e manutenção do reconhecimento das especificidades da Psicologia junto aos Planos de saúde e convênios em geral; Promover esclarecimentos à categoria sobre as discussões e negociações sobre saúde suplementar
19. Articular com o Sindicato e Federação a atualização dos valores e procedimentos da Tabela de Referência de Honorários, para que os profissionais recebam o devido reconhecimento financeiro;

Encaminhamentos:

- a. Mobilização política do Sistema Conselhos de forma a alterar a Lei 9656/98 e, conseqüentemente, as demais leis e resoluções que na referida Lei se baseiam;
- b. defesa da autonomia do psicólogo no exercício de sua prática profissional;
- c. Articular, pautar e encaminhar a questão junto ao Estado Federal, Estadual e Municipal. Manter um canal permanente de gestão junto aos órgãos, vide ANSS, com o intuito de salvaguardar um

território histórico de exercício profissional dos psicólogos;

d. Esclarecer os gestores competentes dos órgãos públicos sobre os valores de referencia nacional de honorario dos psicologos;

e. Atuar junto aos planos de saude desenvolvendo ações que promovam a conscientização da importância do trabalho do psicólogo e da necessidade de valorizar esta profissão, inclusive remunerando os serviços de acordo com a tabela de valores de referencia nacional de honorario dos psicologos;

f. Fazer ingerência junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar para modificação da RN nº 167, para inclusão do profissional psicólogo;

g. Criação da tabela de referência de serviços de Psicologia para as operadoras de plano de saúde;

h. O Sistema Conselhos realizar articulações com entidades competentes (Ministério da saude, estado e municipio) para conseguir efetivar a inserção de psicólogos em convênios (planos de saúde);

i. Que o CFP faça gestão junto à ANS para atender aos direitos do acesso ao tratamento da saúde mental na Saúde Suplementar;

j. Que o CFP mobilize a categoria através de um amplo debate sobre o cuidado em saúde mental na Saúde Suplementar;

k. Divulgar para a sociedade, através de instrumentos informáticos e midiáticos, os direitos dos usuários em relação à Saúde Suplementar.

o. Os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia devem realizar uma pesquisa junto a todas as Operadoras de Saúde em âmbito Nacional para levantar dados a respeito da atuação do profissional Psicólogo junto às mesmas;

p. Em posse dos dados acima mencionados, o Sistema Conselhos deve se debruçar sobre estes, destacando assim informações que venham a subsidiar os debates e as ações entre a categoria e os demais atores envolvidos na questão da Saúde Suplementar no Brasil;

q. Autonomia do beneficiário em poder escolher diretamente no convênio qual tipo de profissional irá atendê-lo, sem necessidade do encaminhamento médico;

r. Que o Conselho mobilize e apoie o Sindicato na Luta pela definição, junto às operadoras e convênios, do valor mínimo a ser pago ao psicólogo por cada sessão;

s. Levar propostas ao Ministério da Saúde que não tenha restrições ao numero de sessões.

t. Firmar parceria entre CFP e Ministério da saúde para elaboração da legislação;

u. Convocar psicólogos de todo o país para elaborar o projeto de atuação e aprovar em nível nacional;

v. Estabelecer parcerias com sindicatos para implementações de políticas públicas de saúde sob o enfoque da Psicologia;

w. Constituição de um GT no CFP que desenvolva um trabalho articulado com o Sindicato e Federação dos Psicólogos para a conquista de melhores condições de trabalho do psicólogo de trabalha com saúde suplementar e com convênios;

x. Encaminhar essas demandas junto a ANS;

Nº Tese:	0154
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Psicologia e saúde do trabalhador
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:01:17

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Apresentação ao MTE de proposição de protocolo contemplando a investigação de condições ambientais e da organização do trabalho que possam resultar em sofrimento ou adoecimento mental do trabalhador e propor que o cargo de agente fiscal do MTE (atualmente multidisciplinar) possa também ser exercido por psicólogo, ou seja, que o psicólogo possa integrar a equipe de auditoria.
2. O Sistema Conselhos de Psicologia, por meio do Conselho Federal de Psicologia - CFP promova ações junto aos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde e Previdência Social no sentido do reconhecimento pleno do atestado psicológico.
3. Apresentação ao Ministério de Previdência Social, ao Ministério da Saúde e ao Conselho Nacional de Saúde, para garantir a seguridade social, de proposição de protocolo contemplando a leitura dos condicionantes sociais e das condições e organização do trabalho que possam resultar em sofrimento e/ ou adoecimento mental ao trabalhador e propor que o psicólogo, assim como outros profissionais, possa integrar a equipe de perícia da Previdência Social para avaliação da capacidade de trabalho do segurado.
4. Participar da consulta pública e apresentar oficialmente aos Ministérios da Saúde, Previdência Social, Trabalho e Meio Ambiente alguns estudos, à semelhança do apresentado na cartilha do CREPOP sobre Saúde do Trabalhador, onde reafirme a necessidade de medidas específicas de proteção e promoção da saúde mental o trabalhador.
5. Exigir que o profissional psicólogo seja exigência obrigatória nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e que nos casos de adoecimento mental seja exigida perícia psicológica e na perícia médica. Enquanto isso não for possível, que o psicólogo seja exigido como perito assistente nos casos de adoecimento mental.
6. Gerir junto ao governo federal a formação de equipes e projetos para executar a reabilitação no INSS
7. Legitimar o trabalho do psicólogo para auxiliar na avaliação da capacidade laboral do trabalhador acometido por um adoecimento mental.
8. Buscar meio de tornar obrigatória a participação do psicólogo nestas equipes, certamente que com formação e preparo para atuar neste campo.
9. Reconhecimento da importância do tema e atuação do Sistema Conselhos em relação a esta problemática.
10. Elaboração de um PL que estabeleça a presença de Psicólogo do Trabalho no quadro funcional a partir de um nº x de empregados para atuar com saúde do trabalhador
11. Contribuir para saúde mental para atender os direitos com as relações do trabalho. Empresas com mínimo 80 funcionários.
12. Necessidade de criar, ampliar e qualificar espaços de participação de psicólogos e demais trabalhadores;
13. Promover agenda de trabalho decente.

Encaminhamentos:

- a. Promover debates com os profissionais e estudiosos que atuam na área, a fim de elaborar protocolo de investigação sobre as questões de gestão, organização, relações e condições de trabalho observadas como fatores causadores de sofrimento e adoecimento mental nos estudos da Psicologia do Trabalho e na Análise Ergonômica do Trabalho.
- b. O Sistema Conselhos deve promover debates internos a respeito das ações de registro e notificação dos transtornos mentais, dada a necessidade da incorporação dessa prática no dia a dia do psicólogo, bem como dialogar com as IES, associações e outras instituições formadoras no sentido de assegurar a capacitação do psicólogo para a realização de diagnóstico com o devido

rigor ético e técnico.

c. Promover debates com os profissionais e estudiosos que atuam na área, a fim de elaborar protocolo de investigação sobre as questões de gestão, organização e condições de trabalho observadas como fatores causadores de sofrimento e adoecimento mental nos estudos da Psicologia do Trabalho e na Análise Ergonômica do Trabalho.

d. Promover debates com os profissionais e teóricos que atuam na área, a fim de produzir estudos contemplando também ações da Psicologia que não estejam relacionadas apenas a atuação do psicólogo na Saúde do Trabalhador- RENAST/SUS como também as questões de gestão, organização e condições de trabalho observadas como fatores causadores de sofrimento e adoecimento mental nos estudos da Psicologia do Trabalho e na Análise Ergonômica do Trabalho.

e. Participar das discussões de formulação das políticas de Saúde Mental;

f. Organizar os psicólogos em torno de bandeiras que mobilizem toda categoria e promova ações intersetoriais na rede pública.

g. Contatar aos ministérios e espaços onde CFP estiver representado;

h. Buscar apoio com projetos de lei para efetivar a política pública de reabilitação prevista pelo INSS.

i. Executar reuniões com as entidades envolvidas no processo de saúde e segurança do trabalhador (MPT, MS, INSS);

j. ampliar essa tese para os conselhos das outras categorias que atuam na saúde e podem auxiliar na perícia;

k. encaminhar tese para o Congresso, Senado e Representações nacionais da categoria.

l. Apresentar proposta para apreciação na CPTO, formulando projeto para ser levado e debatido na assembléia legislativa.

m. Necessidade de atuação junto ao Conselho Nacional/Estaduais de Saúde para formação e implantação da CIST (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador) em todos os municípios;

n. Discutir junto ao poder público a implantação do CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) regionais que contem com equipe mínima de atenção à saúde do trabalhador, não podendo prescindir da presença do psicólogo;

o. Atuação conjunta dos Conselhos de Psicologia e Conselhos de Saúde, Sindicato e FENAPSI- Federação Nacional dos Psicólogos;

p. Promover fóruns de debate com os profissionais de RH para que reconheçam a atuação do psicólogo na empresa de modo integral, incluindo a saúde do trabalhador.

q. Elaborar em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos do Estado de SC um PL que estabeleça a presença do psicólogo nas organizações de trabalho, instituições públicas e privadas atuando com a saúde do trabalhador.

r. CFP advogar junto aos órgãos competentes.

s. Apoiar a agenda de trabalho decente e discutir estratégias junto a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e sindicatos sobre a precariedade do trabalho, condições decentes de trabalho, vínculo e jornada dos trabalhadores, inclusive psicólogos.

Nº Tese:	0155
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Piso salarial e carga horária para o Profissional Psicólogo
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:49:39

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fomentar a mobilização da categoria;
2. Fortalecer as instâncias parceiras;
3. Articular com representantes políticos, sociais, etc.
4. Reivindicação junto ao Sistema Nacional de Saúde, e reivindicação junto aos órgãos gestores das instituições de saúde conveniadas e reivindicação junto as secretarias municipais de saúde que repassa a verba do SUS às instituições.
5. Articular em conjunto com o Sindicato e Federação dos Psicólogos junto à Câmara dos Deputados para o desarquivamento do PL1898/91 com subsídios para as atualizações necessárias a este PL
6. Buscar a efetivação do projeto de lei que regule a carga horária máxima de atuação psicólogo sem redução salarial.
7. Discussão junto ao sindicato de se estabelecer um piso salarial para a categoria. Discussão deste mesmo tema junto aos RHs dos órgãos públicos.
8. Definição do Piso Salarial;
9. Obrigatoriedade de espaço de atuação do Psicólogo em diversas áreas (como educação, esporte, lazer, empresas, etc.).
10. Lutas de piso salarial mínimo para a classe, junto as entidades Sindicais.
11. Estabelecer um piso salarial, considerando campos de atuação e carga horária de trabalho.
12. Regulamentação da carga horária e piso salarial
13. Fomentar a discussão no Congresso Nacional a fim de estabelecer piso salarial digno à classe.
14. Buscar outras entidades parcerias com confederação e sindicatos.
15. Uma maior articulação com sindicato de classe para possibilitar a fiscalização
16. Criar leis que preservem o direito ao piso salarial estabelecido para que seja possível a realização de um trabalho digno.
17. Parcerias com entidades sindicais
18. Parcerias com as instâncias que votam as leis
19. Elaboração de projetos cuidando do cuidador
20. Redução da carga horária de 6h para 4 h
21. Descontos em consultas e compra de medicamentos

Encaminhamentos:

- a. Articular nas universidades, conselhos de classe, plenárias, conferências e congressos;
- b. Promover intersetorialidade nas ações.
- c. Estabelecimento de interlocução entre o CFP e suas regionais, junto ao Ministério da Saúde, ratificando a isonomia salarial prevista na lei do SUS
- d. Solicitar, juntamente com Sindicatos e Federações, à Câmara dos Deputados o

desarquivamento do PL.

e. Mobilização do congresso do senado, para aprovação do projeto e maior articulação entre Conselho e Sindicato de Categoria e destes com o Estado.

f. Que o Sistema Conselhos promova discussões com o Sindicato para a criação de um piso salarial mínimo.

g. Que o Sistemas Conselho junto com o sindicato, crie mecanismos para impedir editais que coloquem valores muito baixo, desvalorizando o profissional e sua atuação.

h. Demandar do Estado o estabelecimento de tal piso.

i. Que o Sistema conselhos articule politicamente para aprovar a lei do piso salarial e da carga horária do psicólogo.

j. Criação do GT para discutir o estabelecimento deste piso.

k. Fiscalização destes editais (CRP e/ou CFP).

l. Atraves destas parcerias com outras entidades.

m. Articulação a partir do SINPSI com o Sindicato dos Servidores Municipais, através do Sistema Conselhos, para o fortalecimento da política salarial e de redução de jornada, contemplando as discussões sobre o Projeto de Lei de redução de jornada de trabalho em tramitação.

n. Fortalecer a tese para votação no VII CNP

o. Fazer reuniões no CRP com a temática piso salarial e carga horária.

p. Esclarecimentos jurídicos - piso salarial, aposentadoria, planos de saúde, outros.

q. Esclarecimento sobre vínculos duplos (município, estado e federal).

Nº Tese:	0156
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Projeto de Lei do Ato Médico
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:15:37

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Dar continuidade às ações contra a aprovação do projeto de lei do Ato Médico

Encaminhamentos:

Dar continuidade às ações:

- a. de sensibilização dos parlamentares, entidades, profissionais e cidadãos contra a aprovação do projeto de lei do Ato Médico
- b. nacionais promovidas pelo Fórum de Entidades Nacionais de Trabalhadores da Área de Saúde (FENTAS) / Conselho Federal de Psicologia (CFP)
- c. articulação com entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), tais como Conselho Nacional de Estudantes de Psicologia (CONEP)/Conselho Regional de Estudantes de Psicologia (COREP) , Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH), Associação Brasileira de Ensino em Psicologia, Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI)
- d. articulação com movimento estudantil e da sociedade civil
- e. articulação com Conselhos e entidades de outras categorias profissionais

Nº Tese:	0157
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Psicologia e Centros de Formação de Condutores
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:09:29

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Articulação com os órgãos responsáveis pela regulamentação do trânsito, em nível Federal, Estadual e Municipal.
2. Promover a formação de equipes interdisciplinares, observando a proporcionalidade dos profissionais e a demanda da sociedade.
3. Inserir disciplinas da área da Psicologia na ementa dos cursos para condutores, viabilizando a inserção do psicólogo nestes cursos.

Encaminhamentos:

- a. Pautar nas reuniões com o Contran a importância da formação de equipes interdisciplinares nos Centros de Formação de condutores para promover sensibilização e formar consciências comprometidas com a cidadania, acessibilidade, respeito, mobilidade, dentre outras, no intuito da construção de um trânsito seguro para todas e todos, como preconizado na nossa Constituição Federal e na Declaração Universal dos direitos humanos.
- b. Que o CFP faça contatos com órgãos competentes pela definição da ementa (CONTRAN/DETRAN) e mostre a importância da participação do psicólogo nestes cursos, viabilizando a inclusão de disciplinas da área da Psicologia.

Nº Tese:	0158
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Psicologia e Mobilidade Humana
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:34:46

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. No "Ano da Mobilidade Humana" o Sistema Conselhos deverá ampliar os debates sobre o tema, promovendo a inserção do psicólogo nas diversas formas de atuação que colabore com a segurança, educação e a cidadania no trânsito
2. Promover e garantir que o planejamento urbano seja pensado com a presença dos/as profissionais da Psicologia, compondo equipe interdisciplinar na perspectiva das emergências e desastres.
3. Articulação com os órgãos responsáveis pela regulamentação do trânsito, em nível Federal, Estadual e Municipal.
4. Promover a formação de equipes interdisciplinares, observando a proporcionalidade dos profissionais e a demanda da sociedade.
5. Buscar maior participação junto ao CONTRAN e DENATRAN, de maneira a participar da elaboração da legislação relativa ao trânsito e buscar maior proximidade com as instâncias públicas que planejam e aprovam os projetos viários, de maneira a proceder às intervenções necessárias à humanização do trânsito.
6. Implantar a presença de profissionais da Psicologia nos centros de formação de condutores
7. Promover junto à ABEP a inserção da disciplina Psicologia da Mobilidade Humana e Trânsito na grade curricular dos cursos de Psicologia
8. Promover a discussão com a categoria sobre a Política de Mobilidade;
9. Divulgação das possibilidades da prática profissional dentro deste campo de trabalho à Sociedade;
10. Inserir o profissional de Psicologia nas campanhas educativas visando melhor prevenção.
11. Divulgar no Conselho e no site do Conselho.
12. Ampliar diálogo com gestores, para sensibilizar para o interesse de psicólogos do trânsito inclusive em escolas públicas.
13. Promover a criação de um trabalho interdisciplinar para acompanhamento e monitoramento para motoristas e candidatos à CNH.

Encaminhamentos:

- a. O Sistema Conselho deverá propor no âmbito governamental a realização obrigatória da avaliação psicológica na Renovação da CNH para todos os condutores. A participação efetiva do psicólogo nos órgãos do sistema trânsito, nas três esferas.
- b. O Sistema Conselhos deverá atuar nos programas de reabilitação de condutor infrator e acidentados, preparação de policiais e agentes que atuam no trânsito, participar da elaboração das campanhas educativas e preventivas,
- c. Propor a inserção da disciplina Psicologia do trânsito no âmbito acadêmico.
- d. Realizar simpósios, seminários, congressos e outros eventos para manter o psicólogo alinhado com as diversas práticas nesta área para efetivamente colaborar com a redução dos acidentes de trânsito.
- e. Promover a inserção da representação dos Conselhos Regionais de Psicologia no CONTRAN, nas Câmaras temáticas do DENATRAN, CETRANs e Secretarias de Planejamento urbano.
- f. Promover a formação de Comissões de Mobilidade Humana nos Regionais.
- g. Formar junto aos CRP's um GT nacional de Mobilidade Humana, a fim de pautar todas as

questões que envolvem Transporte, Trânsito e Mobilidade, com a participação efetiva de técnicos/as

- h. Promover e garantir a presença de membros do GT nacional no CONTRAN.
- i. Promover e garantir a presença de membros das comissões regionais nos CETRANS.
- j. Colocar explicitamente, através de documentos de solicitação, o interesse de participar dos órgãos mencionados e passar a participar dos mesmo.
- k. Trabalhar junto ao MEC, CONTRAN, DENATRAN, CETRANS e DETRANS a fim de promover e garantir as diretrizes da temática supracitada
- l. Garantir a inserção do CFP junto ao CONTRAN/DENATRAN para efetivação das políticas .
- m. Realizar eventos em parcerias com outros conselhos profissionais sobre a temática;
- n. Através do CREPOP, buscar consolidar referências sobre a prática do psicólogo no contexto do trânsito e mobilidade;
- o. Incentivar a criação de fóruns de discussão com a categoria (ex. GTs).
- p. Discutir ações preventivas através do Sistema Conselhos de Psicologia junto ao DENATRAN e ao CONTRAN.
- q. Criar folders para a divulgação de seminários para falar sobre a Resolução 165 do Código de Trânsito Brasileiro que prevê este trabalho.

Nº Tese:	0159
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Psicologia e Política Nacional sobre Drogas
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:25:23

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Sensibilizar todos os equipamentos sociais para o envolvimento nesta assistência (usuários de drogas)
2. Fortalecer estes e a sociais para melhor intervenção na assistência
3. Possibilitar ampla discussão com a sociedade e o Estado até para criação de legislações mais eficazes, que atendam à estas necessidades.
4. Defender e lutar pela implementação de Caps-AD;
5. Efetivar as parcerias com a ANVISA e VISA e os COMADS, COMENS visando o cumprimento da RDC101 e outras normatizações como outras normatizações sobre o assunto.
6. Sugerir junto ao Ministério da Saúde para que esta política seja de fato implantada. Mobilização da sociedade.
7. Criação de política intersetorial para enfrentamento das questões relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas.
8. Trazer para o âmbito da saúde e da Psicologia das emergências e desastres uma discussão sobre o problema da drogadição.
9. Estreitar laços de cooperação entre os diversos setores do Estado e da sociedade para enfrentar o problema do uso indevido de drogas.
10. Afirmar a reforma psiquiátrica e a política de Redução de danos como uma diretriz de todas as ações referentes ao campo de álcool e outras drogas.
11. Discriminação da pessoa usuária de álcool e outras drogas, especialmente as drogas ilícitas.
12. Realizar uma ampla discussão com a sociedade sobre o tema.
13. Apoiar a implementação de curso de formação continuada visando atendimento qualificado a este tipo de clientela.

Encaminhamentos:

- a. Que o CRP possa possibilitar essa articulação, acompanhando e auxiliando na implementação destas diretrizes acima citadas.
- b. Estabelecer e efetivar nos planejamentos estratégicos dos CRPs parcerias com ANVISA e VISAS Estaduais, COMADS e COMENS com objetivo de subsidiar as fiscalizações junto às Comunidades Terapêuticas;
- c. Participar dos órgãos de controle como COMADS, COMENS.
- d. Que o Sistema Conselhos faça gestão junto ao Ministério da Saúde e chame a discussão par dentro do próprio Conselho.
- e. Pleitear uma cadeira junto aos conselhos antidrogas.
- f. Estimular as discussões intersetoriais e construir referências para o atendimento na área
- g. Realizar eventos envolvendo áreas afins
- h. Dar suporte aos profissionais
- i. Ampliar a rede de atendimento, conforme diretrizes da reforma psiquiátrica
- j. Reivindicar capacitação dos profissionais da Rede Básica e Saúde Mental.

- k. Que o Sistema Conselhos promova ou facilite através de fóruns, por exemplo - parcerias efetivas com segurança pública e ministério da saúde a fim de garantir ações integrais no que diz respeito ao tema drogadição.
- l. Promover o diálogo com os diversos setores, fortalecendo a parceria com representantes dos usuários e dos movimentos sociais da área;
- m. Criar espaços de diálogo no território, promovendo encontro intersetorial e divulgar experiências intersetoriais e seus resultados;
- n. Promover debates com outras instituições da área sobre a descriminalização do uso de drogas e sobre políticas de redução de danos.
- o. Fomentar debates neste campo em nível nacional, em várias esferas: acadêmica, gestão pública, controle social.
- p. Inserção da Psicologia em espaços de debate sobre o campo AD já consolidados: associações, grupos, etc.
- q. Discussão maior junto à SENAD e Ministério da saúde sobre as políticas de estado e diretrizes de trabalho.
- r. Garantir no exercício profissional a não discriminação da pessoa usuária pelo profissional psicólogo.
- s. Viabilizar que uma discussão seja abordada na mídia pelo sistema conselhos.
- t. Que o Sistema Conselhos atue junto aos órgãos competentes pela descriminalização da pessoa usuária de drogas.
- u. assegurem o profissional psicológico na atuação em saúde mental e na área social (fazer valer a lei de saúde mental).

Nº Tese:	0160
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Psicologia em interface com o direito
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:00:25

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fazer gestões junto ao Ministério da Justiça e as Secretárias Estaduais para que promovam cursos de qualificação do psicólogo que atue no sistema prisional que subsidiem uma atuação voltada para promoção de direitos humanos.
2. Fazer gestões junto à Escola de Administração Penitenciária (EAP) e ao Departamento de Ensino do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) para construção de propostas de formação;
3. Ampliar em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), a discussão sobre a formação do Psicólogo para atuar no Sistema Prisional.
4. Revisão e reformulação do projeto SAP com o auxílio de profissionais de várias áreas e defesa da Psicologia; tornar conhecida esta situação; criar um convênio de prestação de serviço ao Estado;
5. Promover o debate junto aos três poderes da república, da urgência de reformular a estrutura das prisões (prédios, programas...) na direção da real reeducação possível de pessoas condenadas pela justiça, levando em consideração periculosidade e idade de tal forma que o Estado seja moral/ humano na aplicação da lei e dê suporte as famílias destas pessoas.
6. Realizar um levantamento dessa situação nas instituições penais; Prolematizar o tema junto a parceiros da promoção de direitos humanos, cobrando das instituições um posicionamento.
7. Discutir com a sociedade princípios e caminhos que aproximem a Psicologia da discussão da segurança pública sob uma perspectiva sistêmica e complexa e que permita a construção de laços solidários a partir do protagonismo social cidadão; o Sistema Conselhos, CFP e Regionais deverão articular em parceria com a Fenapsi, com o Estado formas de promoção da Psicologia e dos Psicólogos enquanto campo de saber de atuação e também como campo de exercício profissional que deve ser salvaguardado.
8. Necessidade do Sistema Conselhos fomentar junto aos órgãos, como: Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias, a discussão e a implementação do Protocolo de Monitoramento.
9. O Sistema Conselhos de Psicologia deveriam fazer gestão junto aos administradores do sistema prisional - secretários de estado - governadores e políticos para promoção de mudanças na organização do trabalho, melhoria nas condições das escolas / presídios, melhoria no exercício da escola e da educação no sistema.
10. Queremos a inserção obrigatória (que seja prevista em Lei) nos espaços alternativos da execução da pena, como trabalho com egresso, penas alternativas entre outros.
11. O Plano Estadual de Educação em Presídios e o projeto político pedagógico das unidades prisionais devem fazer a conciliação das políticas setoriais de Educação, Saúde, Trabalho, Serviço Social e Assistência Judiciária, privilegiando a Educação Social dos sujeitos, que é mais do que escolarização e certificação.
12. Os conselhos deverão tomar conhecimento da resposta efetiva do referido programa Paili às necessidades das pessoas sob medida de segurança em Goiás e levantar esta idéia para outros Estados além de buscar alicerçar a importância do papel do psicólogo no referido programa e também criar espaços de discussão do tema com outros profissionais como juizes, promotores, agentes carcerários, prefeitos, secretários de saúde, etc.
13. Realizar ações junto ao Congresso Nacional para que a lei indique a possibilidade de atuação interdisciplinar não restrita à hegemonia dos advogados; Realizar ações para que a inserção do psicólogo nesta área ganhe contornos mais definidos e tenha o reconhecimento profissional.
14. Que o Conselho de Psicologia estreite as relações e diálogos com instâncias públicas e com Tribunal de Justiça, visando entre outros objetivos a esclarecer o papel/função de cada atuação do psicólogo e conscientizar para maior contratação de psicólogos, via concurso público.
15. Ampliar a contribuição da Psicologia na área da Segurança pública, desmistificar a concepção

de Segurança pública a algo restrito à criminalidade e promover a Segurança pública como expressão e exercício da cidadania.

16. Que haja a implementação de equipes mínimas nas unidades do Sistema Prisional.
17. Fortalecer a execução das leis e exigir maior participação dos órgãos públicos e levar ao conhecimento da sociedade o trabalho do psicólogo na reintegração social dos egressos do sistema penal.
18. Construção de critérios que fundamentem normas para a atuação do psicólogo jurídico.
19. Que o profissional tenha especialização em Psicologia Jurídica.
20. Manter grupos nos CRPs articulados (NAPP do PR, por exemplo) com o grupo do CFP que estão em contato com o Poder Legislativo (Eixo II, tese 21, VI CNP) que discutem o papel do psicólogo e sua inserção nas políticas públicas e manifestam-se em relação a projetos de lei em tramitação que sejam pertinentes à Psicologia;
21. Elaborar um plano de ação no CRP que vise à articulação com outras categorias que busquem a aplicabilidade das leis em relação aos direitos sociais previstos a partir de atendimentos realizados por programas e políticas sociais que não foram efetivadas através da criação/regulamentação de CAPS, CAPS AD, PSF, NASF, CRAS, CREAS etc.
22. Barrar o projeto de lei que extingue os cargos de psicólogos e assistentes sociais nos Tribunais de Justiça;
23. Diálogo com o P. Executivo/autoridades do Ministério Público e Tribunal de Justiça para criação/ampliação de vagas para os cargos de psicólogo jurídico/forense para realização das atribuições específicas desses profissionais devido à demanda crescente de pareceres solicitados pelas autoridades judiciais comprovando a importância da atuação desse profissional nessas instituições
24. Atuar na garantia de ações de prevenção, priorizando medidas que não tragam o encarceramento como primeira intervenção, maior investimento em Penas Alternativas
25. Em articulação com outros protagonistas sociais (intersectorialidade), fomentar ações de discussão coletiva das complexidades (multideterminação) envolvidas nos cometimentos infracionais (envolvendo campo da subjetividade, exclusão social, cultura econômica, etc.) e posterior disseminação na mídia destas novas construções de entendimento ético/técnico e político do/a cidadão/ã em conflito com a lei, em conformidade aos princípios dos Direitos Humanos.
26. Atuar junto aos meios de comunicação, estimulando o debate com os profissionais da área (jornalistas; conselhos e agências de comunicação);
27. Promover debates junto à categoria de psicólogos/as de modo a se comprometerem com a desestigmatização de autores de infrações e com a promoção de direitos humanos.
28. Discutir a integração efetiva entre saúde e reintegração.
29. Incentivar, motivar a continuidade do grupo de acolhimento já existente na Coordenadoria, e demais ações de promoção, prevenção e assistência a saúde do servidor penitenciário.
30. Criação de um departamento específico com corpo técnico para atuar, incentivar, coordenar, elaborar, implantar políticas e projetos para executar ações de intervenção junto aos trabalhadores do sistema.
31. Acompanhamento da Reforma dos Planos Estaduais de Saúde para o Sistema Prisional junto à Secretaria de Estado da Saúde (nas regiões do país).
32. Buscar alterações na LEP e na portaria 1777/03 (Inclusão da população carcerária no Sistema Único de Saúde (SUS)) para adequação do tratamento dos condenados em medida de segurança cumprindo os preceitos da Lei 10.216/01, determinando este tratamento em meio aberto na rede substitutiva da saúde mental.
33. Revisar a LEP (Lei de Execução Penal) no que compete à ação do psicólogo.
34. Que sejam contratados psicólogos da área jurídica para realizar avaliação à pedido de juizes.
35. Diálogo dos conselhos com a associação brasileira dos magistrados e promotores na tentativa de construir um diálogo permanente para a ampliação e garantia de direitos humanos nas relações com o judiciário, tentando cessar os diversos retrocessos que assolam os direitos humanos. Garantindo esse diálogo podemos deslocar discursos e práticas higienistas que acompanham esses órgãos historicamente. Propiciar o encontro dos conselhos com os diversos profissionais que atuam nessa área, para romper com práticas que se efetivam atualmente, que violam os direitos humanos .

Encaminhamentos:

- a. Implementar a cadeira de Psicologia jurídica nos cursos de formação do psicólogo; aumentar as cadeiras de Psicologia na formação de direito.
- b. Promoção de eventos que motivem e esclareçam a interligação entre a Psicologia, a ciência jurídica e as outras áreas ligadas ao campo jurídico.
- c. O CFP e os CRs devem promover interlocução na esfera federal e Estadual entre os órgãos competentes como Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária); CNJ; as Escolas de Administração Penitenciária (EAP) ; Ministério da Justiça e as Secretarias de Estado. Portanto para atingir esse objetivo devesse realizar Seminários temáticos e/ou audiências públicas a fim de construir ações propositivas nesse campo. Discutir com ABEP a inserção nas disciplinas dos cursos de formação tópicos relevantes sobre a atuação do psicólogo no Sistema Prisional. Realizar o 3º Seminário Nacional sobre o Sistema Prisional: questionamento do modelo e desafios aos Direitos Humanos.
- d. Acompanhamento Sistema Conselho com o intuito de vetar a aprovação do projeto.
- e. Manter um diálogo permanente com o TJ;
- f. Promover eventos que pautem a Lei da Reforma Psiquiátrica para que não seja esquecida
- g. Divulgar práticas propositivas, que existem em outros Estados.
- h. Garantir que representantes estejam nos espaços de controle social, tanto
- i. Acompanhamento dos projetos de lei que estão sendo propostos com características retrógradas
- j. Discussões intercomissões no Sistema Conselhos.
- k. Dar destaque nos espaços de discussão, internos ou externos ao Conselho, à importância das penas alternativas, substituindo as de privação de liberdade.
- l. Acompanhar a implementação do CONASP e as ações dele decorrentes. Aproximação do Ministério da Justiça, via PRONASCI.
- m. Promoção de eventos com entidades parceiras militantes na segurança pública articulada com os direitos humanos.
- n. Que o próprio Sistema Conselhos implemente e/ou aprimore sua prática de fiscalização para o cumprimento eficaz do Protocolo de Monitoramento das instituições de privação de liberdade;
- o. Que os Conselhos Regionais incentivem a participação dos psicólogos nos órgãos de fiscalização / controle social, como por exemplo, os Conselhos da Comunidade.
- p. Levantamento do N. profissionais da educação que atuam no sistema prisional. Reuniões com esses profissionais - encaminhamento de reivindicações e demandas da categoria - apoio psicológico aos profissionais da educação no sistema; Gestão da Psicologia no sistema educacional para melhoria das condições de trabalho desses profissionais.
- q. Que se pense uma nova proposta de Lei, da execução penal para incluir a assistência psicológica nestes espaços alternativos da Pena e durante o cumprimento da pena restritiva de liberdade.
- r. Que o Sistema Conselhos faça uma articulação junto à Secretaria de Estado da Educação para que esta assumam a responsabilidade pela educação no sistema penitenciário paulista, podendo a FUNAP (Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso) fazer a supervisão dos projetos pedagógicos das unidades prisionais; Que nesta articulação, o Sistema Conselhos encaminhe as contribuições que a Psicologia brasileira tem construído na relação com a Educação, para que possam ser contempladas no Plano de Educação no Sistema Prisional;
- s. Insistir junto ao Congresso Nacional que a Remissão da Pena pela Educação não pode repetir os erros da Remissão pelo trabalho e que só traz sentido no contexto de um projeto pedagógico que concilie os objetivos da pena com os objetivos da educação.
- t. Propor a reunião dos mecanismos de participação e controle social. Por exemplo, CPCP (Conselho de Políticas Criminais e Penitenciárias), ouvidoria e outros;
- u. Fomentar a articulação de redes locais de atenção à população egressa do sistema penitenciário e seus familiares;
- v. Recomendar a criação no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária, de grupo de trabalho responsável por articular as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Estado e da Sociedade Civil.

- x. Conhecer o programa Paili (Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator)
- y. Realizar gestões junto ao Congresso Nacional para alteração de perspectiva do profissional psicólogo na prática de mediação; realizar debates junto à categoria para construir referências do trabalho do Psicólogo na prática de mediação; retomar o debate e encaminhamentos do Seminário Nacional da Psicologia, Conciliação e Mediação de Conflitos.
- z. Acompanhar as ações do CONASP. Estabelecer parcerias de atuação com o Ministério da Justiça na PRONASCI.
- aa. Que o Sistema Conselho de Psicologia, em parceria com outros conselhos e entidades afins, realize:
 - 1) Mapeamento do déficit de equipe mínima;
 - 2) Gestão junto ao Executivo para se exigir o que está previsto na Portaria, no Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional e na Lei de Execução Penal
- ab. Implantar e fortalecer GT's de Psicologia Jurídica nos Conselhos de Psicologia;
- ac. Formar junto ao CFP um GT nacional de Psicologia Jurídica;
- ad. Fomentar/promover eventos em parcerias intersetoriais, inserção na mídia de difusão destes valores e práticas de enfrentamento da criminalidade nos parâmetros dos Direitos Humanos.
- ae. Estimular as comissões existentes no conselho para promover discussões com os formadores de opinião (mídia), gestores/as públicos/as e psicólogos/as;
- af. Implantar comissões externas ao local de trabalho do Agente de Segurança Penitenciária, para levantar o quadro de agravamento preventivamente da saúde mental deste trabalhador.
- ag. Articular com a Secretaria de Administração Penitenciária, difundir e expandir os trabalhos já realizados nos grupos de acolhimento e demais ações de saúde
- ah. Dialogar com as Secretarias de Estado e Centros de Referência de Saúde do Trabalhador.
- ai. Formar Grupo de Trabalho sobre o tema.
- aj. Buscar parceria para realização da intervenção psicológica (Universidades, outras entidades, Cooperativas).
- al. Fazer gestão junto ao Congresso Nacional, Conselhos e Ministérios afins para proposição de alteração nas legislações penais;
- am. Ampliar o debate com a sociedade civil e o movimento organizado da saúde mental, para superação do estigma criado ao paciente de saúde mental autor de delitos;
- an. Ações pelo fim dos hospitais de custódia, a medida que estes reúnem o pior da prisão com o pior dos hospitais psiquiátricos.
- ao. Contribuição no mapeamento da situação problema para a valorização humanização da educação no sistema prisional.
- ap. Elaborar um diálogo com os legisladores; atuar junto aos órgãos públicos que realizam concurso para psicólogos acompanhando a descrição do fazer desses profissionais no edital. apoiar os psicólogos no que se refere ao cumprimento do edital, bem como do código de ética do psicólogo; convocar órgãos que permeiam a esfera jurídica para a discussão sobre a guarda e disponibilização de documentos; atuar junto a Secretaria da Administração Penitenciária no sentido de buscar a descentralização das Unidades Femininas; o Sistema Conselhos realize ações de apoio à Defensoria Pública.

Nº Tese:	0161
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Psicologia no contexto do Trânsito
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:21:30

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Modificar o preâmbulo da portaria número 131/2008-DG de Edital de Credenciamento de Regulamento para Credenciamento de Clínicas Médicas e Psicológicas onde a redação "RESOLVE: Regular o Credenciamento de Entidades Médicas e Psicológicas, pessoas jurídicas de direito público e privado que tenham conjugado (grifo meu) a prestação de serviços médicos e psicológicos, para a realização dos Exames de Sanidade Física e Mental e Psicotécnico aos candidatos à primeira habilitação, renovação de Carteira Nacional de Habilitação - CNH, mudança de categoria, reabilitação de condutores e permissionários ou Exame Psicopedagógico para: diretor geral e diretor de ensino de Centro de Formação de Condutores, examinadores de trânsito, instrutores de trânsito teórico e técnico, e outros motivos que venham a ser exigidos pelo DETRAN/PR." Modificando o termo onde menciona o termo "conjugado" por "conjugado ou individualmente".
2. Conseguir aumento no valor pago para as avaliações
3. Apresentar à Câmara Temática, do DENATRAN / DF., mais essa incorporação da atuação do psicólogo junto ao Ministério da Justiça, como uma contribuição dessa ciência à aplicação da Lei e da Justiça.
4. Tais profissionais, atuante na área de trânsito, seria também qualificado a realizar essas perícias ao Poder Judiciário, por ocasião dos julgamentos do crime de trânsito, independente se o responsável pelo sinistro cometeu "dolo" ou "culpa", pois para os profissionais da ciência do comportamento humano, interessa-nos a relação nexa causal do fato.
5. Pautar, nas reuniões do CONTRAN, a possibilidade de realizar a nível nacional o credenciamento por profissional, promovendo uma maior autonomia e responsabilidade desses profissionais peritos/as.
6. O CFP entrar em consonância junto aos órgãos competentes desta área.
7. Buscar estratégias de prevenção em acidentes de trânsito, possibilitando que a avaliação psicológica seja periódica a todas as categorias de motoristas, profissionais ou não;
8. Fortalecimento da atuação da Psicologia na área do trânsito.
9. Lutar pela elaboração de uma portaria nacional que institua a obrigatoriedade de uma legislação para a prestação de serviços do psicólogo perito examinador de trânsito nos DETRANS.
10. Articular junto ao CONTRAN visando a elaboração de critérios legais para a atuação do psicólogo perito examinador do trânsito nos DETRANS.
11. Articular junto aos DETRANS a definição de critérios utilizados para o credenciamento de novos psicólogos peritos em cada CIRETRAN e CITRAN.
12. Exigência e fiscalização de capacitação do profissional na área do trânsito.
13. Articulação com a Fenapsi, sindicatos e Associações de Psicologia de trânsito
14. Promover e apoiar parcerias das entidades da Psicologia de trânsito, Fenapsi e Sindicatos com os órgãos reguladores do trânsito e mobilidade humana.

Encaminhamentos:

- a. Mobilizar os psicólogos para um movimento pró desvinculação da prestação de serviços de avaliação psicotécnica dos exames de sanidade física e mental aos candidatos de CNH exigidos pelo DETRAN, permitindo assim o credenciamento de clínicas unicamente de avaliação psicotécnica (sem a dependência de um médico para tal). Levar esta idéia primeiramente para aprovação do Conselho Regional de Psicologia para posteriormente encaminhar para aprovação do Conselho Federal de Psicologia que encaminhará aos órgãos competentes para tal alteração.
- b. Esclarecer aos gestores competentes do detran sobre os valores de referência nacional de honorário dos psicólogos.

- c. Atuar junto ao Detran, desenvolvendo ações que conscientizem sobre a importância do trabalho do psicólogo e da necessidade de valorizar a profissão inclusive remunerando os serviços de acordo com a tabela de valores de referência nacional de honorário dos psicólogos.
- d. Em sendo aprovada a tese, o CFP. Assessorado pelo Setor Jurídico e já tendo uma abertura junto ao DENATRAN, far-se-á os esclarecimentos para tais procedimentos operacionais que viabilizem a normatização de resoluções para os psicólogos da área.
- e. As análises periciais, realizados por esses profissionais, deverão apontar prováveis soluções que viabilizem maior segurança no trânsito.
- f. Acredita-se também que, quanto maior a qualificação desses profissionais, melhor e mais efetiva será também a sua atuação como psicólogo perito de trânsito, ou seja, melhor sua avaliação na aquisição de Carteira Nacional de Habilitação.
- g. Com certeza esse encaminhamento, fará jus ao que sempre prezou os nossos Conselhos " Cuidar da Profissão".
- h. Articulação com os órgãos responsáveis pela regulamentação do trânsito, em nível Federal, Estadual e Municipal.
- i. O CFP entrar em consonância com o DENATRAN - DETRAN, para que um perito psicólogo de trânsito, acompanhe o trabalho de vistoria das clínicas, junto a esses órgãos.
- j. Atuação do Sistema Conselhos junto ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), quanto a exigência de avaliação psicológica periódica;
- k. Promover fóruns de discussão, de forma sistemática, junto à categoria.
- l. Convocar os psicólogos peritos examinadores de trânsito dos diferentes estados brasileiros para elaboração de um projeto lei que regule a prática profissional em nível nacional.
- m. Mobilizar a sociedade e o governo federal sobre a importância da qualidade e aperfeiçoamento, atualização - da atuação do psicólogo na função de perito examinador do trânsito nos DETRANS.
- n. Elaboração de um projeto lei que regule, com base em critérios legais, a entrada de psicólogos peritos examinadores do trânsito nos DETRANS.
- o. Realizar pesquisas em âmbito nacional para verificar as necessidades dos psicólogos peritos na atuação do DETRAN e disponibilizar fundos para a pesquisa.
- p. Estabelecer parcerias com sindicatos para a defesa da implementação de políticas públicas que garantam a estabilidade do trabalho do perito examinador de trânsito.
- q. Promover e realizar reuniões periódicas das entidades regulamentadoras de trânsito com as Entidades da Psicologia da Psicologia de trânsito, Fenapsi e Sindicatos, para negociação de qualificação continuada de responsabilidade dos Detrans.
- r. Definição na APAF e implementação de um trabalho qualificado

Nº Tese:	0162
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Relações entre o Sistema Conselhos de Psicologia e os movimentos sociais
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:01:15

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Que o sistema conselho possa promover discussões que estimulem a categoria a conhecer e participar dos movimentos sindicais, visando o fortalecimento da Psicologia enquanto profissão.
2. Solicitar apoio do Sistema Conselhos para pleitear auxílio logístico junto à FENAPSI aos movimentos sindicais e iniciantes;
3. Possibilitar que os CR`s tenham uma parceria com a FENAPSI e os Sindicatos de Psicologia.
4. Constituir um Grupo de Trabalho no CRP de Condições e Relações de Trabalho do Psicólogo, para articular, desenvolver e implementar ações em parceria com os Sindicatos e Federações de Psicólogos contra a precarização do trabalho do Psicólogo, a favor de maior inserção do psicólogo no mercado de trabalho e por melhores condições e relações de trabalho para o psicólogo no Estado.
5. O Sistemas Conselhos deverá articular junto a Fenapsi, estratégias que defendam a Psicologia e os psicólogos brasileiros, buscando e efetuar e garantir direitos para um exercício profissional mais digno;
6. Entender que o fortalecimento das parcerias com as diversas entidades da Psicologia, em suas especificidades, se constitui como projeto político de todo sistema conselho.
7. Afirmação do compromisso da Psicologia com a promoção de direitos.
8. Revisão e atualização da tabela;
9. Ampliar a participação da sociedade na gestão da Saúde Suplementar; Discutir a situação de trabalho precário do psicólogo na Saúde Suplementar; Considerar os modelos substitutivos da Saúde Mental no âmbito da Saúde Suplementar;
10. Que o Sistema Conselhos de Psicologia priorize a discussão sobre a participação dos psicólogos nos órgãos de controle social, e organize de forma planejada e estratégica a participação;
11. Que o Sistema Conselhos de Psicologia qualifique a participação de psicólogos nos Conselhos de Gestão Pública, na perspectiva da compreensão de seu papel enquanto representante de um coletivo e na construção de prioridades e de posicionamentos frente às questões emergentes;
12. Determinar que órgãos públicos federal, estadual e municipal ficam obrigados a fixar em concursos a carga horária de psicólogos que atuam na área de saúde em 30 horas semanais;
13. Fazer com que conste na Lei 5.766 que cria o Conselho Federal e os Conselhos a referida jornada de trabalho para profissionais que atuam em hospitais;

Encaminhamentos:

- a. Que o Sistema Conselhos estabeleça e mantenha relação com os movimentos sindicais visando melhorar comunicação entre os profissionais entre estas instituições.
- b. Articular o contato com a FENAPSI visando apoio logístico ao movimento sindical iniciante.
- c. O Sistema Conselhos promova reuniões sistemáticas com a FENAPSI e Sindicato de Psicologia Assegurar um espaço de interlocução para exposição das demandas entre CFP - FENAPSI e CFP - Sindicato;
- d. Que o Sistema Conselho estabeleça no seu plano de ações e orçamento a instalação deste GT assim como verba destinada ao desenvolvimento e implementação das ações em parceria com os Sindicatos e Federações;
- e. O CFP deverá encaminhar em parceria com a Fenapsi propostas legislativas que promovam direitos trabalhistas dos psicólogos brasileiros;

- f. Fortalecer as parcerias entre o Sistema Conselhos e as demais entidades que compõem o FENPB; A exemplo do FENPB, que os diversos CRs articulem o fórum regional das entidades;
- g. Que o Sistema Conselho reafirme a disposição de colaborar com a FENAPSI e Sindicatos para que se fortaleçam para exercer suas funções;
- h. Que os Sistema Conselho reafirme reconhecer que as atribuições sindicais são da competência da FENAPSI e de seus afiliados;
- i. Propor discussões que levem a garantia de que o ingresso no serviço público, seja feito por concurso conforme preconizado na Constituição Federal;
- j. Provocar oferta de serviços, a partir de políticas públicas e sociais que contemplem a demanda da população, bem como o trabalhador;
- k. Ação conjunta dos Conselhos com os Sindicatos e a FENAPSI-Federação Nacional dos Psicólogos;
- l. Que a APAF delibere sobre a atualização da tabela de honorários.
- m. Ampliar e promover debates junto a psicólogos e demais entidades sobre a Saúde Suplementar;
- n. Articular com a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), intervenção junto às Centrais Sindicais, para garantia da implementação do modelo antimanicomial na Saúde Suplementar;
- o. Discutir e apoiar a existência de psicólogos auditores;
- p. Articular ação com a SOBRAPA (Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura) para a inclusão de psicólogos acupunturistas na Saúde Suplementar;
- q. Desenvolver ações junto ao movimento sindical quando na negociação dos planos de saúde, não forem contemplados a luta antimanicomial;
- r. Juntamente com a FENAPSI (Federação Nacional dos Psicólogos) e Sindicatos dos Psicólogos e outras entidades da Psicologia incentive a participação de psicólogos nos órgãos de controle social de forma organizada, bem como promova debates, seminários, oficinas, que qualifiquem esta participação, além de acompanhar estrategicamente esta participação;
- s. Em conjunto com outras categorias, entidades e movimentos sociais participe e promova a defesa da participação popular nos mecanismos e estratégias de controle social;
- t. Promova a participação popular nos Conselhos de Políticas Públicas, temáticas, em defesa de um Estado democrático, laico e participativo;
- u. Encaminhar documento para Câmara dos Deputados e/ou outros órgãos competentes para regulamentação da referida jornada de trabalho;
- v. Sensibilizar os empregadores da área de saúde das vantagens que a redução da jornada de trabalho para 30 horas trará para as instituições pela melhor produtividade dos profissionais;
- x. Fazer levantamento junto a FENAPSI, dos PL's que versam sobre o tema e acompanhar suas tramitações;

Nº Tese:	0163
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - Concurso para atuação em políticas públicas
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:51:04

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Formalizar e fiscalizar junto aos gestores e instituições públicas as atividades e papel do psicólogo, assim como a especificidade de acordo com o campo de atuação.
2. Necessidade de fortalecimento do vínculo de trabalho do psicólogo nas políticas públicas de forma a legitimar seu fazer técnico e ético com o compromisso social na comunidade onde estão inseridos.
3. Favorecer que os processos seletivos por meio de concursos se dêem por meio de análise de cargo de psicólogo relacionando-o ao campo de atuação (saúde, educação, social, trabalho, etc.) cujo conteúdo programáticos das provas estejam coerentes.
4. Sistema conselhos deve cobrar dos municípios e do estado a contratação de psicólogos em toda a rede pública de saúde (atenção básica a alta complexidade).
5. Acompanhar e garantir que a elaboração de provas e processos seletivos públicos sejam coerentes com as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia e as demandas sociais, bem como as políticas publicas vigentes.
6. Que o Conselho lute junto as instâncias pertinentes para garantir, por meio de concursos, a inserção dos psicólogos nos diferentes âmbitos do SUS e SUAS
7. Que os usuários do SUAS, SUS e da política de educação tenham a garantia da continuidade dos serviços: da assistência psicossocial, básica e especializada; no sistema de saúde - atenção básica, média e alta complexidade e na educação também nos diversos níveis.
8. Desenvolver referências técnicas baseadas na construção e formulação histórico-teórico e metodologia de Psicologia do desenvolvimento, há referências como de Psicologia Sócio-histórica e outras que contribuem para fundamentar praticas.
9. Incidir na elaboração de legislações que garantam a inclusão do psicólogo nas políticas públicas (saúde, assistência social, educação, esporte, cultura, entre outras).
10. Diálogo com o Estado para avaliação da situação atual do quadro de Psicólogos trabalhando em Políticas Públicas;
11. Acompanhamento de programação de Concursos Públicos realizados e sua adequação em relação a demanda nas áreas acima descritas.
12. Implementação de projetos realizados junto às IES de atuação do campo da Psicologia.
13. Integrar o psicólogo nas políticas públicas.
14. Fomentar concursos
15. Pleitear aumento de salário para o psicólogo da área das políticas públicas
16. Que o Sistema Conselho identifique todas as legislações pertinentes;
17. Discutir com o Sindicato a possibilidade de fiscalização desta aplicabilidade no Serviço Público.
18. O Conselho participar efetivamente na elaboração de diretrizes e leis que validem a necessidade do psicólogo nas políticas públicas.

Encaminhamentos:

- a. Definir e formalizar as atividades a serem desenvolvidas pelo psicólogo na área de atuação;
- b. Fiscalizar a contratação e a divulgação de editais públicos.
- c. Criação de comissão de avaliação/acompanhamento de processos seletivos e -concursos públicos;

- d. Criação de comissão de avaliação/acompanhamento da efetividade e qualidade da atuação da Psicologia nas políticas públicas (exigir efetividade da gestão pública);
- e. Articulação da categoria de forma a participar de espaços políticos instituídos e construção de outros espaços.
- f. O CFP providenciará resolução que oriente aos entes públicos com relação aos procedimentos nos processos seletivos;
- g. Elaborar estudos sobre a proporção psicólogo/população atendida bem como psicólogo /abrangência e competência do trabalho nas instituições.
- h. Participar das reuniões do conselho estadual de saúde e dos COGERES de cada cordenadoria de saúde pública a contratação por concurso público de psicólogos.
- i. Articulação do CRP com o órgão estatal responsável pelo controle dos processos seletivos públicos, para regulamentar conteúdos programáticos exigidos nas provas e seleções.
- j. Fomentar a discussão a respeito da inclusão de outras ferramentas de avaliação para além das provas teóricas.
- k. Realizar pesquisa/levantamento quantitativo do número de psicólogos que estão atuando nos serviços públicos de saúde;
- l. Articulação do Conselho com o Ministério Público, para pressionar que as Prefeituras abram concurso para contratação de psicólogos;
- m. Criar para a Psicologia, um critério que defina o número ideal de psicólogos per capita, por município, afim de garantir um serviço digno, de qualidade para atender os usuários dos serviços de saúde.
- n. O CFP e os CRPs, juntamente com outros órgãos, tais como: Ministérios (do trabalho, saúde e desenvolvimento social), Tribunal de Contas, exijam a realização de concursos públicos para as equipes dos CRAS e CREAS atendendo assim a aplicabilidade da Lei e da NOB SUAS RH.
- o. Defender atuação do psicólogo baseado nos conhecimentos psicológicos e referências técnicas.
- p. Defender a abertura de vagas em concursos pública para regularizar atuação profissional.
- q. Articular com outras categorias profissionais a luta pela regularização dos cargos dos profissionais na assistência social.
- r. Aproximação com federações de municípios, com representantes do poder executivo municipal para estabelecimento de diretrizes que apontem a forma de contratação de psicólogos a partir de parâmetros territoriais, populacionais e campos de atuação, auxiliando os municípios a compreenderem as possibilidades de trabalho do psicólogo, diante das diferentes demandas dos municípios.
- s. Assessoria profissional através de concurso público, definindo parâmetros quantitativos e o número de enfrentamento da fragilidade dos vínculos
- t. Apresentação junto ao Estado dos resultados das pesquisas do CREPOP demonstrando a realidade da demanda atendida pelo profissional psicólogo.
- u. Reuniões com órgãos responsáveis pelo pensar políticas em cada Ministério para efetividade desta ação.
- v. Promover campanhas políticas realizadas no cenário nacional para inserção do psicólogo nas políticas públicas.
- w. Intensificar as organizações (ações) das lutas sindicais para questões de remuneração e valorização do profissional psicólogo.
- x. Integrar conselho e sindicato na promoção de discussões e reflexões acerca da valorização do profissional psicólogo.
- y. Contatar com gestores municipais e estaduais para efetivação de concursos na área de políticas públicas.
- z. Que o Sistema Conselhos em parceria com o Sindicato garanta a aplicabilidade da legislação.
- aa. Promover discussões para avançar a atuação dos Psicólogos nas Políticas Públicas.
- ab. Fazer ingerência nos órgãos legisladores

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Diálogo com a sociedade e com o Estado

Tema: Diálogo com outras entidades de Psicologia

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
164				
165				
166				
167				
168				
169				
170				
171				
172				

Nº Tese:	0164
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA - Ampliação das parcerias com entidades da Psicologia
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 15:54:04

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fortalecer as diversas entidades/associações de Psicologia;
2. Fortalecer o FENPB-Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira como recurso de articulação das entidades da Psicologia, e contribuir para a ampliação da organização dos psicólogos em diversas áreas de atuação;
3. Mapear as entidades presentes no âmbito regional;
4. Articular junto com os Setoriais a formação de fóruns locais;
5. Fortalecer a ULAPSI (União Latino-Americana de Entidades de Psicologia) para que possa ser lugar de difusão e apoio ao desenvolvimento de conhecimentos, no âmbito da Psicologia, que sejam úteis e comprometidos com a transformação das condições de vida nos países da América Latina.
6. Chamar as instituições da Psicologia para participarem em grupos operativos das publicações e de um calendário e temas afins juntamente com o CFP;

Encaminhamentos:

- a. Criar fóruns regionais de entidades representativas da categoria como instância consultiva e de parcerias para ações junto à sociedade e ao Estado;
- b. Contato com entidades e CFP;
- c. Manter participação e apoio do CFP-Conselho Federal de Psicologia ao FENPB-Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira;
- d. Trabalhar de forma articulada a outras entidades da Psicologia, reconhecendo as especificidades e desafios dos vários campos;
- e. Apoiar a constituição e o fortalecimento de entidades que representem resposta à necessidade de organização da Psicologia em novas ou antigas áreas;
- f. Defender no FENPB-Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira a democratização das entidades;
- g. Encaminhar ao CREPOP a demanda de conhecimento de organização das entidades;
- h. Contribuir para o fortalecimento da ULAPSI (União Latino-Americana de Entidades de Psicologia) com sugestões de estratégias de circulação da Psicologia;
- i. Sugerir à ULAPSI (União Latino-Americana de Entidades de Psicologia) instituição de Prêmio Latino-americano sobre Psicologia e Compromisso Social;
- j. Divulgar a BVS-PSI (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia) ULAPSI e contribuir para sua ampliação;
- k. Incentivar os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) a se filiarem à ULAPSI (União Latino-Americana de Entidades de Psicologia).

Nº Tese:	0165
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA - Aproximação do Sistema Conselhos com as entidades formadoras
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:04:48

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Buscar através do CFP articulação junto ao MEC, a fim de participar da construção das diretrizes curriculares e as formações dos cursos de Psicologia, tanto na sua regulamentação, autorização e reconhecimento;
2. Aproximação do Sistema Conselhos, ABEP e Instituições Formadoras;
3. Realizar seminários para integrar as instituições com o Sistema Conselhos;
4. Criação de GT para efetivar a aproximação e problematizar a função das Instituições de Ensino Superior e Instituições Formadoras;
5. Promover o diálogo e fortalecer a aproximação com as instituições formadoras, com o objetivo de esclarecer o compromisso sócio político do Sistema Conselhos com exercício da profissão, favorecendo um maior envolvimento dos futuros profissionais com o seu Conselho;
6. Contribuir para formação de psicólogos cientes de suas responsabilidades legais;
7. Aproximar os novos profissionais desde sua formação de seu órgão de classe, buscando sua maior democracia e participação do Sistema Conselhos;
8. Organizar uma discussão sobre a formação do psicólogo;
9. Solicitação junto à ABEP em relação a promoção de ações a exemplo de um levantamento nas IES sobre as práticas desenvolvidas nos Serviços Escolas do país como um todo, tal estratégia poderia servir como referência em âmbito nacional;
10. Estimular a discussão do tema junto aos Coordenadores de curso universitário e aos membros da ABEP, a fim de oferecer uma formação política e dirigida ao protagonismo social dos futuros profissionais;
11. Proporcionar divulgação, através da mídia institucional, de ações que reflitam a coletividade da categoria e que reduzam a forma alienada de ser dos psicólogos;
12. Promover e renovar formas de interação entre a categoria e a sociedade que indiquem uma aproximação continuamente auto-avaliada;
13. Estimular discussões em entidades de Ensino sobre os temas emergentes locais;
14. Contribuir para o desenvolvimento de pesquisas, conhecimentos e produção de referências visando a inserção das mesmas nas Políticas Públicas;
15. Que o psicólogo tenha uma visão crítica e compromissada com o social;
16. Que a comunidade em geral tenha acesso ao serviço de Psicologia;
17. Fortalecer a interlocução entre o sistema conselho e as clínicas-escola;
18. Promover a inclusão da disciplina Psicologia esportiva nos cursos de Psicologia;
19. Garantir que o profissional de Psicologia do esporte, uma vez que tem especialidade na área, seja o profissional mais indicado para a transmissão destes conhecimentos;
20. Evitar que a área de Psicologia esportiva seja dominada por outros profissionais;
21. Fomentar discussões e reflexões junto às entidades de formação a fim de que não se veja o psicólogo como detentor de conhecimentos sobre o ser humano a partir de modelos mecânicos;
22. Reuniões temporárias promovidas pelos conselhos aos psicólogos para discussão dessa temática;
23. Intensificar a aproximação do sistema conselho, agências formadoras e políticas públicas como forma de marcar na discussão o compromisso ético/político da profissão;
24. Para oferecer uma formação mais sólida e embasada em valores éticos;

25. Para ampliar a discussão e a reflexão sobre a conduta ética, por parte dos psicólogos;
26. Ampliar a disciplina de ética incluindo a obrigatoriedade do CEPP, bem como as resoluções que regem a profissão;
27. Formar profissionais com uma visão mais generalista, que entendam o valor e aplicação de cada abordagem/teoria, que tenham uma formação voltada para a demanda social, que valorizem a união da categoria e a força que esta união pode produzir. Que a categoria, que já está no mercado de trabalho, possa também entender o valor e aplicação de cada abordagem/teoria, que valorize a união entre os colegas;
28. Divulgar e fortalecer a ABEP;
29. Proporcionar maior integração entre os docentes;
30. Mobilização junto a ABEP, para a criação de núcleos e/ou eventos que divulguem a (ABEP), visando sempre a melhoria na formação dos futuros psicólogos;
31. Mais critério na contratação de professores nas IES com qualificação técnica / prática para exercício da profissão;
32. Apoio do CRP, junto a ABEP para essas ações;
33. Articulação e mobilização dos Conselhos para sugerir e efetivar os diálogos entre instituições de ensino e MEC;
34. Promover ação conjunta incluindo a participação do sistema conselhos, da ABEP, do sindicato dos psicólogos e da federação nacional dos psicólogos, conselho nacional de saúde, junto ao MEC para restringir a aprovação da abertura de novos cursos quando esses não apresentarem as condições necessárias para uma formação sólida e ética;
35. Embora do ponto de vista jurídico haja uma especificidade legal de atuação entre o Ministério da Educação e o Sistema Conselhos, cabendo ao primeiro autorizar e avaliar a qualidade dos cursos de formação profissional, entendemos que o Sistema Conselhos e o Ministério da Educação podem ter áreas de confluência de interesses do ponto de vista da qualidade da formação, já que esta repercute diretamente no exercício profissional em seus aspectos técnico e ético;
36. Fiscalização das instituições de ensino; acompanhamento da matriz curricular; promoção da criação das atividades de estágio onde atuam psicólogos;
37. Inclusão de disciplinas nas grades curriculares de acordo com disciplinas curriculares estabelecidas pelo MEC;
38. Os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia devem encaminhar solicitação aos Conselhos Nacionais de Saúde e da Educação, documento sugerindo a inclusão das disciplinas Saúde Pública e Políticas Públicas na grade curricular dos Cursos de Psicologia, como disciplina obrigatória;
39. A inclusão obrigatória e permanente da disciplina de saúde pública e Psicologia da saúde no currículo de graduação. A ampliação do campo de estágio na área de saúde pública e Psicologia da saúde;
40. Acompanhar os processos de contratação das empresas que produzem a prova do INEP, avaliando o conteúdo da avaliação e propondo diretrizes para sanar problemas recorrentes;
41. Sistematizar referências para as clínicas escolas, onde priorize a ética profissional do psicólogo;
42. Implementar juntamente com MEC, ABEP diretrizes para a implantação das atividades da clínicas escolas;
43. Regulamentar a responsabilidade do Psicólogo na função de supervisor local de estágio curricular, obrigatório ou não obrigatório LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008;
44. Normatizar a relação de estágio e exercício profissional, envolvendo o CRP, Instituição de Ensino e Parte Concedente do Estágio;
45. Atuar em parceria com a ABEP no sentido de incluir na grade curricular dos cursos de Psicologia a questão prisional e os DHs;

Encaminhamentos:

- a. Criar resolução juntamente com o MEC, para fins de acompanhamento dos cursos existentes e de abertura de novos cursos de Psicologia no Brasil, contribuindo com a formação profissional;
- b. Solicitar a modificação da portaria normativa nº 40 de 2005, do MEC, incluindo a participação do CFP;
- c. Reuniões sistemáticas com representantes da ABEP, Sistema Conselhos e Instituições Formadoras;
- d. Que as intervenções tenham caráter de orientação;
- e. Que o CFP através da ABEP faça gestão junto ao MEC, visando maior participação do Sistema Conselhos com as instituições formadoras;
- f. Esclarecer os futuros profissionais sobre as diferentes atribuições do Sistema Conselhos;
- g. Fortalecer as relações entre o Sistema Conselhos; ABEP e instituições formadoras para aprofundar a discussão conjunta da formação e prática do psicólogo;
- h. Seminários, discussão com a Academia;
- i. Ao final, uma reunião com o MEC para discutir um novo currículo;
- j. Pesquisa realizada pela ABEP em âmbito nacional sobre as práticas desenvolvidas nos serviços Escola;
- k. Promover debates entre as IES sobre a temática;
- l. Que o Sistema Conselhos em parceria com a ABEP promova encontros periódicos para debates entre os serviços - escola das IES;
- m. Sugerir aos coordenadores de cursos universitários que enfatizem a importância do tema em reunião de professores, para que estes possam discutir e criar juntos ações que visam construir uma Psicologia e psicólogos, comprometidos com a sociedade;
- n. Discutir e promover, junto às Universidades e ABEP, uma formação dos psicólogos direcionada à uma atuação mais politizada e cidadã;
- o. Pesquisar como essas relações se traduzem em atitudes de isolamento na sociedade e dentro da própria categoria profissional, com vistas a serem orientadas em um entrosamento de maior coletividade;
- p. Elaboração de Projetos e de ações que aproximem CRP e Instituições de Ensino Superior, visando a ampliação do conhecimento referente aos temas locais emergentes;
- q. Que o Conselho articule com as entidades formadoras com o objetivo de incentivar uma formação mais crítica e voltada para o social;
- r. Que o Conselho incentive a realização de concursos públicos inserindo o psicólogo em diversos setores públicos, levando o serviço psicológico para a comunidade;
- s. Criar espaços de diálogo entre estudantes e profissionais envolvidos;
- t. Incentivar os coordenadores de curso a incluir a disciplina de Psicologia esportiva nos currículos de graduação de Psicologia;
- u. Através da ABEP, que sejam analisadas e encaminhadas aos canais competentes, mantendo uma articulação permanente junto aos Conselhos;
- v. Fóruns de discussão com os psicólogos;
- w. Através de eventos voltados para a ética no campo profissional (estágio, CREPOP) , contemplando a diversidade de nossos fazeres, dentro das atividades complementares;
- x. Incentivar os coordenadores de cursos de Psicologia a ampliar a carga horária e aprofundar os conteúdos das disciplinas de ética;
- y. Estreitar os vínculos e parcerias do CRP com as IES, distribuindo o CEPP e promovendo a orientação acerca da prática profissional e fornecendo esclarecimentos sobre o Sistema Conselhos e suas resoluções;
- z. Participação dos Conselhos Regionais nas IES, levando palestras que incentivem esta união da categoria, que esclareçam e conscientizem o aluno da importância de um trabalho colaborativo,

que esclareçam os professores do poder de persuasão que exercem sobre os alunos, para que possam colaborar com esta formação mais crítica, politizada, voltada para a visão do profissional inserido em um todo ― na comunidade e na categoria;

aa. Realização de eventos e palestras promovidas pelos Regionais, que possibilitem a união entre os profissionais e os incentivem a abraçar as causas da categoria e a colaborar com os colegas nas questões profissionais;

ab. Afinal, o psicólogo não deve pensar somente em seu trabalho limitado entre as paredes de um consultório, há a demanda social e as lutas da categoria, que precisam da força de todos;

ac. Divulgar nos informativos do Sistema Conselhos (e-mail, site, jornal) informações sobre a ABEP e como se associar;

ad. Colaborar na promoção de eventos de docentes e coordenadores de curso;

ae. Eventos e palestras (junto as IES);

af. Articulação junto a ABEP para viabilizar maior oferta de cursos de especialização em Psicologia, bem como maior Investimento na qualificação de profissionais das IES;

ag. Criação de espaços nas instituições de ensino que favorecem a dimensão com os Conselhos;

ah. Nomear membros dos Conselhos para mediar este diálogo com MEC e ABEP;

ai. Realizar reuniões entre representantes das associações mencionadas para discutir e produzir documento explicitando a discordância com relação à abertura indiscriminada de novos cursos, a ser entregue para o Conselho Nacional de Saúde, com assento para a representação de uma das entidades ou associações envolvidas, na sessão de discussão e deliberação sobre o assunto;

aj. Fortalecer a parceria entre o Sistema Conselhos e o MEC no que se refere à construção de parâmetros de avaliação e autorização dos cursos de Psicologia;

al. Propor fóruns de debates/eventos permanentes entre o Sistema Conselhos, instituições de ensino superior (IES) e movimentos estudantis fomentando a reflexão sobre parâmetros de excelência de formação em Psicologia;

am. Preparar uma campanha nacional em articulação com a ABEP e os diretórios acadêmicos de cursos de Psicologia, divulgando a importância de uma formação em Psicologia de qualidade e os quesitos mínimos para um curso de Psicologia ser considerado legal;

an. O Sistema Conselhos deve atuar em parceria com a ABEP de forma mais participativa nas avaliações realizadas pelo MEC, principalmente no que se refere as condições de infra estrutura e conteúdo curricular nos cursos de Psicologia;

ao. Através de um membro do Conselho federal de Psicologia junto ao MEC;

ap. Ampliar discussões junto as Universidades sobre a importância das leis do SUS; LDB; ECA/LOAS ; CTB; NOBs 93 e 96 ; NOAS - SUS de 01/01 e todas as Resoluções e Portarias que dizem respeito as Políticas Públicas;

aq. Desenvolver ações (debates, seminários e encontros) com alunos de graduação de Psicologia e psicólogos, com objetivo de conhecer as Leis; Resoluções e Portarias sobre as Políticas Públicas;

ar. Fomentar a participação dos profissionais psicólogos nos Conselhos Estaduais e Municipais de Controle Social;

as. Os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia devem denunciar aos Ministérios Públicos Federal e Estaduais quando a legislação for descumprida;

at. Exigir a implantação das disciplinas de saúde pública e Psicologia da saúde na grade curricular. Os Conselhos Federal e Regional serem articuladores entre as instituições formadoras e a rede de atendimento público. Implementação e incentivo de pesquisas com o objetivo de traçar o perfil do profissional que atua no SUS, apontando as suas necessidades quanto à formação e atuação no SUS;

au. O Sistema Conselhos deve atuar, em conjunto com a ABEP, com a maior intensidade no processo de produção das provas e avaliação dos cursos de Psicologia;

av. Elaborar material informativo sobre a atuação dos supervisores/psicólogos nas clinicas escola;

aw. Realizar parceria com a ONU exército para envolver;

ax. Produzir referências para a atuação do psicólogo nessa área, priorizando como método para tal

a realização de eventos sobre os temas que envolvam diversos atores e contribuam para fortalecer uma rede de discussão;

ay. Organizar fórum de debate e/ou encontro com coordenadores de curso de Psicologia para construir referências de atuação das clínicas escolas e troca de experiências;

az. O CFP deve pautar junto ABEP a necessidade de se garantir no curso de Psicologia disciplinas que contemplem as questões prisionais de Gênero e Direitos Humanos;

Nº Tese:	0166
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA - Áreas emergentes em Psicologia
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:40:07

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Abertura e construção de diálogo com o Sistema Conselheiros e com a categoria, buscando o aprimoramento do processo democrático de debate e construção de referências, no que diz respeito às áreas emergentes da Psicologia, como a Psicologia Antroposófica e de práticas integrativas e complementares;
2. Que o sistema conselho faça gestão junto ao ABEP, conselho nacional de graduação em Psicologia para a necessidade de inclusão dos postulados defendidos pela Psicologia Antroposófica e das práticas Integrativas e Complementares; inclusive incluindo nas diretrizes curriculares a legislação em vigor sobre o tema;
3. Propiciar a parceria entre a organização representativa da Psicologia Antroposófica com a Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (SOBRAPA), bem como realizar gestão junto ao Conselho Nacional de Saúde, por meio de reuniões, seminários e outras atividades pertinentes a esta representação.

Encaminhamentos:

- a. Criação de oportunidades para compartilhamento de saberes e aprendidos entre os psicólogos antroposoficos e aqueles que trabalham com praticas tradicionais integrativas e complementares;
- b. Formentar a discussão entre os psicólogos antroposoficos e os profissionais que atuam com praticas tradicionais, integrativas e complementares no Sistema Conselhos;
- c. Criação por meio de centro de referencias técnicas em políticas publicas (CREPOP), de um banco de dados que integre informações no campo da Psicologia antroposofica;
- d. Gestão junto a união latino-americana de entidades de Psicologia (Ulapsi) no sentido de promover intercambio e divulgação da Psicologia antroposófica em interface com as Práticas tradicionais, integrativas e complementares;
- e. Em parceria com a ABEP, viabilizar o diálogo de credenciamento de cursos nas diferentes áreas da Psicologia antroposófica (clinica organizacional educacional);
- f. Viabilizar a inserção da Psicologia Antroposófica na representação, juntamente com a Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (SOBRAPA), na pasta da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) na Comissão Intersetorial do Conselho Nacional de Saúde.

Nº Tese:	0167
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA - Atuação do Psicólogo nas Instituições Educativas
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:15:06

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Garantir o espaço do profissional de Psicologia nessas disciplinas contribuindo para o conhecimento da Psicologia, para o trabalho interdisciplinar e para a construção de um conhecimento mais embasado, e correto, dos princípios psicológicos;
2. Considerar as possibilidades de inserção da Psicologia enquanto conhecimento a ser trabalhado no ensino médio;
3. Orientar as IES a contratarem psicólogos para ministrar todas as aulas de Psicologia, não apenas aquelas privativas do psicólogo;
4. Assegurar na legislação a inclusão do psicólogo como profissional da educação possibilitando assim que as redes municipais, estaduais e federal contratem este profissional nas instituições escolares e educacionais;
5. Que o Conselho faça gestão junto ao MEC e outras instâncias competentes para sugerir temas relevantes da Psicologia adequados aos cursos de graduação que tenham esta disciplina;
6. Que o Conselho, "sensibilize" as faculdades de Psicologia para introduzir esta discussão crítica na Licenciatura;
7. Atuação do Psicólogo como interventor na discussão e solução dos conflitos existentes na escola e em toda a rede educacional;
8. Levar a proposta para o Estado na busca de um entendimento da necessidade do profissional psicólogo na Educação;
9. Que o Sistema Conselhos possa legitimar o espaço do psicólogo no sistema educacional, juntamente ao Ministério da Educação;
10. Manter as discussões da categoria e entidades formadoras para delimitação da atuação do psicólogo nas instituições educativas e sócio-educativas;
11. Discutir as questões relacionadas tanto a Educação Profissional e da formação surgidas no I Seminário Nacional de Educação;
12. Realizar ações com entidades da Educação para fortalecer as referências de atuação do psicólogo no campo da Educação;
13. As ações devem centrar-se no acompanhamento de projetos de lei e propostas de projetos que venham a constituir-se em ações e funções de participação profissional na política pública de Educação, na articulação política com as demais instituições legislativas e executivas;
14. Organizar a categoria dos Estados visando a discussão permanente de projetos de lei e emendas parlamentares que respondam às referências produzidas pelo Sistema Conselhos no campo da Educação;
15. Promover evento sistemático na área da PEE (Psicologia Escolar e Educacional), semelhante ao ano temático da educação realizado pelo CFP;
16. Estabelecer uma discussão nacional sobre regulação, regulamentação e organização do campo da PEE;
17. Estabelecer junto a Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional (ABRAPEE) e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e universidades, produção de parâmetros para o exercício da PEE;
18. Chamar as faculdades e universidades para participarem em grupos operativos das publicações do CFP;
19. Reforçar a luta pela elaboração de leis para garantir a presença do psicólogo em todas as instituições educativas e sócio-educativas;
20. Propor a construção de uma Política Pública que garanta a inserção da Psicologia no Sistema Educacional, assim como no SUS, defendendo a presença e as ações dos profissionais psicólogos

nestas áreas;

21. Mobilizar a comunidade Educacional para refletir, divulgar, orientar, prevenir e intervir em situação de violência escolar;
22. Dar suporte técnico para as instituições educacionais, famílias e vítimas da violência praticada nos ambientes escolares;
23. Apoiar as diretrizes dos órgãos federais, estaduais e municipais reguladores de políticas públicas que sinalizam com projetos de lei para conscientização, prevenção, diagnose e combate ao bullying;
24. Divulgação para a categoria, a população e o poder público, da especificidade da atuação do psicólogo na Educação e das referências para atuação nessa área, construídas ao longo do Ano Temático;
25. Elaborar comissão, organizar um movimento para pressionar o governador a sancionar a lei;
26. Que se defina um número de profissionais psicólogos na escola de acordo com a demanda apresentada por estudos que garantam o cumprimento do projeto pedagógico e retratem as necessidades da educação básica.

Encaminhamentos:

- a. Fomentar, junto às instituições de Ensino Superior, reuniões e debates que discutam e enfatizem a importância do profissional de Psicologia dentro dessas disciplinas;
- b. Legalização da atuação do psicólogo nessas disciplinas entre as instâncias do CFP, as IES e o MEC;
- c. Fazer parceria com a ABEP para:
 - c1. Debater sobre a participação da Psicologia no projeto interdisciplinar para ensino médio, de forma a preservar as possibilidades do conhecimento da Psicologia para a formação do jovem,
 - c2. Promover seminários temáticos nesta área,
 - c3. Publicar o resultado desses eventos e divulgar aos psicólogos,
 - c4. Fazer gestões para projetos de lei que incluam a Psicologia no currículo do ensino médio;
- d. Conselho articular com o Ministério da Educação para:
 - d1. Garantir a oferta da Habilitação em Licenciatura Plena,
 - d2. Garantir o direito de o psi ministrar disciplinas da área de Psicologia;
- e. Promover junto aos gestores públicos discussões acerca da importância do profissional psicólogo atuando no sistema de educação;
- f. Promover a articulação com a ABEP e demais instancias responsáveis pela formação dos psicólogos no sentido de prepará-los para inserção no contexto educacional brasileiro tornando-os atuantes em relação as políticas publicas de educação;
- g. Sistematizar praticas possíveis de intervenção no espaço escolar/educacional, contribuindo com a construção de referencias técnicas e políticas;
- h. Que o Sistema Conselhos continue mantendo as ações do CREPOP para desenvolvimento de referências na Psicologia e educação que forneçam subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas.
- i. Fazer parceria com a ABEP para trazer esta discussão dos temas nos cursos de Licenciatura em Psicologia;
- j. Campanhas educativas em nível municipal, estadual e nacional, veiculadas na imprensa escrita, falada e televisionada e, ampliada em projetos interinstitucionais através de informativos, palestras, propagandas, etc;
- k. Fortalecer as parcerias com a ABEP, ABRAPEE, ANPEPP, CFESS, Sindicatos em geral e demais parceiros para que as discussões na área continuem avançando;
- l. Que as Diretrizes apontadas no I Seminário Nacional de Educação, sejam transformadas em ações que possibilitem servirem de referências;
- m. Estas ações devem acontecer em âmbito regional e nacional, no campo dos processos legislativos, da divulgação das referências para a área, no campo da formação em nível de especialização;
- n. Incentivar a participação do Sistema Conselhos em ações junto aos poderes instituídos, às

entidades, à sociedade em geral, por meio de ampla discussão e divulgação;

o. Acompanhar as ações legislativas em âmbito dos municípios, estado e federação, divulgando as propostas de atuação da Psicologia no campo da Educação;

p. Articular, com as demais instituições que representam e regulamentam a Educação, propostas de inserção do psicólogo nas políticas públicas de educação;

q. Acompanhar e mobilizar a categoria para garantir a aprovação dos projetos de lei e emendas parlamentares que proponham a inclusão do psicólogo em instituições educacionais para crianças e adolescentes e jovens;

r. Atuação mais forte do GT Escolar e do conselho junto ao governador / governo;

s. Discutir e encaminhar junto a ABRAPEE e ABEP a articulação com os conselhos regionais para a efetivação deste evento;

t. Que se façam gestões, principalmente, junto ao poder público, por meio de proposição ou apoio a projetos de lei que visem à inserção do psicólogo na rede pública de ensino, em uma perspectiva afinada com as referências construídas pela categoria. Envolver os psicólogos e a população nessa discussão, esclarecendo que não se trata de corporativismo, mas de contribuição para a garantia do direito à Educação com qualidade;

u. Aumentar a representatividade da categoria junto aos órgãos competentes na elaboração de leis.

Realização de eventos;

v. Mobilizar-se para garantir a votação da Emenda parlamentar em tramitação no Congresso Nacional que propõe a inclusão do psicólogo como profissional da educação na Lei de Diretrizes e Bases (LDB);

w. Fortalecer junto ao Ministério da Saúde discussões acerca da atuação do psicólogo na atenção básica e sua articulação na estratégia de saúde na família;

x. Fortalecer as discussões junto ao MEC e Ministério da Saúde sobre a importância do papel do psicólogo nestes sistemas;

y. Estimular a participação dos psicólogos nos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação e Saúde, nas Conferências de Educação e Saúde;

z. Articular os esforços nacionais do Sistema Conselhos para ampliação da inserção dos psicólogos nas políticas públicas de Educação e Saúde, de forma articulada com os órgãos competentes;

aa. Atuar junto aos executivos estaduais e municipais, reivindicando a inserção do profissional psicólogo nos sistemas de ensino e no SUS, apoiando as proposições legislativas que prevejam esta inclusão;

ab. Promover seminário, discussão regional sobre o tema da violência escolar;

ac. Confecção e divulgação de materiais didáticos (cartilhas, jornais, folders, etc.) orientadores de práticas que possibilitem a minimização da violência praticada na escola;

ad. Construir e ampliar diálogo com os profissionais de educação (gestores, professores e corpo técnico) e sociedade, visando a orientação e fomentação de formação para elaboração de ações preventivas contra a violência no ambiente educacional, promovendo uma cultura de paz;

Nº Tese:	0168
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA - Avaliação de aluno da rede pública
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:11:57

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Iniciar um diálogo para sensibilização e conscientização das instituições educacionais onde tal questão seja discutida e se possa demonstrar que dentro de uma equipe de avaliação é o psicólogo o profissional apto a usar instrumentos específicos (testes), interpretar e propor soluções sem desprezar ou minimizar a participação de outros profissionais no processo.

Encaminhamentos:

a. Organizar uma comissão composta por profissionais da região e membro(s) do CRP 08 para que se faça um trabalho de esclarecimento junto ao Núcleo Regional de Educação, as secretarias municipais e equipes pedagógicas das instituições escolares quanto a necessidade de que tais avaliações sejam executadas dentro dos parâmetros estabelecidos pelos profissionais de Psicologia.

Nº Tese:	0169
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA - Diálogo da formação com as Políticas Públicas
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:42:02

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Reforçar os direcionamentos das diretrizes do VI CNP referentes ao tema;
2. Maior articulação entre instituições de ensino e os profissionais vinculados ao campo das políticas públicas;
3. Estimular as atividades de extensão e práticas de estágio na estrutura curricular dos cursos de Psicologia;
4. Contemplar as questões referentes às políticas públicas já no início da graduação;
5. Possibilitar vivências em serviços públicos, aproximando o curso de atividades de discussão fora do meio acadêmico em espaços onde se desenvolvem as diversas políticas públicas, incluindo locais de gestão e controle social;
6. Transversalizar o conhecimento referente as políticas públicas, realizando uma leitura política do país a partir da constituição de 1988, considerando os direitos sociais;
7. Visto a importância das questões relacionadas a este campo de trabalho, comprometer ética e socialmente as instituições de ensino e órgãos estatais responsáveis pela formação de recursos humanos;
8. Promover reflexões acerca de políticas públicas e em unidades de formação de psicólogos; fazer gestões junto a ABEP;
9. Melhorar e principalmente formalizar a realização entre IES-CRP em forma de documento, visando reduzir o distanciamento do conselho com o fazer deste pré-profissional;
10. Discussão, divulgação destas práticas com a categoria; propor que as IES incluam com destaque esta temática na formação do psicólogo;
11. Debates com as agências formadoras e no setor público continuando as discussões do Ano da Psicologia na Educação e das Psicoterapias.

Encaminhamentos:

- a. Promover, através da parceria entre Sistemas Conselhos e ABEP, encontros sistemáticos regionais e locais entre instituições de ensino e rede de atuação em políticas públicas;
- b. Aproximação do CRP com as instituições de ensino, mantendo um canal de comunicação permanente em contato com a comunidade acadêmica, incluindo neste processo os diretórios/centros acadêmicos;
- c. Fomentar um dialogo através da elaboração de um relatório anual pelo diretório/centro acadêmico sobre a efetiva sustentação da proposta do projeto político pedagógico nas atividades acadêmicas, como ferramenta de comunicação entre o CRP e as representações estudantis (sugestão);
- d. Articulação política afim de estimular a adequação dos currículos, garantindo as diretrizes curriculares propostas pelo MEC;
- e. Realização de intervenções e articulações entre o serviço de Psicologia das instituições de ensino (clínica/escola) e os serviços públicos garantindo a efetividade das diretrizes curriculares;
- f. Que o conselho divulgue amplamente, em parceria com a ABEP, as referências e diretrizes produzidas pelo CREPOP em instituições de ensino superior;
- g. Que o sistema conselho, nas instâncias consultivas de avaliação dos cursos de Psicologia das quais participa, tenha como diretriz a qualificação e o fortalecimento do tema das políticas públicas na formação;
- h. Fóruns periódicos que teriam caráter deliberativos de ações.

- i. Discussões junto à ABEP para que as grades curriculares sejam adequadas às necessidades de conhecimento das políticas públicas;
- j. Apoiar as várias entidades da Psicologia para seu fortalecimento e autonomia e pautar no fenepeb a regionalização das entidades que o compõem;
- k. Criar documento que estipule a parceria entre estas instituições (ABRAPEE, ANPEPP, ABEP);
- l. Estimular que todos os CRs organizem grupos de discussão para tratar esta temática;
- m. Palestras, divulgação no site e no jornal do Sistema Conselhos de Psicologia;
- n. Divulgar as produções do CREPOP em parceria com a ABEP nas universidades. Fazer gestões junto ao MEC em parceria com a ABEP para que esta temática seja incluída nas diretrizes curriculares;

Nº Tese:	0170
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA - Formação e Psicologia Organizacional e do Trabalho
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:21:13

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Sensibilização da sociedade em geral, para as contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho, para todos os tipos de organizações, sejam elas produtivas, governamentais ou não governamentais, no sentido de ampliar ainda mais a possibilidade de contratação de profissionais de Psicologia;
2. Incentivar e apoiar o papel da academia em explicitar a interface dos conhecimentos da Psicologia Organizacional e do Trabalho-POT com as outras áreas da Psicologia (clínica, escolar, social, etc.) para compreender a complexidade do comportamento humano e desenvolver as competências necessárias do aluno para o exercício profissional;
3. Abrir diálogo com as instituições de ensino superior de Psicologia para incluir essa disciplina nos cursos de Pós-graduação.

Encaminhamentos:

- a. Uma das ações do sistema de conselhos nessa perspectiva, é tornar o estudo da Psicologia Organizacional e do Trabalho - POT nas instituições de ensino superior formadoras, mais valorizado e com um maior espaço, no sentido de reservar-lhe uma carga horária mais significativa e deixar de ser apresentada aos acadêmicos, apenas como uma opção de disciplina eletiva (optativa) nas grades curriculares, como acontece em inúmeras instituições brasileiras, formadoras desse profissional;
- b. Seminários onde as diversas áreas da Psicologia possam apresentar sua visão em relação a um determinado problema;
- c. Incentivar a academia para apresentar a interdisciplinaridade entre as diversas áreas da Psicologia;
- d. Divulgar junto aos alunos as novas possibilidades de atuação em POT que fazem interface com a clínica, social, etc;
- e. Apoiar e divulgar ações da academia que levariam os alunos a compreender que as Políticas Públicas devem incluir a saúde do trabalhador;

Nº Tese:	0171
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA - Formação em Psicologia
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 19:19:26

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Deveria ver maior articulação do conselho com outras entidades como ABEP, MEC.
2. Reformulação Matriz Curricular nas Universidades.
3. Inclusão do psicólogo em todos os programas municipais, estaduais e federais
4. Criar referências, e não leis, ou determinações, que auxiliem coordenadores de curso, supervisores de estágio, para construção e funcionamento das clínica-escola, que levem em conta a diversidade das realidades das instituições de ensino.
5. Considerando o disposto no MUORF sobre as atribuições da COF e sua relação com as entidades formadoras e o caráter orientador do Sistema Conselhos, percebe-se a necessidade de ter uma maior proximidade na formação do profissional, estabelecendo parcerias com as Instituições de Ensino Superior, proporcionando condições para uma formação profissional comprometida com a ética e defesa da Psicologia enquanto ciência e profissão.
6. Discutir com o MEC mudanças nas ementas das disciplinas do curso de Psicologia para incluir as diretrizes que regulamentam as políticas públicas.
7. Sensibilizar as IES pela qualificação de conteúdos relacionados às políticas públicas nos currículos dos cursos de Psicologia.
8. Discutir com o MEC a garantia da oferta de estágio curricular na área de Psicologia Social/Comunitária.
9. Considerando a importância da participação dos psicólogos em políticas públicas e na promoção de direitos, a formação deve contemplar estes conteúdos programáticos de modo a favorecer o conhecimento crítico da realidade brasileira e o compromisso com uma ação ética e com a garantia dos direitos humanos.
10. A formação do professor dos cursos de Psicologia deve incluir a formação em DH.
11. Estimular os debates entre as equipes interdisciplinares.
12. Intensificar as articulações nas áreas da saúde.
13. Disciplina Educação para a Morte na graduação de Psicologia.
14. Para o aprimoramento e a criação de referências profissionais no âmbito dos programas de acolhimento, percebe-se a necessidade de uma formação especializada para o exercício desse papel, sendo fundamental o profissional deter conhecimento das seguintes temáticas: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e normativas afins (Código de Direito Civil, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, Orientações Técnicas para os Programas de Acolhimento, Sistema de Garantia de Direitos); Estruturação da política de assistência social (Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência (PNAS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS)) e da história do atendimento; Conceituação de família, novas formas e arranjos familiares; Conhecimento sobre cultura das classes populares, impacto da exclusão social no psiquismo humano, etc; Visão crítica de Psicologia do Desenvolvimento; Rede de atendimento; Psicologia organizacional e institucional.
15. Maior intervenção do Sistema Conselhos na sugestão de disciplina que contemplem a sociedade indígena.
16. Incluir na grade curricular dos cursos de Psicologia a disciplina Gênero e Raça.
17. Que o CFP junto ao Sistema Conselhos regulamente / crie soluções que garantam tempo e qualificação para o exercício profissional do psicólogo.
18. Chamar profissionais, as faculdades e universidades para participarem em grupos operativos das publicações do CFP da discussão sobre essas escolas e práticas.
19. Atuar nas universidades discutindo qual a história e importância do Sistema Conselhos
20. Apresentar ainda na graduação a legislação a que os psicólogos estão submetidos

21. Garantir manter abertura de participação dos estudantes no cotidiano no sistemas conselhos
22. Intervenção junto às agências formadoras, influenciando na montagem da grade curricular e existência de profissionais voltados para estas áreas;
23. Estimular a formação continuada.
24. Ampliar o poder de fiscalização e gerência do Conselho junto aos psicólogos das IES.
25. Propor Projetos que envolvam uma articulação acadêmica entre Conselhos Regionais e Universidades.
26. Estimular a criação de Projetos de Formação que envolvam a produção de estudos de tecnologia sociais.
27. Articular estratégias para formação direcionadas a pesquisa.
28. Planejar e fomentar em conjunto com a universidade formas para se discutir com diversos setores sociais (ênfatisando a participação dos usuários/familiares, profissionais e poder público) a política e história da saúde mental na Região refletindo profundamente as questões de desinstitucionalização.
29. O Sistema Conselhos deve, em parceria com a ABEP, mobilizar as instituições de ensino de Psicologia para incorporar as atuais demandas sociais na formação de psicólogo.
30. Que a formação dos psicólogos contemple claramente esta dimensão.
31. Sensibilização e a conscientização da importância do trabalho do Psicólogo.
32. Criar mecanismos para ratificar a responsabilidade do supervisor pela prática do aluno.
33. Criar estratégias para dar maior visibilidade ao usuário de seus direitos e da necessidade de saber o nome do supervisor do aluno que está lhe atendendo
34. Faz-se necessário que o conselho, tanto a nível regional, quanto nacional se proponha a discutir a questão problema.
35. É imprescindível buscar possibilidades para captação de recursos financeiros que possam ser investidos nos estágios em Psicologia, tendo em vista a diversidade de campos de atuação (público e privado), pois atualmente são os serviços públicos em sua maioria que não remuneram.
36. Representação junto aos órgãos públicos.
37. Visibilidade de profissão em sociedade.
38. Trabalho junto aos órgãos formadores pela qualidade dos cursos com a possibilidade de aumento na carga horária abrangendo várias áreas de estágio.
39. Trabalhar efetivamente junto às políticas públicas com relação a valorização e reconhecimento profissional.
40. Divulgação do papel do conselho de Psicologia para os estudantes.
41. Divulgação das ações do conselho.
42. Incentivo à participação dos alunos no conselho a partir de suas ações .
43. Parceria com as instituições de ensino superior, apoiando as ações universitárias no ensino e aprendizagem da Psicologia.
44. Incentivar a produção científica nas Universidades;
45. Criar prêmios e certificados;
46. Encontros regionais e locais de produção científica.
47. Exigir através de normatiação que somente psicólogos graduados e especializados possam ministrar a disciplina de Psicologia com grade curricular adequada para a formação do aluno.
48. Fiscalizar os cursos onde as disciplinas de Psicologia ocorram e que sejam administradas por outros profissionais.
49. Buscar conhecer, contextualizar e discutir a realidade da formação atual.

50. Realizar pesquisas com o intuito de conhecer esta realidade e verificar as consequências destas mudanças da formação.
51. Que o conselho articule junto ao congresso nacional legislações que garantam a participação do conselho na abertura dos mesmos.
52. Que o currículo de formação de psicólogo contemple conteúdos voltados para o sistema de garantias de direitos.
53. Reforma curricular no que diz respeito à licenciatura.
54. Previsão do estagiário de Psicologia nas Políticas Públicas atendendo as normas para o estágio (supervisão).

Encaminhamentos:

- a. Proporcionar mais discussões com a categoria a respeito da questão da formação mínima.
- b. Promover audiências públicas visando discussão da atuação e participação do psicólogo no âmbito sócio-político.
- c. Criação e aprovação do projeto de Lei para garantir inclusão do psicólogo em todos setores.
- d. Efetivar juntamente com Conselhos e MEC a inclusão do psicólogo em todos os setores.
- e. Promover a discussão do tema entre o cfp, o ministério da educação e as faculdades de Psicologia.
- f. Promover encontros de profissionais para a contribuição do processo.
- g. Garantir a divulgação das orientações propostas e sua avaliação permanente pelo conselho e pelas entidades reguladoras do ensino da Psicologia como auxílio aos coordenadores e supervisores de estágio do curso de Psicologia.
- h. Intensificar parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES) levando, sistematicamente, representantes do Sistema Conselhos, para apresentar e esclarecer o seu papel junto aos futuros profissionais;
- i. Distribuir material explicativo sobre a estrutura/ funcionamento do Sistema Conselhos;
- j. Promover discussões acerca da importância Código de Ética Profissional;
- k. Compartilhar com a categoria e com as IES as ações do Sistema Conselhos semestralmente;
- l. Produzir eventos direcionados aos estudantes a fim de aproximá-los do CRP durante sua formação profissional, contribuindo para a consolidação dos padrões éticos, técnicos, políticos e científicos da profissão.
- m. Discussão com o MEC e as IES para reformulação do currículo.
- n. Discutir com as IES a inclusão do estágio curricular em Psicologia Social/Comunitária.
- o. Propor seminários com os coordenadores de cursos de Psicologia e seus professores, juntamente com ABEP, para sensibilização sobre a temática e adoção da mesma como tema transversal. O Sistema Conselhos de Psicologia deve fazer gestões junto à ABEP para encaminhamentos para que as universidades discutam essa proposição.
- p. O Conselho pode levar a ABEP a necessidade de que as questões relacionadas à morte sejam debatidas nos cursos de formação de Psicologia
- q. Maior aproximação das instituições formadoras junto a instituições de saúde.
- r. Organizações de espaços por meio de grupos de trabalho, organizados pelo Conselho de Psicologia.
- s. Fomentar junto a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) na construção do debate e na mobilização para a inserção de diretrizes curriculares que contemplem a política de assistência social.
- t. Encaminhar proposta para discussão no Ministério da Educação e ABEP.
- u. Encaminhar a proposta para o MEC e para a ABEP.

v. Que o CFP crie resoluções que normatizem a qualificação profissional a partir de incentivos institucionais, sejam estas do setor público ou privado. Criar espaços de discussões sobre a temática junto à categoria profissional e as instituições públicas e privadas. Que os CRPs possam divulgar junto aos locais de trabalho a necessidade de tempo para qualificação profissional.

w. Contato com universidades, faculdades e CFP.

x. Promover junto a ABEP uma maior participação do Sistema Conselhos na universidade, garantindo um calendário de reuniões e eventos para discutir a legislação, outras informações sobre o Sistema Conselhos e o exercício profissional para maior conhecimento da legislação tanto para o corpo docente e discente.

y. Lobby junto aos mestres e doutores para estimular a pesquisa;

z. Realização de eventos enfatizando a importância das áreas;

aa. Intervenção junto às agências formadoras para estimular a criação de cursos de pós-graduação, especialização, mestrados, doutorados e outros, nas áreas referidas.

ab. Encaminhar à ABEP a proposta de aprofundamento de discussão do tema do profissional de Psicologia atuando dentro das IES;

ac. Criação de fóruns para estreitamento do diálogo entre CFP | ABEP e MEC para fiscalização dos cursos de Psicologia;

ad. Aproximar o diálogo entre Conselhos e IES.

ae. Que o CRP promova Seminários com outras áreas do saber.

af. Criar diálogos com as IES (Instituições de Ensino Superior) para a promoção de formas de construção na formação, visando pesquisas e produção de conhecimentos na área de Tecnologias sociais para enfrentamento das demandas emergentes.

ag. Construir diálogos com as IES (Instituições de Ensino Superior), como forma de estimular a pesquisa e a produção de conhecimentos que atendam as demandas sociais emergentes. (Formação ética e Técnica).

ah. Incluir a Região de Sorocaba no projeto "História e Memória da Psicologia em São Paulo", como forma de produzir um material audiovisual que possa contribuir para a apropriação das características históricas da Saúde Mental, em geral, e da Psicologia em particular, na região, produzindo um instrumento disparador no processo de regionalização das discussões sobre o tema nas universidades da região, nos conselhos de saúde e outros órgãos públicos e privados de assistência à saúde mental, a partir de um processo de pesquisa e retrato da realidade da Saúde Mental na região;

ai. Propor eventos locais (nos respectivos conselhos regionais) em parceria com os conselhos municipais de saúde e demais conselhos profissionais viabilizando a criação de documentos (escritos e audiovisuais) que possam participar ativamente da construção da história da atenção em saúde mental na região;

aj. Promover o protagonismo social através da interação com a comunidade e da integração da comunidade ao processo de construção desta história.

ak. Estimular a ABEP para que desenvolva junto com as instituições de ensino superior diretrizes que propiciem a reformulação de seus currículos de forma a atender às atuais frentes de trabalhos do psicólogo.

al. Que o CFP possa intervir de maneira que as Universidades todas contemplem na formação dos psicólogos essa dimensão.

am. Articular possibilidades de participação e acompanhamento das discussões no âmbito da IES no sentido de colaborar para uma formação que acompanhe as necessidades da sociedade, garantindo a autonomia IES.

an. Fortalecer diálogo entre Sistema Conselhos e IES.

ao. Apoiar as atividades do sindicato na promoção de abertura de vagas de psicólogos.

ap. O Conselho deve solicitar dos cursos de graduação em Psicologia a relação dos professores supervisores a serem entregues semestralmente.

aq. CRP deve disponibilizar para cada clínica-escola, as resoluções que legislam sobre o trabalho do supervisor como parte do seu trabalho de orientação.

ar. O CRP deve produzir cartazes voltados aos usuários dos serviços-escola, alertando-o sobre

seus direitos e da necessidade de ser informado sobre o nome do supervisor do aluno que lhe presta serviço.

as. O CRP, através da COF, deve solicitar de cada clínica-escola o planejamento de admissão ou triagem do usuário, bem como critérios de acompanhamento, continuidade e desfecho do serviço oferecido.

at. O CRP deve produzir uma resolução que obrigue que cada clínica-escola possua pelo menos um técnico (psicóloga(o) contratado(a), não professor), que possa atuar profissionalmente durante todo ano, inclusive férias, no acolhimento do sofrimento psíquico dos usuários em momentos de férias e intervalos dos estágios, fazendo escuta ativa das demandas, aconselhamento ou encaminhamento.

au. Para garantir que as diretrizes sejam colocadas em prática é necessário reunir os atores que estão envolvidos nos processos de formalização dos estágios: MEC, representações estudantis e de instituições de ensino, além, obviamente do conselho.

av. Partindo do pressuposto que podem ser múltiplas as formas de captação de recursos, sugerimos um foco inicial nos serviços oferecidos pelo Estado. Tendo em vista que o MEC faz parte do estado, é possível uma integração do conselho, para debate da questão, com o CIES- (Comissão de Integração Ensino- Serviço)

aw. Que o sistema conselho se inclua nas discussões que buscam garantir no mínimo as condições básicas para que o estagiário possa manter-se (transporte integral, alimentação e material de estudo (livros e Xerox)).

ax. Ocupar os espaços em todas as instâncias (pública e privada).

ay. Verificar possibilidades em multimídia em termos de divulgação.

az. Incentivar / apoiar a qualificação.

ba. Para um pronto atendimento das necessidades das instituições do ensino superior é necessário que se crie uma comissão de fiscalização e divulgação dentro das universidades, assegurando assim a uma melhor qualidade do profissional para exercer sua profissão.

bb. CRP intervir junto a ABEP para que se torne obrigatória a produção científica;

bc. criação de um selo do CRP aos trabalhos produzidos.

bd. O CFP devesse enviar proposta para o governo, para que seja sancionado como projeto de lei que tenha validade em todo o território nacional.

be. Organizar uma comissão no conselho para acompanhar os cursos que contenham disciplinas de Psicologia.

bf. Que o conselho busque maiores articulações junto ao MEC.

bg. Diálogo com a ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e com demais instituições comprometidas com a formação do psicólogo;

bh. O Sistema Conselhos promoverá discussões sobre o sistema de garantias de direitos assegurando que os estudantes de Psicologia sejam convidados ao debate;

bi. Articulação junto à ABEP para discutir mudança da grade curricular incluindo a licenciatura nos cursos de Psicologia.

bj. Articulação política com os representantes legais, mobilização da população através da veiculação de informações.

bk. O CRP criar mecanismos para que o estagiário esteja previsto no quadro de equipe de trabalho, ou seja previsto nas Políticas Públicas.

bl. Garantir a qualidade desse estágio na relação profissional (instituição) e Universidade.

Nº Tese:	0172
Tema da Tese:	DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA - Políticas públicas e atuação profissional
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:28:44

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Contribuir com estratégias para qualificação profissional junto às entidades parceiras;
2. Ampliar e fortalecer o diálogo com o Ministério da Educação;
3. Participar das Comissões do MEC que regulamentam a autorização dos cursos de formação profissional;
4. Promover diálogos mais diretos com a categoria e levantamento das expectativas dos psicólogos com o sistema conselho;
5. Integração entre as diversas locais de atuação do psicólogo visto que há necessidade de diálogos também das diferentes políticas públicas (educação/saúde/assistência/judiciário) e de seu caráter transdisciplinar;
6. Dialogar com a sociedade a fim de ampliar a participação do psicólogo nas políticas públicas e garantir a interdisciplinaridade dos saberes e competências inerentes a atividade e atuação no campo destas políticas;
7. Reforçar o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) de modo que, na atuação dos projetos definidos pela Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), se possa fortalecer a rede de colaboradores, incluindo parcerias com universidades, sindicatos e outras entidades relacionadas, ampliando a inserção da Psicologia no campo das políticas públicas e fortalecendo o diálogo com os gestores públicos;
8. Trabalhar pelo fortalecimento das políticas públicas, com a qualificação das referências de atuação dos psicólogos;
9. Formação continuada em saúde, trabalho interdisciplinar, políticas públicas e controle social para os conselheiros;
10. Que o CRP possa acompanhar com mais efetividade a representação nos conselhos;
11. Pautar a formação cidadã dos/as psicólogos/as no que diz respeito às entidades profissionais que os/as representam, possibilitando um maior conhecimento, interação e participação nesses espaços democráticos da profissão;
12. Ampliar as estratégias de aproximação da categoria e de estudantes do Sistema Conselhos, estimulando a participação destes em espaços organizados do CRP-GT'S e Comissões;
13. Criar novas estratégias de aproximação e participação dos/as psicólogos/as junto ao CRP para além das já existentes;
14. Aperfeiçoar e qualificar as formas de divulgação do Sistema;
15. Aprimorar a aproximação dos Conselhos junto aos alunos finalistas dos cursos de Psicologia, traçando uma trajetória contínua de encontros com a finalidade de promover inserção do aluno nos debates, questões e posicionamentos contemporâneos relacionados ao fazer psicológico;
16. Normatização de parceria do CFP com o MEC;
17. Utilização dos resultados das pesquisas do CREPOP por parte do Sistema Conselhos para promover esta articulação;
18. Promover discussões com o Estado e articulações, lutando pela efetivação de toda legislação que garanta a atuação qualificada em número adequado junto as Políticas Públicas;
19. Normatização do CFP com o Ministério da Cidadania e Políticas Públicas;
20. Contribuir com discussões para a inserção dos psicólogos em equipes de atendimentos em situações de emergências e desastres;
21. Maior aproximação e articulação do Sistema Conselhos com as organizações e instituições públicas e privadas.

Encaminhamentos:

- a. Participar de outras comissões que envolvam a formação profissional;
- b. Intensificar a articulação e fiscalização dos Serviços - Escola;
- c. Efetivar as ações das COF(s) na obrigatoriedade do acompanhamento na formação do psicólogo na totalidade das instituições formadoras;
- d. Articular junto a ABEP e instituições formadoras a normatização da ementa da disciplina Psicologia, ciência e profissão, para que contemplem o estudo e discussões da legislação pertinente a nossa profissão;
- e. Promover forum com coordenadores de cursos para discussões desta problemática;
- f. Que o CFP e os CRs promova eventos (seminários, reuniões, rodas de conversa, mostras, etc) podendo ser uma mostra, que evidencie semelhanças e diferenças do trabalho do psicólogo, nas diferentes políticas públicas em seu caráter transdisciplinar;
- g. Sistema Conselhos possa fazer gestão com os demais conselhos propondo estratégias;
- h. Gestão ABEP pensando a temática na prática na formação (estágios vivências transdisciplinar);
- i. Que o Sistema Conselhos fortaleça a construção de referências técnicas em políticas públicas através do CREPOP;
- j. Promova encontros e seminários para informar e expandir o conhecimento dos psicólogos na área das políticas públicas;
- k. Dialogue com as IES para inclusão de disciplinas sobre políticas públicas nos seus currículos;
- l. Dialogue com os gestores nas três esferas de governo para instituir formação continuada em PP;
- m. Estreitar relações com Comissões, Grupos de Trabalho e Núcleos de modo a fortalecer o CREPOP-Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas; Apresentar regularmente, por meio de informativos e outros meios de informação, as ações do Centro para os Conselheiros (as) dos Conselhos Regionais de Psicologia;
- n. Em parceria com a ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia ampliar divulgação das pesquisas realizadas e das referências produzidas pelo CREPOP-Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas junto às instituições de formação do psicólogo, principalmente no que diz respeito à prática de estágios, e a partir do diálogo constante entre essas instâncias (Sistema Conselhos, universidades e entidades da Psicologia);
- o. Ampliar divulgação das referências do CREPOP-Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas para a categoria e realizar gestão junto ao Executivo visando contribuir para a implementação das mesmas;
- p. Realização de conversas entre o CREPOP e a categoria, bem como com os gestores responsáveis pela elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas;
- q. Divulgar amplamente, em seus meios de comunicação, inclusive com o aprimoramento do portal, as ações e funções do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) para informar a categoria e as instituições sociais;
- r. Utilizar os resultados das pesquisas referenciais do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e definir um projeto de diálogo com todas as esferas da gestão pública;
- s. Efetivar o CREPOP como recurso de gestão nas diferentes instâncias do Sistema Conselhos de Psicologia, garantindo que as produções do CREPOP possam ser utilizadas pelas mesmas;
- t. Fazer gestão, com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e demais entidades do Fórum de entidades no sentido da formação e de contemplar e incluir referências para a prática do psicólogo nas políticas públicas;
- u. Divulgar os resultados do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) para as coordenações de cursos, diretórios acadêmicos (DAs) e centros acadêmicos (CAs) de Psicologia e entidades estudantis para a discussão da temática das políticas públicas;
- v. Proporcionar estrutura para o funcionamento do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) local e nacionalmente;
- x. Implementação de grupos de trabalho em controle social e políticas públicas pelo CRP;

- w. Divulgação através de eventos institucionais e meios de comunicação do CRP, informações sobre o controle social no estado e municípios;
- y. Através de uma articulação política sensibilizar as instituições de ensino para incluir na grade curricular de formação de nível superior, a temática do controle social;
- z. Dialogar com as instituições reguladoras do ensino superior em Psicologia no Brasil para criar, durante o curso de graduação, estratégias de conhecer, interagir e participar das entidades representativas da sua profissão;
- aa. Implantar nos CRP's a proposta do Conselho Itinerante nas Faculdades e em instituições que agreguem um maior número de psicólogos(as);
- ab. Fortalecer a parceria do CFP com a ABEP nacional e dos CRP's com a ABEP local, a fim de transversalizar os temas aprovados no CNP nas disciplinas do curso de Psicologia(a exemplo das disciplinas de ética e de ciência e profissão);
- ac. Criar comissões compostas por alunos e conselheiros para elaboração e agendamento de atividades ao longo dos períodos;
- ad. Estreitar as relações com a ABEP compondo em parceria os projetos de intervenção nas faculdades;
- ae. Apresentar ao CFP essa necessidade;
- af. Que esta articulação seja realizada mediante comissão especialmente montada com conhecimento teórico-prático dentro das políticas públicas e representada por conselheiros capacitados dentro de uma metodologia específica a ser criada. Estímulo a parcerias. Formas diferentes de divulgação de trabalho do psicólogo que atinjam mais diretamente os gestores;
- ag. Criar comissões para realizar uma aproximação com os órgãos. Enviar documentos para (esclarecer) explicar o papel do psicólogo e sua importância nas instituições e organizações.
- ah. Promover discussões com vistas à elaboração e adequação das legislações nas Esferas: Municipal. Estadual e Federal;
- ai. Apresentar a necessidade para o CFP de normatização junto ao Ministério da Cidadania e Políticas Públicas;
- aj. Discutir com Entidades afins e propor Políticas que contribuam na inserção do psicólogo nas equipes de atendimentos a situações de emergências e desastres.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Diálogo com a sociedade e com o Estado

Tema: Diálogos com a sociedade para afirmação e divulgação da prática profissional

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
173				
174				
175				
176				
177				

Nº Tese:	0173
Tema da Tese:	DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE PARA AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL - Afirmação e divulgação da Profissão do Psicólogo - ampla visibilidade junto a sociedade
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:07:54

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. É necessário um esclarecimento melhor do que a Psicologia se propõe e de suas especialidades. Isso para a comunidade como um todo e também para os gestores que têm psicólogos na instituição. Se o diretor da escola entende o papel do psicólogo escolar, não irá esperar dele uma atuação clínica ou organizacional. Se o juiz entenden a atuação do perito da área jurídica, não irá convocar psicólogo de outra área para realizar uma perícia.
2. Publicizar as diversas áreas de atuação da Psicologia junto ao Estado e a Sociedade. Que a sociedade amplie a percepção de que a Psicologia é uma profissão regulamentada./Divulgar os fazeres do psicólogo em feiras, ação global, etc./ Elucidar a sociedade sobre a atuação do Psicólogo nas diversas áreas de atuação e a importância da Psicologia como Ciência./ Tornar público o papel do psicólogo e suas delimitações, especificações./ Esclarecer a população em geral a respeito do papel do psicólogo ./ Informar a população sobre uma atuação mais ampla do psicólogo em instituições de saúde, educacionais, sociais, de lazer, etc./Desenvolver estratégias efetivas de divulgação da profissão de modo que apresente como uma profissão comprometida com as questões sociais./Dar visibilidade de uma forma científica da profissão. /O conselho junto ao Estado organizar um propaganda de 1 minuto promovendo a profissão.
3. Aprimorar a comunicação entre a Psicologia, enquanto Ciência, Profissão e Categoria, com a sociedade e o Estado.
4. Reconhecimento da diversidade dos âmbitos de contribuição da Psicologia nos diferentes contextos sociais.
5. Salientar a importância da Psicologia enquanto ferramenta de transformações social e produção de qualidade de vida.
6. Organizar eventos que divulguem o trabalho;
7. O Sistema Conselhos tem o poder/dever de representar e manter a classe profissional, trabalhando no sentido de consolidar a profissão psicológica no Brasil, esclarecendo a população sobre o que é e para que serve a Psicologia utilizando estratégias de marketing tal como faz a sociedade brasileira de odontologia, dermatologia e de justiça, por exemplo.
8. Divulgar junto à comunidade as diferentes possibilidades de atuação do psicólogo, adotando uma linguagem acessível e dinâmica.
9. O CRP ir até as escolas (Universidades).
10. Mobilizar, através de discussões, a transformação da representação social que a população tem do papel do psicólogo;
11. O Sistema Conselhos deverá promover de forma constante uma política de valorização da Psicologia e dos psicólogos através de campanhas, informes comunicados e publicidade nas mídias existentes.
12. Promoção de eventos locais, regionais que envolvam a população.
13. Criar uma articulação entre CFP e responsáveis dos meios de comunicação
14. Articular com as redes de serviços de municípios para interlocução do profissional.
15. Realizar pesquisas locais para conhecer o universo das atividades dos psicólogos.
16. Promover a articulação da Psicologia, enquanto profissão, em suas diversas áreas para fomentar a atuação em políticas públicas.
17. 26. Diálogo com o CFP para elaboração de material informativo acerca do "fazer do psicólogo" nas diversas áreas de atuação nas políticas públicas;
18. Utilização das pesquisas CREPOP para incluir as práticas psi inovadoras em realidades sociais diferentes.
19. Discutir com a sociedade questões envolvem a garantia dos Direitos Humanos, dando

visibilidade a estas discussões e trabalhos através de parcerias com instituições de ensino, etc.

Encaminhamentos:

- a. Que os conselhos busquem articular, através de suas comissões e GTs, com entidades que possuem o serviço de Psicologia, como escolas, empresas, órgãos públicos, visando um melhor entendimento do papel do psicólogo. Realização de eventos que levem à todos o entendimento do papel do psicólogo.
- b. Distribuição de material gráfico, folder e panfletos por exemplo, que expliquem à comunidade o papel do psicólogo. Divulgar amplamente, através dos meios de comunicação, a Psicologia enquanto ciência, profissão e categoria; Dar a conhecer a multiplicidade das possibilidades de intervenções dos profissionais psicólogos Utilizar a mídia para esclarecimento da Psicologia enquanto ciência e profissão com a acessória do conselho para tal vinculação. Distribuição do material informativo nas instituições;
- c. Criar um canal de diálogo com o Poder Público nas suas 03 (três) esferas de atuação, para esclarecimentos sobre a atuação do Psicólogo; Elaboração de cartilhas informando sobre a atuação ampla dos psicólogos em benefícios da população;
- d. Fomentar estudos científicos que respaldem as práticas psicológicas em Políticas Públicas;
- e. Realizar bianualmente uma Mostra de Práticas Psicológicas, nos níveis Regional e Federal, tendo como resultado a publicação também de material impresso.
- f. Não se restringir ao envio de uma correspondência. Fazer visitas às instituições sensibilizando os gestores e os profissionais quantos a necessidade de regularização técnica;
- g. Institucionalizar comissão específica e permanente nos CRP's e seções que tenha como principal objetivo promover diálogo com a sociedade civil, com as instituições e com o Estado acerca da atuação profissional.
- h. Promover eventos sobre temas relacionados à atuação do psicólogo que incluam participantes da comunidade.
- i. Implementar discussões regionais e nacionais, com a categoria de psicólogos e com os diferentes setores da sociedade e do Estado, a fim de dar visibilidade às possibilidades de contribuição da Psicologia, comprometida com a promoção da vida e dos direitos sociais.
- j. Promover eventos de divulgação das práticas psicológicas que incluam a participação da sociedade em geral, de outras categorias profissionais e de representantes do Estado.
- k. Ampliar a participação do Sistema Conselhos nos Conselhos de Direitos, de modo a levar para esses espaços a contribuição da Psicologia.
- l. Incentivar psicólogos a participação em Conselhos de Direitos e de políticas públicas em suas referidas localidades.
- m. No dia do psicólogo, mostrar áreas de atuação inclusive novas (propagandas) e produções de vídeos.
- n. Criação de Comissão para levar os gestores, legisladores e juristas as atividades realizadas pelo profissional psicólogo.
- o. Criar o "Conselho itinerante" para levar aos poderes públicos municipais e a sociedade (Associações de moradores...), como é o trabalho do psicólogo.
- p. Promover a aproximação do Sistema Conselhos com os Sindicatos, Associações e outros setores sociais com vistas a estimular a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho,
- q. Promover a garantia dos Direitos dos trabalhadores Psicólogos.
- r. Podem ser feitas ações no sentido de propagar e esclarecer a sociedade sobre a importância da profissão através, por exemplo, da confecção de cartazes nos ESF's, CRAS, CREAS, Hospitais, delegacias, Fóruns e Escolas, divulgando a profissão do psicólogo para toda sociedade.
- s. Utilizar data como a mobilização contra o Ato Médico e o dia do Psicólogo para sair à rua, praças.
- t. Trabalhar e estreitar relações com as Universidades, coordenadores de curso, para mobilizar as comunidades locais para a divulgação corpo a corpo na sociedade.
- u. Desenvolver meios e formas de disseminação sobre o trabalho do psicólogo em várias áreas na mídia, escolas, instituições públicas de saúde e da assistência social.

w. Através da mídia, articulando palestras com os próprios psicólogos e/ou alunos das diversas universidades e faculdades. Criação de verbas pelo CFP para este fim a ser repassadas aos Conselhos.

v. O esclarecimento levaria a uma diminuição do preconceito, pois as pessoas entenderiam a aplicação da Psicologia na vida do ser humano. O sistema conselho poderia fazer uma campanha na mídia sobre o papel do psicólogo.

y. Apoiar e incentivar eventos nos quais os profissionais em suas cidades desenvolvam ações em comunidades específicas, de modo a aproximarem-se das pessoas, do público alvo de atuação, para que assim seja possível demonstrar a importância que a ciência pode ter em suas vidas

z. Realização de reuniões em centros comunitários, centros de bairro, conselhos de saúde e universidades

aa. Intensificação do trabalho da assessoria de imprensa.

ab. Realização de campanhas por parte do Sistema Conselhos para divulgação das diversas áreas de atuação do psicólogo com o objetivo de desconstruir o estereótipo da profissão e ampliar o conhecimento da sociedade quanto às diferentes atividades do profissional.

ac. Destinação de verbas para inserção na mídia e propagandas e programas a respeito da profissão de Psicologia.

ad. Promover essas diretrizes a cargo do sistema Conselhos/responsabilizar.

ae. Mobilização e organização de fóruns e debates para discussão do papel do psicólogo na sociedade

af. Promover encontros para dialogar com as outras profissões que trabalham com o psicólogo

ag. (Re)construir espaços de subjetivação ligados a processos de cidadania e saúde coletiva junto ao espaço social

ah. Promover congressos para fortalecimento, articulação e conhecimento do que está sendo feito no país nos diversos espaços e políticas (SUAS, SUS, etc.) em que o psicólogo está inserido.

ai. Garantir a continuidade de tais congresso a partir de agenda continuada para discussões de práticas institucionais em que o psicólogo está inserido

aj. O CRP dar acessória quando for falado sobre a Psicologia para os diversos segmentos e serviços da sociedade

ak. Promover encontros que discutam a formação ou implementação de redes de atendimento integral ao cidadão.

al. Fazer uma parceria entre CFP e mídia em geral.

am. Promover matérias sobre a Psicologia, enquanto ciência e profissão, não somente para a categoria como para a sociedade em geral.

an. Promover seminários que discutam a inserção do psicólogo em equipes multidisciplinares em setores específicos: justiça, terceiro setor entre outros.

ao. Articular com outros conselhos profissionais em controle social no sentido de criar espaço de interlocução do papel do psicólogo.

ap. Destinar recursos dos Conselhos para efetivar a pesquisa (estagiário de Psicologia)

aq. Ampliar espaço de diálogos e discussões e divulgação para que não só psicólogos participem mas também a sociedade.

ar. Solicitar e aproveitar o espaço da mídia (escrita/falada) para esclarecer o trabalho do profissional, a partir de entrevistas, jornais eletrônicos, reportagens que alcancem o imaginário social e profissional.

as. Inserir o estudo da Psicologia no Ensino Médio (Rede Pública e Privada)

at. Promover espaços de debates entre profissionais para discussão das novas demandas e espaços de trabalho que estão surgindo, implicando em novas práticas.

au. Buscar articulação do Sistema Conselhos de Psicologia e as diversas instâncias: conselho/secretarias (etc.) de educação, de assistência social, saúde, cultura e outras.

aw. Integração da ação com as comissões temáticas específicas dos CRPs para abordar o assunto nos eventos programados.

Nº Tese:	0174
Tema da Tese:	DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE PARA AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL - Afirmação e divulgação de práticas profissionais
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:14:11

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Campanhas para conhecer e dar visibilidade a práticas intersetoriais em articulação com o campo da saúde mental.
2. Seguindo o documento base produzido pelo Grupo de Trabalho Nacional "Cuidado das Pessoas que Fazem Uso de Álcool e Outras Drogas em Interface com a Luta Antimanicomial", propomos como tese a elaboração de uma campanha publicitária nacional ou regional pela garantia de usuários/as de drogas na sociedade. Para tanto, propomos que o mote dessa campanha realce o/a usuário/a de drogas enquanto cidadão/ã de direitos e deveres, fazendo frente ao lugar de marginalidade que já lhes é guardado.
3. Posicionar-se na defesa dos direitos desta população
4. Propiciar mais informações na base - comunidade;
5. Fortalecer as políticas sociais garantindo um serviço de qualidade e equitativo;
6. Direção de campanhas - bandeiras de luta junto à comunidade.

Encaminhamentos:

- a. Criar formas de incentivo e visibilidade às práticas intersetoriais em articulação com o campo da saúde mental.
- b. Discussão no referido GT e nos GT's de Psicologia e usos de substâncias psicoativas dos CRP's para elaboração de proposta formal da campanha.
- c. Formalização de uma comissão do Sistema Conselhos para acompanhar e subsidiar a elaboração da campanha pela agência.
- d. Veiculação da campanha nos CRP's e em veículos de mídia (outdoor, televisão, rádio, site, etc.).
- e. Promover ações de enfrentamento;
- f. Denúncias, ações judiciais, representações, etc., junto às instâncias competentes;
- g. Promover fóruns de discussão com a categoria, dando voz a todos os atores envolvidos
- h. Campanhas através dos meios de comunicação, de camisetas, de abordagens nas ruas.
- i. Reuniões, discussões para fortalecer as políticas e capacitações;

Nº Tese:	0175
Tema da Tese:	DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE PARA AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL - Comemoração dos 50 anos de regulamentação da Profissão e Publicização das práticas do Psicólogo.
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:24:07

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Festejar os 50 (cinquenta anos) por meio de um balanço dessa construção, promovendo dialogo com a sociedade sobre isso.
2. Realizar um evento por gestão num espaço público de grande frequência diária, onde todas as áreas de atuação do Psicólogo(a) seriam demonstradas com profissionais específicos, oferecendo esclarecimentos à população.
3. Semana do psicólogo tornar-se um marco de divulgações da profissão nos locais de atuação profissional;
4. Promover encontros com as comunidades e diálogos com as gestões.
5. Publicização dos instrumentos liberados pelo CFP e divulgação da prática em avaliação psicológica para a sociedade em geral.
6. Promover encontros semestrais para a divulgação das pesquisas científica produzida pelos psicólogos;
7. Incentivar pesquisas de acordo com as situações vividas pela sociedade que contribuam na elaboração de políticas para a intervenção do psicólogo;
8. Articular juntamente com a ABEP a promoção de eventos científicos para a divulgação das pesquisas produzidos pelos acadêmicos e psicólogos;
9. Apoiar os núcleos de pesquisa com prêmio monográfico do CFP;
10. Maior interlocução do Sistema Conselhos com a Sociedade e o Estado.
11. Comissão representativa da categoria por regiões do estado;
12. Fórum dos profissionais;
13. Atuação em mídia sobre diversos papéis do psicólogo;
14. Mobilização dos meios de comunicação.
15. Criar um trabalho ou ações via mídia que desmistifique, ou mesmo quebra de estigma que a profissão tanto carrega como "Psicologia Clínica e/ou psicólogo para louco". A sociedade ainda tem pouco conhecimento sobre a amplitude do trabalho do psicólogo.
16. Fomentar a construção de políticas públicas de saúde e educação que contemplem o tema Tanatologia;
17. Reforçar a importância do conhecimento do tema na formação e atuação profissional do psicólogo;
18. Entender os processos de luto e perdas como indissociáveis da saúde mental, no que concerne à sua promoção, prevenção e recuperação.
19. Sensibilizar os profissionais da área de saúde, no que concerne as questões de humanização.
20. Ação conjunta em todas as instâncias, através dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, Sindicatos de Psicologia, Associações, Instituições de Ensino Superior e Entidades de Qualificação Profissional, para divulgação das diretrizes técnicas, éticas e sociais que orientam o exercício profissional da Psicologia.
21. Campanhas para conhecer e dar visibilidade a outras práticas dentro da saúde mental que não sejam em instituições como CAPS e Hospitais Psiquiátricos.

Encaminhamentos:

- a. Promover a II Mostra Nacional de Praticais profissionais em Psicologia e compromisso social
- b. Que o(s) regional(ais) realize(m) em cada gestão (3 anos) esse evento para toda a Sociedade;
- c. Promover a produção de curtas-metragens sobre a construção da Psicologia, especialmente sobre as mulheres.
- d. Propor a FENAPSI uma atuação conjunta.
- e. Garantia de local de grande circulação de pessoas;
- f. Que todos sejam esclarecidos sobre a atuação do Psicólogo(a), nas mais diversas áreas.
- g. Que os encontros possam ser a princípios fomentados pelos psicólogos das diferentes comissões dos CRP's.
- h. Publicizar sobre o uso dos instrumentos psicológicos para os psicólogos e para quem não é psicólogo.
- i. Buscar parcerias com as IES para divulgação dos eventos relacionados a comunicação dos trabalhos científicos produzidos pelos acadêmicos de Psicologia e psicólogos;
- j. Organizar uma revista científica para a publicação das produções científicas dos pesquisadores psicólogos;
- k. Financiar pesquisas de acordo com as situações vividas pela sociedade que contribuam na elaboração de políticas para a intervenção do psicólogo;
- l. Esclarecimento à sociedade e estado acerca dos fazeres do psicólogo;
- m. Maior manifestação ativa do Sistema Conselhos referente às práticas do profissional psicólogo
- n. Continuidade de manifestação pública do Sistema Conselhos: posicionamento político referente a temáticas sociais.
- o. Esclarecimento por parte do Sistema Conselhos sobre as diversas práticas, as possibilidades e limites referentes a atuação do psicólogo.
- p. Articulação com as diversas políticas públicas e instituições de ensino superior para divulgação das diversas possibilidades de atuação do psicólogo, como meta/ compromisso da categoria.
- q. Elaboração de projetos de divulgação para os meios de comunicação referente a psicoterapia.
- r. Providenciar campanhas publicitárias que promovam conhecimentos da Psicologia para a população brasileira.
- s. Levar ao conhecimento dos dirigentes governamentais e do público em geral a importância do tema;
- t. Oferecer espaços para discussões, comunicações, pesquisas e trabalhos na área;
- u. Promover a interface do tema dentro do contexto emergencial focado nas diversas linhas de atuação da Psicologia;
- v. Difundir a atuação do Psicólogo junto aos envolvidos em situações emergenciais de perdas e lutos naturais e/ou geradas por desastres;
- w. Trabalhar processos de envelhecimento, dor e perda como processos naturais, minimizando os impactos, deles advindos, na saúde mental dos indivíduos em geral, e dos idosos, em particular;
- x. Estabelecer parcerias com entidades de trânsito, escolas, empresas e outras, mostrando a importância da Tanatologia e visando a implantação de projetos que contemplem as questões do luto e das perdas, na rotina de trabalho destas Instituições.
- y. Contactar e elaborar formas de parcerias com instituições de ensino de Psicologia, para fomentar a implantação do tema Tanatologia nos programas de disciplinas, num primeiro momento, e a criação de uma disciplina a posteriori;
- z. Incentivar os psicólogos com atuação ligada à Saúde Pública a estarem atentos aos processos de luto/perdas, incluindo respaldo teórico;
- aa. Criar espaços de discussão e esclarecimento junto à população em geral e às instituições

empregadoras sobre a multiplicidade de atividades profissionais que podem ser exercidas pelo psicólogo em seus diversos campos de atuação.

ab. Criar uma premiação para práticas em saúde mental que sejam fomentadas fora de CAPS e Hospitais psiquiátricos, mas que não necessariamente a excluam. Tal premiação contemplara duas modalidades: e/ou de forma áudio-visual por um/a profissional psi. As premiações não precisam ser financeiras, mas podem fomentar a qualificação do profissional, por exemplo: vale livros, publicação de um artigo ou mesmo visibilidade nacional da prática deste/a profissional.

Nº Tese:	0176
Tema da Tese:	DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE PARA AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL - Psicologia e mídia
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:05:33

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Levantar a discussão sobre a mídia nacional, com o enfoque na Psicologia, com o objetivo de preparar os psicólogos que atuam com situações que envolvem a comunicação, por exemplo, quando os meios de comunicação pautem o diálogo no relacionamento das pessoas.
2. Levantar a discussão da questão da mídia e o trânsito, na forma como esta publicidade e exposição da mídia relacionada ao tema do trânsito podem ser prejudiciais ao indivíduo.
3. Promover e garantir o uso crítico das mídias para intervir na promoção da saúde x paradigma do automóvel e segurança no trânsito.
4. Apontar os problemas, da parte da Psicologia, que existem na publicidade ilegal de bebidas alcoólicas, que afetam diretamente a sociedade.
5. Definir formas de atuação do CRP no sentido de fortalecer iniciativas e manter o grupo de análise da mídia para promover a modificação ou suspensão dos comerciais abusivos.
6. Levantar a discussão da questão do Controle Social que os Meios de Comunicação possuem perante a sociedade.
7. Questionar e trazer argumentos da Psicologia que trabalhem a questão da exploração da imagem da mulher, do homem, da criança e do adolescente na publicidade.
8. Contato com as mídias por um profissional indicado pelo CFP, para apresentação desse material;
9. Contactar autores de novelas, seriados, etc, para um encontro com representantes do CFP, para conhecimento e divulgação desse material.
10. Discussão do papel do psicólogo construída como referência entre as principais escolas teóricas;
11. Ampliar a participação dos usuários familiares no debate e na defesa da política pela efetiva implementação da Reforma Psiquiátrica;
12. Divulgação dos princípios da Reforma Psiquiátrica na mídia.

Encaminhamentos:

- a. Dotação orçamentária própria para cobrir o custo da ação a ser realizada pelo Sistema Conselhos;
- b. Participação nas comissões Nacional e Estaduais de Democratização da Comunicação;
- c. Organizando comissões dos CRPs com no mínimo 03 pessoas, sendo pelo menos 1 conselheiro. O Sistema Conselhos de Psicologia mantenha um grupo de trabalho permanente que discuta mídia e Psicologia.
- d. O Sistema Conselhos deve elaborar pareceres técnicos sobre comunicação, mídia e sociedade.
- e. O Sistema Conselhos deve intervir e fiscalizar a implementação das propostas da CONFECOM
- f. Ampliar o número de parceiros na discussão da temática da mídia e Psicologia
- g. Elaboração de grupos de trabalho para estudo e criação de referências para a temática, composto de membros do CFP e de todos os CRs;
- h. Seminários regionais para discussão do tema com participação da mídia local e sistematização devidamente encaminhada ao GT, para confecção de documento de referência.
- i. Construção de material gráfico, de vídeo relativo ao tema a ser encaminhado e trabalhado

pelos devidos parceiros acima relacionados.

- j. Promover e garantir a presença do Sistema Conselhos de Psicologia nos Conselhos de comunicação Social Nacional, Estadual e Municipal.
- k. Promover eventos e reuniões que pautem a Educação crítica para a mídia.
- l. Promover a criação nos CRP's de um observatório de mídia e direitos humanos, sob a responsabilidade dos GTs de Psicologia e Mídia.
- m. Que o Sistema Conselhos desenvolva um plano de divulgação e defesa da Reforma Psiquiátrica na mídia;
- n. Desenvolver eventos e materiais de Comunicação, voltados a orientação na defesa de direitos aos usuários e familiares do Sistema de Saúde;
- o. Orientar os psicólogos sobre os vários órgãos de defesa e promoção de direitos que devem ser acionados em caso de violação de direitos, como Ministério Público, Defensoria, Conselhos de Saúde, etc;
- p. Incentivar os psicólogos a participarem das Comissões e Fóruns de Defesa da Luta Antimanicomial;
- q. Implementar e fortalecer, em parceria com as entidades formadoras, uma formação antimanicomial como o fim dos estágios nos hospitais psiquiátricos e instituições asilares, e apoiando os estágios na rede substitutiva.

Nº Tese:	0177
Tema da Tese:	DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE PARA AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL - Informação à sociedade sobre o papel do psicólogo em diferentes áreas da Psicologia
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:57:29

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Garantir que a presença do psicólogo seja efetivada dentro das instituições de políticas públicas (unidades de saúde), favorecendo uma melhor qualidade de vida.
2. Formular referências e estratégias de atuação profissional no campo de políticas públicas.
3. Elaborar estratégias de maior divulgação das referências produzidas pelo CREPOP e campanhas temáticas de modo que efetivamente os torne referências para profissionais e gestores.
4. Campanhas de conscientização e cunho educativo sobre a Psicologia social, o psicólogo nas políticas públicas e CREPOP.
5. Ampliar diálogos com gestores e outras classes trabalhadoras, como no caso das assistentes sociais, nas questões da política pública.
6. Garantir que o psicólogo possa utilizar de sua ferramenta de escuta clínica dentro da política de assistência social.
7. Faz-se necessário um acompanhamento do conselho à construção e execução das políticas de assistência social, uma vez que se conquistou este campo de atuação, que, agora, precisa de garantia de um espaço qualificado e dentro da sua especificidade.
8. Grupos focais ou encontros com os profissionais de Psicologia da área pública/ social - visão de si mesmo enquanto profissionais;
9. Grupos focais sobre a visão dos psicólogos na área social (com usuários);
10. Produzir materiais informativos, campanhas sobre a atuação do conselho (ou categoria), nas áreas respectivas: crianças e adolescentes, negros, LGBT, idoso, deficientes, dependentes químicos, pessoas com transtornos mentais e encarcerados.
11. Articulação/intervenção, manifestação oficial do CRP nas pautas e agências da mídia sobre problemas atuais, relacionadas aos direitos e sofrimentos humanos.
12. O CRP ir ao interior ouvir debates e orientar ações específicas, projetar área de saúde básica, violência, esportes.
13. Alertar a população sobre a importância de ser atendida por profissionais qualificados e, em se tratando de psicólogos/as, alertar sobre a obrigatoriedade de inscrição junto ao CRP.
14. Difundir as implicações quanto à infração do código de ética do profissional da Psicologia.
15. Informar à população sobre a diferença entre terapia, psicoterapia e psicoterapia exercida por psicólogo/a e suas diferentes funções em diversas áreas.
16. Suscitar a discussão das práticas psi no campo do esporte também como uma questão de saúde mental.
17. Incentivar os Conselhos Regionais a criação de Grupos de Trabalho de Psicologia do Esporte;
18. Dar prosseguimento à promoção de maior esclarecimento/divulgação sobre as atividades do psicólogo do esporte junto à categoria aos profissionais potencialmente constituintes de equipe interdisciplinar;
19. Promover maior integração com a sociedade, divulgando nacionalmente o mapa de atuação dos psicólogos junto ao esporte e atividade física.
20. Definir a função do psicólogo escolar para a categoria e para a sociedade (escolas, secretarias de educação)
21. Divulgação nos meios de comunicação (jornais, internet - site do POL e CRP, etc. - rádios)
22. Criação de mecanismos de orientação para a população, CIRETRANS e Centros de

Formação de Condutores, sobre o papel do psicólogo do trânsito na avaliação psicológica.

23. Ampliar a orientação nas clínicas de avaliação psicológica (Trânsito).

24. Campanhas de conscientização e incentivo voltadas à expansão e ao debate na área do trânsito e mobilidade humana.

25. Dialogo com a sociedade e com o Estado para a inserção da Psicologia na formação de vigilantes

26. Divulgar a resolução junto as empresas de segurança/vigilância;

27. Continuar a política de orientação e fiscalização ao correto uso da resolução

28. Discutir e ampliar o diálogo junto aos sistemas de controle da informação;

Encaminhamentos:

a. Promover uma campanha mobilizadora da importância e presença do psicólogo nas instituições de saúde pública em uma ação conjunta com o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Nacional de Saúde.

b. Organização e execução por parte dos CRP's das referências e estratégias de atuação profissional no campo de políticas públicas no que tange aos excluídos socialmente.

c. Fornecimento de materiais informativos aos psicólogos e a sociedade como toda acerca da atuação profissional no campo de políticas públicas referente aos excluídos socialmente.

d. Divulgação pelo CRP, utilizando a mídia e outdoors.

e. Provocar palestras em escolas e faculdades sobre o assunto.

f. Promover debates sobre a prática do psicólogo na área social e sua articulação nas políticas públicas

g. Promover encontros de psicólogos que trabalhem com a temática.

h. Discussão dos conteúdos específicos e adequações a essas faixas etárias.

i. Promover eventos com temas diversos que atravessam o campo do esporte e da atividade física e que contribuam para a construção de material para divulgação nas instituições de ensino sobre atuações na área;

j. Ampliação quanto à divulgação do exercício profissional junto aos meios de comunicação.

k. Criar espaços de discussão com as demais categorias que compõem uma equipe interdisciplinar no esporte;

l. Ampliação nos debates sobre democratização da informação;

m. Promover eventos que contemplem as práticas do psicólogo na área esportiva e fortaleçam a produção de conhecimento neste campo.

n. Estabelecer maior proximidade com os meios de comunicação visando elucidar o que faz um psicólogo do esporte e discutir a ampliação da atuação do profissional psicólogo nesta área.

o. Construir espaços de debates

p. Divulgação na mídia;

q. Mostra de vídeos sobre atuação do psicólogo na área social.

r. Dar visibilidade na mídia do trabalho realizado hoje pelos psicólogos na área social;

s. Realização de fóruns temáticos;

t. Fazer articulação/ interlocução da Psicologia com os centros formadores de vigilantes e com a Polícia Federal.

u. Realizar gestões junto aos órgãos da segurança pública, em caráter informacional;

v. Estabelecer parcerias com a Polícia Federal e centros de formação para estimular a criação de espaços para diálogos, seminários, cursos sobre o tema.

- x. Propor e incentivar os centros de formação para vigilantes e a Polícia Federal, a inserção da Psicologia nos cursos de formação.
- y. Construção de referências voltadas ao psicólogo escolar
- z. Organizar um grupo de trabalho (sede e subdeses), com o objetivo de criar um documento, material, cartilha para divulgar e orientar sobre o trabalho do psicólogo no trânsito.
- aa. Orientação periódica, pelo conselho aos profissionais habilitados nesta área.
- ab. Produzir material explicativo sobre o trabalho do psicólogo em todos os espaços de atuação dentro da política de assistência social em consulta pública. Proporcionar a distribuição deste material aos espaços universitários e aos profissionais.
- ac. Produção de maior número de exemplares dos materiais produzidos;
- ad. Manter banco de dados atualizados com endereço dos gestores públicos;
- ae. Encaminhar material produzido aos gestores e profissionais
- af. Intensificar espaços de interlocução entre os conselhos de assistência social e Psicologia com perspectiva de construir a operacionalidade da política de assistência social.
- ag. Estabelecer parcerias com a sociedade, participando de campanhas de promoção de saúde ligadas ao esporte e atividade física;
- ah. Construção pelo CRP fr minuta (modelo) de parceria com órgãos públicos, associações comerciais, sindicatos, movimentos sociais, por exemplo a participação dos psicólogos. Ex.: Construção de formação específica para professores do ensino médio, para cidadania, com parecer teóricos da Psicologia com os alunos.
- ai. Construção de conteúdo específico de Psicologia para disciplinas das diversas áreas acadêmicas.
- aj. Propriação de espaços de atuação para psicólogos no mercado de trabalho ouvindo o perfil profissional que esse mercado deseja.
- ak. Utilizar orçamento do CRP (vem crescendo ano a ano com novos inscritos) para elaboração de projetos regionais que contemplem mecanismos, estratégias de inserção dos psicólogos no mercado de trabalho.
- al. Divulgação pelo CRP (após prospectos) experiências bem sucedidas e resultados obtidos com a atuação de psicólogos nos municípios, instituições que realizem concurso público.
- am. Divulgação pelo CRP de pesquisas de satisfação com os serviços da Psicologia (escolas, empresas, hospitais, judiciário.).

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Diálogo com a sociedade e com o Estado

Tema: Diálogos interinstitucionais em defesa da criança e do adolescente

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
178				

Nº Tese:	0178
Tema da Tese:	DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS EM DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:03:54

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Estabelecer junto às Secretarias Municipais diretrizes que possibilitem projetos de intervenção precoce visando a prevenção da saúde mental na infância;
2. Realização, manutenção e/ou intensificação de fiscalização e acompanhamento dos abrigos de modo articulado pelas comissões de Criança e Adolescente, jurídica e de Assistência Social;
3. Articulação com instâncias vinculadas à Infância e Juventude, além das instâncias públicas e privadas (Conselho Tutelar, Vara da Infância, CRAS, Conselho de Direitos da Infância e Adolescência). Esclarecimento das Leis de proteção à criança e adolescente, objetivando a não interpretação errônea, assim como a inversão de papéis e direitos;
4. Dar continuidade as campanhas que incentivem a restrição do mal uso da publicidade voltada para criança e para o adolescente;
5. Buscar a inclusão no ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente de dispositivo legal que estabeleça expressamente a impossibilidade de se aplicar medida de segurança ao adolescente com transtorno mental em conflito com a lei, bem como a extensão da atenção em saúde mental ofertada por meio do SUS de acordo com a Lei 10.216/01;
6. Contribuir para a finalização de elaboração da proposta em conjunto com a equipe responsável pelo projeto. Colaborar na coordenação das ações do projeto; Auxiliar no estabelecimento de parcerias; Participar da execução do projeto; Elaborar alternativas de avaliação da efetividade do projeto; Atender a outras alternativas que possam se fazer necessárias no decorrer do projeto.
7. Fazer gestão junto ao Legislativo em parceria com entidades afins (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente, Centros de Defesa, Conselhos Tutelares, etc);
8. Maior compreensão do ECA como lei dos direitos e deveres da criança e do adolescente;
9. Que o Sistema Conselhos defenda que as entidades de criança e adolescente se adéqüem ao ECA, promovendo o debate entre os psicólogos e as diversas instâncias do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, na direção desse alinhamento;
10. Necessidade de que seja dado voz a juventude e que possamos afinar o ouvir para compreendê-los. Necessidade da criação de políticas que realmente alcance a necessidade do jovem, de inclusão e de releitura do mundo em todas as suas subjetividades;
11. Divulgação desse projeto em forma de palestras educativas nas escolas, empresas, comunidade, quanto a esse problema camuflado e negligenciado na sociedade;
12. Que seja vedado aos/às psicólogos/as incentivar, recomendar ou referendar a prática de pedagogia violenta no trato com crianças/adolescentes ou se omitir diante do conhecimento desta prática por adultos responsáveis pela educação dos/as mesmos/as. Como pedagogia violenta entenda-se o uso de palmadas, objetos para bater em crianças tais como chinelos, cintos, fios elétricos e outros, beliscões, puxões de orelha, tapas e outros castigos humilhantes.
13. Cobrar uma postura diferencial na Política de Promoção da reabilitação e na Prevenção dos casos nas comunidades;
14. Discussão dos temas de bullying e violência escolar e sua crescente judicialização;
15. Fomentar a discussão entre os profissionais da rede de proteção a infância sobre bullying e violência;
16. Criação de projetos dentro das escolas (sociais);
17. Promoção e prevenção com seminários e oficinas que visam resgatar a cultura de cada região;
18. Discutir, nas instâncias competentes, a possibilidade de oferecer, no currículo escolar, disciplinas que agucem o senso moral do/a aluno/a;
19. Incluir a família no âmbito escolar com projetos de formação de renda;

20. O CFP deverá fazer gestão junto aos Órgãos de Educação no sentido de que a Avaliação de entrada realizada no contexto da Educação Especial seja executada de forma a não discriminar, rotular, classificar e com isso incluir pessoas que não necessitam de um atendimento educacional especializado em Escolas Especiais, sendo norma para todos os profissionais envolvidos neste processo;

21. Articulação do Sistema Conselhos de Psicologia e de outros conselhos profissionais (direito, assistência social, comunicação social, ciências sociais, etc.), com entidades da Sociedade Civil que se detém ao tema, além das agências formadoras de profissionais e de produção de conhecimento;

22. Promover uma aproximação entre os psicólogos atuantes nas medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade (Internação e Semiliberdade), e os que atuam nas medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) com o intuito de analisar, discutir, sugerir e definir as principais ações desenvolvidas pelo psicólogo na área da Socioeducação e garantir o cumprimento das ações preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre elas o acompanhamento ao adolescente egresso;

23. Maior participação dos profissionais e dos usuários (adolescentes) nos conselhos e outras atividades que tenham amplitude de articulação;

24. Promover, a partir da formação e qualificação do profissional em Psicologia, o conhecimento sobre o desenvolvimento dos direitos sociais de crianças e adolescentes e das principais políticas públicas sociais do sistema de proteção social brasileiro e incentivar a participação qualificada dos psicólogos nos espaços de controle social;

25. Defesa do atendimento integral de crianças e adolescentes no sentido de garantir os seus direitos, sem cair na visão reducionista de particularizar questões de ordem institucional e ou social. Combate à patologização e psicologização dos problemas escolares e sociais;

26. Buscar a regulamentação nacional da obrigatoriedade do profissional do Psicologia junto as entidades e programas que executam a medida socio economica de internação;

27. Que os Conselhos promovam a articulação entre a Psicologia e Defensoria, afim de que haja o incentivo às parcerias para garantia dos direitos dos adolescentes em conflito com a Lei;

28. Que o Conselho Federal de Psicologia atue junto às esferas governamentais competentes a fim de implantar políticas públicas de capacitação técnico científica aos Conselheiros Titulares antes do início de cada gestão, com a avaliações periódicas ao longo da mesma para que, detentores de conhecimento sobre o desenvolvimento infanto-juvenil, possam atuar de fato como conselheiros (mediadores) entre família, crianças, adolescentes e Estado, assegurando a população um compromisso ético e uma competência técnica necessários a uma política de promoção e defesa dos direitos dos cidadãos brasileiro em desenvolvimento;

29. Elaboração de uma legislação e de critérios para a atuação e elaboração de um projeto de atuação para a prática;

Encaminhamentos:

a. Reuniões intersetoriais envolvendo o município, representado pelos caps e rede de atenção e universidades;

b. Fiscalização/orientação do Sistema Conselhos em parceria com demais conselhos envolvidos e outras entidades de DH;

c. Acompanhar as alterações e orientações sugeridas de forma sistemática;

d. No CRAS, grupos de famílias, crianças, adolescentes, pais envolvendo a comunidade. Promoção de debates nos diferentes espaços (escola, igrejas, associações de moradores, CRAS);

e. Afinar diálogos com as instâncias públicas, tais como: Conselhos Tutelares, Conselho dos direitos da Criança e do adolescente;

f. Grupos de orientação a pais nas escolas;

g. Fazer gestão junto ao Legislativo em parceria com entidades afins (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente, Centros de Defesa, Conselhos Tutelares, etc);

h. Construir uma equipe de profissionais responsáveis para: Motivar as equipes de trabalho para garantir o envolvimento da equipe e a execução eficaz do projeto; Ministras palestras e oficinas sobre os temas relevantes e de interesse dos/as alunos/as do ensino fundamental, aos/às funcionários/as das escolas e a toda a equipe de trabalho do projeto, a fim de esclarecer e identificar e intervir sobre as crenças que possam estar influenciando positivamente e negativamente no andamento do projeto; Estar atentos/as para apreender as reais demandas da

comunidade atendida; Construir um grupo de estudos sobre o tema; Atender a outras alternativas de colaboração que possam surgir a partir destas terem sido iniciadas.

- i. Contatos com clubes, Ministério dos esportes e faculdades;
- j. Debates com profissionais de discussão intersetorial sobre a criança e o adolescente;
- k. Promover encontros, seminários temáticos, debates entre psicólogos, outros profissionais e representantes de órgãos que atuam e fiscalizam o Sistema de Garantia de Direitos
- l. Capacitação e acolhimento, família, escola, saúde;
- m. Participação na elaboração de políticas públicas;
- n. Promoção de cursos de capacitação com condições acessíveis (local, preço);
- o. Divulgação do conselho quanto a existência do projeto de prevenção e combate à violência contra crianças e adolescentes;
- p. Adesão do Sistema Conselhos (caso não tenha ocorrido) à Rede "Não Bata. Eduque", cuja Carta de Princípios está disponível no site WWW.nãobataeduque.org.br;
- q. Desenvolvimento de Campanha Institucional pela erradicação dos castigos físicos e humilhantes;
- r. Mobilização da categoria e realização de Fórum sobre o tema visando a produção de material técnico para subsidiar as intervenções profissionais;
- s. Apoio ao Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional que proíbe o uso de castigos físicos e humilhantes, já existentes em vários países;
- t. O Sistema Conselhos em parceria com a ABEP deve encaminhar junto ao MEC, sugestão/solicitação de inclusão da disciplina "Violência contra crianças e adolescentes" no currículo da graduação de psicólogos/as, considerando que essa inclusão já ocorreu nos cursos de Medicina e outros na área de saúde;
- u. Criar estratégias para fortalecer o cuidado da criança e adolescente nos aspectos: Social e Familiar dentro do Sistema Judiciário com intervenção na promoção e reabilitação;
- v. Problematizar a produção de demanda do espaço escolar ao poder judiciário. Através de fóruns de debates, oficinas itinerantes, etc. Apoiar a divulgação de novas perspectivas para se pensar a produção dessas demandas, partindo do campo escolar;
- w. Formação de equipes dos CRP's responsáveis em criar os projetos a serem executados. Criar parcerias com as esferas de governos Federais e Estaduais, para subsidiar os projetos e fornecer os materiais necessários para: Criar e divulgar campanhas que fortaleçam a responsabilidade e a participação dos/as alunos/as em prol de projetos culturais a favor da paz; Oferecer cursos profissionalizantes; Promover seminários mensais aos pais e familiares, com incentivo de bolsas para cursos e/ou prêmios que fortaleçam a presença dos mesmos; Capacitar os/as alunos/as que queiram monitorar oficinas de trabalho na própria escola;
- x. Auxiliar as Secretarias de Estado e do Município na capacitação dos psicólogos que atuam em conselhos tutelares e CDCA's no que se refere ao tema em questão;
- y. Articular com o sistema de justiça, os CDCA's, os conselhos tutelares, ONG's e órgãos afins para estabelecer estratégias para formação de uma rede de serviços para trabalhar na prevenção ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil e ao atendimento às vítimas, familiares e ao agressor;
- z. Divulgar através das comissões de educação e de direitos humanos o Disque 100 (telefone para denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes);
- aa. Participar de campanhas, conferências, encontros, enfim de todos os eventos ligados ao combate da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes;
- ab. O CFP deverá fazer gestão junto aos Órgãos de Educação no sentido de propor ações conjuntas que favoreçam e fortaleçam o processo de Educação Inclusiva;
- ac. O CFP fará gestão junto aos Conselhos Profissões que possuem profissionais que participam de equipes multiprofissionais em APAES no sentido de coibir uma prática que seja contrária ao processo de Educação Inclusiva, perpetuando assim situações de discriminação, preconceito e não reconhecimento dos direitos constitucionais dessas pessoas;
- ad. O Conselho manterá diálogo com outros Conselhos Profissionais para discutir a questão da atuação dos profissionais não psicólogos na discussão do estudo de caso quando do processo de avaliação de entrada nas APAES e que não tem a competência para realizar diagnóstico

Psicológico, e que não respeitem a conduta técnica do profissional Psicólogo;

ae. Promover debates em fóruns voltados para a temática violência e juventude com vistas às políticas públicas em torno deste segmento. Promover o fortalecimento da rede social para a garantia do sistema de direitos para os jovens;

af. Propor instâncias e políticas públicas específicas para atenção à juventude;

ag. Estimular o trabalho em conjunto dos psicólogos que atuam nas medidas socioeducativas no Estado e municípios (meio aberto, privação e restrição de liberdade) através de mecanismos de comunicação entre as diferentes instâncias;

ah. Estimular a criação de uma Comissão junto ao Conselho Regional de Psicologia composta por psicólogos atuantes nas medidas socioeducativas de privação, restrição de liberdade e meio aberto;

ai. Ampliar a comunicação e dar visibilidade às ações referentes à Socioeducação;

aj. Realização de seminários sobre medidas socioeducativas com os profissionais envolvidos na área, com periodicidade anual;

ak Articular a promoção de um Fórum de MSE (Medidas Sócioeducativas) com repercussão mais ampla;

al. Realizar diagnósticos através do CREPOP, e definir diretrizes e parâmetros de atuação, especialmente em relação às ações relacionados ao reordenamento de abrigos, na perspectiva do acolhimento institucional, e em relação às medidas sócio-educativas com adolescentes autores de atos infracionais;

am. Realizar, de modo freqüente, visitas e fiscalizações do Conselho Regional de Psicologia (CRP) e Conselho Federal de Psicologia (CFP) às instituições de atendimento à criança e ao adolescente, dando continuidade ao trabalho realizado pelas Comissões de Direitos Humanos;

an. Divulgar o Mapeamento das prática do psicólogo nesse espaço, propondo aos gestores públicos ações que respeitem a atuação profissional;

ao. Enfatizar, junto aos psicólogos que trabalham em instituições, a importância de denunciar, conforme o Código de Ética da profissão orienta, as situações de violação de direitos;

ap. Divulgar junto às Secretarias de Defesa Social e/ou Segurança Pública, bem como junto à categoria, as diretrizes e referências para a atuação dos psicólogos nas unidades de privação de liberdade e semiliberdade;

aq. Incentivar a implementação das diretrizes deliberadas nas conferências dos direitos da criança e do adolescente, bem como as definidas nos encontros promovidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia, junto à categoria; (do VI CNP);

ar. Palestras, Seminários, Pesquisa no CREPOP, divulgação no site e no jornal;

as. Divulgação destas práticas com a categoria e entidades profissionais defensoras dos direitos da criança e do adolescente;

at. Trabalho do conselho federal de Psicologia e dos conselhos regionais de Psicologia junto ao poder judiciário para regulamentar esse exercício profissional.;

au. Articular-se à Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil apresentando-se como parceiros para a efetivação dos direitos e garantias preconizados aos adolescentes autores de prática infracional;

av. Promover o encontro entre profissionais psicólogos, defensores públicos e Ordem dos Advogados do Brasil, considerando que estas categorias profissionais visam garantias de direitos e acesso a intervenção compatíveis com as necessidades dos adolescentes atendidos;

aw. Fazer campanhas de sensibilização para que os defensores possam solicitar ao Judiciário que ele se atende às demandas dos adolescentes reportadas na avaliação psicológica;

ax. Que o CFP proponha as esferas governamentais competentes a formação de uma comissão técnico científica composta por equipe multiprofissional (psicólogos, médicos, assistentes sociais, nutricionistas, advogados, entre outros, definidos pelas necessidades apresentadas na realidade do município) que capacite os Conselheiros Tutelares recém inscritos nos temas relativos ao desenvolvimento global (nas áreas biológica, psicológica, social, cognitiva, motora, de linguagem, etc.) que, infelizmente, saberão violados enquanto da vigência de seus cargos. Tal comissão daria aos Conselheiros orientação sobre a maneira de receber, estudar e encaminhar denúncias através da compreensão plena de seus dois poderes: o de requisitar serviços e o de peticionar ao Ministério Público;

ay. Elaboração de um projeto de lei que regulamente a atuação do psicólogo junto ao Conselho Tutelar;

az. Estabelecer diálogo com MEC e outras instâncias e instituições responsáveis pela educação no País, de modo a pautar a atuação do/a psicólogo/a nas escolas;

ba. Atuar junto aos meios de comunicação visando estimular o debate e a garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes com deficiência;

bb. Participar de fóruns de discussão com entidades de classe e a sociedade civil visando a proposição de soluções a essa questão. Provocar os órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente na garantia da educação pública de qualidade;

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Diálogo com a sociedade e com o Estado

Tema: Diálogos interinstitucionais em defesa do idoso

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada			
	Sem Alterações	Com Alterações	Rejeitada	Não Apreciada
179				

DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS EM DEFESA DO IDOSO

Nº Tese:	0179
Tema da Tese:	DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS EM DEFESA DO IDOSO - Fortalecimento das políticas para o envelhecimento ativo e saudável e promoção dos direitos do idoso
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:55:56

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Implementar a atuação do Psicólogo nas políticas públicas, referente ao ENVELHECIMENTO POPULACIONAL e salientar articulações para que todas as pessoas tenham acesso ao conhecimento de direitos enquanto cidadãos na busca de uma sociedade mais humana. Através do CFP, articulando informações com a população mediando o desenvolvimento para o ENVELHECIMENTO na sociedade contemporânea.
2. Discutir no âmbito do sistema Conselhos a importância do tema e seus desdobramentos na sociedade, promovendo debates sobre gerontologia em universidades e na sociedade.
3. Estimular a participação dos psicólogos nos órgãos de controle social que tratem de temas relacionados ao envelhecimento populacional brasileiro.
4. Qualificar o profissional de Psicologia, técnica e politicamente, para melhor compreensão da complexidade da pessoa idosa, proporcionando uma intervenção que realmente contribua para uma qualidade de vida coerente com a demanda da pessoa idosa.

Encaminhamentos:

- a. Implantar projetos coletivos, como campanhas nacionais através do CFP e CRPs, onde o Psicólogo possa mediar principalmente com a população Idosa em sua efetiva participação no fortalecimento de cidadania junto aos planos de ação governamentais para que façam parte de um modelo de desenvolvimento no ENVELHECIMENTO;
- b. Fortalecer o tema Envelhecimento na discussão de Políticas Públicas no CREPOP
- c. Fortalecer e ampliar ações do Sistema Conselhos que ajudem a implementar as políticas públicas que favoreçam a atuação do psicólogo na área do envelhecimento
- d. Promover junto ao CREPOP um levantamento dos profissionais envolvidos com a área de Gerontologia para uma troca de experiência.
- e. Incluir no planejamento estratégico do Sistema Conselhos, ações em comissões já existentes que fortaleçam apoiem e ajudem a implementar as políticas públicas já existentes, mas que têm ações muito tímidas e que não avançam.
- f. Palestras abertas a população e fechadas nas instituições (voluntárias)
- g. Criar Fórum de debates entre instituições que estudam e trabalham na área de Gerontologia
- h. Criar estratégias que promovam o conhecimento e ação dos psicólogos nos órgão de controle social em temas relacionados ao envelhecimento populacional brasileiro.
- i. Promover espaços de discussão coletiva sobre políticas públicas para idosos junto aos conselhos do idoso, PSF's, Centro de Referência do Idoso e outros.
- j. Lutar pelo cumprimento dos direitos dos idosos previstos no Estatuto do Idoso e outros direitos alcançados, como o passe livre nos ônibus, caixas especiais nos estabelecimentos comerciais, prioridade nas filas de atendimento nos serviços públicos, etc.
- k. Utilizar os meios de comunicação com os psicólogos (informativos, e-mail, site) para, através de textos, entrevistas e quaisquer outros, promover a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos fundamentais para o exercício da cidadania da pessoa idosa.

VII Congresso Nacional da Psicologia

Eixo: Diálogo com a sociedade e com o Estado

Tema: Diálogos para fortalecimento do Sistema Conselhos nos espaços de controle social

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
180				
181				
182				
183				
184				
185				
186				
187				
188				

Nº Tese:	0180
Tema da Tese:	DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL - Compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia no combate ao preconceito e discriminação
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:28:25

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fomentar a criação e fazer parte de uma comissão intersetorial, em âmbito nacional, de controle social junto às redes de TV, programas de auditório e humorísticos com fins de coibir as discriminações por gênero, orientação sexual, identidade de gênero, sexo, etnia, geracional e deficiência.
2. A descentralização de preconceitos.
3. A informação direcionada a determinados temas.
4. A construção de um espaço de diálogo criando proximidade entre a população e os profissionais.
5. Apoiar o Programa de Combate ao Racismo Institucional, com vistas a garantir a equidade nos serviços públicos;
6. Apoiar as ações do Dia Nacional de Mobilização Pró-Saúde da População Negra;
7. Garantir a atenção aos problemas que mais afetam a população negra;
8. Lutar pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde;
9. O Sistema Conselhos deve ampliar e aprofundar o debate sobre a questão da inclusão com a sociedade, com entidades e com as pessoas com deficiência.
10. Debater com os psicólogos e estudantes de psicologia acerca da deficiência e suas implicações, construindo propostas de atuação do psicólogo na formulação de políticas públicas para a pessoa com deficiência.
11. Manter diálogo permanente com outras categorias profissionais sobre as necessidades da pessoa com deficiência.
12. Promover encontros das categorias profissionais atuantes (ou não) na temática, em articulação com entidades LGBT, com intenção de verificar demandas crescentes pertinentes a prática psicológica.
13. Divulgar as entidades no país que atuam com a temática;
14. Defesa e promoção dos Direitos dos Grupos Sociais vulnerabilizados.
15. Ampliar, fomentar e promover o diálogo entre a sociedade e a profissão a partir de eventos sistemáticos e continuados, que divulguem pesquisas atuais sobre o tema, estabelecendo diálogos com outros saberes e o movimento social no sentido de minimizar as desigualdades e violências de gênero.
16. Parceria com a SEPPIR (Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial); MEC (Ministério da Educação e Cultura); Ministério da Saúde, Secretarias de Educação e Saúde Estaduais e Municipais e Movimento Negro, objetivando a discussão para a implementação de políticas públicas para promoção da equidade racial.
17. Dar a visibilidade ao tema das relações raciais e Psicologia e seus derivados.
18. O Sistema Conselhos deve ampliar e aprofundar o debate sobre a questão da inclusão com a sociedade, com entidades e com as pessoas com deficiência.
19. Debater com os psicólogos e estudantes de Psicologia acerca da deficiência e suas implicações, construindo propostas de atuação do psicólogo na formulação de políticas públicas para a pessoa com deficiência.
20. Manter diálogo permanente com outras categorias profissionais sobre as necessidades da pessoa com deficiência.

Encaminhamentos:

- a. Fomentar junto as aos órgãos competentes a criação mecanismos e estruturas para monitorar, reclassificar e multar, programas que manifestem tais preconceitos e discriminações.
- b. Contribuir para colaboração de material com foco educativo a população que possibilite uma leitura crítica dos conteúdos veiculados na mídia.
- c. Formentar a participação dos psicólogos nas Conferências de Comunicação.
- d. Diálogos municipais abertos à população em que profissionais capacitados suscitem o conhecimento e a desconstrução de preconceitos arraigados na sociedade.
- e. Promoção de debates e encontros cujo tema em pauta seja "Racismo Institucional e seus efeitos na saúde da população negra";
- f. Inclusão do item 'raça/cor' no cadastro dos psicólogos;
- g. Trabalhar junto à categoria no sentido de sensibilizá-la para a importância do item 'raça/cor' para o avanço das políticas públicas;
- h. Fomentar a participação da categoria nas ações que fortaleçam a luta pela melhoria das condições de saúde da população negra;
- i. Fortalecer as iniciativas populares de promoção de saúde.
- j. Que o sistema conselhos, através de sua comissão nacional de direitos humanos, inclua em suas ações eventos específicos que debatam com toda a sociedade as dificuldades que encontra a pessoa com deficiência de inclusão social e a contribuição da Psicologia para esta inclusão.
- k. Aos CRPs, a promoção de eventos aglutinadores para discussão relativos à temática.
- l. Integralizar os debates específicos sobre as formas de preconceitos através de seminários e outros eventos.
- m. Fortalecer as Comissões de Gênero, Diversidade Sexual e Relações Sociais.
- n. Promover conferências e mesas-redondas na conferência nacional, bem como estabelecer uma agenda para o próximo triênio que garanta a discussão ampliada e divulgação de pesquisas atualizadas sobre a temática, visando contribuir para a qualidade da formação do psicólogo.
- o. Divulgar as mais recentes pesquisas e orientações sobre a resolução 1/99 no site do Conselho Federal de Psicologia visando proteger a sociedade de ações isoladas de profissionais contrários à resolução 1/99.
- p. Fomentar publicações científicas que divulguem os avanços em pesquisas sobre a temática de minimização da homofobia, discussões sobre gênero e sexualidades e afins.
- q. Promover oficinas, capacitações, debates, educação continuada voltada para os profissionais da Psicologia sobre: Lei 10.639/03, 11.634/08; Estatuto da Igualdade Racial, políticas afirmativas para os(as) negros(as); PLANAPIR, Resoluções da CONAPIR, entre outros.
- r. Criar grupos de trabalho no CFP, bem como visando promover o diálogo com as entidades do movimento negro e instituições governamentais que trabalham com a temática;
- s. Promover fóruns de discussão sobre os aspectos psicossociais do racismo;
- t. Construir parcerias com as entidades do movimento negro, inclusive quilombolas;
- u. Apoiar a luta pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, implantação da Lei 10.639/03, bem como da implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o Ensino da História e Cultura da África e afro-brasileira.
- v. Que o Sistema Conselhos, através de sua comissão nacional de direitos humanos, inclua em suas ações eventos específicos que debatam com toda a sociedade as dificuldades que encontra a pessoa com deficiência de inclusão social e a contribuição da Psicologia para esta inclusão.

Nº Tese:	0181
Tema da Tese:	DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL - Descriminalização das de drogas no âmbito do Controle Social
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:29:26

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Realizar ampla discussão com a sociedade inclusive com o movimento da marcha da maconha para partir do respeito ao direito de expressão e garantia DH e vínculo com o usuário para discutir construção de uma política pública de forma democrática, com garantia de acesso ao tratamento do usuário na perspectiva da redução de danos.
2. Afirmar a Reforma Psiquiátrica e a política de Redução de Danos como uma diretriz de todas as ações referentes ao campo de álcool e outras drogas.
3. Descriminalização da pessoa usuária de álcool e outras drogas, especialmente as drogas ilícitas.
4. Realizar uma ampla discussão com a sociedade sobre o tema.
5. Diante da problemática questão das drogas, especialmente a maconha, faz-se necessário ampliar o debate a partir dos avanços observados nas legislações de diversos países. Inclui-se ainda a urgência de se discutir a necessidade de despenalização e descriminação do uso da maconha no país.
6. Mobilizar a categoria, em parceria com a RENILA, MP, Conselhos de Controle Social (Saúde, Assistência Social, Álcool e Drogas, etc.), para reivindicar a implementação dos leitos necessários para atender a clientela.

Encaminhamentos:

- a. Fomentar debates neste campo em nível nacional, em várias esferas: acadêmica, gestão pública, controle social.
- b. Inserção da Psicologia em espaços de debate sobre o campo AD já consolidados: associações, grupos, etc.
- c. Que o Sistema Conselhos atue junto aos órgãos competentes pela descriminalização da pessoa usuária de drogas.
- d. Fomentar debates com a sociedade, estados e IES sobre a temática
- e. Discutir a temática junta às instâncias de controle social defendendo a criação de cadeiras nos conselhos municipais de AD para usuários
- f. Discussão maior junto à SENAD e Ministério da Saúde sobre as políticas de Estado e diretrizes de trabalho.
- g. Atuação junto aos órgãos competentes para fiscalização da política pública na área, (comunidade terapêutica, Caps AD e AB).
- h. Viabilizar campanha midiática proposta pelo Sistema Conselhos
- i. Viabilizar que uma discussão seja abordada na mídia pelo Sistema Conselhos.
- j. Garantir no exercício profissional a não discriminação da pessoa usuária pelo profissional psicólogo.
- l. O Sistema Conselhos deverá aprovar esta discussão no VII CNP e trazê-la para a "ordem" das políticas desejadas pela Psicologia no país. Propõe-se ainda a realização de um fórum de discussão aberto à categoria à sociedade, com o intuito de afirmar os direitos dos usuários a necessidade de tratar a questão como política pública em oposição à criminalização e também enquanto movimento que promova os direitos dos cidadãos em oposição a qualquer tipo de criminalização de condutas e comportamentos.
- m. Articular-se com a RENILA, MP, Conselhos de Controle Social, etc. para cobrar dos gestores o cumprimento da lei que prevê a criação de leitos para usuários de álcool e outras drogas em hospitais gerais.

n. Atuar junto aos órgão competentes para ampliar a discussão da PP na área na perspectiva de uma lógica não somente absenteísta, culpabilizante e terrorista

Nº Tese:	0182
Tema da Tese:	DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL - Enfrentamento da Homofobia/ Resolução CFP 01/1999
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:28:25

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover a visibilidade da luta contra a homofobia, bem como fortalecer os movimentos sociais de minorias estigmatizadas e outras lutas sociais.
2. Discussão no Sistema Conselhos de medidas e contribuições da Psicologia no Brasil no Enfrentamento da homofobia
3. Promover discussões e difundir informações acerca das questões trazidas pela referida Resolução, propondo sua ampliação, contemplando não somente a discriminação por relação a orientação sexual, mas também por identidade de gênero. Para tanto, poderia se pensar cursos de atualização e uma Comissão que possa discutir essa e outras questões emergentes relativas às sexualidades, orientações sexuais e identidade de gênero no contexto clínico e de Políticas Públicas.
4. Ter representações nas Políticas Públicas, com participação deliberativa.
5. Reafirmar a Resolução 01/1999.
6. Engajar os/as Psicólogos/as nos espaços de discussões que deliberem sobre as Políticas Públicas voltadas para os grupos vulneráveis.

Encaminhamentos:

- a. Reforçar com divulgação a resolução 001/1999 e aperfeiçoamento da mesma se necessário. Criar GT's regionais de diversidade sexual.
- b. Propor essa discussão para a formação.
- c. Produzir instrumentos educativos para os profissionais e para a população sobre o conteúdo da resolução 001/99;
- d. Fiscalizar a aplicação desta resolução no exercício profissional;
- e. Indicar a criação de Fórum de debates das questões ligadas à orientação sexual homossexual nos CRPs;
- f. Maior divulgação junto à categoria e a sociedade da Resolução CFP 01/99 de 23 de março de 1999, que regulamenta o atendimento do psicólogo à pessoa homossexual;
- g. Buscar uma aproximação com a academia para ampliação da produção científica sobre o tema diversidade sexual, gênero e orientação sexual homossexual;
- h. Incentivar os CRPs a criarem Concursos junto aos estudantes de Psicologia (graduação e pós-graduação) visando fomentar a pesquisa sobre temas ligados as questões LGBTT (gay, lésbica, bissexual, travesti e transexual) com premiação e divulgação dos trabalhos através de cadernos temáticos junto a categoria;
- i. Criação de espaços permanentes no jornal do Conselho Federal de Psicologia e nos jornais dos CRPs para divulgação das questões ligadas a sexualidade, gênero e orientação sexual;
- j. Maior visibilidade e participação dos conselhos nas discussões da questão da homofobia junto à sociedade civil;
- k. Apoio a PI 122/06 que criminaliza a homofobia;
- l. Apoio a PI 4914/09 que contempla a União Estável de pessoas do mesmo sexo;
- m. Apoio a propostas que contemplam a Adoção de crianças por casais homossexuais
- n. Formar uma Comissão com profissionais da Psicologia que se propõe a discutir a referida questão, com representantes nos Conselhos Regionais.

- o. Propor a divulgação da Resolução por meio de material impresso e discussões em espaços da categoria profissional, além de propor cursos de formação e cursos de atualizações para os profissionais associados aos CRP's .
- p. Propor a divulgação da Resolução por meio de material impresso e discussões para a Sociedade e para as instâncias governamentais e representativas, de modo geral.
- q. Ter representações nas Políticas Públicas, com participação deliberativa.
- r. Criar Gts em todas as regionais e subsedes para ampliar o debate e interlocução com o movimento LGBT e dos direitos sexuais e reprodutivos.
- s. Maior divulgação junto à categoria e a sociedade da Resolução CFP 01/99 de 23 de março de 1999 que regulamenta o atendimento do psicólogo à pessoa homossexual;
- t. Fomentar a participação de representantes dos psicólogos nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional LGBT.
- u. Apoiar a implantação nas Políticas Públicas de abrigos voltados para o acolhimento e a proteção da população LGBT em situação de risco ou vulnerabilidade decorrente da homofobia.
- v. Realizar gestões nacionais e regionais visando à inserção do/a Psicólogo/a nas Políticas Públicas voltadas para os grupos vulneráveis (homossexuais, idosos, mulheres, crianças e adolescentes).

Nº Tese:	0183
Tema da Tese:	DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL - Fortalecimento da participação de psicólogos nos espaços representativos de tomada de decisão
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:56:26

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fortalecer a formação de quadros qualificados para participar das instâncias deliberativas legalmente instituídas pela democracia;
2. Mobilizar profissionais para se candidatarem e votarem nestes representantes;
3. Impor a classe política com o objetivo de criar projetos de leis para que tenham mais psicólogos inseridos nas políticas públicas (concursados) e também a regulamentação do número de vagas de acordo com a região.

Encaminhamentos:

- a. Promover debates e eventos de qualificação profissional;
- b. Promover debates ampliados com implementadores, formuladores e público alvo;
- c. Representantes públicos (políticos) com compromisso com o bem estar físico e mental;
- d. Mobilização da classe de psicólogos para impor a classe política.

Nº Tese:	0184
Tema da Tese:	DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL - Fortalecimento do Controle Social como forma de intervenção cidadã
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:22:10

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Promover o respeito às diferenças e a efetiva participação profissional para o desenvolvimento da cidadania;
2. Promoção ações de respeito aos direitos humanos e garantia da cidadania;
3. Aproximar-se dos psicólogos que atuam nas políticas públicas auxiliando e apoiando a construção de espaços coletivos e locais de reflexão e fortalecimento dos profissionais na sua condição de militante de políticas públicas.
4. Manter e ampliar o numero de cadeiras nos conselhos municipais das políticas e de direitos e realizar assessoria aos conselheiros.
5. Fortalecimento da participação dos usuários nos espaços de controle social do SUAS;
6. Inserir discussões com maior ênfase sobre como articular a rede de maneira mais efetiva e reflexões sobre a inserção e do diálogo da Psicologia com a política;
7. Refletir e desenvolver ações preventivas com foco no desenvolvimento humano ;
8. Manter e ampliar espaços de formação permanente que instiguem o empoderamento dos profissionais quanto ao seu papel determinante não apenas na execução, mas também na elaboração das diretrizes das políticas;
9. Incentivo à participação dos psicólogos nos conselhos de controle através da divulgação das atribuições/funcionamento e cronograma anual dos respectivos;
10. O Sistema Conselhos deve pautar a questão do direito à moradia a partir do VII CNP e de um debate com o Estado e a sociedade. Busca-se afirmar a importância dos movimentos sociais e o compromisso da Psicologia com as organizações de base popular. Indica-se o fomento político, financeiro e estratégico quando da relevância de movimentos sociais e organizações de base popular que defendam direitos e acessibilidade;
11. O Sistema Conselhos deverá apoiar em todos os estados a criação de grupos ou associações que lutem pela garantia dos direitos dos presos e seus familiares.
12. Criar comissões atuantes politicamente;
13. Estabelecer uma cultura participativa e compromissada;
14. Fortalecer a comunicação em rede entre a categoria de psicólogos;
15. A efetiva participação dos psicólogos pode ser favorecida com o acompanhamento de grupos-chave dos CRPs (ex.: NAPP-Núcleo de Articulação em Políticas Públicas - no CRP/PR e Comissão temática específica da política em questão) que de forma centralizada deteriam as informações, demandas, superação das dificuldades e resolução de entraves políticos; esses grupos-chave criariam metodologias que viabilizassem maior troca de informações e conhecimento entre os participantes psicólogos para atuarem progressivamente de forma qualificada nos conselhos de controle acompanhando as discussões nacionais da categoria, bem como as discussões nacionais no âmbito da política setorial/segmento;
16. Padronização do procedimento de elaboração de relatórios periódicos exigidos para todo psicólogo que for partícipe do conselho de controle social representando o CRP e/ou reuniões periódicas com o responsável pela seção ou representação setorial do CRP;
17. Fortalecer as diretrizes do SUS;
18. Fazer parceria com outros órgãos de defesa do SUS.
19. Participação nas instâncias de controle/social/participação popular, levantando a defesa de concurso público;
20. articulação com o executivo e legislativo para a realização de concursos;

Encaminhamentos:

- a. Fomentar atuação dos profissionais em instituições públicas e organizações com atenção às políticas públicas e sociais que valorizem a equidade e a diversidade da sociedade;
- b. Ampliar o acompanhamento/fiscalização dos espaços de trabalho do psicólogo nas políticas públicas municipais;
- c. Incentivar a participação dos profissionais nos espaços de controle social e proporcionar capacitações aos psicólogos conselheiros;
- d. Que o conselho respalde a prática dos profissionais junto à gestão, garantindo uma atuação voltada ao compromisso com a garantia dos direitos;
- e. constituir equipes de referência volantes que assessorem os profissionais nas diversas regiões do estados;
- f. manter espaços de formação sobre políticas públicas já disponibilizados e criar outros;
- g. Em parceria com o Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e Fórum dos Trabalhadores da Assistência Social, fazer gestão junto aos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional da Assistência Social e junto ao Ministério do Desenvolvimento Social, para o fortalecimento da participação dos usuários nos órgãos de controle social;
- h. Divulgação ampla das deliberações das Conferências realizadas;
- i. Mobilização da categoria para participar destes espaços de controle social e nas conferências, buscando a mesma diretriz de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da participação social;
- j. Formar grupos de estudo a partir de interesses acadêmicos e/ou prática profissional e ainda através de articulações promovidas pelo Sistema Conselhos;
- k. CRPs e CFP terem maior mobilização política e de propostas de ação na área da saúde, educação, assistência social, dentre outros, direcionadas aos órgãos municipais, estaduais e federais, para dar conta da demanda, visibilidade a profissão e ampliar o número de profissionais concursados e contratados;
- l. Qualificar profissionais através da educação permanente.
- m. Aumento de horas nas atividades extracurriculares (pesquisa, extensão) na formação profissional dos estudantes de Psicologia e assim permitir o olhar da importância de ações interdisciplinares
- n. Contratar profissionais direcionados mais enfaticamente na prevenção. Nesse sentido, a inserção do psicólogo nas equipes mínimas da estratégia de saúde da família por exemplo.
- o. Contratação de psicólogos como articuladores das redes de atendimento tendo definido como uma de suas funções a ligação entre as diferentes áreas: saúde, assistência social, sistema carcerário, entre outros;
- p. Para que o psicólogo esteja envolvido com as políticas públicas, uma das formas é a inserção dos psicólogos nos conselhos municipais;
- q. Pautar, debater e encaminhar junto ao Sistema Conselhos, ao Estado e à sociedade, proposta de realização de um fórum que possa discutir a questão sobre sob a perspectiva das políticas de urbanização, moradia, de inclusão, acessibilidade, cidadania, e também da importância e da necessidade de fortalecimento das organizações de base popular;
- r. Encaminhar, junto ao CFP e Conselhos Regionais, a necessidade de se fomentar a criação de associações ou grupos de "amigos e familiares de pessoas em privação de liberdade", em conjunto com outras entidades, universidades, Defensoria Pública, associações etc;
- s. Eleição indicativa por parte dos representantes do CRP, a fim de formar comissão. Sugestões: Elaborar e encaminhar relatório referente as suas ações; Atuar contactando profissionais da área afim; Reconhecer as diversas necessidades em cada área; Solicitação de audiência pública junto às instâncias;
- s. Relatórios bimensais dos participantes psicólogos nos conselhos de controle social com as principais deliberações entregues à seção/representação setorial mais próxima;
- t. Convite de colaboradores regionais para participarem do NAPP para integrar essas ações;
- u. Reuniões telefônicas;
- v. Fóruns virtuais de discussão divididos por conselhos setoriais ou de segmentos: Saúde,

Assistência Social, Educação, Meio-Ambiente, Cultura etc. ou Criança e Adolescente, Idosos, Pessoa com Deficiência, Mulheres etc;

w. Ampla divulgação do trabalho do grupo-chave (ex.: NAPP - Núcleo de Articulação em Políticas Públicas no CRP/PR) com resultados das integrações dessas ações;

x. Efetivar ações que apóiem o financiamento e sustentabilidade do SUS em conjunto com outros órgãos afins;

y. Incentivar a participação dos psicólogos nos órgãos de controle social;

z. Participação efetiva da categoria e sistema nos Conselhos, conferências e fóruns de políticas públicas;

aa. Defesa e publicação do tema perante a sociedade;

ab. Articulação dos psicólogos em seus campos de trabalho;

ac. Articulação com o executivo e legislativo;

Nº Tese:	0185
Tema da Tese:	DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL - Mídia, subjetividade e controle social
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 17:41:17

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Ampliar, fortalecer e qualificar a contribuição da Psicologia na área da comunicação, mídia e subjetividade;
2. Envolvimento dos profissionais psicólogos neste movimento.
3. Promover a defesa pública da democratização e controle social da comunicação no Brasil.
4. Acompanhar a tramitação das teses aprovadas na I CONFECOM, junto aos movimentos sociais, a fim de que estas sejam cumpridas; principalmente a reativação do Conselho Nacional de Comunicação e implementação dos conselhos estaduais e municipais;
5. Dar continuidade à participação nos movimentos e ações de fortalecimento do controle social da mídia, conforme encaminhamento e aprovação na I CONFECOM;
6. Manter a participação dos conselhos regionais nos movimentos pela democratização da comunicação, fortalecendo a parceria com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC);
7. Manutenção do coletivo de comunicação do Sistema Conselhos com financiamento para ações futuras.
8. Fomentar os Fóruns Estaduais e Municipais interdisciplinar pela democratização dos M.C.S. para fazer transformar em Leis as deliberações aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação realizada em Brasília em Dezembro de 2009. Tendo o sistema Conselhos ativada de forma direta nas conquistas referendadas na CONECOM.
9. É certo que toda sociedade apresenta uma estrutura de poder, com grupos que dominam e grupos que são dominados, com setores mais próximos ou mais afastados dos centros de decisão. É fundamental contribuir para a reflexão da problemática do encarceramento, fortalecendo a presença da Psicologia em espaços de controle social e no envolvimento com ações de regulação e democratização dos meios de comunicação;
10. Estimular a participação de profissionais de Psicologia nas discussões sobre mídia, violência simbólica e saúde mental das mulheres;
11. Fortalecer essas discussões em GT's sobre mídia e gênero;

Encaminhamentos:

- a. Contribuir na construção de critérios norteadores para a definição do conteúdo da programação televisiva a partir da leitura da Psicologia.
- b. Articular com diversos atores sociais e entidades para discussão e propostas para definição de parâmetros para qualificação da programação televisiva e aprimoramento da classificação indicativa.
- c. Participar de movimentos pela democratização das comunicações, tais como o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC), contribuindo para o fortalecimento dos comitês estaduais e outras articulações locais.
- d. Dar continuidade às parcerias com Universidades, Sindicatos e outras instituições comprometidas com o tema e promover Fóruns e Seminários, no sentido de despertar a categoria sobre a importância, força e responsabilidade dos meios de comunicação na construção da subjetividade e suas conseqüências para a sociedade brasileira.
- e. Envidar esforços para que as Conferências de Comunicação sejam garantidas na agenda nacional, (definir a periodicidade, participação democrática, etc).
- f. Participar de movimentos e ações para criação e fortalecimento do controle social da mídia, destacando o Conselho Nacional de Comunicação e outras iniciativas, como o Ética Na TV da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, constituindo comitês estaduais.

- g. Envidar esforços para que as propostas aprovadas na Conferência Nacional de Comunicação sejam cumpridas.
- h. Discutir/ encaminhar junto à Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) propostas que contribuam na produção de conteúdos, garantindo uma inserção maior da Psicologia nas comunidades e uma interlocução constante com as mesmas.
- i. Estabelecer como parâmetro nas avaliações e ações voltadas para a mídia os posicionamentos técnico-políticos assumidos pelo Sistema Conselhos.
- j. Estabelecer como parâmetro nas avaliações e ações voltadas para a mídia o respeito aos Direitos Humanos, e os posicionamentos assumidos pelo Sistema Conselhos com relação às questões raciais, de gênero, diversidade sexual, homofobia, defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), defesa do Estatuto do Idoso, e outros relacionados à garantia de direitos;
- k. Acompanhar a tramitação das teses aprovadas na I CONFECOM, junto aos movimentos sociais, a fim de que estas sejam cumpridas; principalmente a reativação do Conselho Nacional de Comunicação e implementação dos conselhos estaduais e municipais;
- l. Campanha de esclarecimento sobre o papel do psicólogo na democratização da comunicação.
- m. Discussão em APAF sobre as formas de financiamento para que o coletivo de comunicação e outros psicólogos afins possam garantir a participação nas ações que se fizerem necessárias;
- n. O CFP deverá continuar com Comitê Nacional de Democratização dos M.C.S. deslocando recursos financeiros aos CRP's para o fortalecimento dos Fóruns Estaduais;
- o. Criação de um curso de capacitação para psicólogos objetivando o fortalecimento da categoria para estar melhor estruturada para os empreendimentos nesta área;
- p. Elaboração contínua de subsídios de formação (livros, revistas, folders, seminários) como forma de abastecer e estimular os psicólogos a estarem envolvidos nesta área;
- q. Realizar procedimentos de abertura e visibilidade do que acontece nas prisões através de programas educativos e ciclos de debates com os organismos de controle social: conselhos municipais, estaduais e federal de direitos humanos, saúde, assistência social entre outros;
- r. Divulgar e esclarecer aos psicólogos, sociedade civil e autoridade sobre a responsabilidade das TVs em relação ao comportamento violento da população (em especial crianças e jovens);
- t. Estimular a capacitação profissional sobre temas como gênero, raça, orientação sexual, geração, etc.;
- u. Participação e gestão em Conselhos de controle social;
- v. Aproximação dos movimentos sociais para discutir a temática;
- w. Realizar pesquisa e publicações sobre a temática;
- x. Recomendação e parceria para trabalho de profissionais capacitados/as junto aos ministérios da educação e cultura, comunicação, direitos humanos, políticas especiais para mulheres e secretarias estaduais;
- y. Aproximação das empresas de radiodifusão públicas e privadas para contribuir com veiculações mais comprometidas com os direitos humanos;
- z. Estimular a produção de mídias comprometidas com a educação de gênero pela categoria.

Nº Tese:	0186
Tema da Tese:	DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL - Participação dos Psicólogos nos Órgãos de Controle Social
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 16:49:43

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Se posicionar publicamente contra qualquer forma de violação aos Direitos Humanos;
2. Apoiar os movimentos Sociais em defesa dos Direitos Humanos;
3. Mobilizar esforços para cobrar do Estado a implementação de Políticas Públicas voltada para a garantia de direitos;
4. O Sistema Conselhos, através da Comissão de Direitos Humanos, viabilizar a participação de psicólogos;
5. Fomentar c/ a sociedade e o estado as diversas temáticas que são Bandeiras da Psicologia Brasileira;
6. Luta pela garantia de uma cadeira / espaços para o CRP nos Conselhos (em todos os níveis de gestão);
7. Divulgar (em todos os canais de comunicação) os resultados sobre as pesquisas realizadas pelo CREPOP para capacitar os psicólogos a lutar nos seus campos de trabalho (em todas as políticas);
8. Engrossar os moldes dos movimentos sociais que estejam ligados a moralização das instituições políticas (tal como o Movimento Ficha Limpa);
9. Defender o III Plano Nacional de Direitos Humanos para fazer dos direitos humanos com agenda das políticas dos setoriais;
10. Fiscalizar e monitorar as condições das instituições de prisão de caráter provisório e definitivo, junto com outros conselhos, OAB, Ministério Público e Vigilância Sanitária, como também denunciar situações inadequadas ao trabalho do psicólogo e exigir mudanças;
11. Atuar junto às políticas do sistema público prisional e órgãos de controle social e de direitos humanos;
12. Abordar a problemática da criminalização da pobreza, dos movimentos sociais;
13. Dar continuidade às ações referentes à frente mundial de uma sociedade sem prisões, estimulando a discussão sobre o abolicionismo penal;
14. Promover debates sobre atuação dos psicólogos no sistema prisional visando consolidar uma direção de intervenção voltada para a promoção da cidadania, de saúde mental e construção de relações mais justa entre as pessoas;
15. Denunciar tipos de práticas de torturas comumente usadas nos regimes disciplinares do sistema prisional;
16. Fortalecer parcerias entre as comissões de Direitos Humanos dos Conselhos com outras comissões, a exemplo da comissão de orientação e fiscalização, e realizar visitas nas instituições carcerárias brasileiras com objetivo de fazer presente junto aos psicólogos que trabalham nessas instituições para apoiar a promoção de direitos humanos e orientar o trabalho dos psicólogos nessas instituições;
17. O Conselho deverá continuar incentivando o Psicólogo em uma reflexão crítica dos movimentos sociais e de sua importância. Incentivar o psicólogo como um agente de Direitos Humanos.

Encaminhamentos:

- a. Participar ativamente dos espaços de controle social;
- b. O Sistema Conselhos indicar psicólogos para acompanhar os trabalhos dos principais movimentos sociais, garantindo maior conhecimento, análise e contribuições;

- c. Sistema Conselhos (CFP e CRPs) efetivar ações de sociabilização das grandes temáticas que tem a ver com o princípio dos Direitos Humanos;
- d. Usar dos canais de comunicação;
- e. Eleger conselheiros para fazer as diretrizes serem implementadas;
- f. Continuar com o incentivo da formação de GT's e comissões provisórias;
- g. Implementar ações do CREPOP;
- h. O CFP e os CRs promoverão encontros e discussões bem como publicações que abordem a violação de direitos;
- i. O CFP e os CRs Discutirão e encaminharão junto ao Departamento Penitenciário Nacional(DEPEN) formas de garantir a fiscalização e avaliação do Sistema prisional;
- j. O Sistema conselhos encaminhará junto a Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP e entidades parceiras, formas estratégicas de garantir o enfrentamento permanente da violência presente na prática de privação de liberdade;
- k. Realizar campanhas em níveis Nacional e Estadual. Audiências públicas.

Nº Tese:	0187
Tema da Tese:	DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL - Reafirmação e Defesa da Reforma Psiquiátrica no âmbito do Controle Social
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:04:01

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Fortalecer a defesa da reforma psiquiátrica e suas diretrizes;
2. Fortalecer as ações em prol da saúde mental no interior dos estados;
3. Fazer parcerias com outros órgãos e movimentos sociais em sua defesa;
4. Comissão de representantes da categoria que iriam participar em prol da reforma;
5. Problematizar na própria área da Psicologia os posicionamentos que mantém esta situação de estagnação, visando a construção e fortalecimento de postura crítica da categoria, por meio de referências técnicas da atuação do Psicólogo, tendo como objetivo a concretização da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial.;
6. É fundamental nesse processo de posicionamento crítico a garantia de espaços para que a categoria possa se implicar politicamente nas ações que visem à concretização da referida Reforma, fortalecendo a participação da Psicologia nos espaços de Controle Social e como agente transformador em sua própria realidade de trabalho.
7. Campanhas realizadas por essa comissão junto à sociedade civil e Estado;
8. Incentivar as políticas públicas intersetoriais.
9. Fiscalizar e denunciar serviços que aviltem os DHs das pessoas c/ Transtornos Mental;
10. Ampliação da rede de serviços substitutivos conforme preconiza a política pública da reforma psiquiátrica;
11. O Sistema Conselhos deve atuar de forma consistente e continuada na desconstrução de valores discriminatórios.

Encaminhamentos:

- a. Apoiar os movimentos sociais que lutam por uma sociedade sem manicômios;
- b. Apoiar ações que dialoguem c/ a sociedade no sentido de transformar a cultura em relação a loucura;
- c. Apoiar eventos e ações que visem a consolidação da política pública de saúde mental;
- d. Estimular os profissionais e estudantes da área a promover discussões e mobilizações para a ampliação da rede de serviços substitutivos;
- e. Realizar eventos em parceria com os setores envolvidos;
- f. Realizar reuniões com gestores e cobrar agilização da ampliação da rede;
- g. Propor eventos integrados entre os conselhos regionais, estaduais e Federal sobre a história da psiquiatria na cidade/Estado/país, propiciando reflexão crítica e conseqüentemente melhorando as perspectivas de mercado de trabalho do profissional que estará mais consciente de seu papel como agente transformador no processo;
- h. Propor fóruns de participação de diferentes setores e com a sociedade para que se unam no trabalho da promoção da saúde mental, visando problematizar a construção social do preconceito em relação ao usuário da Saúde Mental, superando o estigma e promovendo formas comunitárias de socialização;
- i. Apoiar ações que cobrem do Estado a efetiva implantação de rede substitutiva;
- j. Desenvolver ações que produzam o diálogo com a categoria e a sociedade sobre as novas práticas que devem ser desenvolvidas nos serviços substitutivos.

k. Inserir o profissional da área da Psicologia nos diferentes setores gestores municipais para que tenham uma ação participativa nas discussões sobre o tema saúde mental.

l. Fazer gestão junto ao Poder Público no sentido de fortalecer a concretização da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, com o indicativo de elaboração de projetos com metas a serem cumpridas, além de realização de fiscalizações conjuntas. Na busca da concretização da referida Reforma, cobrar que os projetos terapêuticos das instituições psiquiátricas estejam em consonância com as legislações vigentes e contenham em seus objetivos os princípios e ações que visem à consecução das diretrizes antimanicomiais;

m. Fazer gestão junto à FENAPSI-Federação Nacional dos Psicólogos para tratar das questões relativas às condições de trabalho da categoria na área da Saúde Mental;

n. Verificar formas de atuação em parceria com os conselheiros de saúde mental do estado e participantes do movimento de luta antimanicomial;

o. Um representante do CRP pode participar e/ou coordenar essa equipe de representantes e sua atuação;

p. A comissão pode fazer acompanhamento e avaliação do seu próprio processo de envolvimento com o trabalho;

q. Fomentar campanhas educativas em escolas, empresas, dispositivos midiáticos (rádio, TV, etc), segurança pública, sobre as questões referentes à loucura, saúde mental e reforma psiquiátrica.

Nº Tese:	0188
Tema da Tese:	DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL - Fortalecimento da atuação do Sistema Conselhos nos espaços de controle social
Eixo:	Diálogo com a sociedade e com o Estado
Cadastr. em:	27/03/10 - 18:07:14

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos:

1. Criar mecanismos e instrumentos que informe à categoria sua inserção nos órgãos de controle social, incentivando a participação.
2. Fomentar e subsidiar a participação de psicólogos/as nos fóruns de controle social.
3. O Sistema Conselhos deve identificar e sistematizar as formas de representação dos psicólogos nos diversos conselhos de direito.
4. Fomentar a participação dos psicólogos nos conselhos dos direitos sociais.
5. Incentivar estudantes e profissionais a participarem.
6. Estimular a participação dos psicólogos em espaços de controle social e de interlocução das políticas públicas.
7. Fomentar a atuação do psicólogo nos espaços de controle social das políticas públicas, de modo a corroborar para uma visão crítica da inserção da Psicologia na sociedade contemporânea e reafirmar o importante papel que nossa categoria profissional tem para a construção de um Estado que respeite os direitos humanos
8. Que o Sistema Conselhos somente articule e potencialize a constituição de espaços de formação permanente visando a ampliação qualidifaca e posicionada da categoria nos espaços do controle social com base no compromisso social.
9. Estimular e subsidiar o acesso dos psicólogos as representações nos Conselhos de Controle Social
10. Sensibilizar, garantir e preparar o psicólogo para a participação do psicólogo nesses espaços
11. Desenvolver políticas de incentivo à participação dos psicólogos nos conselhos de controle social, principalmente nos municípios do interior.
12. Estimular a participação da Psicologia nos Conselhos Estaduais e Municipais
13. Incentivar, mobilizar e capacitar os psicólogos para maior participação dos mesmos nos mecanismos de controle social e para mobilizar a sociedade para essa participação.
14. Incentivar, promover, sensibilizar a categoria na participação em órgãos de gestão, legislação e execução de Políticas Públicas.
15. O Sistema Conselhos deve pleitear representatividade efetiva nas instâncias Nacionais e Estaduais de Controle Social, nas áreas em que Psicólogo atua profissionalmente ou existe uma demanda de luta na defesa de direitos ou na ampliação do campo profissional.
16. Os espaços institucionais de deliberação das políticas públicas são locais estratégicos para a discussão e acompanhamento da formulação destas políticas. Assim sendo, a participação do (CRP) Sistema Conselhos de Psicologia nestes espaços é fundamental para refletir a respeito do direcionamento dado às políticas públicas, bem como ao papel que é demandado ao psicólogo nestas mesmas políticas.
17. Abertura do Sistema Conselhos por meio de uma participação efetiva nas pautas das instancias supracitadas
18. Articular junto aos órgãos de controle social a participação dos representantes dos Psicólogos nas discussões nas esferas: Municipal, Estadual e Federal e mediar o diálogo do Sistema Conselhos com os órgãos de Controle Social.
19. Ampliar a participação do Sistema Conselhos em espaços instituídos de controle social de direitos e decisão política.
20. Continuidade e ampliação da inserção do Sistema Conselhos nos espaços de controle social (criança e adolescente, direitos humanos, saúde, educação, assistência social, etc.) para a efetivação das políticas públicas. Conscientização e mobilização da categoria para ocupar estes

espaços - protagonismo da Psicologia.

21. Estimular a efetivação do Controle Social.
22. Ampliar a participação dos psicólogos e do Sistema Conselhos nas instâncias do Controle Social.
23. Favorecer a aproximação do Sistema Conselhos com a Sociedade Civil organizada
24. Mobilizar a categoria a participar das Conferências Nacionais, bem como, de grupos organizados delas decorrentes, a fim de ampliar o debate acerca da implementação de políticas públicas em todo o território nacional.
25. Participar das mobilizações municipais, estaduais e federais, para discussão das Políticas Públicas.
26. Aproximar o conselho dos movimentos sócias e dos espaços de controle social.
27. A atuação da Psicologia no controle social precisa ser qualificada no que diz respeito à sua articulação com as diretrizes da política do Conselho em cada área, ao diálogo com outras áreas e coletivos representados no controle social e à interlocução entre os diversos setores das políticas públicas nos quais atuamos no controle social.
28. Discutir no fórum da Psicologia as diversas políticas públicas que envolve os serviços da Psicologia em suas áreas de atuação.
29. Realizar um processo de aproximação dos espaços de controle social das políticas publicas
30. A Psicologia tem importantes contribuições na construção de políticas públicas, por ser uma categoria que tem feito amplas discussões referentes ao compromisso social e com os direitos humanos.
31. Orientar os Conselhos Regionais de Psicologia promover a estimulação dos psicólogos a sua participação nos diversos órgãos de controle social, mostrando a importância da sua participação enquanto profissional, como forma de garantir a discussão, formulação, implementação, controle e avaliação das políticas publicas.
32. Incentivar a organização e fortalecimento dos movimentos sociais que lutam pela defesa de direitos e por uma sociedade cidadã.
33. Discutir as atribuições e formas de atuação do profissional de Psicologia para a resolutividade das problemáticas discutidas nas instâncias supracitadas.
34. Capacitar os profissionais psicólogos para a participação nos conselhos municipais.
35. Que o Sistema Conselhos promova eventos que estimule e qualifique a participação dos psicólogos nos conselhos municipais e estaduais .
36. Construir, através do CREPOP, ferramentas concernentes aos diversos setores sociais em que já existem ou não políticas públicas, objetivando fortalecer a participação popular, através da sociedade civil organizada, em ações que possam trazer inclusão e fortalecimento da cidadania
37. Qualificar a discussão da Interface e Participação da Psicologia nas instâncias de Controle Social através de Seminários Regionais e Nacional, que possam apontar diretrizes de gestão para o Sistema Conselhos.
38. Que o Sistema Conselhos de Psicologia qualifique a participação dos psicólogos nos Conselhos de Gestão Pública, na perspectiva da compreensão de seu papel enquanto representante de um coletivo e na construção de prioridades e de posicionamentos frente às questões que ferem os direitos dos cidadãos
39. Maior participação dos psicólogos nos conselhos de controle social.
40. Criação de um calendário de encontros entre conselheiros/gestores/colaboradores que detenham acentos em comissões /conselhos de direitos para a criação de um projeto de diretrizes comuns baseados na contribuição da Psicologia para as áreas de representação
41. Sensibilizar gestores, formuladores e controle social, a partir das análises e documentos de referência elaborados pelo CREPOP.
42. Realizar encontros com os profissionais que fazem parte dessa área de controle a fim de trabalhar determinadas teses, ganhos e perdas dos profissionais no município e formas de articular uma presença mais efetiva da Psicologia nesse cenário político.
43. Promover um levantamento dos profissionais de Psicologia que estejam no controle social e

criar estratégias de formação para participação qualificada.

44. Divulgar os grupos de Controle Social e incentivar a participação dos psicólogos
45. Ser pró ativo na afirmação da existência de políticas públicas de Estado e não de governo.
46. Qualificar os representantes do CRP para participação efetiva, coerente com as propostas políticas e éticas da profissão.
47. Fomentar a discussão sobre a participação das(os) psicólogas(os) nos conselhos de direito; Estimular e apoiar a formação de grupos de trabalho.
48. Fomentar a inserção dos psicólogos nas políticas públicas, através dos órgãos de controle social, fortalecendo o compromisso político do Sistema Conselhos.

Encaminhamentos:

- a. Transformar a Comissão de Políticas Públicas do Sistema Conselhos em uma Comissão Permanente, para dar mais efetividade e continuidade as lutas pela implementação de Políticas Públicas.
- b. Garantir uma agenda permanente juntos ao sistemas conselhos, comissões nacionais e CREPOPs para formulação de debate sobre as intervenções dos profissionais da Psicologia nos espaços de controle social.
- c. Realizar um ano das Políticas Públicas com foco na participação social da Psicologia nas instâncias de Controle Social.
- d. CRP deve promover um encontro dos psicólogos conselheiros de instâncias de controle social para qualificação da participação nos diversos temas.
- e. Promover eventos de natureza política e científica para formação de quadros de representação da Psicologia e psicólogos.
- f. O conselho federal delimitar um calendário de encontros regionais e federais que possibilite a criação/desenvolvimento e acompanhamento de um projeto de diretrizes comuns baseados na contribuição da Psicologia para as áreas de representação.
- g. Divulgação das reflexões e informações oriundas das discussões nos espaços de deliberação das políticas públicas no site e jornal do (CRP) Sistema conselhos de Psicologia ; bem como através da organização de eventos que promovam debates a respeito de tais políticas.
- h. Inserir o conselho nestes espaços; Garantia de calendário para eventos que envolvam o controle social, garantindo o orçamento
- i. Qualificar os psicólogos através de Seminários. Garantir e incluir a participação do psicólogo nas diversas instâncias de controle social.
- j. Realizar fóruns de discussão e palestras evidenciando a importância dessa representatividade; Elaborar as campanhas midiáticas estimulando a participação da Psicologia nos Conselhos
- k. Estimular a participação do psicólogo através de convites dirigidos, sensibilização, encontros.
- l. Através de encontros sistemáticos com a categoria no interior do estado, oportunizar a discussão dos problemas e posicionamentos desses conselheiros no controle social.
- m. Promover a divulgação nos meios de comunicação e fóruns próprios da Psicologia, de "lutas" encampadas pelos movimentos sociais com os quais estamos necessariamente implicados.
- n. Propor encontros para tratar do tema e preparar para assumir essas representações .
- o. Realizar Seminários Regionais em todos os Estados sobre o tema, elegendo delegados para participar de um Seminário Nacional;
- p. Realizar Seminário Nacional sobre o tema.
- q. Realizar debates com os movimentos sociais para debater a atuação da Psicologia nos espaços de políticas públicas;
- r. Pautar a discussão com todos que são protagonistas.
- s. Divulgar e fomentar a participação dos profissionais de Psicologia junto aos Órgãos de Controle Social.

- t. Debater a participação dos psicólogos nos órgãos de controle social.
- u. Seminário de capacitação sobre controle social. Publicação dos eventos e produções realizados.
- v. Convocação do conselho para discussões sobre a importância da participação dos psicólogos nos diversos conselhos.
- x. Criar movimento nacional de discussão do tema;
- y. Garantir espaços e estratégias de qualificação da representação dos Conselhos nos espaços de controle social, buscando fortalecer o debate e a articulação entre os vários setores.
- w. Fomentar a representação institucional dos CRPs e CFP nos espaços de controle social das políticas públicas
- z. Realização de capacitação para os profissionais psicólogos com o tema "A importância da participação nos conselhos de controle social".
- aa. Fortalecer a participação da Psicologia nos espaços de controle social, garantindo a presença do conselho;
- ab. Fortalecer a criação de espaços de controle social nas várias esferas de governo, enfatizando seu caráter deliberativo e que o Sistema Conselhos de Psicologia juntamente com a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), Sindicatos dos Psicólogos e outras entidades da Psicologia incentive a participação de psicólogos nos órgãos de controle social de forma organizada bem como promova debates/seminários/oficinas que qualifiquem esta participação, além de acompanhar estrategicamente essa participação em conjunto com os outros segmentos do movimento social.
- ac. Gestão junto aos órgãos públicos;
- ad. Fomentar a participação das psicólogos/as nos órgãos de controle social;
- ae. Investir na capacitação de psicólogos/as que ocupam espaço nos órgãos de controle social;
- af. Estabelecer espaços permanentes para qualificação e discussão para que os psicólogos possam diversificar suas ações nos órgãos de controle social.
- ag. Pleitar a inserção de psicólogos/as representando os CR's nos Conselhos Municipais de Direitos.
- ah. Gestão política por parte do Sistema Conselhos junto ao Estado visando ampliação do número de vagas para Psicologia nos conselhos de controle social
- ai. Realização de debates sobre a política pública de Assistência Social;
- aj. Promover a participação de representantes do (CRP) Sistema conselhos de Psicologia nos espaços de deliberação de políticas públicas.
- ak. Incentivar a participação dos psicólogos nos movimentos sociais correspondentes aos segmentos que representam nos conselhos de gestão pública.
- al. O CRP deve reservar um espaço no site para divulgação dos diversos conselhos de controle social da região.
- am. Representar a categoria junto aos órgãos de Controle Social.
- an. Divulgação dos diferentes conselhos de Políticas Públicas existentes e seu funcionamento.
- ao. Reivindicar assento junto aos órgãos de controle social para a inserção do Sistema Conselhos
- ap. Divulgar a importância da Psicologia enquanto ciência e profissão para a sociedade, nos diversos espaços de controle social, demonstrando a contribuição que tem a dar para a consolidação da políticas públicas na garantia de direitos
- aq. Campanhas de conscientização da sociedade para ocupar os espaços de controle social;
- ar. Atividades de estímulo aos profissionais para participarem nos conselhos.
- as. Desenvolver ações junto aos cursos de formação de Psicologia, buscando fomentar a participação aos/às futuros/as psicólogos/as nos diversos Conselhos.
- at. realizar oficinas de preparação para participação e mobilização da sociedade;

- au. maior participação do CRP nas entidades formadoras através de palestras, oficinas, grupos de pesquisas.
- av. Fazer-se representar nos Conselhos Políticos do Controle Social nas mais diversas instâncias.
- ax. Produção de diretrizes para ocupação de assentos de representação.
- ay. Ampliar as pesquisas e ações do CREPOP.
- aw. Eleição de representantes do CFP e CRP's, conselheiros e profissionais que participam das diversas comissões organizadas pelos Conselhos Regionais e Federal, para participarem das reuniões das instancias supracitadas.
- az. Apresentar propostas de atuação para o profissional de Psicologia nas problemáticas discutidas nas instancias supracitadas.
- ba. Promoção pelo Sistema de discussões continuadas e debates sobre o tema
- bb. Garantir a inserção do Sistema Conselhos em espaços estratégicos de controle social;
- bc. Criar metodologia de acompanhamento das representações dos CRPs dentro dos espaços de controle social
- bd. Através de orientações que pautem o posicionamento dos profissionais nos Conselhos de Controle Social.
- be. Informar aos profissionais a importância de integrar os Conselhos de Controle Social que são locais de debate entre sociedade e estado.
- bf. Preservar e ampliar os trabalhos já desenvolvidos.
- bg. Fazer um documento com as principais publicações a respeito da atuação de profissionais em conselhos de controle social;
- bh. Articular com os presidentes dos conselhos informações a respeito da profissão.
- bi. Implementar estratégias permanentes, por meio do CREPOP, de aproximação e posicionamento do sistema Conselhos junto a gestores, formuladores e controle social;
- bj. Discutir o posicionamento da Psicologia na promoção de direitos junto às instâncias de controle social, especialmente com os conselheiros que são psicólogos.
- bk. Fortalecer os escritórios regionais e criar sedes em cada cidade.
- bl. Agilidade dos meios de comunicação (jornais, periódicos) com a própria classe.
- bm. Garantia de matéria para participação do profissional dos órgãos de controle social.
- bn. Capacitar o profissional par esta inserção e para a mobilização da sociedade na promoção da cidadania
- bo. Ampliar os níveis de participação nos Conselhos
- bp. Conhecer como tem se dado a participação dos psicólogos nestes mecanismos;
- bq. Incentivar por meio de campanhas e informações sobre a relevância desta participação
- br. Participar das Conferências de Deliberação de Políticas Públicas;
- bs. Formação de grupos de trabalho nos CRP's.
- bt. Incluir na metodologia do CREPOP o mapeamento das instâncias do Controle Social; Criação da área de interesse do controle social dentro da comissão de políticas públicas de todos os CRPs, quando houver.
- bu. CRP, através do CREPOP, deve promover um georreferenciamento dos profissionais da região que estejam ocupando cadeiras no controle social.
- bv. Estabelecer encontros periódicos (mensal) com os conselheiros representantes do CRPP para troca de experiências e fortalecimento político públicos defendidas pelo CRP; Manter no site um canal de Comunicação destes profissionais para troca de informações.

VII Congresso Nacional da Psicologia
Resultado Final da Apreciação das Teses

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				

VII Congresso Nacional da Psicologia
Resultado Final da Avaliação das Teses

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				
46				
47				
48				
49				
50				
51				
52				
53				
54				
55				
56				
57				
58				
59				
60				
61				
62				
63				
64				
65				
66				
67				
68				
69				
70				
71				
72				
73				
74				
75				

VII Congresso Nacional da Psicologia
Resultado Final da Avaliação das Teses

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
76				
77				
78				
79				
80				
81				
82				
83				
84				
85				
86				
87				
88				
89				
90				
91				
92				
93				
94				
95				
96				
97				
98				
99				
100				
101				
102				
103				
104				
105				
106				
107				
108				
109				
110				
111				
112				
113				

VII Congresso Nacional da Psicologia
Resultado Final da Avaliação das Teses

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
114				
115				
116				
117				
118				
119				
120				
121				
122				
123				
124				
125				
126				
127				
128				
129				
130				
131				
132				
133				
134				
135				
136				
137				
138				
139				
140				
141				
142				
143				
144				
145				
146				
147				
148				
149				
150				
151				

VII Congresso Nacional da Psicologia
Resultado Final da Avaliação das Teses

Folha de Resultados				
Teses	Situação			
	Aprovada		Rejeitada	Não Apreciada
	Sem Alterações	Com Alterações		
152				
153				
154				
155				
156				
157				
158				
159				
160				
161				
162				
163				
164				
165				
166				
167				
168				
169				
170				
171				
172				
173				
174				
175				
176				
177				
178				
179				
180				
181				
182				
183				
184				
185				
186				
187				
188				